



O E-CAMINHO DO DIÁLOGO IV:

**espaços deliberativos na busca de uma nova cidadania,
novas políticas públicas e saúde planetária**

Marta Luciane Fischer
Caroline Filla Rosaneli


Atena
Editora
Ano 2023



O E-CAMINHO DO DIÁLOGO IV:

**espaços deliberativos na busca de uma nova cidadania,
novas políticas públicas e saúde planetária**

Marta Luciane Fischer
Caroline Filla Rosaneli

Atena
Editora
Ano 2023

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremona

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilyn Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva das autoras, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos as autoras, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Biológicas e da Saúde

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Camila Pereira – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
 Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
 Profª Drª Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
 Prof. Dr. Davi Oliveira Bizerril – Universidade de Fortaleza
 Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
 Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
 Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
 Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
 Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
 Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
 Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
 Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
 Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
 Prof. Dr. Guillermo Alberto López – Instituto Federal da Bahia
 Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
 Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
 Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Delta do Parnaíba – UFDPAr
 Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
 Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Kelly Lopes de Araujo Appel – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
 Profª Drª Larissa Maranhão Dias – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Profª Drª Luciana Martins Zuliani – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
 Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Max da Silva Ferreira – Universidade do Grande Rio
 Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
 Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Taísa Ceratti Treptow – Universidade Federal de Santa Maria

Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-caminho do Diálogo IV: espaços deliberativos na busca de uma nova cidadania, novas políticas públicas e saúde planetária

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: As autoras
Autoras: Marta Luciane Fischer
 Caroline Filla Rosaneli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
F529	<p>Fischer, Marta Luciane E-caminho do Diálogo IV: espaços deliberativos na busca de uma nova cidadania, novas políticas públicas e saúde planetária / Marta Luciane Fischer, Caroline Filla Rosaneli. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-1534-3 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.343232906</p> <p>1. Bioética. I. Fischer, Marta Luciane. II. Rosaneli, Caroline Filla. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 636.0885</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DAS AUTORAS

As autoras desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Dos sentidos da Bioética à uma bioética de sentidos...

César Augusto Costa¹

O que dizer, o que prefaciá-lo para uma obra de Bioética de duas grandes colegas, amigas e parceiras? Confesso que não é uma simples tarefa! Penso que nestas modestas palavras, podemos cair ou escorregar numa economia de sentidos. Mas, para a bioética não cabe economia de sentidos... Escrever esse prefácio vai ficando complicado....

Trazer à baila uma produção de bioética, nos reporta muitas vezes em atualizar esse imenso debate nas veredas do século XXI. Século que reforça os tempos de desigualdades de toda ordem e exclusões legitimadas por um Estado burguês capitalista que opera a partir de lógicas assimétricas de poder e violência, principalmente econômica sobre a vida em geral. Eis que o capitalismo mata!!

É uma honra apresentar esse novo projeto das competentes e apaixonadas pela bioética, Marta Fischer e Caroline Rosaneli. Por outro lado, responsabilidade em dizer muito em tão poucas palavras refletidos nestes seis belos trabalhos da obra “E-caminho do Diálogo IV: espaços deliberativos na busca de uma nova cidadania, novas políticas públicas e saúde planetária”. Dessa forma, como o próprio título aponta, caminhar a partir do diálogo cidadão, político e sanitário é uma necessidade interdisciplinar para a bioética desde sua origem na década de 1970.

Da atualidade da bioética, nos reporta aos últimos quatro anos no Brasil (2019-2022), onde assistimos lógicas deslegitimadoras sobre o papel da Academia na construção do saber e da ciência! Tempo de desmontes, tempos de um anti-racionalidade, tempos de discurso pró-morte, tempos de uma crença cega no absurdo e na negação do real. São exemplos deste contexto anti-ciência e anti-humanidade: “A Terra é plana. E a vacina recomendada e produzida pelos maiores cientistas do mundo, capaz de conter a mortalidade da pandemia de covid-19, são falácias!!”

Entendo que concepção desta obra vai numa direção que é possível estabelecermos um debate crítico e criativo sobre temáticas que impactam o nosso cotidiano e a nossa sociedade, sedenta de respostas sobre seu destino e seu agora! Se todas as transformações passam pela educação, a obra em questão refuta a deslegitimação. Opta pela conscientização crítica freireana e

¹ Sociólogo. Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Coordenador do Núcleo de Estudos Latino-Americano (NEL/UCPEL). Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ).

faz muito bem!!

Vislumbrar a bioética numa perspectiva crítica é termos uma dimensão horizontal e de uma alteridade daquilo que nos aflige e nos interpela. Reconhecemos que muitas urgências do mundo, não cabem em nossos ensaios, textos e teses, mas torná-las acessíveis didaticamente foi a tarefa que a Marta e a Carol sistematizaram nesta caminhada!

Brindamos tod@s por estas discussões: do diálogo sobre humanização de grupos que sofrem violência histórica (LGBTQA+), cidadania, saúde global, “fome de água”, relações familiares e da perspectiva bioética da Laudato Si do Papa Francisco.

Gratidão em constatar que minhas amigas partilham horizontes comuns em torno da questão social que envolve a bioética, promovendo dimensões amplas e francas, provocando o estímulo à reflexão séria e apurada de dilemas que adentram o nosso existir!

Muito obrigado Carol e Marta e aos colaboradores por não economizarem sentidos à bioética!!

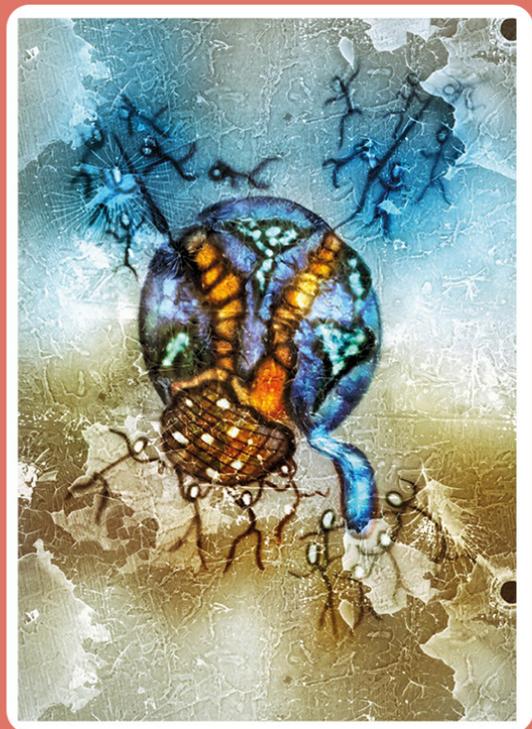
Pelotas, 10 de março de 2023.

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. A BIOÉTICA AMBIENTAL NOS ESPAÇOS DELIBERATIVOS REMOTOS.....	5
Biofobia: o impacto na proteção e conservação animal	7
“Fome de água”: A dimensão Bioética da Crise Hídrica	20
Espaços deliberativos remotos: transpondo para uma gestão participativa universitária	34
CAPÍTULO 2. BIOÉTICA SOCIAL E AS RELAÇÕES FAMILIARES.....	49
Papéis e relações familiares: da alteridade à corresponsabilidade	51
Família e Juventude Contemporânea	57
Violência sexual contra crianças e adolescentes: da consciência à proteção.....	66
Relato oficina deliberativa: Violência sexual contra infância e adolescência: a escola como agente transformador e acolhedor de soluções.....	74
CAPÍTULO 3. BIOÉTICA GLOBAL	79
Saúde Global nos Caminhos do diálogo	82
Governança Global: caminhos e vulnerabilidades	88
Erradicação da fome e segurança alimentar: cenário brasileiro na Covid-19 (2020-2021)	96
Relato oficina deliberativa: Erradicação da fome e segurança alimentar: cenário no Brasil durante a covid-19.....	104
CAPÍTULO 4. BIOÉTICA E HUMANIZAÇÃO	112
Diálogo sobre saúde e bem-estar: cuidado integral em saúde para a população Lgbtqia+	114
Plano de parto e parto humanizado como estratégias de prevenção de violência obstétrica	120
Reflexos da pandemia de Covid-19 na saúde mental	125
Relato oficina deliberativa: Cidadania e humanização na assistência à saúde.....	130
CAPÍTULO 5. BIOÉTICA E FRATERNIDADE	135
Laudato sí’: sua contribuição na consciência do cuidado da casa comum como alerta socioambiental.....	137

Convergência da ética da responsabilidade e santidade na busca da paz, justiça e instituições eficazes: uma análise da ODS 16	146
A sociedade na perspectiva da fraternidade: (re)pensar a produção e o consumo	155
Relato oficina deliberativa: O desafio socioambiental e a cultura do cuidado para uma cidadania planetária	160
CAPÍTULO 6. BIOÉTICA E CIDADANIA	165
ODS 4, o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, como estamos?.....	167
ODS 5: na luta por igualdade de gênero e reconhecimento dos direitos das mulheres	174
ODS 16: por uma sociedade justa e a promoção da paz	178
Experiência da oficina caminhos do diálogo: a educação em contexto de pandemia de pandemia e pós pandemia: perdas objetivas e subjetivas	185
REFERÊNCIAS	189
AUTORES	202
ÍNDICE REMISSIVO	211

Introdução

A CONSOLIDAÇÃO DE ESPAÇOS DELIBERATIVOS COMO
SUBSÍDIO DE UMA NOVA CIDADANIA, NOVAS POLÍTICAS
PÚBLICAS E SAÚDE PLANETÁRIA EM UM MUNDO
DE FRAGILIDADES, GUERRAS E PANDEMIAS



Marta Luciane Fischer
Caroline Filla Rosaneli

A pandemia Covid-19 vivenciada pela humanidade em 2020 e 2021 indubitavelmente deixou um legado de perdas, dores, aprendizados e superação. Sentimentos e desejos conflitantes tomaram a humanidade de sobressalto, não porque se acreditava que seria impossível uma pandemia nessas proporções, pois além da história, havia os alertas. Mas sim, devido ao silenciamento desses alertas insuficientes para abalar a confiança na supremacia do poder econômico sobre as consequências dos danos praticados contra a natureza durante séculos, mas intensificados nas últimas 50 décadas.

Se por um lado o processo de adaptação às medidas de enfrentamento da pandemia que exigiam um distanciamento social foi sofrido, a volta para normalidade não foi isenta de conflitos. A humanidade precisou adaptar uma rotina doméstica, laboral e educacional, a dividir espaços ou a viver só. Foi assustador lidar com perdas de vida, de saúde, de emprego, de liberdade e principalmente do controle de quando tudo iria terminar e voltar ao normal. O meio científico entrou em um frenesi e a produção científica em todas as áreas do saber com a temática da Covid-19 predominou quase que unanimemente nesses dois anos. A expectativa era que o mundo iria viver um “novo normal”, no qual as reflexões sobre os riscos ambientais, a importância das relações humanas e o uso intensificado das tecnologias teriam um impacto também em um “novo ser humano”.

O mundo pós-pandêmico chegou, as infecções foram controladas com o uso das vacinas e paulatinamente a rotina do “antigo normal” foi retomada, e a expectativa de um novo cidadão globalizado e empático ao sofrimento do outro se desfez coincidindo com o início da Guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022. Obviamente que o conflito bélico em solos europeus não é mais ultrajante do que todas as demais Guerras presenciadas diariamente em flashes dos noticiários estrangeiros como Lêmen, Etiópia, Haiti, Síria, Afeganistão e Faixa de Gaza. A morte de milhares de civis, a expulsão de outros milhares de cidadãos de suas terras para viverem a vida de um refugiado em terras estrangeiras não sucumbiram frente ao legado da pandemia. As pessoas seguem suas vidas, procuram recuperar o tempo perdido acreditando que os dois anos de pandemia não passaram de uma pausa na história de suas vidas.

O primeiro ano pós pandêmico foi marcado também por extremos climáticos somando ao luto ainda em processamento dos sobreviventes da pandemia e das Guerras. Ondas de calor e de frio, tempestades, enchentes, furacões, estiagem e incêndios. É quase impossível os noticiários não divulgarem um desses extremos em algum local do planeta, de registrar recordes de calor ou frio e amplitudes térmicas extremamente improváveis. Já não há como negar o diagnóstico de que a saúde planetária está seriamente comprometida, que restam poucas alternativas de remediação e as consequências, infelizmente, imputam mais sofrimento, principalmente daqueles que não têm quase mais nada para perder.

O futuro demanda por uma nova cidadania, novas políticas públicas e saúde planetária. Felizmente no meio de fragilidades incalculáveis desponta iniciativas que mantêm a chama da esperança. Mobilizações civis apoiadas por organizações não

governamentais, balizadas por cientistas e até mesmo por perspectivas políticas têm conectado o mundo na perspectiva de um futuro factível para a humanidade. A Organização das Nações Unidas congregou inúmeras nações em torno de uma meta comum alcançar 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. Embora adesão efetiva a esse compromisso, ao nível das instituições e pessoal, tenha atraso em países como o Brasil, atualmente as ODS tem configurado a pauta da agenda de inúmeras ações. O mundo mobilizado em prol de extinguir a fome, a pobreza e as desigualdades, bem como de empoderar as minorias e promover uma economia verde que coloque os interesses da natureza no mesmo nível de interesses econômicos e sociais, restabelecendo o nivelamento do tripé da sustentabilidade.

O Caminho do Diálogo é uma ação comunitária do Programa de Pós-graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná que intenciona desde 2015 promover o diálogo entre a academia e a sociedade a respeito de dilemas éticos advindos com a tecnologia. Problemas emergentes que não possuem parâmetros éticos, morais ou legais que embasem decisões individuais, coletivas e institucionais precisam ser refletidos coletivamente em espaços acolhedores de fala e escuta. A Bioética com sua natureza dialogante e multidisciplinar se constitui de uma ferramenta de intermediação desses diálogos e orientação para uma deliberação consensual e justa para todos. As duas primeiras versões da ação foram presenciais, na qual estudantes do ensino básico percorriam um caminho com estações onde convergiam os olhares para os argumentos dos atores envolvidos em um conflito ético. Já em 2017 acadêmicos da Bioética construíram com estudantes do ensino médio um diálogo balizado pelas ODS. Em 2020, a pandemia Covid-19 demandou a adaptação da intervenção para um modelo remoto, surgindo o “E-caminho do Diálogo”. Assim, uma metodologia deliberativa adapta foi elaborada, aplicada e validada, imputando à ação a certificação como um produto educacional. No percurso metodológico discentes e docentes de Bioética assumem o papel de interlocutores, mediadores e monitores de uma construção conjunta sobre o entendimento de uma problemática e o balizamento para tomadas de decisão apoiadas em interesses e valores comuns. A fala dos participantes é organizada em quatro vetores: limitações, crenças/senso-comum, valores/princípios e potencialidades. O produto do encontro é construído concomitante ao seu desenrolar e ao final é validado pelos participantes. O encontro é denominado de oficina e se constitui de um espaço com a capacidade de até 20 participantes. Após a oficina, os executores transcrevem o encontro, tabelam, analisam e interpretam os resultados, transpondo para comunidade científica a fala da sociedade.

Na primeira versão remota os espaços virtuais deram a voz para as minorias que clamavam por inclusão: animais, natureza, moradores em situação de rua, vítimas de violência doméstica, idosos institucionalizados, índios e ciganos. As oficinas foram carregadas de emoção, energia e garra para que o protagonismo civil faça a diferença. Desta experiência foi produzido um livro e inúmeros artigos científicos que contribuíram

para formação de uma massa crítica de uma Bioética de intervenção e prática.

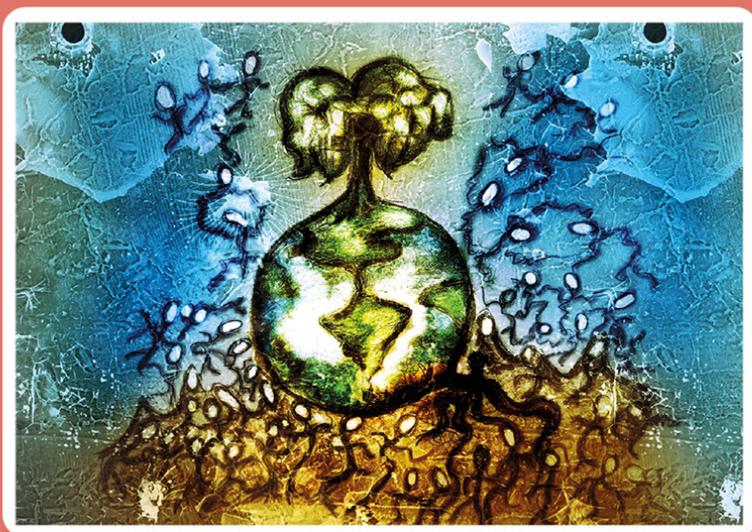
Em 2022 o E-caminho do Diálogo teve a sua segunda versão que se concretiza na presente obra. Nessa atividade, antecedente ao IV Congresso Internacional Ibero-Americano de Bioética, foram oferecidas oito oficinas para sociedade com o objetivo discutir temas relacionados aos animais, à família, saúde pública, governança e educação confluindo os objetivos das ODS com a colaboração para construção de uma nova cidadania. Para subsidiar as oficinas, docentes, egressos e mestrandos do PPGB se uniram para elaborar a apresentação dos temas contextualizados historicamente, na Bioética e nos ODS. Assim, foram elaborados módulos que olharam para as questões sociais e ambientais nesse livro. Dentro da Bioética Ambiental os temas elaborados foram a biofilia, a “fome de água” e os espaços deliberativos remotos. Dentro de uma Bioética Social temas sobre a família, relações familiares e vulnerabilidades geracionais. Para a Bioética Global, os textos elaborados englobam problemáticas de governança e erradicação da fome. Para a Bioética e humanização, temas como saúde mental, populações vulneráveis e a pandemia Covid-19. Já para a Bioética e fraternidade os temas dedicados foram repensar o consumo e as questões socioambientais no cuidado a casa comum. E para finalizar os módulos dialogados nesse volume do livro, a Bioética e cidadania trouxe as questões de acesso à educação e igualdade de direitos.

Nestes próximos capítulos entregamos a sociedade a delicadeza e profundidade dos manifestos diversos que vivenciamos coletivamente para a construção deste livro, em um novo tempo, em busca de esperança, justiça e paz para vivermos o futuro, sem esquecer as dores do passado, mas fortalecidos pela na própria história.

As consolidações de espaços deliberativos direcionam acolhimento em um mundo de fragilidades.

CAPÍTULO 1

A bioética ambiental nos espaços deliberativos remotos



Marta Luciane Fischer

A Bioética Ambiental se constitui de uma vertente da Bioética que acolhe em suas pautas questões éticas persistentes, emergentes e urgentes na geração de vulnerabilidades como resultado de uma relação desarmoniosa com a natureza. Embora a disjunção da Bioética Ambiental do escopo da Bioética não seja unanimidade, os profissionais que se apropriam dessa terminologia argumentam a adesão favorece a sinergia de esforços em prol do ambiente por meio da ampliação e congregação de massa crítica e consequente apoio econômico, social e científico. Embora os fundamentos da Bioética Ambiental sejam os mesmos da Bioética há uma diferenciação por ter um olhar ampliado para as questões éticas resultantes do desenvolvimento tecnológico. A Bioética Clínica é denominada de microbioética por ter como foco a autonomia do paciente e sua vulnerabilidade diante de decisões médicas e institucionais enquanto a Bioética Institucional ou mesobioética atua ao nível das instituições e sociedade. Por outro lado, a Bioética Ambiental nomeada de macrobioética possui os limites temporais e geográficos ampliados se ocupando do ambiente onde ocorrem os conflitos éticos: o planeta, a natureza, as cidades, o lar e até mesmo o próprio corpo.

A Bioética Ambiental dialoga com a saúde global ao imputar na qualidade de vida do indivíduo a confluência da saúde em três dimensões: a) física/mental/espiritual; b) individual/coletiva/ambiental; c) local/global. Assim, concebe que a promoção da saúde demanda da compreensão do autocuidado como uma conduta ética, pois ao cuidar de si, cuida do outro e do ambiente, promovendo simultaneamente a sua qualidade de vida coletiva.

Nos espaços de deliberação a Bioética Ambiental se pronuncia diante da pluralidade de atores, complexidade de seus problemas no qual os papéis de agente moral, paciente moral e vulneráveis são alternados a depender do nível hierárquico decisório avaliado. Além disso, embora os problemas tenham um impacto local as repercussões são globais. Essas características fazem com que os espaços de deliberação coletivos sejam apropriados para escuta, fala, reflexão colaborativa e embasamento de decisões individuais e coletivas.

As medidas de enfrentamento da pandemia Covid-19 que imputaram o afastamento social mundialmente estimulando a sociedade, instituições e indivíduos a ousarem a inserirem tecnologia em sua rotina. As conexões foram ampliadas ao reduzirem as limitações impostas pela distância geográfica. Nesse contexto, a adaptação da ação comunitária do Programa de Pós-graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná denominada de “O Caminho do Diálogo” ganhou sua versão remota em 2020. “O E-caminho do Diálogo” promoveu a aproximação da sociedade e da academia em prol do aprofundamento em questões éticas atreladas à inclusão dando voz as minorias representadas no contexto ambiental pela proteção animal, a crise hídrica e ao veganismo.

Um diálogo profundo e frutífero transpôs os espaços remotos alcançado a sociedade por meio de um livro e a comunidade científica por meio de artigos. Em 2022 foi dada continuidade à proposta e inserida no âmbito da Bioética Ambiental a discussão a respeito

da construção de uma nova cidadania. Sendo, esta, marcada por uma perspectiva de superação dos desafios de um mundo pós pandêmico, com guerras e carente de uma saúde planetária que busca uma consciência global e confluência de esforços de nações que firmaram um compromisso de uma agenda até 2030 com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nessa versão do “E-caminho do Diálogo” foi proposta a discussão de três temas sensíveis para sociedade e que demandam de um olhar coletivo: a) a Biofobia como limitante da proteção animal e preservação da biodiversidade; b) a terminologia “fome de água” trazendo a dimensão bioética para crise hídrica; c) os cães comunitários como alternativa para animais errantes frequentes em campus universitários. Cumprindo a expectativa a experiência foi intensa, emocionante, mas principalmente encorajadora. Nos próximos tópicos os leitores terão a oportunidade de realizarem uma imersão nas temáticas por meio de uma contextualização histórica, de identificarem a sinergia com a Bioética e com as ODS e por terem a oportunidade de conhecerem um pouco da vivência proporcionada pelas oficinas.

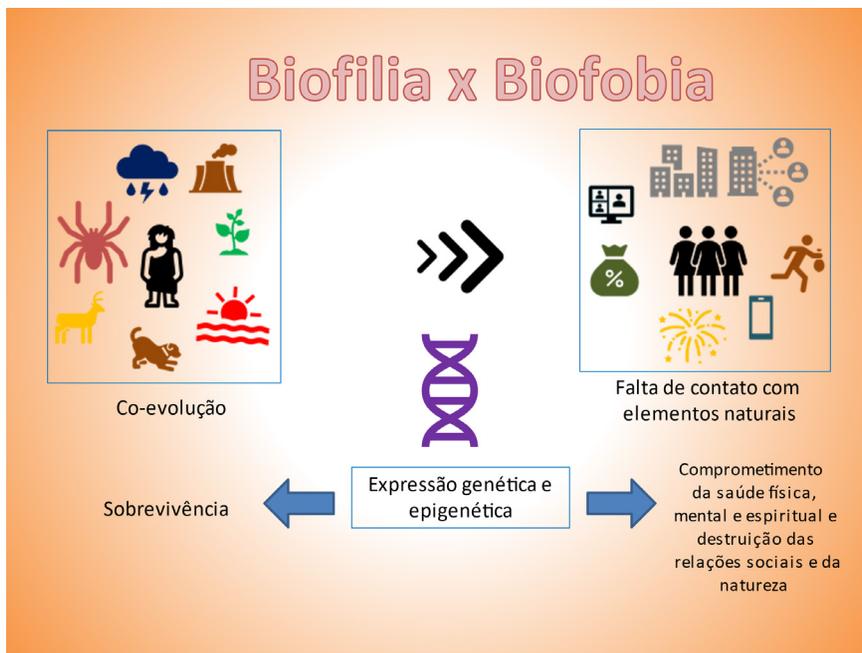
1 | BIOFOBIA: O IMPACTO NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO ANIMAL¹

A massiva degradação ambiental que se aplacou sobre os ecossistemas, especialmente no século XX em virtude do avanço científico/tecnológico, demanda por reflexões sobre a relação da humanidade com a natureza. O avanço exponencial da civilização, a instrumentalização e a constante transformação do ambiente tem afastado o ser humano das paisagens naturais e da maioria dos seus organismos, conduzindo-o às problemáticas ambientais, declínio da qualidade de vida física/mental e aos dilemas filosóficos de ordem moral e ética a respeito da percepção do seu papel na natureza¹.

Nos últimos 300 mil anos a espécie humana tem coevoluído com outros seres-vivos no sistema complexo de relações interespecíficas. Cada ser vivo corresponde a uma unidade de uma intrincada rede de interrelações interdependentes, altamente especializadas, construídas após milhares de anos de seleção natural. Conseqüentemente, os registros das conexões são expressos no formato do corpo e no funcionamento da mente influenciadas tanto pelo genoma como por influxos epigenéticos².

¹ Autores da sessão 1: Marina Kobai Farias, Patricia Feiz Nardinelli Bernardes de Carvalho, Robiran José dos Santos Junior, Amanda Amorim Zanatta, Isabella Karine Bueno e Marta Luciane Fischer

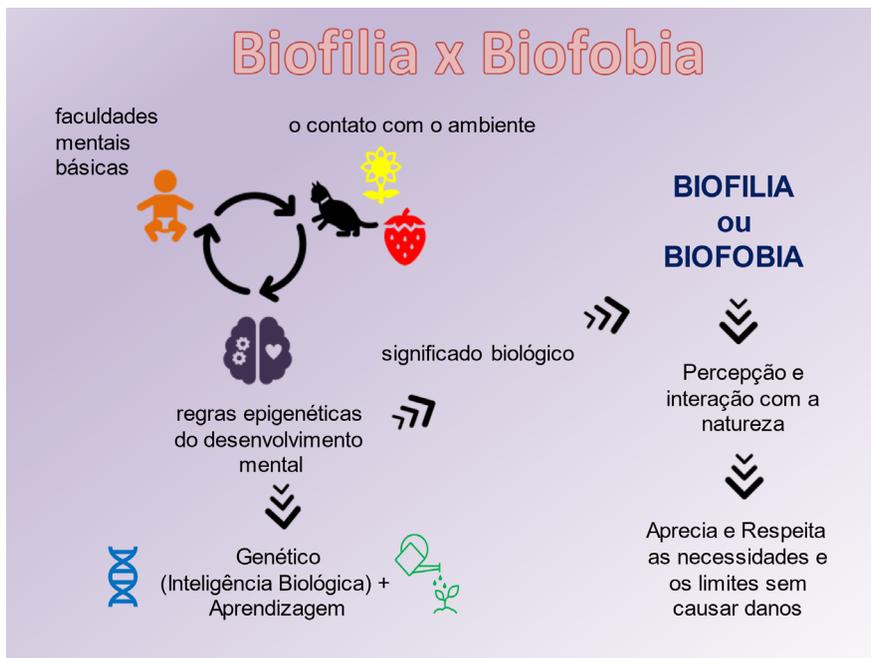
Biofilia x Biofobia



O biólogo Edward Osborne Wilson em 1984 apresentou ao mundo uma ideia que revolucionária para compreensão da interação entre os seres humanos e a natureza. Por meio da Hipótese da Biofilia, Wilson teorizou que os ancestrais hominídeos, selecionados pela sua habilidade em reconhecer elementos naturais benéficos e nocivos, perpetuaram genes ou condições epigenéticas que se expressam mesmo estando o ser humano moderno vivendo em cidades e distantes desses perigos. Conseqüentemente, as pessoas continuam expressando bem-estar ao estarem em ambientes abertos, ensolarados, com paisagens naturais, interagindo com plantas e animais ou saboreando frutas suculentas. Ao mesmo tempo que continuam a expressar medos incompreensíveis de aranhas, cobras, trovões e altura, mesmo muitas vezes eles não serem comuns em seu dia-a-dia². Wilson alertou que a abstinência da interação com os elementos naturais poderia gerar conseqüências na saúde e bem-estar das pessoas, logo comprometer a sua qualidade de vida.

O termo Biofilia refere-se a uma ligação emocional e um desejo instintivo de se afiliar a outras formas de vida, justificando a busca inconsciente dos seres humanos por essas conexões ao longo da vida. Segundo Wilson³, a estrutura do cérebro humano, pelo menos parcialmente, no momento do nascimento contém faculdades mentais básicas, que se desenvolvem com o contato com o ambiente externo. Os seres humanos usam certas regras cognitivas que influenciam como os estímulos do ambiente serão percebidos, como as sensações serão trabalhadas e armazenadas na memória. Essas regras cognitivas são comuns em outros animais, para identificar e imprimir significado biológico correto de elementos sociais (como por exemplo o reconhecimento dos pais ou de um parceiro), bem como a seleção de um habitat específico para uma determinada espécie. As tendências

cognitivas aparecem em diferentes idades e são situacionalmente e funcionalmente específicas. Wilson as nomeou como regras epigenéticas do desenvolvimento mental⁴.



As regras cognitivas originais de compreender e lidar com a natureza não desapareceram, mesmo no mundo atual repleto de artefatos artificiais e carente de estímulos naturais. A Biofilia, como um complexo de regras de aprendizagem, influencia o pensamento humano sobre a natureza, a paisagem e até mesmo sobre a arte, mitos e a ética. Essas regras cognitivas profundamente arraigadas têm se manifestado no mundo moderno na popularidade dos zoológicos, residências ecológicas e nas paisagens naturais².

A valoração social de parques, zoológicos, jardins botânicos, rios, lagos e paisagens naturais, encontraram explicação na hipótese da Biofilia, uma vez que transmite a sensação de paz, tranquilidade e bem-estar. De igual forma, por meio da biofilia é possível entender o porquê de algumas pessoas arriscam suas vidas para salvar animais domésticos ou selvagens, ou se dedicam tanto ao cultivo de jardins em suas residências⁵. No entanto, apesar da tendência genética a essa afinidade, a Biofilia também depende de estímulos para que a conexão persista.

Se por um lado a Biofilia possui efeitos endógenos relacionados à base biológica da natureza humana, igualmente está associada à saúde psicofisiológica. A Biofobia compartilha do mesmo fundo genético evolutivo na presença das fobias, medos, relacionados a certos seres vivos e determinados ambientes. Esse processo, segundo a teoria, igualmente está relacionado ao passado evolutivo com aquilo que poderia representar riscos à vida e a sobrevivência da espécie. Segundo Wilson³, a Biofobia se manifesta em relação a expressão

do medo de serpentes, aranhas, alturas, espaços fechados ou escuridão, elementos esses que durante a história evolutiva humana representaram riscos à sobrevivência. A exemplo disso o chocalho das cobras cascavéis que é capaz de gerar uma reação orgânica de medo, assim como o pavor incontido que certas pessoas têm por aranhas, ou ainda a descarga de adrenalina aguçando os sentidos ao perambular em uma floresta a noite na completa escuridão. Esses elementos de estímulos ambientais são capazes de desencadear gatilhos de reações físicas/fisiológicas como taquicardia, alterações na pressão arterial, sudorese, dispneia e até síncope caracterizada em desmaios e perda de consciência temporária.

A Biofobia pode ser ampliada para uma aversão generalizada da natureza, através de uma desconexão e estranhamento, em alguns casos específicos quando a Biofilia não é estimulada, especialmente durante a infância. Crianças nascidas nos últimos vinte anos que se desenvolveram frente a ausência quase que completa de parâmetros biofílicos e biofóbicos pode se traduzir em um medo ou aversão a natureza como um todo. Muitas pessoas alegam sentir nojo ou repulsa por qualquer inseto, animal, floresta, terra, areia e até mesmo água do mar ou de animais domesticados⁶. Cabe ressaltar que a vida moderna esterilizada, encontrada em ambientes particulares como escritórios, casas, shopping centers, principalmente em grandes centros urbanos, não expõem as crianças à patógenos naturais, tornando o sistema imunológico mais frágil e menos diversificado⁷. O cientista Maas e seus colaboradores⁸ identificaram, por meio da análise de relatórios médicos, que pessoas residentes de áreas pouco urbanizadas tinham menores chances de desenvolver problemas de saúde psicossomáticas, mesmo apresentando menores condições socioeconômicas do que aqueles que viviam imersos em um sistema artificial. Entender a profundidade das manifestações orgânicas e emocionais é fundamental na compreensão das relações do homem com a natureza e os seus consequentes desdobramentos em relação a sua saúde física e mental.

Após a publicação das ideias de Wilson diferentes pesquisadores passaram a testar seus predicados em inúmeras situações, sustentando a Teoria da Biofilia. Esses estudos se desenvolveram ao longo dos últimos 40 anos e têm apontado para os malefícios da falta de contato com a natureza, especialmente o estresse, a falta de atenção e de criatividade que se intensificam diante da sobrecarga de atividades no mundo moderno⁹ podendo igualmente se tornar um empecilho para superação dos novos desafios da vida moderna.

As visitas à parques nacionais, passeios ecológicos e atividades recreativas em áreas naturais decaíram cerca de 20% desde os anos 1980, contrapondo com a frequência de 90% das crianças até dois anos de idade já serem usuários de algum tipo de mídia eletrônica¹⁰. Não obstante, verifica-se um vertiginoso aumento no tempo gasto na Internet, computadores, smartphones e tablets¹¹. Sobre esse assunto o pesquisador Louv⁶ afirmou que a presença da natureza na vida de crianças interfere diretamente no seu bem-estar físico, emocional, social e acadêmico. Segundo Louv, a sociedade contemporânea vivencia uma espécie de transtorno do *deficit de natureza*, que impacta negativamente na vida das

crianças, especialmente aquelas que vivem em grandes centros urbanos. Considerando que quase 50% de todas as pessoas no mundo vivem em áreas urbanas, e que esse índice deve aumentar para 65% até 2030¹², a preocupação é que os indivíduos mais jovens da sociedade passem cada vez menos tempo em atividades ao ar livre¹³. Assim, a falta de estímulos biofílicos, associados ao processo crescente de urbanização, potencialmente podem causar um ciclo vicioso maximizado pela redução de acesso a espaços verdes e, conseqüentemente, diminuindo o valor natureza. Complementarmente, o desconhecimento dos seres vivos, suas necessidades e riscos reais, pode intensificar o processo da Biofobia e, conseqüentemente, a falta de empatia comprometer as condutas que visem o bem-estar dos animais.

Pesquisas realizadas na China, com o intuito de explorar o contato de crianças com a natureza, evidenciaram que o rápido processo de urbanização e desenvolvimento socioeconômico do país, resultaram em um declínio considerável de contato com o ambiente, atingindo aspectos afetivos e emocionais em relação à natureza¹⁴. Os pesquisadores também mostraram que o medo dos animais pode reduzir o interesse das pessoas em sua conservação¹⁵. Tal fato implica em uma possível não formação de valores de conservação ambiental na vida adulta, bem como um *déficit* em relação a inteligência naturalista, proposta pelo psicólogo Howard Gardner¹⁶. Para Gardner, inteligência naturalista associada a uma expressão genética, tem o potencial de proporcionar vivências de prazer com a natureza conduzindo a mudanças permanentes no comportamento das pessoas. De fato, adultos que possuem maior afinidade ambiental, relatam que ela advém de experiências positivas que tiveram durante a infância com o ambiente. Logo, um vínculo emocional com a natureza parece um driver crítico de atitudes de conservação e contato com a natureza, especialmente se for consolidada durante a infância¹⁷. Desta forma, os fatores afetivos podem desempenhar um papel maior na tomada de decisão do que qualquer conhecimento que as pessoas podem acumular sobre a necessidade científica e ecológica de conservação¹⁸.

As experiências pessoais, sociais e culturais de um indivíduo, desde a primeira infância, são capazes de determinar suas perspectivas de percepção e interação com o meio natural. Nesse sentido, observa-se a necessidade de proporcionar o contato com a natureza, atividades que garantam experiências concretas e positivas, a fim de estimular a expressão inata da Biofilia. Colaborando com essa afirmação Edward Wilson¹⁹ afirmou que a mente da criança se abre muito cedo para a natureza viva, a partir de uma atração inata pelo mundo natural denominada Biofilia. É justamente essa capacidade de identificação que motiva a produção de brinquedos e desenhos animados associados com animais, plantas e outros elementos naturais como sol, lua e nuvem. Logo, se a Biofilia for estimulada desdobrará em estágios que fortalecerão os laços com as formas de vida não-humanas. O biólogo salientou, ainda, que o cérebro humano é programado para um “aprendizado preparado” que se traduz quando lembra com facilidade e prazer

de algumas experiências e evita a todo custo vivenciar outras. A ausência de estímulos soterra essas potencialidades, e as energias psíquicas que as acompanham são dispersas ou usadas para propósitos muito diferentes daqueles para os quais elas evoluíram. Como essa eventualidade é muito frequente nas sociedades contemporâneas, quando a Biofilia falha em seu papel evolutivamente consolidado de força estruturadora da personalidade, surge a possibilidade do desencadeamento de transtornos mentais, e uma conseqüente insensibilidade às necessidades da natureza^{19,20,13}. Essa perspectiva deve ser inserida em processos educativos em espaços formais em todos os níveis de ensino e não formais, para todos os segmentos sociais, visando uma educação animalitária.

A perspectiva da sinergia entre a Biofobia e a Bioética

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988²¹, conhecida como “Constituição-Cidadã”, se constitui na lei maior do país e estabelece direitos e deveres, que devem ser seguidos e respeitados como verdadeiro exercício da cidadania e da democracia. Em seu artigo 225, o documento garante a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, reconhecendo-o como essencial à sadia qualidade de vida, e atribui ao Poder Público e à toda sociedade o dever de preservação do ambiente para as presentes e futuras gerações.

Devido às crescentes preocupações com a degradação ambiental, o aumento da pobreza e da fome em todo o mundo, foi organizado no ano de 2000 uma assembleia geral da ONU (Organização das Nações Unidas), com a presença de mais de 191 países, a fim de discutir as estratégias para o enfrentamento da crise global. Naquela ocasião, foram criados oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ou seja, estratégias para combater os principais fatores da crise mundial. Tais estratégias foram adotadas por líderes mundiais de todo o planeta e deveriam ser atingidas até o ano de 2015. Apesar de alguns avanços das propostas, foi necessária uma prorrogação do prazo e uma renovação destas metas. Para isso, no ano de 2012, no Rio de Janeiro, foi realizada uma nova assembleia, sendo criada a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável com 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem cumpridos até o ano de 2030. A partir da nova agenda, o meio ambiente ganhou maior destaque e, o que antes estava apenas no ODM 7, agora passou a ter maior visibilidade e destaque, estando presente em sete objetivos: ODS 6 - água potável e saneamento; ODS 7 - Energia limpa e acessível; ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; ODS 12-Consumo e produção sustentável; ODS 13 - Ação contra mudança global do clima; ODS 14 - Vida na água; e ODS 15 - Vida terrestre.

A relação dos seres humanos com o meio ambiente é inerente a sua condição de ser vivo, contudo, a compreensão da demanda de interação com elementos naturais na promoção de um bem-estar biopsicossocial embasou a Teoria da Biofilia^{2,3}. Justamente o descaso com essa necessidade em detrimento do prazer resultante da interação com

dispositivos eletrônicos vem imputando ao *déficit de natureza* uma perspectiva de aumento exponencial caso não se faça algo para mitigá-lo. Dentre os possíveis desdobramentos, o enaltecimento da Biofobia em decorrência de um não entendimento da natureza e do tratamento respeitoso com todos os seres vivos pode ser o mais prejudicial, tanto para as pessoas quanto para a natureza. Segundo o dicionário Michaelis, a palavra biofobia significa “horror mórbido à existência ou ao que é vivo”, ou seja, a Biofobia é a aversão, medo e desconforto a elementos naturais, sejam plantas a animais ou paisagens e fenômenos climáticos.

O emprego da biofobia no contexto da conversação ambiental transpassa a condição clínica associada às fobias. As fobias se inserem no espectro dos transtornos de ansiedade desencadeado por um medo irracional diante de situações específicas, objetos e animais, ainda que esse estímulo isso não represente um perigo em potencial. As fobias possuem denominações específicas e são tratadas de diferentes formas: as fobias de animais é denominada de “zoofobia”²². Contudo, algumas categorias de destacam como: Aracnofobia por medo de aranhas; Ofidiofobia decorrente do medo de cobras; Ranidofobia, devido ao medo de sapos; Catsaridofobia diante do medo de baratas e Musofobia resultado do medo de ratos²³. Esta condição de medo intenso pode trazer consequências para o convívio em sociedade, impactando, inclusive, na qualidade de vida das pessoas, levando ao isolamento social e a abstinência de experiências ao ar livre²⁴. Existem inúmeros tratamentos, tradicionais como psicoterapias e uso de medicamentos e inovadores, como o uso de realidade virtual.

Os limites entre a expressão de uma fobia e um desconforto diante de um animal desconhecido podem ser determinantes para qualidade de vida das pessoas, mesmos nas cidades. Os centros urbanos paulatinamente foram se tornando mais estéreis de vida. Uma geração de seres humanos cresceram em ambientes como shopping center, isentos da noção de dia/noite e dos inconvenientes de se depararem com dia chuvoso, frio ou quente, assim como protegido dos riscos de interações com animais e plantas. Os parquinhos para crianças passaram a utilizar areia esterilizada e grama sintética ou serem instalados dentro dos próprios shoppings. Essa geração cresceu sem a oportunidade de conhecer os animais e os riscos reais que alguns deles poderiam ter e de como se proteger respeitando os limites de cada espécie. No entanto, com as novas demandas de cidades verdes e sustentáveis o verde tem sido inserido no ambiente urbano por meio de parques, praças, hortas comunitárias e telhados verdes. A jardinagem aumentou significativamente com a pandemia. Obviamente que junto com as plantas são inseridos no dia a dia e nos lares os insetos e outros animais. Situações como estas podem instaurar reações desproporcionais que potencialmente causarão impactos na qualidade de vida dos animais, das pessoas e no ambiente.

A fobia, medo, nojo, desconforto de alguns animais ou de certos elementos naturais não eximirão as pessoas de coabitarem com eles, mesmo nas cidades, que são ambientes

plurais e diversos. Contudo, a interação inevitável que pode vir a se confirmar como um potencial gerador de vulnerabilidades, tanto ao homem quanto para os demais seres. Muitas vezes os animais são exterminados por desconhecimento tanto da sua nocividade, quanto do que fazer. O controle ético de animais como aranhas²⁵ e caramujos²⁶ já vem sendo discutido e a relação das pessoas com esses animais sinantrópicos precisa ser inserida na pauta da agenda da Bioética^{27,28}.



A Bioética, desponta como uma ferramenta para intermediar o debate entre os diferentes atores que compõe a problemática inserida na biofilia e na biofobia. A sua natureza dialogante e multidisciplinar intenciona a construção de pontes e conexões para efetivar a comunicação entre atores com linguagens, interesses e valores dispares, tais como a sociedade, as pessoas portadoras de fobias, a academia, as instituições que representam a natureza e os setores que vislumbram oportunidade de lucrar com essa limitação. Questões ambientais, como a Biofobia, são complexas, pois além de muitos atores, ora estão no papel de agendas morais, ora são pacientes. Por exemplo um cidadão que cresceu em uma cidade como Curitiba, que há 30 anos trava uma batalha com a aranha-marrom, um animal comum no interior das residências, cuja picada pode causar intoxicações que podem levar a um quadro grave. A mídia imputa um clima de pânico, que pode ter sido determinante no comportamento de pessoas que se desenvolveram nesse período. Quando esse cidadão está em sua casa e decide exterminar todos as aranhas por alegar possuir um medo extremo de aranhas, ele está sendo agente moral. Sua atitude, sem dúvidas, pode prevenir acidentes, mas pode exterminar aranhas inofensivas e que potencialmente iriam controlar as aranhas de interesse médico. Nessa situação, em que o cidadão não teve acesso a informação, educação, sensibilização, ele configura como um

paciente moral, e sofre as consequências de alguém que tomou a decisão por ele.

A Bioética Ambiental se predispõe a ouvir a todos, seus valores, suas necessidades, limitações e potencialidades. Então, deve traduzir os argumentos de todos os atores uns para os outros, para procurar necessidades, interesses e valores em comum para concretizar uma solução consensual e boa para todos. Outra característica da Bioética Ambiental é que embora a resolução dos problemas deve ocorrer na escala local, na atitude do indivíduo, ela se configura de um problema global. Os processos biológicos, sociais e espirituais envolvidos na Biofilia e as consequências de uma Biofobia descontextualizada se configura em um problema do mundo como um todo. O Planeta Terra está vivendo um processo de degradação ambiental insustentável e uma mudança de paradigma que intenciona esverdear as cidades. Nesse futuro, não cabe pessoas insensíveis para toda forma de vida e consciente do seu papel nessa complexa teia de interações.

Relato oficina deliberativa

O que pensam os universitários e os 60+ a respeito da biofobia?²

Você tem medo ou aversão a algum animal?

O É-CAMINHO DO DIÁLOGO:

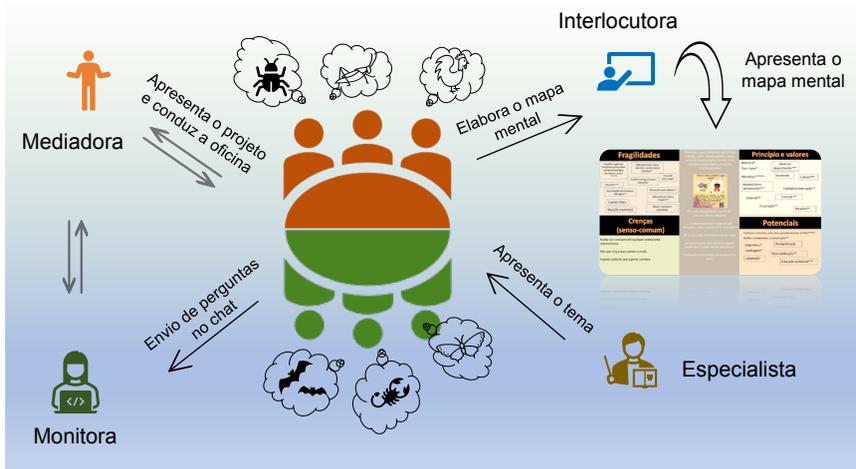
Você graduado ou graduando de Biologia, Veterinária, Zootecnia e afins que possui fobia, medo ou aversão a animais e/ou elementos naturais venha compartilhar conosco suas experiências e juntos vamos debater nossas vulnerabilidades!

Data: 03-11-2022 das 13:00 as 15:00
Inscrição: <https://forms.office.com/r/60T0zRdbDN>
Convidado: Mestre Robiran J. dos Santos Junior
Mediadora: Mestranda Marina K. Farias
Interlocutora: Drª Marta L. Fischer

Nos dias 03 e 04 de novembro de 2022 foram realizadas as oficinas “Você tem medo ou aversão a algum animal?” em ambiente virtual. A intervenção contou com o convidado

2 Autores da sessão: Marta Luciane Fischer, Robiran José dos Santos Junior, Marina Kobai Farias, Isabella K. Bueno e Larissa M. da Silva.

especial o biólogo e mestre em bioética Robiran José dos Santos-Junior responsável pela contextualização do tema “biofobia”, como mediadora, a mestranda Marina Kobai Farias, como interlocutora a professora Marta Luciane Fischer e como monitoras a graduanda de biologia Isabella K. Bueno e a estudante de ensino médio Larissa M. da Silva. O público que participou das oficinas confrontou as memórias e percepções de participantes 60+ com universitários de cursos que visam o desenvolvimento de competências para trabalhar com animais (Biologia, Medicina Veterinária, Zootecnia) e os demais cursos. O diálogo proporcionou uma visão ampla e diferenciada de como a biofobia se manifesta nos diferentes grupos da sociedade.



A mediadora deu início à oficina agradecendo a todos os convidados e indicando como se daria o processo do diálogo, em seguida o biólogo convidado apresentou o tema com uma linguagem clara, leve e condizente com cada grupo. Em sua narrativa foram expostas vivências pessoais gratificantes, colaborativas e estimulantes para participação dos debatedores. Enquanto se dava a palavra para os convidados, as monitoras cuidavam do chat onde os convidados que não se sentiam à vontade em falar no vídeo poderiam expor suas opiniões e dúvidas. A interlocutora realizou as anotações das conversas durante toda a oficina e no final apresentou a síntese do encontro em forma de mapa mental. As anotações foram todas explicadas e oportunizado aos participantes a exposição de suas experiências, sentimentos, ideias e reflexões sobre o que foi apresentado, sendo inserido novas informações sempre que necessário.

Mapa mental

Após a validação dos mapas mentais pelos participantes foi realizada uma segunda etapa, pelos autores, reunindo as informações e criado um mapa mental único cuja fala foi

categorizada e distribuída nos vetores: Fragilidades, Crença e Senso-comum, Princípios e valores e Potenciais, sendo sinalizado a contribuição comum a todas e destacadas as contribuições específicas de cada oficina (Figura 2).

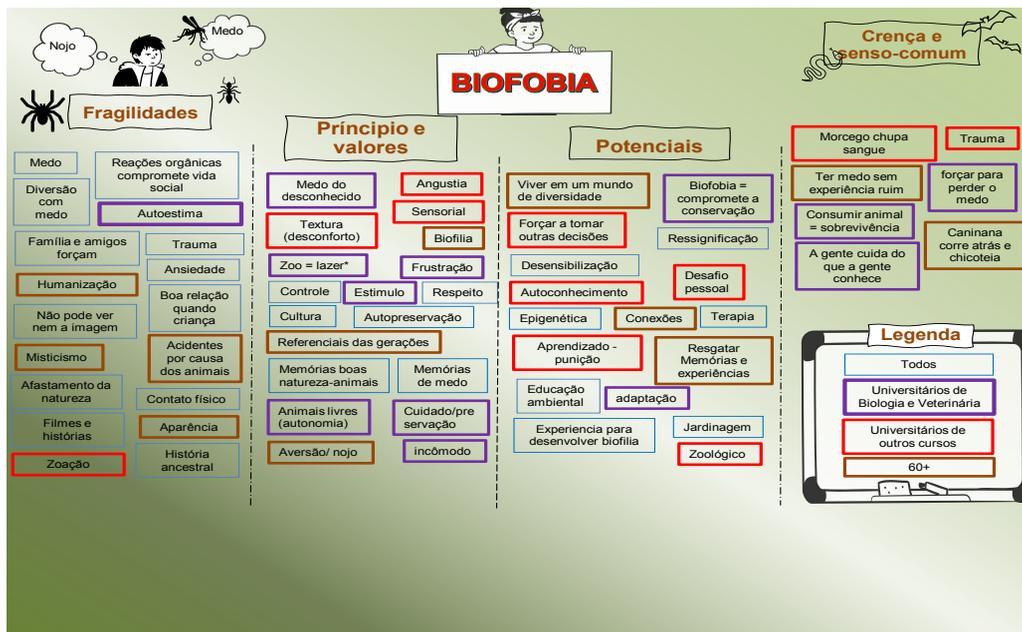


Figura 1. Mapa mental sobre a perspectiva dos participantes das oficinas sobre a Biofobia. Elaborado pelas autoras.

Fragilidades

As fragilidades identificadas na fala dos participantes das oficinas expuseram diversas vulnerabilidades emocionais. Expressões como “zoação”, “familiares e amigos forçam piorando”, “filmes e histórias”, histórias ancestrais” evidenciaram o processo de biofobia potencializados por terceiros e que acabam desencadeando sentimentos negativos nas pessoas. Algumas colocações como “reações orgânicas comprometem a vida social” e diversão com medo” demonstraram como a Biofobia pode afetar a qualidade de vida das pessoas no meio social. Os participantes 60+ demonstraram uma associação do animal temido com perigo e misticismo demonstrando um ancoramento de suas reações em justificativas socialmente aceitas. Já para estudantes de cursos que envolvem animais, a demonstração de medo e aversão compromete a sua imagem social e profissional impactando na sua autoestima. Processo esse que em cursos que não envolvem animais se potencializam apenas em como é percebido pelo grupo. A interação com o ambiente precisa ser realizada de forma natural de maneira a não causar estresses e traumas para ambos. Desta forma é preciso conscientização e dedicação a fim de transpor certos paradigmas que expõe os animais a vulnerabilidades na interação com humanos.



No decorrer dos relatos dos convidados foram citados diferentes animais responsáveis pelos sentimentos negativos. Representantes dos mais diversos grupos, como invertebrados, mamíferos, anfíbios, aves e répteis, compuseram um panorama da fauna silvestre presente em ambientes urbanos e rurais, se destacando as baratas, abelhas, gafanhotos, sapo, aranha e cobras (Figura 3).

Crença e senso comum

As crenças e o senso-comum potencializam as fragilidades, uma vez que validam a reação negativa. Embora os processos culturais se estabeleceram contextualizados em situações que visavam a sobrevivência, a sua manifestação fora de contexto pode potencializar os danos. Na fala dos participantes foram identificadas expressões como “*morcego chupa sangue*”, “*a caniana corre atrás e chicoteia*” são destituídas de informações científicas e compreensão do papel ecológico das espécies o que pode distorcer a percepção levando na maioria das vezes ao extermínio destes animais e consequente ameaça à biodiversidade. A expressão “*consumir animal é igual a sobrevivência*” remete a uma crença ancestral e que remonta a pré-história, ainda demonstram suas influências na vida cotidiana e que justificam o abatimento de alguns animais. Por outro lado, a crença que uma experiência desagradável com um animal, uma aversão ou até mesmo precaução diante de um animal desconhecido representa uma fobia decorrente de um trauma, igualmente fundamenta uma limitação e não abre espaço para soluções factíveis.

Princípios e valores

Os princípios e valores são os referenciais utilizados para tomada de decisão de como interagir com os animais. Logo, os mesmos podem ser positivos ou negativos. As pessoas que vivem em cidades na maioria das vezes não possuem muitas oportunidades

de interagirem com os elementos naturais uma vez que frequentam ambientes estéreis, limpos e controlados, que não possuem a presença de animais. Contudo, atualmente a preocupação das cidades em serem inteligentes e sustentáveis tende a promover a interação dos seres humanos com a natureza diretamente ao frequentar um parque ou indiretamente pela aproximação desses animais em suas próprias residências. Neste sentido é que o medo expresso pelas pessoas como fobias, muitas vezes é decorrente da falta de contato anterior com esses animais. A presença de parques, praças e áreas verdes na cidade de Curitiba favorece este convívio e gera preocupações com as futuras interações. Outro fator que favorece o medo nas interações com animais é a imprevisibilidade do comportamento do animal, o que pode ser minimizado com informação e respeito. O medo também pode ser explicado pela autopreservação, ou seja, o respeito pelo animal, nestas ocasiões geralmente acontecem quando se acredita que o animal possa apresentar um comportamento perigoso, levando pessoa se sentir melhor afastada do mesmo. A contação de histórias e causos em reuniões familiares e de amigos também é um fator que favorece o medo sem propriamente ter tido a experiência com o animal. A chacota por parte de pessoas próximas quando em certas ocasiões utilizam do animal jogando ou empurrando para cima da pessoa que possui o medo favorece também o início e intensidade do sentimento.

Potenciais

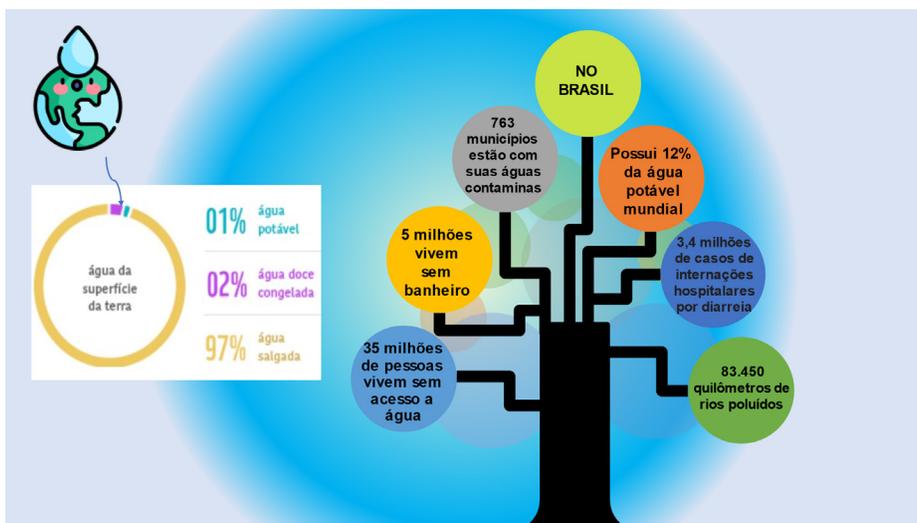
O conhecimento aliado com a convivência com o animal foi um dos grandes destaques dos potenciais da oficina. Inserido na temática, a educação ambiental juntamente com a jardinagem surgiram como propostas de ressignificação do papel de cada pessoa na sensibilização e adaptação no convívio com os animais. Desta forma com a expectativa de ajudar a superar alguns aspectos da biofobia. Expressões como “*desafio pessoal*”, “*forçar a tomar outra decisão*”, “*auto-conhecimento*” “*adaptação*” se inserem em meios de autossuperação dos medos que demonstram posições favoráveis para o processo de mudança de paradigmas.

O biólogo convidado relatou que participar das oficinas foi uma experiência muito enriquecedora, especialmente para compreender mais profundamente os diferentes processos que desencadeiam medos, repulsa ou aversão à certos tipos de animais, plantas e ambientes naturais. A partir das experiências compartilhadas durante as oficinas ficou evidente que muitas fobias à seres vivos têm origem em experiências negativas vivenciadas durante a juventude, transmitidas através de lendas populares ou histórias contadas pelos anciões das famílias e sendo passadas de uma geração para outra. No entanto foi possível observar também que certos animais como serpentes, ratos, baratas, aranhas, anfíbios são alvos da biofobia mesmo sem que tenha existido alguma experiência negativa com o animal. No instinto de autopreservação da vida, saúde e integridade o medo e o respeito aos animais selvagens se mostrou presente. Contudo em meio aos relatos foi possível

observar que a biofobia é por vezes superada a partir da aproximação com a natureza e do convívio com os seres vivos alvos da mesma. A proximidade, o contato experiencial são mecanismos de sensibilização para o desenvolvimento da biofilia. A experiência nas oficinas foi gratificante, principalmente por se tratar de um grupo heterogêneo de diferentes idades, áreas de formação, atuação e perspectivas, contribuindo de forma plural para enriquecer o debate sobre o tema. Fica o aprendizado que o diálogo sobre Biofobia/Biofilia e da relação da humanidade com a natureza deve ser cada vez mais fomentado, não apenas nas vias acadêmicas, mas para com a sociedade em geral, a fim de resgatarmos o elo perdido da relação com a natureza fundamental para a preservação da mesma e para a construção de um mundo

2 I “FOME DE ÁGUA”: A DIMENSÃO BIOÉTICA DA CRISE HÍDRICA³

Há 10 bilhões de anos uma estrela explodiu e deu início a um intenso processo de expansão cujas partículas foram espalhadas pelo espaço e, posteriormente, aglomeradas em grupos pela força da gravidade. Deu-se início às galáxias, ao sistema solar, aos planetas e outros corpos celestes. Um dos planetas, oriundos deste sistema, começou a se resfriar e acumular moléculas mais pesadas, além de receber grandes impactos de asteroides e meteoros que traziam outros elementos em abundância no Universo. Essas novas moléculas formaram o elemento mais abundante do Planeta Terra: a Água. O recém-formado planeta se configurou de forma a permitir com que a água se aglomerasse abundantemente na forma líquida, criando um delicado equilíbrio e permitindo, assim, o surgimento do que entendemos hoje por vida. Essa combinação de fatores e elementos é tão rara que se pode explicar por que existem poucos planetas nessas condições¹.



3 Autores da sessão 2: Marta Luciane Fischer, Thierry Betazzi Lummertz, Jaqueline Stramantino, Maicon Douglas de Oliveira, Gislaíne Teresinha de Queiroz e Ioná Mila Marques.

A atmosfera do Planeta Terra favoreceu o acúmulo de água líquida em toda a sua superfície e no seu interior, no entanto distribuída de formas diferentes. A maior parte da água é representada pela porção salgada formando mares e oceanos, totalizando cerca de 97%. As camadas internas do planeta também abrigam água que se infiltra e acumula nos lençóis freáticos. O restante da água é considerada doce sendo distribuída na forma de gelo, (aproximadamente 2,5%), na atmosfera no formato gasoso (0,9%) e, por fim, sobre os continentes na forma de rios e lagos (representando apenas 0,5%), denominada de águas superficiais. Deve-se considerar que a água compõe, ainda, a maior porcentagem da biomassa de todos os seres vivos, que é fundamental para o ciclo da água e essencial para a manutenção da vida na Terra².

A água sempre foi protagonista na vida do ser humano, seja biologicamente ou devido a sua representação simbólica, espiritual e estética. A água permeia o imaginário humano se constituindo de um elemento fundamental na organização e formação das sociedades. A transição entre o nomadismo e o sedentarismo dos grupos humanos, bem como o surgimento da agricultura e da criação de animais, o desenvolvimento da cultura, da economia, das religiões e até do lazer foram influenciadas diretamente pela água. Embora a quantidade de água no planeta seja a mesma desde a sua origem, a água potável tem diminuído drasticamente como o desenvolvimento tecnológico da humanidade. Atualmente, praticamente toda água superficial está contaminada e os lençóis freáticos correm sérios riscos de também serem inutilizados. Com o advento da agricultura, desenvolvimento tecnológico e a ciência avançando exponencialmente, o aumento da população foi inevitável criando uma pressão nos recursos naturais. Assim, o aumento da poluição do ar, da água e do solo pela ação humana levou ao impacto das ações imprudentes mundialmente. Foi preciso criar legislações para assegurar a qualidade e preservação dos recursos fundamentais à sobrevivência de todos os seres vivos³.

No Brasil a Lei Federal número 9.433/1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei das Águas), sendo o marco mais importante sobre esse recurso no país. A lei garante à atual e às futuras gerações a disponibilidade de água, em padrões adequados; utilização racional e integrada de recursos hídricos; promoção da preservação e o aproveitamento do recurso natural. De fato, o Brasil possui uma legislação ambiental bem estruturada, porém devido aos desafios enfrentados pelo país, as leis nem sempre são cumpridas. No entanto, para que as leis sejam efetivadas, não apenas os governantes precisam estar alinhados com as demandas, mas igualmente os cidadãos devem ser estimulados a participarem ativamente nas tomadas de decisões, principalmente sobre as questões ambientais, a chamada cidadania ambiental. Para isso é preciso investir em espaços efetivos de participação e educação. Além da cidadania ambiental, é preciso promover a ciência cidadã, integrando a CIÊNCIA e a população para contribuir com pesquisas importantes a todos, dando credibilidade à informações relevantes e impedindo a desinformação e o negacionismo⁴.

Mesmo com a Legislação Ambiental que busca preservação e uso consciente da água, a realidade se mostra divergente, tornando a situação ainda mais grave. A crise hídrica vai além da finitude do elemento água, passando pelos desafios de combater políticas públicas que visem o imediatismo e a falta de informação acerca dos fenômenos naturais e o equilíbrio dos ecossistemas. O Brasil possui a maior reserva de água do mundo, mostrando que a distribuição da água é desigual não só globalmente como regionalmente. O Brasil já enfrenta escassez desse recurso revelando outro problema enfrentado pelo país: a desigualdade social. A desigualdade no acesso à água potável é reflexo da distribuição da água para as classes mais vulneráveis, revelando ainda mais a crise política do país⁵. Contudo, é dever do Estado garantir o Direito Humano de cada cidadão de acesso à água potável, saneamento, além de serem atendidos nos parâmetros de segurança alimentar e nutricional⁶.

O mundo está em crise e os seres humanos estão colhendo os frutos de atitudes imprudentes desde o momento que a natureza em que a exploração predatória da natureza se instaurou. Contudo, momentos de crise permitem reflexão e questionamento acerca dos caminhos, sendo justamente o questionamento sobre os valores utilizados nas tomadas de decisão que levou ao surgimento de uma área nova do saber: a Bioética Ambiental. A Bioética Ambiental representa a ponte para um futuro com esperança na construção de uma sociedade mais justa, saudável e igualitária, onde se comunguem valores éticos que visem uma relação harmônica com a natureza.

O bioquímico norte americano Van Rensselaer Potter⁷, expoente da bioética na década de 1970, alertou para urgência da construção de uma nova sabedoria que crie caminhos para a sobrevivência do planeta. Para tal, deve-se utilizar o conhecimento como um guia para a ação integrando o bem social. Bem como, a qualidade de vida dessa e das futuras gerações de humanos e todos demais seres vivos do planeta. Ainda há tempo da humanidade repensar suas ações, entender que é responsável pelos seus atos. O trabalho é longo, porém todos podem contribuir participando, cuidando e respeitando a Mãe Terra. O caminho para a construção de um pensamento amoroso e cuidadoso se dá por meio da educação de qualidade, educação para todos visando a qualidade de vida e dignidade. A mudança é urgente e, apenas por meio da educação e deliberação coletiva, será possível vislumbrar novos horizontes em um planeta mais equilibrado, saudável e em harmonia com toda a biosfera.

O que entendemos por “Fome de Água”

A água é condicional para a vida, contudo para que essa condição se estabeleça se faz necessário que não tenha contaminantes. Nesse sentido, constata-se que, sendo a água um elemento essencial para a manutenção da qualidade de vida. Soma-se o fato que os seres humanos serem os principais responsáveis pela degradação dos recursos

hídricos do planeta, levando a uma sinergia da cidadania e a água. Logo, saber cuidar da água é uma atitude cívica.

O aquecimento global aumentará de 1,5 a 2°C a temperatura planetária, em cerca de 30 anos. Essa conclusão foi feita pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, publicado em relatório em agosto de 2021⁸. Infelizmente, segundo o relatório, é tarde demais para a reversão total desse cenário, pois os impactos causados pela ação antrópica, são irrefutáveis e irreversíveis². Apesar de ser uma perspectiva futura, as consequências já estão sendo duramente vivenciadas pela população de todo o planeta, principalmente os mais vulneráveis. O aumento da temperatura, causado principalmente pelo aumento da emissão de dióxido de carbono, potencializará o período de secas extremas intercalados com chuvas intensas e catastróficas. As acentuações das mudanças climáticas geraram impactos sociais, econômicos e sobre a saúde das gerações atuais, sendo que, esses impactos se acentuaram ainda mais nas gerações futuras⁹.

Os impactos da mudança climática foram refletivos nos anos de 2020 e 2021, durante a Pandemia Covid-19, a crise hídrica em muitos estados brasileiros, naturalmente reconhecidos pela abundância de chuvas⁹. A crise hídrica desencadeia uma cascata de problemas⁸:

a) Com a baixa vazão dos rios dos níveis dos reservatórios podem levar a conflitos pelo uso da água e suspensão dos seus usos;

b) Em situações de crise são adotadas medidas de redução ou até interrupção do abastecimento das cidades visando evitar o esgotamento das reservas hídricas;

c) Carros-pipas e adutoras são soluções emergenciais para abastecimento das cidades e áreas rurais;

d) A escassez de água acarreta impactos econômicos na produção industrial, agrícola, comércio e cotidiano da população. Apela-se para o uso de mananciais subterrâneos correndo risco de contaminá-los também;

e) A escassez compromete a qualidade da água, o que piora a saúde da sociedade em geral, aumentando doenças como a diarreia, principalmente da população mais pobre, que somada com a desnutrição, pode levar a morte;

f) Os reservatórios de geração de energia estão sujeitos à regras, que visam garantir a quantidade de água para usos localizados;

g) Com a vazão dos rios reduzidas, as usinas hidrelétricas possuem seu funcionamento alterado para atender todas as demandas, o que pode acarretar na diminuição de fornecimento de energia elétrica.

A medida que o esperado mundo pós pandêmico se aproxima, trazendo a expectativa de que um novo normal minimize a dor de múltiplas perdas, a humanidade concebe que terá que lidar com “velhos/novos” problemas. Dentre eles, destaca-se a escassez de água ou graves impactos ambientais causados pelo uso desordenado desse recurso essencial para a vida não só humana, mas de todo o planeta e qualquer ser vivo presente nele. Ressalva-

se as medidas de enfrentamento da contaminação pelo coronavírus, que demandava além do distanciamento social uma ampliação de medidas de autocuidado e higienização, encontrando barreiras com a inacessibilidade a água potável, principalmente em locais que viviam concomitantemente uma estiagem.

O cenário da crise hídrica envolve aspectos multidimensionais e as perspectivas não são positivas, somada as mudanças climáticas a uma gestão obsoleta ocorre um aumento da vulnerabilidade, o que pode ser associado a insegurança hídrica⁸. A garantia do exercício de uma vida plena parte da redução de inseguranças hídricas.

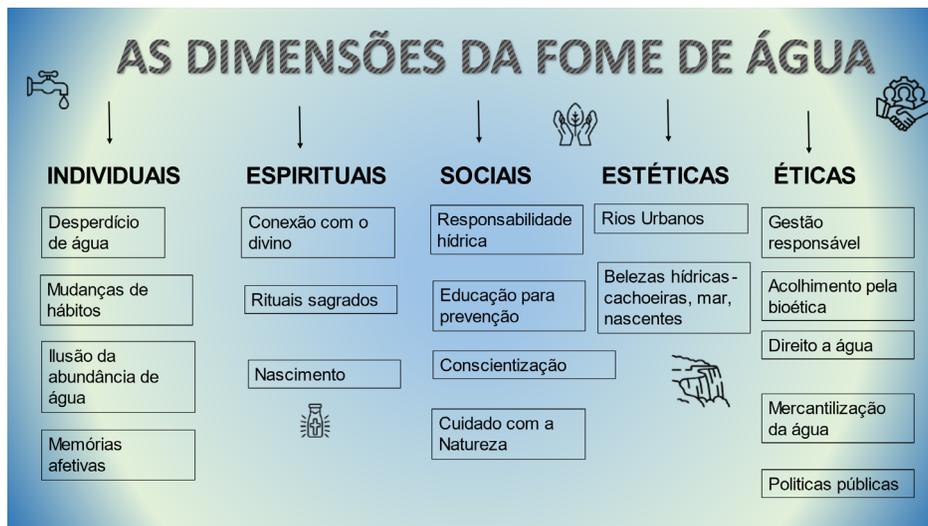
A segurança hídrica pode ser entendida como fornecimento de quantidades suficientes de água de alta qualidade para atender às necessidades humanas, as atividades econômicas e a proteção dos ecossistemas aquáticos e terrestres, além da gestão da população e dos riscos ambientais associados à seca extrema. O conceito está intrinsecamente relacionado com o direito humano ao acesso à água potável e ao saneamento básico, que visa garantir o acesso à água em qualidade e quantidade para todos^{10,11}. Embora os Direitos Humanos sejam universais e indivisíveis e englobem a princípios da inviolabilidade, da autonomia e da dignidade da pessoa humana, sem água potável, não é possível a garantia desses direitos⁶.

Para a garantia da segurança hídrica é necessário sustentar os quatro pilares que estão envolvidos no ciclo da água: a) acesso às necessidades básicas da população; b) preservação de ecossistemas da água; c) resiliência a eventos como secas e inundações; d) garantia da água para múltiplos usos⁹. Assim, se faz necessário iniciar uma ação clara exigindo que os que a gestão desempenhe seu papel de forma adequada para a mitigação dessas inseguranças hídricas.

Essas condições que ameaçam a segurança hídrica podem ser compreendidas como uma vulnerabilidade. O conceito de vulnerabilidade em Bioética foi descrito no 8º artigo da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH) e a falta de saneamento básico pode ser encaixada como vulnerabilidade social, ou seja, quando a ação do indivíduo é determinada por agentes políticos ou ambientais, como cultura, economia, relações de poderes ou desastres naturais¹¹. A vulnerabilidade e desigualdades relacionadas a água, entretanto, assumem falhas na garantia da qualidade de vida da população, ampliando a insegurança alimentar, sanitária e falta da água para hidratação atingindo uma dimensão de “fome da água”¹².

O termo “fome da água” pode ser entendido como a reunião das vulnerabilidades biológicas, sociais, ambientais e éticas que enfrentam as consequências do uso da água¹². Por isso, essa terminologia não pode ser entendida somente como sede, que se limita a processos fisiológicos. A “fome de água” envolve a fome, nas dimensões individuais e coletivas para alcance da universalização ao acesso a água potável e saneamento. Consequentemente, evidenciando como as pessoas vêm sofrendo pela falta não apenas de água para beber, mas também tudo com o que a água relaciona. Um exemplo disso é a

crise hídrica que vem afetando a vida de muitas pessoas, em que, ainda há pouco interesse em discutir cientificamente os problemas éticos relacionados à crise hídrica, isso faz que os possíveis vulneráveis a esse processo possam estar sendo negligenciados.



A “fome de água” interfere na vida das populações mais vulneráveis. No que tange a dimensão da água e saneamento, as mulheres, povos originários, crianças, pessoas pretas são as que melhor representam a privação ao acesso de água potável no Brasil⁵. A escassez de água potável tem consequência direta com o aumento do tempo de internamento, pois amplia as infecções gastrointestinais e de parasitoses transmitidas por animais e de populações viventes em situação insalubre. Esses vulneráveis sofrem privações múltiplas, sem direito à educação e moradia digna, possuem mais suscetibilidade a patologias bacterianas e virais associadas a diarreia acarretando mortalidade, principalmente infantil. Esgotos sem tratamento e condicionamento adequado, privação de coleta de lixo apropriada, escassez de banheiros na residência ou banheiros compartilhados de forma irregular são concomitantes à escassez de água potável¹³.

A falta de água aumenta a fome paradoxal a uma produção mundial de alimentos atrelada a uma distribuição insuficiente para atender as necessidades de todos os habitantes do planeta. A água está envolvida em toda cadeia de produção de alimentos, logo a sua escassez impacta diretamente no acesso ao recurso e indiretamente no mercado financeiro¹³.

No mundo, a fome cresceu 20% durante o período pandêmico¹³, mesmo em países como o Brasil, que desde 2014 já vinha superando com sucesso questões relacionadas à miséria e fome. Atualmente, 58,7% dos brasileiros convivem diariamente com algum grau de insegurança alimentar. Sem fome não há dignidade, a fome corrói e mata, quem tem fome tem pressa. Setores como o agronegócio, que desperdiçam cerca de 70% de água potável,

colaboram para o aumento da inflação dos alimentos e automaticamente comprometendo o acesso a alimentos básicos nos domicílios em vulnerabilidade. A inflação, especialmente no caso da população de baixa renda, significa tirar o poder de compra, impossibilitando o pagamento de suas necessidades básicas, inclusive a compra de alimentos. Assim, se faz indispensável a atuação da gestão não só propondo uma melhor conduta dos recursos hídricos, mas adotando políticas públicas voltadas as estratégias para a produção agrícola com menos danos¹³.

É fato que os problemas relacionados a escassez, falta de acesso, uso insustentável, e até mesmo em decorrência das mudanças climáticas, vêm se tornando cada vez mais frequentes. Esses impactos nos faz buscar ferramentas que possam ajudar, ou pelo menos diminuir, as vulnerabilidades causadas por fatores relacionados à inacessibilidade a água potável.

Uma importante bússola para solucionar os conflitos éticos envolvido na relação das pessoas com a água são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As ODS objetivam uma sinergia de esforços para “acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade”¹². Sendo que dois desses objetivos diretamente relacionados a questões que envolvem o cuidado com a água: ODS 6 – Água potável e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos; ODS 14 – Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável dizem respeito a ações diretamente envolvidas com o cuidado com a água, ainda se observarmos, vários outros também se relacionam com o consumo e direito ao acesso a um bem tão precioso como a água¹⁴.

A água e o saneamento básico inserem-se na esfera do direito de todos os cidadãos para garantir a promoção do crescimento e desenvolvimento dos vulneráveis. Por isso, se faz de suma importância, focalizar políticas públicas voltadas para a distribuição da água potável e segura e do saneamento básico principalmente nas regiões norte e nordeste, atingindo uma cobertura completa e cumprindo o ODS¹⁴.

Ainda que os ODS sejam claros em suas metas, para que realmente possam ser alcançadas, é importante que as discussões sobre o tema estejam em todas as esferas sociais, que tenha um grande alcance entre o meio digital, científico e popular. Dessa forma é possível cobrar que políticas públicas sejam bem elaboradas e que possam efetivamente afastar as vulnerabilidades. É importante ressaltar que uma legislação que possa evitar o uso exacerbado de recursos hídricos, também precisam ser elaboradas. Para que dessa forma o uso sustentável e consciente, além do acesso seja respeitado em todos os lugares.

A Bioética Ambiental pode ser um meio entre as discussões e ações concretas que realmente gerem o impacto positivo, para os seres vivos e para o ambiente. A utilização de espaços ou ferramentas digitais podem contribuir para diminuir os impactos negativos que a crise hídrica vem trazendo as pessoas, aos animais e ao ambiente. Um estudo avaliou

os espaços deliberativos virtuais como potenciais ferramentas de construção coletiva e exercício da cidadania na concepção das causas, enfrentamento e prevenção de situações de crise como as evidenciadas no acesso à água potável⁹. Os resultados desse estudo apontaram que os espaços de deliberação virtual são fundamentais para construção coletiva que visem a resolução de dilemas ambientais. Logo, potenciais ferramentas de construção coletiva e exercício da cidadania na concepção das causas, enfrentamento e prevenção de situações de crise⁹.

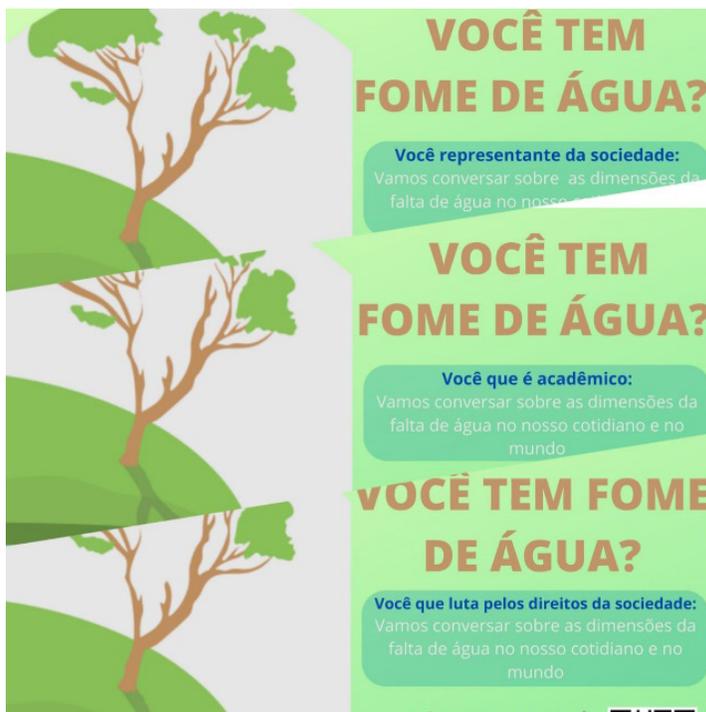
A Bioética Ambiental acolhe a discussão, elaboração e tomada de decisões que possam minimizar os impactos da crise hídrica. Ainda assim, é de extrema importância que essa pauta seja discutida de forma multidisciplinar, para que se possam encontrar soluções mais assertivas através do diálogo plural, ético e construtivo. O caminho é longo e requer muito empenho de todos, seja no meio acadêmico ou popular. Sob a perspectiva da Bioética Global é possível construir uma ponte para o futuro, que relaciona a sobrevivência da espécie humana, “numa forma decente e sustentável de civilização, exigindo o desenvolvimento e manutenção de um sistema de ética”¹².

A Bioética Ambiental se constitui, então, de uma ferramenta capaz de deliberar por meio de evidências as reais causas para a crise hídrica, através de um diálogo multidisciplinar⁹. A liberdade civil, a participação ativa e significativa no processo de tomada de decisão, que reconhece e valoriza o conhecimento local, se constitui de um pré-requisito para que os grupos sociais representem suas necessidades. Além disso, incentiva a interação entre grupos e o compartilhamento de opiniões, experiências e conhecimentos.

A sociedade precisa se organizar para cobrar das autoridades competentes a fiscalização do cumprimento correto das metas referente a água e saneamento referente aos ODS. Enquanto os gestores necessitam atentar-se as questões de saneamento urgentemente, com programas e políticas públicas para diminuir a pobreza extrema no Brasil, atrelada diretamente com a “fome de água” para garantia dos direitos humanos.

Relato oficina deliberativa

Como Ativistas, Acadêmicos e Sociedade entendem a expressão “Fome de Água”⁴



No dia 3 de outubro de 2022 em ambiente virtual do aplicativo Zoom® foram promovidas três oficinas intituladas de “*Você tem fome de água?*” contando com a participação de 24 debatedores representando a sociedade civil, os acadêmicos e os ativistas. Os debates sobre a temática iniciaram com a exposição de três convidados especialistas: o biólogo e ator **Thierry Betazzi Lummertz**, a jornalista **Maíra Fernandes de Melo** e o educador ambiental **Luís Castelo Branco Rena**. As responsáveis pela condução das oficinas foram as mestrandas **Gislaine Terezinha de Queiroz** e **Jaqueline Stramantino** como mediadoras; a professora **Marta Luciane Fisher** como interlocutora; a graduanda **Ioná Mila Marques** e a estudante de ensino médio **Raissa Fanchin** como monitoras. O objetivo das oficinas foi caracterizar como diferentes atores relacionados com o conflito ético da universalização do acesso à água potável concebiam a terminologia “*Fome de água*”.

O convidado Thierry Lummertz apresentou a perspectiva da bioética e de sua experiência com o teatro como ferramenta educativa. O biólogo apontou que a falta

⁴ Autores da sessão: Thierry Betazzi Lummertz, Maíra Fernandes de Melo, Luís Castelo Branco Rena e Marta Luciane Fischer

de água não se constitui do problema em si, mas sim, o acesso desigual que ocasiona vulnerabilidades sociais. A narrativa trazida pelo biólogo foi focada nas questões éticas relacionadas à universalização ao acesso à água potável no Brasil e no mundo. Ao longo de sua explanação apontou que pode parecer utópico que o Planeta Terra está perdendo suas águas quando praticamente toda sua extensão é preenchida por água. No entanto, deve-se considerar que essas águas são salubres e imprópria para consumo. Bem como, que a água potável, além de limitada, está sofrendo um rápido processo de deterioração. A contaminação de algo tão valioso e que sustenta a vida é resultado de atitudes antropocêntricas que ao longo do desenvolvimento das civilizações levou em consideração apenas os interesses dos seres humanos. Obviamente que durante toda a história era sabido da importância da água, contudo a crença de que carregaria para longe as sujeiras despejadas nela, ou que sempre se renovaria sustentou a dissonância no uso da água até os dias atuais. A mesma água que permite a produção de alimentos promovendo a segurança alimentar e nutricional das nações, é desperdiçada pelo agronegócio. O biólogo provocou os debatedores em relação ao consumo hídrico sustentável, cujas escolhas individuais podem impactar no desperdício. Como exemplo alertou que as pessoas deveriam se ater que ao comprar qualquer produto, mesmo que em um primeiro momento não tem associação com água, para sua produção foi necessário o uso de água. Caso o desconhecimento do consumidor promova a aquisição de produtos que demandem maior utilização de água, poderá perpetuar a inconsciência sobre a sua pegada hídrica. Consequentemente, uma má escolha poderá comprometer processos culturais, econômicos e sociais, logo a atenção acerca de seu uso é de responsabilidade da sociedade. Por fim, a preservação e a disponibilidade de uma água com qualidade e quantidade para todos foi referida pelo convidado: “*Assegurar para essa e para as outras gerações uma água de qualidade (...) e um planeta de qualidade*”. Essa frase é repleta de significados e conotações bioéticas, uma vez que, a água se constitui de um *Direito Humano*. Como mensagem final reiterou que não é necessário experimentar a escassez para dar importância para a abundância. Logo, fomentou discussões do poder transformador da água para construção de um legado para as futuras gerações. O respeito e a preservação em prol de todo o ecossistema, conduziu como sentimento final: a *esperança*. Atribuindo a esse sentimento alicerces da participação da sociedade diante o acesso hídrico.

Para a ativista Máira Melo a água deve ser concebida como *sujeito de direito*, cuja monetização tem gerado sérios impactos sociais, ambientais e econômicos mundialmente. As vulnerabilidades atreladas à condição água como fonte de lucro para as grandes empresas potencializa a sua exploração. A jornalista discorreu sobre *cidadania planetária* englobando os esforços de cooperativas globais e ONGs, além de movimentos sociais para a preservação da água e extinção da sua exploração com vista a “*libertar a água*”. Durante a exposição foi relatado com tristeza como a água está sendo vista para o mercado financeiro, no qual em períodos de escassez há aumento de demanda e consequente de

valorização. Como um bem privativo a água é comercializada permeada por apelos como “*para garantir a sobrevivência da humanidade e também ficar rico invista em água hoje*”. Paralelamente, na contramão de um mercado utilitarista, projetos como “*100 mil jovens pela água*” conclama as próximas gerações na luta pela sobrevivência da água, com mapeamento das nascentes e fiscalização da quantidade do uso de água em produtos. A mensagem final da ativista foi destacar a importância de construir narrativas e conexões para a mobilização a favor da água por meio da educação, associada à novas formas e transformações de se estar no mundo. Nesse sentido, o sentimento final foi de: *conexão*. Apesar das adversidades com sistemas obsoletos, a água é um direito de todos e protegê-la como sujeito que tem direitos é reconhecer que mesmo vulnerada é uma igual e que toda a sociedade deve lutar por essa bandeira.

Para o educador Luís Rena as conexões da água e seus desdobramentos possuem ações concretas na sociedade. Por meio de um comprometimento coletivo para preservação da água, as ONGs estão alinhadas com a juventude para o seu fortalecimento em todas suas dimensões. O relato conduzido pelo presidente da *Agora* e Coordenador do *Projeto 100 mil jovens pela água* demonstrou narrativas biocêntricas também apontando a água como sujeito de direito, e exaltando-a como elemento que merece habitar com respeito na Terra. Enquanto seres humanos com uma finita existência no mundo experenciam a existência da água que transpõe barreiras geográficas, políticas e temporais conectando ecossistemas e gerações de seres vivos. As ONGs, conjuntamente com outros movimentos participativos, convocam instituições públicas e privadas, incluindo universidades e igrejas, para fomentar a conscientização sobre o que está acontecendo com a água em nível planetário. Destaca-se o desmonte da transformação da água de um bem-comum para um bem monetário inserido em uma lógica capitalista. Luís Rena lembrou passagens revoltantes que aconteceram no Brasil devido à má administração da água, como o desastre do rompimento de barragem em Brumadinho, em Minas Gerais, em 2019. Os resíduos de minério alcançaram o Rio Paraopeba, comprometendo toda a cadeia alimentar e produtiva, única fonte de sustento para muitos moradores da região. O educador também levantou discussões a respeito da insegurança alimentar e nutricional, uma vez que, as toxinas dos agrotóxicos atingem as águas subterrâneas inviabilizando-a para o consumo direto e indireto. Afetando, assim, principalmente os povos originários que não têm como recorrer às águas envazadas. A experiência da desidratação é triste, mas a desidratação aliada com a fome é desoladora. Por fim, o papel da juventude foi mencionado para a proteção das águas, uma vez que, para o convidado um “*bem comum da humanidade que não pode ser apropriado*”, sendo os responsáveis de englobar as próximas gerações no cuidado com a água. Deixando um sentimento de *reflexão* para o grupo de ativistas, a mensagem final foi que para uma cidadania planetária ser exercitada com todos os atores da sociedade, será necessário que a água seja reconhecida como vulnerável e que possa haver justiça no seu cuidado e compartilhamento.



Durante o percurso das três oficinas os debatedores, demonstraram falas que confluíam em fragilidades, crenças, princípios e valores e potencialidades. O ponto chave observado na primeira oficina foi a dissonância da universalização do acesso à água potável, uma vez que, do Brasil à Moçambique, frases como “*é contraditório pois temos tanta água e falta água*” foram ditas por debatedores da oficina. Os debatedores elencaram que a água se constitui de um elemento que deve ter seu uso preservado, que merece ser compartilhada, que não possui um dono, que como direito humano, é de todos. Expressões como “*com a fome de água, vem a fome de justiça*” demonstraram que usurpar a água e utilizá-la predatoriamente infere diretamente nos princípios bioéticos. O fortalecimento de memórias em relação a água demonstrou o seu potencial transformador e agregador e parte da vida de todos desde o momento da sua concepção até questões acerca de ressignificações, lembranças ressaltadas em expressões como: “*a primeira experiência com a água é no útero materno*”.

O ponto enriquecedor das oficinas foi a exploração de diferentes pontos de vista com relação a terminologia “*fome de água*”. Os debatedores da sociedade demonstraram que a “*fome de água*” está envolvida em períodos de crise, escassez e racionamento, trazendo uma dimensão individual para a terminologia refletindo sobre as atitudes de desperdício. Já os debatedores acadêmicos apontaram os usos múltiplos da água como fonte de lucro que escancaram vulnerabilidades hídricas, como o uso de água potável indevida, o que corroborou para o aprofundamento das dimensões éticas. Por fim, os debatedores ativistas sinalizaram que a “*fome de água*” transcende a água, o que provoca contaminação, fome e outras vulnerabilidades socioambientais.



Figura 2. Fluxograma do mapa mental construído na oficina “Você tem fome de água?” Pertencente os grupos da sociedade, acadêmicos e ativistas.

Fonte. Elaborado pelos autores (2023).

Fragilidades

As fragilidades (Figura 2) foram amplamente discutidas nos grupos ressaltando a distribuição desigual da água, o seu uso racionado e sua mercantilização. As experiências com as três oficinas demonstraram que infelizmente ainda falta um plano de execução de políticas públicas. Em períodos de excesso de chuva, pela falta de infraestrutura, ocorre inundações e enchentes nas cidades. Ademais, um sistema de distribuição desigual afeta a percepção da ação predatória do ambiente, somada a ilusão de abundância, mesmo que a maior parte da água doce do mundo seja imprópria para consumo. O desperdício pela falta de conscientização, tanto da sociedade quanto da governança, acarreta na fome, poluição dos rios urbanos e sua contaminação e inseguranças alimentares, vulnerabilidades de algumas populações e até guerras. As questões acerca da educação ambiental rumo a uma cidadania planetária também foram destacadas, por exemplo, o desperdício de água potável nos vasos sanitários, enquanto muitas escolas não possuem nem mesmo água para beber. Estes fatos, somados à diminuição de bebedouros públicos após Pandemia Covid-19 foram indicados como fragilidades. Enfim, perspectivas individuais sobre a fome de água foram incluídas pelos debatedores, por exemplo, na desidratação causada pela dificuldade de consumir água, seja pela rotina ou pela incerteza da procedência da água.

Crenças e senso-comum

As crenças e expressões de senso-comum identificadas nas falas (Figura 2) caracterizaram pensamentos como “*só valorizamos a água em momentos em que ocorre*”

a falta dela”, bem como crenças reflexivas como: “o lucro é mais importante, temos que pagar o que é da natureza”. Todos os grupos citaram expressões que popularmente são difundidas através das gerações, entre elas, a falsa sensação de que vivemos em um país onde a água é abundante e que nunca acabará, se dando conta que precisamos dela quando se encontra em escassez. Outrossim foi percebido algumas crenças e senso comum positivas de valorização da natureza.

Princípios e valores

Os grupos manifestaram diversos princípios e valores (Figura 3) relacionados a água, em que, expressões como “*tudo que habita a terra merece viver... a água e um deles*” e “*somos um coletivo e cada um tem que cuidar de um todo*” demonstraram que a água está inserida em princípios e valores atrelados à memória, ao cuidado, ao coletivo e ao espiritual. A sociedade destacou as dimensões da espiritualidade e da individualidade ao associarem a água com a vida, lembranças de infância, com banhos de cachoeira, em rios e o cuidado com a natureza. Os acadêmicos demonstraram reivindicação de uma justiça hídrica, bem como, a garantia de água como um direito humano. Enquanto os ativistas imputaram a dimensão bioética ressaltando que a água durante seu percurso natural alimenta os animais e plantas, além de estar conectada ao ciclo de vida de todas as pessoas, desde o nascimento até a finitude, sendo um sujeito que merece respeito e deve ser encarado com dignidade.

Potencialidades

Na promoção de potencialidades (Figura 3) o grupo deliberou sobre o amor e o respeito para com os recursos hídricos, bem como, reutilizá-los e exercer a cidadania ao cuidar da água, visualizados nas expressões “*a luta pela água dá sentido à vida*” e “*é necessária uma cidadania planetária*”. Em comum os grupos reforçaram que todas as ações em prol da água são válidas. Exercícios de cidadanias expressos nas mobilizações e políticas públicas devem ser balizados pela educação ambiental de crianças, jovens e adultos. O protagonismo crítico de todo cidadão deve alimentar debates sobre as questões hídricas fomentando a conscientização, o consumo consistente, a autorregulação, a preservação ambiental e o desenvolvimento de tecnologias sociais com infraestruturas inclusivas. As condutas assertivas para a promoção de amor e respeito com o meio ambiente, conexões afetivas e novas narrativas que envolvam todos os atores para alcance e engajamento em defesa das águas, para recuperação da humanidade como seres ecocêntricos, afinal, todos os seres vivos são água.

Percepção dos sentimentos dos debatedores



Ao final da oficina a pergunta “*Que sentimentos eu fico em relação a esse tema?*”, os debatedores dos três grupos expressaram sentimentos como “*esperança*”, “*gratidão*”, “*importância*”, “*preservação*”, “*conscientização*”, “*conhecimento*”, “*preocupação*”, “*conexão*”, “*memórias*” e “*reflexão*”. A equipe executora também se pronunciou proferindo frases como “*quantas coisas equivocadas de consumo hídrico eu já pratiquei*” e “*somos privilegiados por possuir água tratada*” mostrando que a sociedade está desenvolvendo um pensamento crítico para sensibilizar a geração atual sobre os múltiplos usos da água, que deve ser vista como uma bem comum e tratada com zelo para ser deixada como um legado de preservação para as gerações futuras. Inicialmente se acreditava que expressão “*Fome de Água*” causaria estranheza nos debatedores, pois o certo seria sede de água. Entretanto, percebeu-se a expressão foi bem aceita e associadas a distintas perspectivas validando a proposta dessa terminologia. O comprometimento de com uma *ética planetária*, com igualdade, equidade, justiça e reconhecimento da água como um bem-comum legitimou o seu acolhimento na pauta do cotidiano sociedade civil, da academia, do ativismo e da Bioética. Através das deliberações coletivas em espaço virtual, foi demonstrado o papel cidadania como norteador do debate sobre a “*fome de água*”, cuja atenção da sociedade, os valores bioéticos de igualdade, autonomia e ética do cuidado foram atrelados a significados físicos, coletivos, espirituais, éticos, estéticos e sociais do cuidado com a água, preceitos da *Bioética das Águas*.

3 | ESPAÇOS DELIBERATIVOS REMOTOS: TRANSPONDO PARA UMA GESTÃO PARTICIPATIVA UNIVERSITÁRIA⁵

O termo “universidade” deriva do latim “*universitate*”, no sentido de universalidade, mas também de conjunto, comunidade. Surgidas na Europa entre os séculos XI e XII¹, o conceito de universidade atual só se desenvolveu no século XIX, a partir da visão de

⁵ Autores da sessão 3: João Carlos de Aquino Almeida, Bárbara Pitta Della Noce, Gracielle Santiago, Karla de Mello Silva, Rafaela Batista Carvalho de Pina, Luann Conceição Vianna, Alex Aparecido Silva e Marta Luciane Fischer.

Alexander Humboldt, que propunha a unidade de ensino e pesquisa e a autonomia de sua gestão². No Brasil, a universidade surgiu tardiamente, sendo institucionalizada como tal apenas a partir da década de 1920³. Atualmente, as universidades brasileiras desempenham um papel fundamental na produção científica do país, contribuindo para que o ocupe uma condição de destaque na produção científica mundial, ocupando, no ano de 2020, a 13^a posição global na produção de artigos científicos. As universidades brasileiras evoluíram de visões de centros de formação técnica onde se via o conhecimento com algo a ser simplesmente transmitido verticalmente, para comunidades complexas. Assim, a Instituição universitária se apresenta como um ponto fulcral de troca, não só de conhecimentos, mas de experiências e visões de mundo, que afloram não de seu corpo técnico, de servidores e dos alunos e da comunidade. Na maioria das vezes, a universidade se desponta como um local de livre expressão ou de busca de soluções para problemas cotidianos.

Os *campi* universitários no Brasil normalmente não se apresentam apenas como espaços de pesquisa e ensino formal, mas geralmente comportam ambientes como museus, centros culturais, auditórios abertos, prestação de serviço médico para pessoas e animais. Além disso, muitas vezes possuem espaços de convívio e realizam projetos de extensão que reforçam os laços com a comunidade. Consequentemente, as universidades produzem um ecossistema próprio, formado por pessoas que ali convivem, diuturna ou esporadicamente, e aquelas que nela trabalham, se educam, produzem conhecimento, se aculturam, se divertem, enfim, convivem, transformando promovendo dinamicidade e diversidade.

Além das pessoas humanas, normalmente tem-se nas universidades a interação com animais de diversas espécies e em diferentes situações. Ao se falar de animais em universidades primeiramente se remete aos animais que são utilizados em experimentos laboratoriais, aqueles que são criados em fazendas experimentais ou que são atendidos nos hospitais veterinários. No entanto, geralmente esses espaços são amplos e comportam animais silvestres que por vezes habitam esses campi, ou mesmo animais domésticos, como cães e gatos, que fazem das universidades sua habitação e são muitas vezes adotados pela comunidade acadêmica. Esse convívio nem sempre é fácil ou harmonioso, mas não é incomum que essas relações se estabeleçam, gerando conflitos que nem sempre são de fácil resolução, mas que se impõe, principalmente em um modelo de gestão colaborativa que se propõe a lidar com visões e necessidades diversas contidas em um mesmo ambiente.

O ideal de uma Universidade Inclusiva e Sustentável

Na sua proposta de Objetivos Sustentáveis para a próxima década, a Organização das Nações Unidas (ONU), propôs uma série de metas, ao nível global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem por objetivo incentivar a sustentabilidade do

planeta, de modo a garantir uma vida melhor para as gerações presentes e futuras⁴. No seu décimo primeiro objetivo, coloca-se como meta a criação de ambientes urbanos inclusivos e sustentáveis, baseados no planejamento e gestão de espaços participativos, integrados e sustentáveis, buscando-se proporcionar o acesso universal à espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres, crianças, pessoas idosas e portadoras de necessidades específicas. A Bioética parece se apresentar como uma excelente ferramenta, capaz de colaborar de maneira efetiva com essas abordagens de desenvolvimento de forma a promover a preservação do meio ambiente, sustentabilidade e justiça social, principalmente por tratar-se de decisões que afetam diretamente os mais diversos domínios econômicos, políticos, sociais, sanitários e ambientais.

As universidades, devido suas características únicas, pluralidade e independência, se apresentam como um bom laboratório para a gestão de um ecossistema urbano sustentável. Acrescido da possibilidade de incorporar a presença dos animais urbanos, de criação, experimentação e silvestres, muitas vezes tão negligenciados, mas igualmente fundamentais para a manutenção de um sistema sustentável.

O avanço tecnológico, econômico e cultural da humanidade promoveu o seu distanciamento da natureza, fazendo-se necessária a mudança de paradigmas quanto aos valores éticos norteadores de suas decisões. Consequentemente, vislumbra-se o restabelecimento de um convívio harmonioso que discute as bases da ética e da ciência frente à natureza, para que todas as espécies, em presentes e futuras gerações, tenham o direito de desfrutar de um meio ambiente saudável. Sganzerla e colaboradores⁵ ressaltaram que a ciência historicamente voltou-se preferencialmente às questões do passado e do futuro, perdendo o compasso para responder a questões contemporâneas. Com a finalidade de proteger a vida, a biosfera e promover a saúde global, pretende-se levantar a reflexão e subsidiar a busca soluções consensuais e justas por meio da aplicação da perspectiva Bioética para questões emergentes como fatores desencadeadores de problemas vinculados aos limites na relação da humanidade com a natureza.

Dessa forma, parece ser cada vez mais necessário desenvolver estudos que envolvem a percepção e posicionamento ético da sociedade diante das inúmeras interações dos seres humanos com os animais. As vivências podem ocorrer em diferentes espaços e situações, de modo a desenvolver interações mais harmoniosas e sustentáveis, promovendo a reflexão bioética sobre dilemas locais, alcançando-se também uma perspectiva global.

Ética animal e especismo no ambiente acadêmico: Um diálogo necessário

Embora a ética nas relações com os animais se constitua de um tema trabalhado desde a Era Clássica, a apropriação de seus direitos pela perspectiva Bioética, acompanhada de normatizações legais, fortaleceu os movimentos de Proteção Animal⁶. O Direito Animal tem se fundamentado principalmente no de não ser tratado como propriedade, de ter sua

autonomia e seu valor intrínseco respeitados. Isso corresponde à superação de um tipo de racismo amplamente difundido e atualmente questionável: o especismo^{7,8}.

Dentro das discussões acerca do tema Especismo, podemos nos deparar da associação com uma discriminação moral com base no conceito de espécie⁹. A discriminação no sentido da palavra se refere à segregação causada por um tratamento inferiorizado a uma categoria específica com base nas diferenças étnicas, orientação sexual, gênero, raça, cor da pele ou outro fator. No caso do Especismo, a inferiorização de animais não-humanos. Já a moral, precisa estar inicialmente relacionada à sua diferenciação de ética, para ter um contexto de entendimento aqui. Podemos classificar ética como sendo um comportamento filosófico resultante de uma atitude reflexiva, cujo entendimento de que algo esteja errado, é errado, mesmo que ninguém veja;. Bem como, a concepção de que algo entendido como correto, continua correto, mesmo que ninguém faça. Por sua vez, a moral retrata costumes que são entendidos como certos ou errados de acordo com o conjunto de valores do recorte social que se faça. Pressupõe proibições, punições e recompensas, proveniente de um ser superior, nem sempre religioso. Concomitante ao sentimento das pessoas regidas por esses valores morais. Ou seja, moral e imoral se refere a hábitos, costumes, modo de viver, qualificado como sendo virtuoso ou vicioso. Ético ou antiético possui fundamentos filosóficos, científicos e teóricos acerca de valores, opções que envolvem a discussão sobre o grau de liberdade implicado nas decisões tomadas, consciência, responsabilidade, reflexões sobre o juízo referente à conduta humana relativa ao bem e o mal, ao bom e o ruim⁹. O especismo define-se pela discriminação arbitrária por parte dos seres humanos perante os animais que não pertencem a uma determinada espécie. Em razão de conceituá-los como seres inferiores, não lhes conferindo qualquer tipo de direitos. Sendo esta discriminação existente com base nas desigualdades entre as espécies, pode-se dizer que é uma das consequências do antropocentrismo. Nessa perspectiva o ser humano é colocado no centro e concebido como a única espécie detentora e merecedora de direitos. Consequentemente, enaltecendo a superioridade de seres racionais, em relação aos seres senciente não-rationais, e até mesmo em relação a outras formas de vida no planeta¹⁰.

A maioria das pessoas até se importam com o sofrimento animal, porém por vezes sem saber, agem em prol do sofrimento de um animal. Muitas vezes participam de algum ato que gera sofrimento indireto, por tentar humanizar sua relação com os animais, impondo-lhes situações ou comportamentos apazíveis para o ser humano, mas que tolhem ou limitam a manifestação do comportamento natural. Como exemplo tem-se o uso de sapatos em cães de estimação. Contudo, muitas vezes o sofrimento é decorrente de atos coniventes e diretos de um sistema de exploração submete animais considerados sencientes e passíveis de sofrimento, a serviços exaustivos, como por exemplo para tração de carroças. Esse processo é denominado de especismo estrutural, ou seja, é normatizado nas relações sociais a consideração do sofrimento e dos maus-tratos a alguns animais, como os animais

domésticos, em geral pouco tolerados pela população, enquanto o sofrimento imposto a outros, como animais de trabalho, criação e abate são propositalmente ignorados.

Outra questão muito premente com relação à interação entre animais humanos e não humanos em um ambiente universitário diz respeito ao uso de animais em pesquisas. Devido à desinformação e ao especismo por partes de alguns ativistas, acaba-se alimentando uma visão equivocada do ambiente de pesquisa, como local de maus-tratos a animais, ao invés de locais de reflexão, atendimento e de criação de procedimentos e tecnologias visando o bem-estar animal. As pesquisadoras Fischer e Jankoski⁶ ressaltaram que em parte isso se deve ao ambiente restrito e controlado dos centros de pesquisa e ao baixo investimento no estabelecimento de canais transparentes de comunicação com a sociedade. Muitos críticos à experimentação animal desconsideram o papel da Ciência na criação de procedimentos para minorar o sofrimento animal. Na verdade, os centros universitários elaboram e adotam princípios éticos como os dos 3R (Reduce, Refine, Replace, ou em português, redução, refinamento e substituição) para a experimentação animal. Além de abraçar princípios relativos à abrangência do utilitarismo a todos os seres sencientes, que tem como essência agir sempre de forma a gerar bem-estar¹¹. De fato, o setor acadêmico foi o que mais avançou em termos de desenvolvimento de tecnologia e princípios, a fim de mitigar as vulnerabilidades de animais, pesquisadores e instituições. Especialmente no Brasil, a legislação que apoia as atividades de pesquisa com animais é bem elaborada e respeitada pela comunidade científica. A Ciência tem como premissa o desenvolvimento de pesquisas idôneas e com resultados efetivos que permitam seu avanço. Atualmente se sabe que as condições físicas e mentais dos animais são essenciais para o equilíbrio do seu sistema imunológico, e automaticamente, para o resultado das pesquisas com animais. Além disso, o ambiente universitário se constitui de um espaço de circulação de pessoas com diferentes ideias, perspectivas e valores, logo vulneráveis a seu julgamento, o que reforça a preocupação com as condutas éticas, processos, esses, mais difíceis de serem burlados em laboratórios de pesquisa⁶.

Os espaços dos *campi* universitários muitas vezes comportam áreas de lazer que atendem famílias e seus animais de estimação nos finais de semana. Contudo, igualmente se constitui no local onde ocorre o encontro, e muitas vezes o confronto, com animais silvestres, como corujas-buraqueiras e gambás que tentam defender seus ninhos de cães e gatos. Concomitantemente, funcionários e professores disponibilizam comida e água para cães e gatos errantes, que igualmente podem ser agentes de ataques gerando uma situação de conflito e vulnerabilidades. Mas também, pode ser constituído do lugar onde se realiza ações educativas com o uso neutro de cadáveres animais, mas que parece ainda merecer um olhar de desconfiança de algumas pessoas que ainda veem as universidades como locais de promoção de sofrimento animal.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o conceito de bem-estar-animal a ser alcançado deve ser baseado no comportamento ético dos seres humanos para com os

animais. Os instintos e vontades dos animais foram determinados pela própria natureza de sua existência, uma vez que são sensíveis à dor e ao sofrimento. Os seres humanos detêm a responsabilidade de garantir que o bem-estar-animal seja priorizado, considerando suas dimensões física e mental. Portanto, promover o bem-estar animal é complementar à promoção do bem-estar único, que envolve a tríade: meio ambiente, seres humanos e animais; conceito relacionado à saúde única, que fala sobre essa integração da saúde com o bem-estar animal, humano e das condições ambientais.

As tecnologias digitais e as novas relações de aprendizagem

A recente Pandemia Covid-19 gerou impactos severos no modo de vida das pessoas de todo o mundo. Contudo, o isolamento social também trouxe novas possibilidades ao inserir no cotidiano o uso de tecnologias como as reuniões virtuais, sistemas de videoconferência como *Skype*, *Google Hangout* e *Zoom* e plataformas de aprendizagem como *Microsoft Teams* e *Google Classroom*. Essas tecnologias antes utilizadas de forma restrita e esporádicas passam a assumir um papel de extrema importância como facilitadoras do processo educativo. Mais do que a transferência de práticas presenciais urge criar modelos de aprendizagem virtuais que incorporem processos de desconstrução e que promovam ambientes de aprendizagem colaborativos e construtivistas nas plataformas¹². Na era da informação, comportamentos, práticas, informações e saberes se alteram com extrema velocidade. Essas alterações refletem-se sobre as tradicionais formas de pensar e promover educação. Abrir-se para novas educações – resultantes de mudanças estruturais nas formas de ensinar e aprender possibilitadas pela atualidade tecnológica – é o desafio a ser assumido por toda a sociedade¹³.

À luz desse pensamento, o uso de tecnologias digitais promove novas estratégias dialógicas. Dessa forma, buscar a construção de espaços deliberativos remotos pode se constituir de uma alternativa viável para buscar analisar o contexto bioético das relações entre animais humanos e não humanos no ambiente universitário. Consequentemente, aumentando o nível de conhecimento sobre Bioética em profissionais, técnicos, alunos e na população em geral. Agregando, assim, na formação de suas opiniões, na construção de sua leitura de mundo e na significação de sua prática como cidadãos. A sociedade ainda precisa trilhar um longo caminho rumo a uma ação Bioética sólida e definida, e acreditamos que essas ferramentas possam vir a criar um campo de interações humanas que construam pontes, encurtem caminhos, e favoreçam o diálogo.

Uma comunicação não violenta em busca de um diálogo de paz

A deliberação é um componente intrínseco e fundamental do pensar bioético. A Bioética nasce com a intenção de promover conversas, conexões e voltar a aproximar os conhecimentos técnicos. Retomando, assim, processos intrínsecos das relações humanas,

ameaçados pelo avanço tecnológico, oportunizando o debate para a qualidade da vida presente e futura¹³.

O pensamento de cuidado para com outro e com o ecossistema, traz elementos à discussão que perpassam a Bioética. Uma vez que, cuidar da vida ou refletir nos impactos das relações humanas com todo tipo de vida é um processo natural bioético. Suas raízes são profundas dentro da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, futuramente, conectada com a Declaração Universal Bioética e Direitos Humanos, sem eximir todos os outros manifestos e declarações em prol dos necessitados e vulneráveis¹⁴.

Na história da humanidade o cuidado, as decisões sobre a vida e a saúde sempre foram responsabilidade de outros e não da própria pessoa envolvida na situação. Como em momentos de grande complexidade de saúde, a decisão sobre a melhor conduta sempre ficava sob responsabilidade da pessoa tecnicamente capacitada para tal, o médico. Como também, quando o problema ficava no âmbito do divino, a tomada de decisão e recomendações eram partidas unicamente dos sacerdotes e padres. Esse tipo de paternalismo não permite o respeito à vontade da pessoa em vulnerabilidade¹⁵.

Os dilemas encontrados na prática médica bem como os dilemas morais e bioéticos, extrapolam a capacidade do paternalismo, transformando em imediata a necessidade de colocar o doente no papel decisório dos procedimentos que serão, ou não, aplicados sobre o seu corpo. Refletindo essa necessidade básica, o processo deliberativo desponta como uma possibilidade viável para a tomada de decisão.

A deliberação é um método para racionalidade, na qual serão ponderados todos os atores e elementos envolvidos. Diego Gracia, idealizador da Bioética Deliberativa, definiu que o processo deliberativo deve seguir passos, fundamentais para uma tomada de decisão, ou elucidação de um caminho possível. Deve-se verificar os fatos, sendo os pontos objetivos envoltos da problemática, permitindo a clareza para a reflexão. Após a checagem dos fatos, é necessário compreender os valores envolvidos, sejam eles do médico ou da equipe de saúde que está deliberando a situação. Mas acima de tudo, os valores do paciente, suas crenças e sua visão de mundo. Por último, é visto os deveres dos atores envolvidos no dilema, superando o que se deve ou deveria sob o viés técnico, viabilizando um caminho que respeite a vida daquele vulnerável, garantindo também, a autonomia de suas decisões¹⁵.

Pensando que a deliberação é um processo complexo, é fundamental que o processo seja viabilizado por uma junta interprofissional, conectando múltiplas aproximações técnicas e humanas ao mesmo tempo. Tal agrupamento já é encontrado em muitos hospitais com os Comitês de Bioética Hospitalares, ou nos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) ou nos Comitês de Ética no Uso Animal (CEUA).

A tomada de decisão, visualizando as situações encontradas nos conflitos na área da saúde, encontram necessidades fundamentais. É imperativo o conhecimento da comunidade no qual o local de atendimento está inserido, dessa forma é possível estruturar

mazelas sociais e econômicas que afligem toda a comunidade. Ter a noção de como a comunidade está inserida socialmente e suas necessidades, permite uma compreensão aprofundada para uma tomada de decisão condizente com a realidade. Porém, dentro da realidade brasileira, em que é cobrado um ritmo de atendimento que alcance metas pré-estabelecidas, é difícil promover um cuidado centrado no paciente, como também dispender tempo para deliberação interprofissional da equipe de atendimento. Logo, o cuidado é fundamental para uma escuta empática e profunda, tanto no atendimento do paciente e vulnerável, quanto no processo com a equipe interprofissional do ambiente de trabalho no qual o profissional está inserido¹⁶.

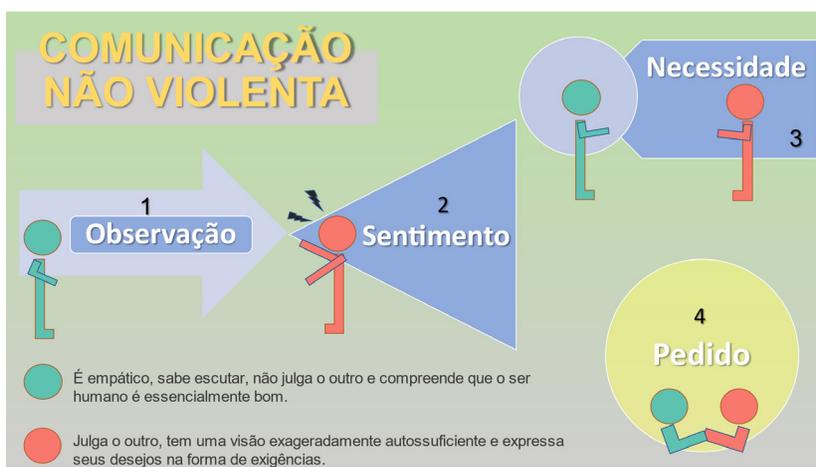
Visando a necessidade da capacidade técnica de escuta, de comunicação e valorização ética dos processos deliberativos, é visto como um conhecimento importante o desenvolvimento de *soft skills*, tal qual a Comunicação Não Violenta. A Comunicação Não Violenta (CNV) é um método ao diálogo, que tem como objetivo promover o sucesso da comunicação entre as pessoas, evitando ou apaziguando conflitos pela via da compreensão, empatia e ausência de julgamento. É essencialmente um convite a todas as pessoas para que lancem sobre si mesmas e sobre as outras um olhar de compaixão¹¹, que acarreta um jeito compassivo de escutar e de falar^{17,18}.

O criador da CNV, o psicólogo norte-americano Marshall Bertram Rosenberg, desde criança se preocupava com o porquê de algumas pessoas serem aparentemente incapazes de demonstrar compaixão, enquanto outras, mesmo em meio às adversidades, mantinham sua natureza compassiva. Ele cresceu em um bairro violento com muitos conflitos raciais, vivenciando na escola agressões por ter sobrenome judeu¹¹. Mais tarde, se formou em Psicologia herdando de seu professor, o importante psicólogo humanista Carl Rogers, as premissas da empatia e do acolhimento incondicional, necessários ao falar e ao escutar o outro, que são centrais na CNV¹². Além da formação acadêmica com bases na Psicologia Humanista, Marshall foi também influenciado pelo pensamento de Mahatma Gandhi, de não usar qualquer tipo de violência, mesmo em situações de conflito e de opressão, podendo, desse modo, ser compreendida também como uma filosofia de vida¹⁷.

Na CNV compreende o ser humano como essencialmente bom e capaz de fazer aquilo que é certo eticamente, sem ser por medo de punição. No entanto, o aprendizado social tem resultado em formas distorcidas e mal-intencionadas de comunicação. Em última instância, levam em conta apenas interesses e sentimentos individuais que, por sua vez, nem sempre são percebidos e, tampouco, compreendidos sequer pela própria pessoa que se expressa. Seria, portanto, uma forma de comunicação oposta à CNV, uma “comunicação alienante da vida”, que leva a palavras e ações que ferem os outros e a nós mesmos¹⁷.

A comunicação alienante da vida está alicerçada no julgamento sobre outro, considerando maus aqueles que discordam do interlocutor. Nisso, é possível realizar comparações que impossibilitam a compaixão e, por uma visão exageradamente

autossuficiente que impele ao egoísmo. Igualmente é possível se sentir impossibilitado de ser benevolente, até em relação a si mesmo. Um exemplo de comunicação alienante é a expressão de desejos na forma de exigências¹⁷.



Marshall estruturou a CNV a partir de quatro princípios, que tornam possível o sucesso na comunicação. Esses princípios são dispostos na forma de quatro passos que podem se inter-relacionar: 1 - Observação, 2 - Sentimento, 3 - Necessidade e 4 - Pedido. Na prática, portanto, é necessário observar as condições em que se dá a comunicação e quais são os sentimentos expressados pelos envolvidos, de modo a buscar enxergar a situação conflituosa através do olhar do outro, num esforço para compreender o que está por trás das palavras, tons de voz e gestos corporais. Em uma atitude livre de julgamentos, há uma tentativa de tocar a necessidade que o outro tenta comunicar e, por diversas razões, não consegue¹¹. São necessários a empatia e o acolhimento, ou seja, uma postura de quem percorre junto com o outro o caminho da tentativa de se comunicar. É um esforço, próprio de quem tenta facilitar o percurso do outro, e nisso podem ser realizadas perguntas acerca das necessidades percebidas, a fim de confirmar o sucesso da compreensão. Após confirmada a necessidade, outra pergunta importante é sobre qual pedido a pessoa gostaria de fazer, a respeito de tudo o que está sentindo e da necessidade comunicada.

A CNV se mostrou um método eficaz, que levou Marshall a se tornar mediador de diversos conflitos em mais de 60 países. O próprio psicólogo narrou várias dessas experiências de sucesso em seu livro “Comunicação Não Violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais”. A CNV, portanto, não é uma questão de quem tem razão. No jogo do “quem tem razão?” o perdedor merece ser punido, e isso é diabólico, nas palavras do próprio Marshall. Então, em última instância, se trata de acolher e aceitar incondicionalmente o discurso e os motivos do outro, se abstendo de julgamento e em uma

atitude de acolhimento. Um exercício de empatia, ao modo de Carl Rogers, ou seja, um esforço para ver o mundo pelo olhar do outro. E esta é uma das condições fundamentais para uma mudança construtiva na pessoa como resultado de trocas interpessoais, resultantes do diálogo por meio de uma comunicação bem-sucedida, de uma comunicação não violenta.

Relato oficina deliberativa

A universidade dialogante: congregando a perspectiva dos servidores, acadêmicos e sociedade sobre os cães comunitários em campus universitário⁶

**OFICINA
CÃES COMUNITÁRIOS**

É possível convivermos
melhor com os cães que
circulam na Uenf?
Venha nos ajudar a pensar
em soluções!
Oficina totalmente on-line!

**E-CAMINHOS
DO DIÁLOGO**

7 | novembro
Público externo: 9h às 11h
Discentes: 15 às 17h
Servidores: 18 às 20h

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - UENF
ProEx
E-CAMINHOS DO DIÁLOGO

Nossa oficina foi realizada com membros de todos os segmentos da comunidade Universitária que frequentam o *campus Leonel Brizola da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)*. Por fins de praticidade e para facilitar o acesso dos diversos segmentos, a mesma oficina foi apresentada em três momentos diferentes: para o público externo na parte da manhã, alunos à tarde e servidores no período da noite. O objetivo foi promover um amplo debate sobre como promover um melhor convívio com os animais não-humanos que frequentam o campus da UENF, a partir da exposição de uma palestra motivadora ministrada pela nossa convidada *Patrícia Vieitez*, acadêmica de veterinária e protetora animal, que narrou sua experiência com cães comunitários no campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira Sul (PR).

⁶ Autores da sessão: João Carlos de Aquino Almeida, Bárbara Pitta Della Noce, Gracielle Santiago, Karla de Mello Silva, Rafaela Batista Carvalho de Pina, Patrícia Vieitez e Marta Luciane Fischer.

Cães comunitários no ambiente acadêmico

Não é exceção termos a presença de cães no ambiente acadêmico. Seja em *campi* maiores ou menores, de faculdades ou universidades, sempre há animais errantes que acabam sendo atraídos pelo carinho das pessoas da comunidade que oferecem abrigo, alimento e afagos. Muitas vezes esses cães, assim como gatos e outros animais, acabam fazendo parte das relações e memórias afetivas daqueles que passam por esses locais. Na UENF tivemos os cães “*Milênio*”, nos primórdios da fundação da Universidade, há cerca de trinta anos atrás, o “*Darcy*” que entrava nas salas de aula junto com os alunos, entre outros. É fácil perceber que esses cães acabam por se tornar personagens da vida das pessoas que por ali circulam, tornando-se verdadeiros membros da comunidade, indo até além da definição jurídica de “cães comunitários”, que de certa forma os objetiva pela noção de pertencimento, se consideramos a definição de cão comunitário como “animais que estabeleceram com membros da população local onde vivem vínculos de afeto, dependência e manutenção”¹. Refletir sobre a presença dos cães comunitários no ambiente universitário e como melhorar o seu convívio e inclusão na comunidade foi o que nos motivou a realizar essa oficina, no percurso dos E-caminhos do Diálogo...



Figura 1: Organização da Oficina (Ilustração Deise Paes)

A perspectiva de nossa convidada, Patrícia Vieitez

Patrícia narrou a experiência do *campus Realeza*, iniciado com a presença dos cães *Mutley* e *Pipa*, acolhidas pela comunidade desde que a universidade foi fundada. Depois vieram outros a se fixar: *Preta*, *Ximia* e *Cacau*. Entretanto, com o decorrer do tempo sugeriram alguns problemas como um suposto ataque relatado por um professor e a perseguição

a carros e motos por alguns dos cães. Buscando minimizar os problemas decorrentes do contato de pessoas com os animais sempre foram implementadas iniciativas, como o suporte de veterinários para verificar a presença de zoonoses, realizar a vermifugação e outros tratamentos quando necessário. Dentro do projeto de extensão de Bem-estar Animal (BEA) foram também implementados o *CÃOVIVIO*, que utilizava os animais para ações de conscientização com os próprios alunos com relação a maus-tratos, comportamento animal, manejo e convívio. E o *CÃODOMÍNIO*, onde foi construída uma casa utilizando pallets, onde eram colocados potes de comida e água, cujo manejo diário era feito por voluntários, alunos e de uma ONG local.

O *CÃODOMÍNIO* foi construído em uma área mais afastada do *campus*, com autorização da direção, e acabava por atender tanto os cães comunitários, ou seja, os que habitavam regularmente no *campus* e criavam vínculo com a comunidade, como aqueles que podemos chamar de errantes. Ou seja, que passavam pelo *campus*, recebiam alimento e abrigo, mas que depois iam embora, não se fixando ali. Também foram realizadas ações com alunos do ensino médio que visitaram o *campus* sobre adoção responsável e maus tratos. O projeto terminou com a mudança de direção do *campus*, quando o novo diretor tinha uma percepção de que os animais seriam uma ameaça para os frequentadores do *campus*, e monocraticamente retirou os cães do *campus*, sem se comunicar com os integrantes do projeto e sem dialogar com a comunidade, gerando uma grande comoção entre os participantes e admiradores do projeto. Patrícia ressaltou a importância de se institucionalizar projetos que trabalhem com cães comunitários para que os projetos possam ter continuidade, sem estarem sujeitos a decisões monocráticas ou à descontinuidade de ações individuais de pessoas que tem relações de curto espaço de tempo com a universidade, como no caso de alunos que deixam o *campus* após terminarem os seus cursos.

Para o sucesso da ação é importante que haja a adesão de toda a comunidade, direção, alunos e professores. Bem como, deve-se instalar os abrigos em locais de menor circulação de pessoas, para evitar o contato com pessoas que não gostam de cães, mas sem limitar a circulação dos animais, pois eles gostam de circular entre os alunos. Quando houve a retirada arbitrária dos cães do *campus*, vários alunos reclamaram da ausência deles, relatando o convívio agradável e mesmo o conforto que os animais ofereciam em momentos estressantes da vida acadêmica. Foi relatada também a existência de leis estaduais e municipais que protegem os cães comunitários, como nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo, assim como nas cidades de Realeza (PR), São Paulo e Rio de Janeiro. É importante que a comunidade se engaje na busca por essa regulamentação, já que essas leis estimulam a socialização desses animais pelo convívio com seres humanos, melhorando as condições de vida dos mesmos, diminuindo o seu sofrimento, e favorecendo um melhor convívio com a sociedade. Os participantes da oficina também reforçaram a convivência pacífica e mesmo reconfortante no *campus* da UENF.

Realização da oficina e Mapa mental

Um dos fatores que parece ser consenso é a ubiquidade da presença de animais em campus universitários, bem como a interação deles com as pessoas. Um dos professores participantes relatou que

“O assunto é antigo e muito importante. O envolvimento de alunos tem fundamental relevância. Na minha graduação os grupos eram formados e eram responsáveis por cada animal, inclusive nas férias”

Só nessa fala inicial, percebemos várias fragilidades, sendo uma das principais e que sempre é reportada é o envolvimento de pessoas para as ações junto aos animais. O mais comum de ocorrer são ações individuais, de pessoas que tomam para si a responsabilidade de manter esses animais, a dispêndio do próprio tempo e recursos, ajuda que muitas vezes ou é inibida por instâncias administrativas, ou pelo afastamento das pessoas, principalmente alunos, pelo término da sua relação com a universidade. Também foi relatado o problema acontecido com uma empresa que prestava serviços à universidade que proibia seus servidores de alimentar animais no *campus*. Vemos aí fragilidades de gestão e dificuldades de informação, pois a legislação federal prevê a penalização de quem “...praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos...”², e frequentemente a negação ou retirada de alimentos de animais tem sido interpretada como crime de maus-tratos, em especial depois da promulgação da chamada “Lei Sansão”³, que aumenta a penalidade de crimes cometidos contra cães e gatos. Além desses problemas, o custo de manter esses animais de forma adequada também é alto para indivíduos que resolvem assumir essa função.

Por outro lado, na UENF também ocorre que, em função da proximidade dos animais com o bandeirão universitário, muitas pessoas acabam alimentando os animais com restos de comida, o que é inadequado. Notamos aqui a questão da falta de informação e de recursos, tendo sido levantada a questão de que se não há alimentação disponível adequada, pelo menos alimenta-se os animais com o que está disponível. Saber como alimentar, tratar clinicamente e conviver com os animais foram questões levantadas, também com relação ao risco de zoonoses, e com relação ao convívio com pessoas que não gostam dos animais, que tem para com eles atitudes hostis ou agressivas. Essas atitudes muitas vezes recebem revides dos animais como resultado do seu comportamento, gerando confrontos e relatos de ataques de animais.

Os problemas podem ser agravados pelo fato da Universidade ser vizinha a uma comunidade de pessoas de baixa condição socioeconômica que também possuem cães que visitam o *campus* para se alimentar, cães que normalmente também não recebem acompanhamento clínico ou controle populacional. Alia-se a isso ao fato de a Universidade possuir um hospital veterinário, que atende à população em geral, o que fornece às pessoas a ideia de que é seguro abandonar animais no campus pois eles serão cuidados. Como as

pessoas normalmente já têm esse hábito, cria-se o senso comum de que mais ações de acolhimento trariam um número ainda maior de animais ao campus. Conforme a fala de uma participante, se referindo a uma experiência anterior:

“Eu acho que a condição ideal é os animais serem adotados, problema é conseguir adotantes para todos esses animais, porque sempre são abandonados mais animais. Foi o que aconteceu na Quinta da Boa Vista, quanto mais cuidamos, mais animais eram abandonados.”

Um outro fato de grande relevância levantado nas oficinas é a presença de animais silvestres no *campus*⁴, já tendo sido identificadas 138 espécies entre aves, répteis e mamíferos, que podem ser predadas ou terem confrontos com os cães e gatos que circulam no campus. Ressaltou-se a importância da preservação da fauna local, a fim de diminuir-se ou prevenir os encontros entre animais errantes/comunitários e silvestres.

Os problemas apontados como se vê, são grandes, e talvez não tenham, na verdade, uma solução definitiva. Porém as potencialidades de solução ou pelo menos de minoração dentro da comunidade do *campus* também são significativas. Um ponto sempre levantado é a necessidade de ações conjuntas e de cunho institucional, ou que pelo menos tenham um reconhecimento oficial por parte da instituição. Ações individuais ao longo do tempo acabam por se mostrar ineficazes e às vezes mesmo extenuantes para os seus realizadores. A UENF tem um grande potencial de mobilização de alunos, e na verdade já possui projetos de extensão que atuam tanto com animais domésticos quanto silvestres, faltando, conforme os relatos, maior integração e financiamento para esses projetos. Segundo a fala de um dos participantes referindo-se ao fato da implementação da creditação da extensão universitária e a obrigatoriedade de os alunos terem que cumprir créditos didáticos de extensão:

“A inserção da Extensão na graduação vai aumentar esse tipo de ação! Independente de bolsa e de curso do discente, eu tenho e deposito uma esperança nisso.”

Projetos de extensão com a participação de alunos poderiam promover um maior engajamento, além ações educativas para a comunidade do *campus* e do seu entorno, bem como ações de assistência aos animais errantes, comunitários e silvestres. Ressaltou-se também a necessidade de se estabelecer parcerias com outros atores externos à universidade, como prefeitura, comerciantes locais, ONGs. A sinergia de esforços permite angariar insumos como ração, medicamentos, material para castração, e também para a promoção de feiras e eventos de adoção. Parece ser consenso que é melhor cuidar e acolher os cães errantes e abandonados, oferecendo um tratamento humanitário, mas também controlar o seu número e reprodução, promovendo assistência e conhecimento à população humana do entorno e frequentadora da universidade. Consequentemente, promovendo a remoção responsável sempre que possível dos cães e gatos errantes e comunitários, através de campanhas de adoção responsável.

Os temas tratados foram muitos e, em sua maioria, complexos, e em função disso, os organizadores da oficina assumiram um compromisso de buscar apoio junto à administração da universidade para realizar um Congresso e um Fórum de Bem-estar animal para discutir de forma mais ampla as questões levantadas na oficina e gerar uma carta de sugestões que possam orientar ações futuras da administração e da comunidade da universidade, além de promover uma maior integração dos projetos que já atuam com o tema na Universidade. Ao término de cada oficina foi solicitado aos participantes a escolha de uma palavra que expressasse o sentimento acerca do momento vivenciado. Empatia, início, esperança e diálogo foram algumas elencadas, o que mostra que ocorreu uma sensibilização por parte dos participantes em relação ao tema, possibilitando uma ação reflexiva que possa se disseminar nos diferentes âmbitos da universidade e para além dela, em sociedade.



Figura 2. Mapa mental da Oficina Cães Comunitários (Ilustração Deise Paes).

CAPÍTULO 2

Bioética social e as relações familiares



Mário Antonio Sanches

A célebre fábula ‘a águia e a coruja’ de Monteiro Lobato revela que as nossas abordagens sobre família são bastante subjetivas, pois ‘quem ama o feio, bonito lhe parece’. Certamente os relatos sobre famílias são influenciados por uma diversa gama de possibilidades e o narrador honesto deveria sempre se indagar: estou falando da tua família ou da minha? Estou descrevendo a família que meu olhar cultural construiu como padrão ou estou discorrendo sobre famílias que surgiram em outras culturas? Estou friamente analisando fatores externos impactantes ou calorosamente perpetuando a história dos meus pais e como lidaram com as dificuldades da vida? Estou denunciando o modo como os outros constroem relações afetivas ou desvelando minhas próprias carências e frustrações? Estou julgando posicionamentos alheios ou expondo minha incapacidade de autocrítica?

Esta dinâmica precisa ser desvelada, pois esta imparcialidade corrompe nossas abordagens e quase inviabiliza um discurso ‘científico’ sobre famílias. É comum ouvir idosos falando da ‘beleza dos seus tempos’ de juventude e quão perdido está o ‘jovem de hoje em dia’. Neste mesmo embalo surgem justificativas pretensamente ‘isentas’ para situações contraditórias que pululam os espaços visuais de nossos cotidianos: ‘o nocivo impacto da desagregação familiar na vida das crianças’ ou ‘filhos de pais separados são mais fortes’; ‘família verdadeira é a tradicional’ ou ‘família é coisa do passado’; ‘a pobreza destrói as famílias’ ou ‘meus pais eram pobres, mas a gente se amava’ e assim por diante.

Com a consciência desta diversidade de situações e múltiplas possibilidades é que apresentamos três textos que falam sobre questões familiares. O campo do conhecimento que possibilita germinar tais textos não é isento, mas, sendo essencialmente interdisciplinar e plural, possibilita olhares mais amplos, mais complexos e diversificados – este campo é a bioética. A bioética, fortemente proposta para pensar a ética nas biociências, extrapolou sua aplicação restrita – área da saúde – e se apresenta como ferramenta indispensável para escrutinar cada fragmento da realidade onde desfila seu elemento pulsante: a vida. Deste modo, este campo do saber se expande e abraça generosamente os estudos sobre famílias, ciente que esta é a instituição que engloba interconexões desafiantes: a realidade biológica e biográfica de cada ser humano. Sim, a família é espaço da geração de novos seres da espécie humana e da formação de novos cidadãos para a sociedade. Estas duas dinâmicas inseparáveis e complementares impactam e são impactadas pelo ambiente em que se estabelecem, na complexa rede que interliga todos os seres vivos e não vivos.

Os textos abaixo falam por si: apontam para o núcleo central da família – as relações familiares, para realidade social e diversa da juventude e para um assunto que exige da família e de toda sociedade posicionamento claro: o abuso de crianças e adolescentes.

1 | PAPÉIS E RELAÇÕES FAMILIARES: DA ALTERIDADE À CORRESPONSABILIDADE¹

Em todas as sociedades há divisões de papéis entre homens e mulheres, é algo universal e uma maneira de organizar o cotidiano das pessoas, com impacto direto na vivência e nas relações familiares. Nas sociedades atuais, dada a sua complexidade e dinamicidade, o estabelecimento dos papéis de cada pessoa na sociedade e nas relações familiares é complexo e dinâmico. Manter rigidamente padrões estabelecidos em contextos e tempos já não são os mesmos, suscita questionamentos éticos relevantes.

Qual o papel dos filhos e filhas nos diversos contextos familiares? Pode a mãe em nossos dias se ver como a principal cuidadora da família, a única a maternar? É razoável que o pai reduza seu papel familiar em ser o provedor de recursos para a família, não cabe a ele também a paternagem? É possível que os avós deixem de ser parte relevante na dinâmica familiar?

São questões complexas que não requerem respostas únicas, por isso a Bioética se torna o âmbito adequado para estudar estes assuntos, devido ao seu contexto interdisciplinar e preocupação com a prática. Esta é uma marca que perpassa este texto: as implicações éticas, práticas, da nossa abordagem. O perfil dos autores conduz o texto para uma abordagem que se estabelece entre o rigor acadêmico e a linguagem acessível, entre a fundamentação teórica e prática voltada para o campo da assistência à saúde. Fundamentado na ODS 5 - Igualdade de gênero - alcançar a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas.

Serão abordados no texto, embora brevemente, os papéis dos filhos e filhas, da mãe e do pai e do avô e da avó, cientes que a instituição familiar nos nossos dias continua fundamental, mantém a sua força original, se apresenta com roupagem diversa e está viva e pulsante em cada um dos seus membros.

Os filhos e filhas nas relações familiares

Apresenta-se aqui a reflexão sobre o papel dos filhos e filhas nas relações familiares. E a partir desse “lugar comum” – a família – pretendemos abrir uma discussão para se pensar no nascimento do social e da ética.

Para entendermos melhor como um filho e/ou uma filha coloca a família em movimento, instaurando, ainda que em germes, o nascimento da comunidade ética, nós recorreremos à reflexão do filósofo Emmanuel Lévinas (1906-1995). É um filósofo franco-lituano, de origem judaica, que nos ajuda a pensar as relações familiares sob o viés da filosofia da alteridade, na sua abertura às questões ética e sociais.

Alteridade implica em relação, pois pressupõe o reconhecimento de si e o

¹ Autores da sessão 1: Edvaldo Antonio de Melo, Maria Inês Amaro Assunção de Melo, Taiara Maestro Calderon de Paula, Tarcisio Padilha e Mário Antonio Sanches.

reconhecimento do outro. A família, como espaço privilegiado de relações humanas, torna-se espaço de alteridade, caso contrário a família se torna autoritária, que nega a vida e existência de seus membros. Ciente que a família está inserida na sociedade, pergunta-se: Em que sentido a alteridade pode ser vista como um elemento indispensável nas relações familiares e sociais?

De modo geral, partimos do pressuposto de que a família tem um papel fundamental nas relações sociais. Várias são as mudanças e transformações que podem ser observadas desde o nascimento de um filho ou de uma filha até a inserção da criança na vida social. Aliás, é a criança que instaura o evento das relações familiares, abrindo a família para o social.

Com o nascimento, ou seja, o vir à luz de uma criança, a família assume uma nova configuração. Pensemos, por exemplo, na escolha do nome da criança pelos pais. Escolher o nome já é um ato ético, pois mostra o quanto os pais interagem nesta escolha, criando relações familiares. Em muitas situações, a escolha do nome remete à história dos avós, de pessoas importantes para a vida da família.

Além do nome, um outro elemento importante é o do espaço físico e o da corporeidade nas relações. A criança que vem abre espaço na família, tanto no espaço físico quanto nas relações familiares. Pode-se mencionar aqui a inserção do berço no quarto dos pais que mostra o alargamento de espaços. Isto sem contar a atenção dada pelos vizinhos e conhecidos que também se preparam, criam expectativas. Tudo é reconfigurado, ganha sentido e vida nova. Com o nascimento de uma criança o universo familiar é alargado: nasce uma mãe, um pai, quem era irmão/ã dos pais passa a ser tio e tia; nascem também a geração dos avós, dos primos e primas. Tudo é reconfigurado na pessoa de um filho ou de uma filha que nasce. Da filiação, novas relações familiares surgem: paternidade, maternidade, fraternidade, sororidade, etc.

Pensando na alteridade - inspirado em Lévinas - entendemos que o nascimento de um filho ou de uma filha abre a família para as relações. O que antes, na vida do casal corria o risco de ser um “egoísmo a dois”¹, passa a ganhar uma dimensão social de vários modos. Pensemos, por exemplo, nas relações em casa, no mundo do trabalho e com outros grupos, como a experiência na escola, no comércio, nos jogos, dentre outros.

Entendemos o social aqui sob o viés mais alargado, a saber, do “terceiro”. O filho e/ou a filha abre a família para a relação com o “terceiro”, ou seja, com os “outros sociais”. São os(as) filhos (as) que colocam as pessoas em contato com os outros pais e outras mães, outros membros familiares próximos e distantes. Brincando, jogando, estudando, a criança quebra barreiras e instaura novas regras familiares. E com isso, as relações vão se alargando para além dos muros das classes sociais, religiosas e políticas.

E na instauração deste novo, um elemento fundamental desta transformação é o fator tempo. De acordo com Lévinas o tempo da relação com o outro mostra o sentido também da “abertura social”². O tempo ganha uma outra dimensão que é da ordem de

rostos (*visage*) que se interagem. Para além do tempo medido pelo relógio (*kronos*), surge o tempo da duração na corporeidade dos contextos e das histórias. Neste sentido, entendemos que o papel dos filhos e das filhas é de fundamental importância para a constituição social da vida.

Retomando o sentido do “terceiro”, entendemos a relação familiar não de modo meramente triádico, pai-mãe-filho, mas alargada, com o nascimento propriamente da ética e do “político” de modo plural. Conforme interpreta Lévinas, é o “terceiro”³ que abre a nossa relação para a ética. E de modo familiar, entendemos o filho como um próximo, mas diferente. O filho (a) é também outro. O filho (a) não é nem a soma e nem a síntese de dois mais um. É um “terceiro” que passa a se estabelecer na polis, como sendo também o motor do nascimento do “político”.

Quem é a mãe na família?

A mãe exerce a maternidade quando ela gera, doa seu óvulo para crescimento e desenvolvimento de um novo ser humano, é ela que vai parir, independente da via de nascimento. Isso é assegurado e indispensável ao corpo da mulher para que possa acontecer.

No entanto, ser mãe vai além do biológico - se torna maternagem - pois é acalanto, é cuidado, é educação. Estes elementos, e outros, não são exclusivos da mãe, podem ter coparticipação dos demais membros componentes da família. Enquanto o gestar precisa do corpo da mulher as demais tarefas que são delegadas às mulheres, não são de exclusividade materna, no entanto, pode sim ser imposto e designado para o sexo feminino gerando uma grande sobrecarga para a mulher⁴.

Atualmente a independência conquistada ao longo da história pelas mulheres, no sentido de atuação profissional, pode acarretar uma dupla jornada de trabalho. A mulher, mãe, que trabalha fora do lar, pode não contar com a coparticipação do parceiro para os cuidados básicos do filho e da dinâmica domiciliar. Além de lutar diariamente para financeiramente e profissionalmente ser bem-sucedida, a mulher mãe pode enfrentar uma nova jornada noturna de cuidar dos filhos. E o pai? Ele é rede de apoio para a mulher ou ele é pai em seu simples papel?⁵

A mãe pode ser julgada socialmente incapaz de ter uma vida social, de ter um dia de “folga” do seu trabalho de maternar. A mulher muitas vezes carrega o papel de cuidadora principal da família, entendendo seu papel como cuidadora dos filhos e do marido. Mas quem cuida dessa mãe? Dessa mulher? Neste momento há o risco de que as relações familiares deixem se éticas e a alteridade seja suprimida.

Quando se fala da figura materna, há uma grande associação com afeto, acalanto e cuidado, mas os sentimentos que envolvem a estrutura familiar podem e devem ser repartidos e divididos entre os membros familiares. Em relações familiares éticas todas as

pessoas são cuidadas e cuidadoras. Cada um(a) é também um(a) outro(a) na relação e esta alteridade reconhecida implica em uma vivência corresponsável.

A co-responsabilidade nas relações familiares implica em compreender que maternar - o cuidado cotidiano e afetivo - pode ser exercido pelos avós, pais, tios, tias, entre outros. Não podemos deixar como exclusividade da mulher o conceito de principal cuidadora com foco central em zelar pela família e seus filhos.

Quando uma mãe ou um pai diz: “este é meu filho”, “esta é minha filha”, o “é” utilizado aqui não é no sentido de posse ou propriedade, mas relacional. Como afirma Lévinas: “A fecundidade do eu não é nem causa, nem dominação. Não tenho o meu filho, sou o meu filho”. Temos aqui o “ontológico” – ser filho/ filha – de modo dinâmico e plural. Há uma ontologia da relação⁶.

Deste modo, relações éticas no âmbito familiar, coloca a mulher na relação de alteridade, retira dela a posição de ser a única que cuida e a salva também da tentação de ser a que controla. O peso materno - ser a única que cuida, a única responsável - a exclui, muitas vezes, do mercado de trabalho, ou seja, uma mulher que seja mãe, não pode ser um profissional de excelência, uma mulher que seja mãe, pode ser excluída de se sentir como mulher.

Na sociedade atual é muito relevante a indagação: o papel materno pode ser instituído entre outros membros da família, quem é sua mãe na sua família? Quem desempenha o papel de maternagem na sua vida?

A paternidade

Falando sobre a paternidade, fica evidente que embora a paternidade esteja sob revisão e sua síntese possa ser percebida no “novo pai”⁷, dotado de uma responsabilidade parental ampliada, esse é um movimento lento e gradual no qual sociedade civil e religiosa podem contribuir, seja com políticas públicas adequadas (como, por exemplo, a ampliação da licença paternidade), ou seja, com o discurso e a prática cívico-religiosa que afirmam e valorizam a coresponsabilidade paterna na dinâmica da parentalidade e do planejamento parental. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, atualmente, o mundo vive a mudança do “pai eliminável” para o pai responsável⁸.

Este “novo pai” se depara com muitos sentimentos, igualmente como a mãe. Por vezes, o filho ou filha não estava previsto em primeiro plano e, até mesmo, sentimentos adversos, dentre eles o pensamento de abortar. São acontecimentos que não devem ser absolutizados, pois, ser rejeitado ou ter se preocupado em um primeiro momento com a notícia de uma gestação, não significa fechamento à vida nascente e sim uma etapa no processo de assimilação da parentalidade emergente.

Diante disso, vê-se a necessidade de, quanto mais possível, a rede de apoio à família esteja presente, para que mãe e pai possam ser acolhidos na inteireza, ou seja,

os sentimentos e os conflitos amparados, juntamente com suas necessidades, auxiliando nas tomadas de decisões responsáveis. Desta maneira, vislumbra a necessidade de capacitar adequadamente as diversas pessoas envolvidas nessa etapa de transição para a parentalidade, a família de modo geral, os profissionais, as organizações civis ou religiosas, para que sejam capazes de exercer uma verdadeira rede de apoio e não sejam vetores de mais sofrimentos e conflitos.

Outrossim, refere à importância da presença do pai e ao assumir sua função no seio familiar, dando suporte integral à mãe. O papel do pai e dever é cuidar, alimentar, educar, dar carinho, ou seja, paternar. Além disso, o quão benéfico e educativo é a brincadeira na vida de uma criança, o pai não é só um adulto que brinca com a criança, enquanto isso, a mãe se dedica ao cuidado da casa/lar.

Embora, o homem, por vezes, tenha sido considerado naturalmente incapacitado para determinados cuidados com os filhos e o lar, como se essas atribuições fossem instintivas das mulheres e não uma construção social possível também aos homens⁹, “certamente, o pai também pode dedicar-se à paternagem, isto é, a suprir as necessidades físicas e emocionais dos filhos, o que inclui cuidados com alimentação, higiene, saúde, amparo e doação de afeto”¹⁰.

Além disso, a psicologia demonstra que a presença do pai, exercida com responsabilidade é saudável às crianças¹¹. Nesse sentido, pais que compreendem sua corresponsabilidade parental para além da obrigação legal e a reconhecem como um direito, qualificam suas relações com os filhos¹².

Mesmo que lentamente, a reorganização dos papéis sociais do homem e da mulher influi sobre a forma como se dá o exercício da paternidade e da maternidade, tornando as fronteiras mais tênues. Portanto, rotular que isto é do pai e aquilo é da mãe parece um erro cada vez mais grave em nosso contexto hodierno. O que se deve levar em consideração são as demandas e os acordos que podem ser feitos. Contudo, estes combinados somente serão benéficos se construídos em um ambiente de igualdade, empatia e respeito mútuo entre os membros que compõem a família.

Ainda que o “novo pai” já seja uma realidade palpável em alguns lares, papéis historicamente consolidados continuam arraigados em outros tantos lares. Por isto, é comum ainda constatar, em uma reunião de “pais”, que a maioria dos presentes serão as mães. Também pode soar estranho ouvir um pai dizer, que abdicou de seu trabalho por algum tempo para dedicar-se ao cuidado dos filhos.

Para o êxito da família é necessário o envolvimento de todos os interessados, do contrário, continuará a ser um projeto pela metade. É nesse contexto, que o homem deve estar comprometido desde o planejamento da parentalidade, passando pelos cuidados dos filhos e dos demais membros de sua família.

Os papéis dos avós

O tempo transforma a alteridade dos rostos familiares em uma dinâmica desafiante e rica. O rosto de pai e mãe se transformam em avô e avó e sem acolhimento adequado da dinamicidade, a família é suprimida. Quando é reduzida a uma realidade inerte, a família é negada, pois lhe é essencial ir de uma fase à outra. O papel familiar dos avós são diversos e as próprias experiências estão relacionadas à fase de vida e ao cuidado com os(as) filhos(as). Com as mudanças ocorridas na sociedade, os papéis podem estar associados ou não ao encerramento da vida profissional. Os estilos de vida se modificam ao longo do tempo, e com eles a forma de comunicação.

Quando referimos aos papéis dos avós, logo pensamos nas divisões e nas formas de organização das vivências cotidianas. A representatividade dos papéis distingue o masculino e o feminino. Embora haja distinções de papéis na própria representatividade, isto não limita a sua importância. Outro fator importante é a condição atual de saúde dos avós, atualmente as pesquisas apontam para um renovado interesse pela vida e oportunidades de relacionamentos íntimos específicos.

Os avós estão vivendo o suficiente para acompanhar netos e netas, sem a incumbência específica da paternidade e maternidade. A maioria dos avós visitam netos e netas, ou falam com eles(as) regularmente por mensagens de áudio, escrita, telefonemas, redes sociais, visitas semanais, quinzenais ou mensais. A maioria dos papéis familiares dos avós, ocorrem na meia-idade. Em muitos casos com a participação ativa na criação de netos e netas, com dedicação, ligação afetiva e elo de ligação forte.

O papel de avô, proporciona muita satisfação e prazer aos adultos de meia-idade e idosos, constitui a centralidade de suas vidas, a ideia de si mesmo e a moral. O papel de avó está concentrado na faixa etária das mulheres que estão entre 42 e 45 anos. Embora essa faixa etária possa mudar nos futuros grupos, na medida em que se eleva a idade média das mães que dão à luz¹³.

Ainda assim, trata-se, sem dúvida, de uma experiência comum à meia-idade. Ambos os papéis são importantes e necessitam de cooperação, coparticipação e corresponsabilidade. Os papéis envolvem as relações de cuidado dos filhos para com os pais e dos avós para com os netos. Quando as relações de convivência não ocorrem, rompe com as responsabilidades partilhadas. Os papéis desempenhados pelos avós, incluem integridade, flexibilidade e maturidade, maior capacidade de adaptar as circunstâncias. Diante da questão, se é possível que os avós deixem de ser parte relevante na dinâmica familiar, pode-se responder: sim. Mas isto exige que os papéis sejam estabelecidos respeitando as relações, na perspectiva da corresponsabilidade¹⁴.

Outro fator são as atitudes dos avós em relação a transmissão de valores e o estabelecimento de relações agradáveis, afetivas com os netos e família, podem também tornar conflituosa e negligente. Sendo assim, os papéis dos avós predizem justiça e ética

nas relações familiares. Os avós idosos não vivem sozinhos, mas com suas famílias. Mais de 80% dos idosos, vivem aproximadamente uma hora de distância, de pelo menos um dos filhos¹⁵. Outro fator, de referência é que somente 4% dos idosos vivem em instituições e a idade média aproximada de admissão é de 80 anos. A assistência prestada aos pais é maior, que os estágios anteriores, devem estar presentes a regularidade, o afeto e a responsabilidade.

As questões abordadas neste texto são questões complexas, mas pode se afirmar que as respostas inadequadas no âmbito das relações familiares são aquelas que causam sofrimentos, por exigir muito de um membro da família sem a coparticipação dos outros, por excluir alguns de funções que lhe são de direito, por negar a alguns espaços de realização pessoal, por não acolher a justa colaboração que cada membro pode oferecer para o bem da própria família. A família fracassa na sua vocação quando que nega a alteridade entre seus membros, se tornando fechada à interação social.

A prudência recomenda que nas relações familiares não há um padrão único, nem medida certa que seja definida por pessoas ou instituições que são externas à dinâmica de cada família, mas há sim uma regra de ouro para a busca da justiça e da ética nas relações familiares: a corresponsabilidade. A família não avança a partir de heroísmos de um único membro e nem fracassa por ações de pessoas isoladas. A família brilha ou descamba mantendo sempre a sua essência: espaço de relações.

A família surge de muitos modos, mas é central a generosidade de mãe e pai que são capazes de “gerar um outro em si mesmo”¹⁶, mas não como uma relação dialética, na qual o(a) filho(a) seria a síntese. Pelo contrário, se fosse uma relação dialética, tanto a negação quanto a síntese trariam muitas consequências desfavoráveis para a relação. Portanto, quando afirmamos “ser filho”, “ser filha” entendemos um lugar originário, o sentido dos vínculos que também é da ordem do “dom” – o dom ser na relação com o outro. Estando “em casa” que a relação de alteridade se instaura. Este filho e/ou ser filha, socialmente falando, é também um “terceiro”, aberto à alteridade, ou seja, à relação com o outro. Concluimos, portanto, que o papel do filho e da filha nas relações familiares é de fundamental importância para a construção de modo corresponsável da sociedade. Trata-se originariamente da relação de fraternidade e sororidade, a saber, uma relação gestada em casa e que reivindica uma abertura para o social.

2 | FAMÍLIA E JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA²

A história das sociedades demonstra que a família se organiza de diversas formas, e uma sociedade pluralista é aquela que reconhece e valoriza a diversidade também no entorno familiar.

No âmbito da bioética, a família é indispensável à vida em sociedade e, portanto,

2 Autores da sessão 2: Caroline Filla Rosaneli, Leonardo Fernandes, Leonardo Machado Michelotto, Daniel Amaral e Eliane Freire Rodrigues De Souza De Carli.

um âmbito extremamente importante a ser considerado em qualquer prática profissional ou de assistência pública, e na multiplicidade de configurações familiares.

Assim é a família em nossos dias como em outros tempos, em nossa sociedade como em todos os quadrantes da terra, uma instituição que está universalmente presente¹ que se recusa a duas coisas: a entrar em extinção e a se deixar definir de modo harmônico.

Para Carvalho e Almeida², ainda que determinados fenômenos venham suscitando alguns questionamentos sobre a centralidade e o futuro da família nas sociedades contemporâneas, suas responsabilidades e suas funções sociais não parecem ter perdido a relevância, e essas questões seriam particularmente demandadas nas situações de adversidade.

Mesmo que passe por transformações ou reinterpretações, a família se revela ainda como o lugar do desenvolvimento pessoal onde o ser humano, nascido ou adotado, tem a chance de se construir a partir do que lhe é oferecido. **O acolhimento, o carinho, o afeto e a aceitação da família são pontos de partida para que alguém possa se tornar um adulto inserido assertivamente na sociedade que o cerca.** Pois, mesmo que se questione os conceitos de família, o que não pode ser desvalorizado é a responsabilidade da família na formação do ser humano que dela surge.

No aspecto relacional da família é importante destacar que a família tem papéis e funções, mas o principal valor são os relacionamentos que são insubstituíveis.

Para Chiara Lubich³,

Simplesmente sendo aquela que é, a família tem a capacidade de curar o tecido social circunstante porque a vida fala e opera sozinha! Sabe encarnar e organizar a solidariedade, até promover ações eficazes para influenciar junto às instituições, impedir leis e disposições erradas, orientar os políticos [...] criar a consciência e as premissas para políticas familiares adequadas e para correntes de opiniões fundadas em valores.

Num mundo que enfrenta consequências uma pandemia sanitária e social urge promover e proteger a juventude e seus espaços familiares. A inclusão dos jovens em estratégias de atuação úteis às políticas, programas e projetos de todos os setores, certamente contribuirão para uma sociedade, agora e no futuro, promotora da saúde e da justiça⁴.

Mas como tem sido o desafio da juventude contemporânea em viver em família nos seus diversos arranjos? Como eles se sentem envolvidos na interdependência afetiva e coletiva dos espaços familiares? Estes direcionamentos é o que instiga a construção desse capítulo, buscando reflexões éticas em defesa da juventude, pautada nos ODS 3 – Saúde e bem-estar – foco em dados epidemiológicos de saúde e uso de drogas – gênero e etnia podem ser incluídos como desigualdade social⁵.

A família é uma instituição social com papel ímpar no que diz respeito à proteção da criança e do adolescente, cuja função básica é apoiar e proteger seus membros, e para isso é necessário um equilíbrio emocional. Aliás, a Constituição Federal de 1988 preocupou-se

em explicitar em seu artigo 226 que “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”⁶, portanto, espera-se que sejam garantidas condições para cumprir este papel fundamental para uma vida em sociedade. Embora toda família tenha seus problemas, algumas famílias são mais capazes de encontrar alternativas para a resolução de conflitos, reduzindo assim os efeitos danosos da vida⁷.

As juventudes brasileiras não vivem todas a mesma realidade social, segundo o Atlas da Juventude⁸. Ainda que, enquanto geração, compartilhem um mesmo momento histórico, há muitas juventudes em nosso país. Assim, para apoiar as juventudes é preciso entender a diversidade que existe dentro dela. Entre as unidades da federação brasileira, o percentual de jovens é variado. O maior percentual de todos é observado no Amapá (29,1%), seguido de outros estados das regiões Norte. Justamente onde o UNICEF diz que é lugar mais dificilmente ser criança no Brasil⁹. No extremo oposto, os menores percentuais de jovens estão no Rio de Janeiro (22,1%), Rio Grande do Sul (22,1%) e São Paulo (22,2%), seguidos por outros estados do Sul e Sudeste, segundo a Fundação Getúlio Vargas Social¹⁰.

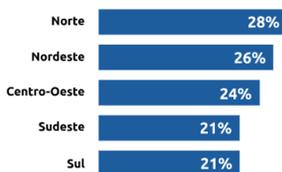
Cada jovem tem o potencial de oferecer uma contribuição única para a vida comunitária. O acesso a uma educação de qualidade permite aos jovens explorar conhecimentos sobre diferentes áreas e ampliar a sua visão sobre si mesmos e a sociedade em que se inserem. Um processo educativo de qualidade é também o ponto de partida para que eles identifiquem os seus interesses, ampliem seus horizontes e desenvolvam as capacidades para contribuir à melhora social.

Fonte: Atlas das Juventudes (2021)

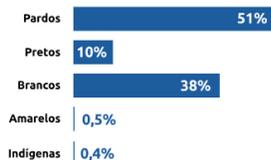
Atualmente, a maior parte da juventude brasileira se encontra nas áreas urbanas (IBGE, 2012b)

Segundo os dados do Censo demográfico de 2010, havia no Brasil 7,8 milhões de jovens de 15 a 29 anos residindo na zona rural.

Entre as macrorregiões do país, as regiões Norte e Nordeste contam com uma maior proporção de jovens (IBGE, 2020)



A maioria dos jovens brasileiros são pessoas negras, que correspondem à soma dos jovens pardos e pretos (IBGE, 2020)



Fonte: Atlas das Juventudes (2021)

Mais especificamente, há alguns lugares que contam com uma maior concentração de jovens no país (NERI, 2019)

Jovens estão representados mais na região das periferias metropolitanas nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Ceará.

Jovens estão mais representados nas capitais dos seguintes estados: São Paulo, Paraná, Bahia, Pernambuco e Pará.

Jovens com deficiência (IBGE, 2012a)

Estima-se que o Brasil possua cerca de 6,6 milhões de jovens entre 15 e 29 anos com deficiência (aproximadamente 15% da população jovem do Brasil).

A maioria deles vive nas regiões Nordeste e Sudeste, sendo a deficiência visual a mais comum.

Jovens LGBTQIA+

Embora não tenhamos dados específicos sobre as juventudes, estudos de grupos ligados ao movimento LGBTQIA+ estimam que no Brasil existem por volta de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de pessoas trans (0,5%) (MICHELS; MOTT; PAULINHO, 2018).

Fonte: Atlas das Juventudes (2021)

A juventude é reconhecida, tradicionalmente, como uma fase transitória para a vida adulta, sendo um estágio de vida que necessita do esforço coletivo, notadamente nos âmbitos da família e da escola, visando preparar o jovem para ser socialmente adaptado e produtivo, é o que aponta a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. O órgão também avalia que vinculado a “aspectos psicossociais é uma fase fundamental de um processo evolutivo, no qual o indivíduo é chamado a fazer importantes adequações pessoais, com destaque para a luta pela autonomia emocional e financeira, a escolha de uma vocação e a própria afirmação da sua identidade sexual”.

A questão social do tema juventude inseriu-se no mundo contemporâneo:

por meio de abordagens de problemas a eles comumente associados – como a delinquência, o comportamento de risco e as drogas –, em geral acompanhadas de uma retórica de exigência de medidas de enfrentamento por parte de diferentes sociedades e governos, muitas vezes com privilégio da intransigência em detrimento de uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos sociais¹¹.

O Brasil após manter-se por quase duas décadas com pouco mais de 50 milhões de jovens, o dobro do que se observava em 1970 – foi superada em 2002, após um período de intenso crescimento de jovens de 15 a 29 anos de idade, níveis sem precedentes na história do país, agora verá a experiência oposta de diminuição dessa faixa etária a partir de 2021, segundo Neri¹². O contingente jovem brasileiro pode chegar ao fim do século reduzido quase à metade de sua magnitude atual, diminuindo as possibilidades da prosperidade da nação, segundo as Projeções Populacionais da Fundação Getúlio Vargas Social. O estudo aponta que até 2060, o percentual de jovens vai diminuir em 95% dos 201 países com projeções populacionais. A pandemia é um novo dado a ser considerado seja a queda de natalidade associada nas projeções absolutas, seja a própria redução de expectativa de vida dos mais velhos nas projeções relativas.

Para Rebolledo e autores¹³, a estruturação da família com relacionamentos

emocionalmente deteriorados e os limites dos papéis na estrutura familiar podem interferir na construção de laços familiares, e podem ser fatores contribuintes para o uso de drogas pelos jovens. Os fatores de risco para uma vida o uso de drogas por crianças e adolescentes discutidos na literatura são o uso de drogas pelos pais, violência doméstica e social, busca de autoestima e independência familiar, pressão dos pares e necessidade de integração social.

A pandemia Covid-19, desvelou a alta vulnerabilidade dos mais jovens brasileiros em tempos de crise. Estes choques podem deixar marcas permanentes, o chamado efeito-cicatriz, sobre a trajetória de ascensão social de toda uma geração¹⁴.

O isolamento social decorrente da pandemia fez o uso de drogas aumentar em todo o mundo. Além do seu aumento exponencial, a droga tem se tornado cada vez mais potentes e destrutivas. O motivo está associado principalmente ao avanço científico e tecnológica que tornou possível o processamento e sintetização de produtos químicos. Segundo Laranjeira¹⁵ “sem dúvida as drogas estão mais fortes” e “a tendência é com certeza torná-los mais eficientes e viciantes”.

Além disso, o uso e o abuso de substâncias psicoativas acarretam outras realidades que atinge direta e indiretamente toda a sociedade. No início do século XXI, a dependência química era a oitava causa de internação hospitalar. O uso de drogas ou o comércio dela era responsável por 64% dos homicídios, 39% dos estupros, 80% dos suicídios, 60% dos acidentes de trânsito e o terceiro motivo para afastamento do trabalho, segundo a OMS¹⁶.

A juventude por si só é considerada fator de risco para o uso de drogas devido aos diversos conflitos que ocorrem nessa fase da vida. O uso e abuso de drogas fazem parte de uma situação relacionada à vulnerabilidade e limitações dos jovens em lidar de forma criativa com as situações difíceis que a vida impõe¹⁷.

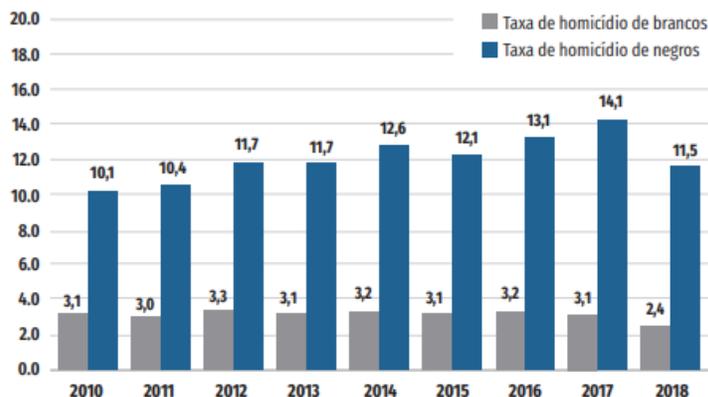
A adolescência, por sua vez, é a fase em que os indivíduos muitas vezes enfrentam emoções negativas ou medo que parecem intransponíveis. No entanto, o papel dos familiares é ajudá-los a enfrentar essa fase, evitando a tristeza e ressaltando que estas etapas fazem parte da vida. Esse período de transformação é caracterizado, além do medo, pela ambivalência entre o desejo de crescer para ter mais direitos e o aumento da responsabilidade. Ao se tornarem dependentes químicos, esses jovens muitas vezes perdem seu núcleo familiar e social de referência. Passam a viver apenas para a próxima festa, incapazes de traçar um projeto de vida, continuidade e amanhã. No entanto, muitas vezes é na escola e em casa que encontram apoio e consolo para suas ansiedades, medos e frustrações. Mas não podemos esquecer que nem todo jovem, possui esse elo estabelecido na estrutura familiar desenhada socialmente como ideal, por vezes não tem família ou estrutura de apoio, mesmo tendo família.

Entende-se que o uso de substâncias psicoativas pelos jovens é utilizado com objetivo de aumentar o prazer e/ou diminuir a dor no cotidiano, principalmente em situações de crise. O tráfico é uma das indústrias mais lucrativas do mundo, emprega um número

considerável de pessoas, o que afeta negativamente as estruturas econômica, social, política e cultural ao mesmo tempo. O tráfico é o arquétipo de uma sociedade de consumo que expressa toda a violência que contém e produz mais violência. A geopolítica do tráfico confirma o padrão histórico de interdependência e distribuição desigual da riqueza entre na sociedade¹⁸.

Com base na desigualdade de renda, pobreza, escolaridade, oportunidades de emprego e exploração infantil, os programas sociais buscam promover a inclusão social daqueles que são atingidos por problemas econômicos. Percebe-se que o narcotráfico distorceu as economias de vários países e está cada vez mais associado à lavagem de dinheiro, tráfico de armas e outros crimes, onde são atraídos um número maior de crianças e adolescentes, pois estes são considerados juridicamente são aproveitados por serem inimputáveis. A política de proibicionismo e as dinâmicas do narcotráfico tem causados diversas mortes, principalmente de jovens que participavam da produção e circulação de drogas¹⁹.

Taxas de homicídios contra crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça - 2010 a 2018 (para cada 100 mil habitantes)



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/ Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) (dados preliminares) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Para aqueles que se encontram em condição de maior vulnerabilidade econômica, social e étnico-racial na sociedade brasileira, a política de 'guerra às drogas' gera uma situação de violência generalizada. Os dados dos últimos anos sobre homicídios, mortes decorrentes de intervenção policial e vitimização policial, crimes por tráfico e encarceramento,

tem uma íntima relação entre a violência derivada da política de drogas existente no Brasil e o racismo. Considerados numa perspectiva biopolítica, há uma seletividade penal e letal de pessoas negras, revelando a natureza racista do próprio Estado, estabelecendo quem deve viver e quem deve morrer²⁰.

Estudos apontam que nas últimas décadas o tráfico urbano envolve crianças e adolescentes de comunidades, o que também aponta para a violência policial contra os moradores dessas áreas. O grande número de armas poderosas em bases de drogas, combinadas com grupos que disputam a supremacia do varejo e seus contínuos confrontos com a polícia, transformaram essas regiões em áreas muito vulneráveis para a comunidade que ali reside²¹.

A juventude torna-se assim, o alvo foco dos cartéis dos narcotraficantes que se encontram instalados no mundo inteiro, e não se intimidam em mostrar que seu objetivo está no recrutamento dos jovens e na disseminação do consumo de drogas. Segundo Chavez Alvarez (1989) o narcotráfico desde muito tempo na história das sociedades, “deve ser entendido, em sua verdadeira dimensão, como um problema econômico, social, político”, e de saúde pública. A falta de atenção com a garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, sujeitos de direito em especial condição de desenvolvimento, também tem repercussão nos jovens que se tornarão no futuro. A carência de oportunidades como ser amamentado por sua mãe, receber uma refeição adequada, um bom acompanhamento na saúde (garantia da puericultura até os 19 anos de idade), ter uma educação com equidade, de ter lazer na infância, de praticar um esporte, de convivência familiar sadia, terá sua consequência na juventude. A janela de oportunidades bem aproveitada na adolescência tem repercussões importantes para o futuro da juventude.

Somados a estes problemas considera-se principalmente: “a pobreza, pouca educação e marginalização social continuam sendo fatores importantes que aumentam o risco de ocorrência de transtornos associados ao uso de drogas”, segundo MPPR²².

A juventude é vista como a principal vítima dentro desta triste realidade que foi confirmada segundo o último Relatório Mundial sobre Drogas, no dia 24 de junho de 2021, realizado na Áustria, na capital Viena, atesta que: “cerca de 275 milhões de pessoas usaram drogas no mundo no último ano, enquanto mais de 36 milhões sofreram de transtornos associados ao uso de drogas”²³, sem que o Estado lhes proporcione um atendimento digno. A lei do tratamento 13.840/2019 está longe de trazer efetividade para a recuperação de dependentes químicos²⁴.

Diante desta constatação busca-se compreender porque os jovens buscam as drogas? Que mecanismos estão associados à sua vida e são acionados para que se inclinem ao uso e abuso de substâncias psicoativas? Que realidades interiores emergem e impulsionam a juventude a essa condição?

Os motivos são diversos, alguns acabam se destacando, por exemplo, a curiosidade. O jovem é por si só curioso, aguçado em querer saber como é, no que consiste

e principalmente, o que sente em usá-la. Sendo a juventude momento oportuno da alta afirmação da identidade, esta, se realiza através do ciclo relações, ou seja, nos grupos sociais. A pressão que o grupo exerce sobre o jovem é um motivo considerável para a entrada às drogas, sendo que os que recusam a entrar no jogo, logo são tachados de atrasados, retrógrados e ligeiramente isolado do grupo. É preciso ter muita personalidade diante de um ambiente de pressão para não se deixar levar por essa corrente.

Ao mesmo tempo, o mundo das drogas representa e apresenta para o jovem a satisfação de um mundo de aventuras, provocando nele a necessidade por novas experiências onde pode se experimentar tudo, sem limites. Acentua-se que nesse período, certos traços de comportamentos são apresentados pelos jovens. Um deles é a negação ou a repudia de tudo o que significa esforço e responsabilidade, e facilmente desistem diante dos problemas que aparecem, o que no fundo, acaba sendo o desejo de escapar de si próprio. O uso e abuso das drogas é ao final, sempre fuga. Fuga de si mesmo e das coisas que responsabilizam o jovem.

A família e a sociedade são para o jovem, representantes pré-estabelecidos de limites, tornam-se por isso, obstáculos quando vão na contramão da liberdade almejada pela juventude. A quebra das relações familiares está entre os motivos principais do uso e abuso de drogas. Wagner²⁵ reforça que: “independente da sua estrutura e configuração, a família é palco em que se vivem as emoções mais intensas e marcantes da experiência humana. É lugar onde é possível a convivência do amor e do ódio, da alegria e da tristeza, do desespero e da esperança”. Nessa dinâmica desafios e dilemas bioéticos são postos para o exercício da autonomia, responsabilidade e vulnerabilidade que cercam esses sentimentos e atitudes dos jovens.

O desagrado com a família e com a sociedade, o jovem rejeita-as e sai em busca de outra melhor que não tenha os mesmos problemas e limites. Agindo assim, ao iniciar com a fuga dessa realidade, busca, concomitantemente uma nova direção, o que pode desembocar nos paraísos artificiais que a droga promete. Incitado pela crítica aos mais velhos e aos sistemas considerados arcaicos, o jovem busca essa nova liberdade que, em médio prazo, poderá terminar numa prisão progressivamente física, psíquica, social e também espiritualmente. Segundo Léo²⁶, a fuga e protesto são duas palavras-chave para compreender o mecanismo de funcionamento da dependência química.

Estimulados por uma falsa propaganda de felicidade que a droga pode promover, caem no autoengano de enxergar a vida como uma questão de ter, poder e prazer. Isso é o que eles acabam captando e expressando nas mensagens que transmitem. Na busca de encontrar na droga a força para lutar, acaba por fugir da luta. Ao buscar novas e profundas emoções, encontram sensações vazias e baratas e que não levam a compromisso nenhum. A verdade é que a droga acentua o vazio de uma sociedade que revela a falta de consistência em alguma coisa mais sólida e que seja capaz de preencher tantas lacunas no coração humano.

O coração do jovem é um coração que está para aprender a lidar com as frustrações e dores próprias da vida humana. O que acontece nesta fase, para Zandoná²⁷ é que “infelizmente, muitos são os corações que nutrem inúmeras reticências no que se refere a encarar as próprias dores e as emoções desordenadas e muitos acabam fugindo”.

Sendo assim, a droga acaba sendo motivo de fuga para afastar a dor e o sofrimento, que acaba encobertando os sentimentos de fracasso e frustração, ainda que apenas momentaneamente. Diante de situações negativas, problemas ou dificuldades, infelizmente, muitos voltam as drogas. Ao tomar o caminho mais rápido, descobrem com o tempo que foi o caminho mais frágil e volúvel. Para Léo²⁶ “o resultado é que a droga monta uma armadilha ao fazer pensar que a fuga das contrariedades pode ser duradoura”. Aos poucos percebe-se que esta escolha pela droga significou a perda da liberdade e submissão a um dono escravizador que é a dependência.

Uma vez que a droga se instala na vida do jovem com o passar do tempo vê-se dominado por esse “deus” mágico, que promete consertar todas as coisas na hora, sem cobrar nada, mas que traz juros na fatura da vida, que é a dependência. E quando o jovem alcança este estágio, não consegue mais ficar sem as drogas, tendo que progressivamente aumentar a dose para produzir os efeitos do princípio, acaba por perder a sua liberdade que acreditava ter recebido com a droga e torna-se seu escravo.

O caminho para um processo de reversão, enfrentamento e superação destas estatísticas referente às drogas é um desafio que pode ser superado com a cooperação e integração de vários setores da sociedade. O ponto de partida pode estar principalmente na prevenção. Prevenir significa chegar antes na vida dos jovens.

Chega-se antes quando se possibilita acesso aos direitos humanos fundamentais com entrada no sistema educacional, em todas as etapas, potencializando a criança e o jovem a participar da construção da sua comunidade, engajando-o em projetos em todos os setores da sociedade e promotor da construção de um mundo melhor, transformando a sociedade para essa e futuras gerações. Neste sentido, a bioética torna-se um campo privilegiado de possibilidades para o estudo da juventude exatamente por promover abertura ao diálogo acolhedor das diversidades interdisciplinares.

No 12º Foro de la Juventud de la UNESCO²⁸ em 2021, permitiu que jovens de todo mundo dialogassem e fizessem recomendações práticas à UNESCO para o período pós-Covid-19 (“Co-Creating Post-Covid-19 with Youth”), focado principalmente em educação, emprego e empreendedorismo jovem, a promoção de sociedades sustentáveis e equitativas, a proteção do patrimônio cultural e natural, o desenvolvimento de políticas baseadas em evidências para a bem-estar dos jovens, promovendo o envolvimento dos jovens, a ética da comunicação, alfabetização digital e acesso à informação. Nesse diálogo também reiteraram fortemente que atenção especial deve ser dada às necessidades de grupos como refugiados, mulheres em situações de conflito, minorias linguísticas, jovens indígenas, jovens com deficiência, pessoas de meios economicamente desfavorecidos e

outros grupos marginalizados.

Os desafios postos urgentes e necessários aos enfrentamentos sociais e éticos da juventude contemporânea são potencialidades e meios de fortalecer sua capacidade e expandir o envolvimento dos jovens e das comunidades locais na tomada de decisões para um futuro justo a todos os jovens, desta e das futuras gerações, assim como os ODS buscam atingir os objetivos interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo.

3 | VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DA CONSCIÊNCIA À PROTEÇÃO³

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma chaga social com raízes históricas e causas complexas que a sociedade atual - em esferas governamentais, eclesiais, empresariais e familiares - busca enfrentar. O enfrentamento de tal situação implica em conjunto de práticas e medidas que vai desde uma compreensão adequada do assunto - seu perfil, seu alcance e sua gênese; uma análise de suas danosas consequências; o refinamento de nossa sensibilidade para identificar as vítimas - em todos os âmbitos que prestam assistências a crianças e adolescentes; caminhos claros para encaminhamentos diante de casos concretos; estabelecimento de medidas de proteção.

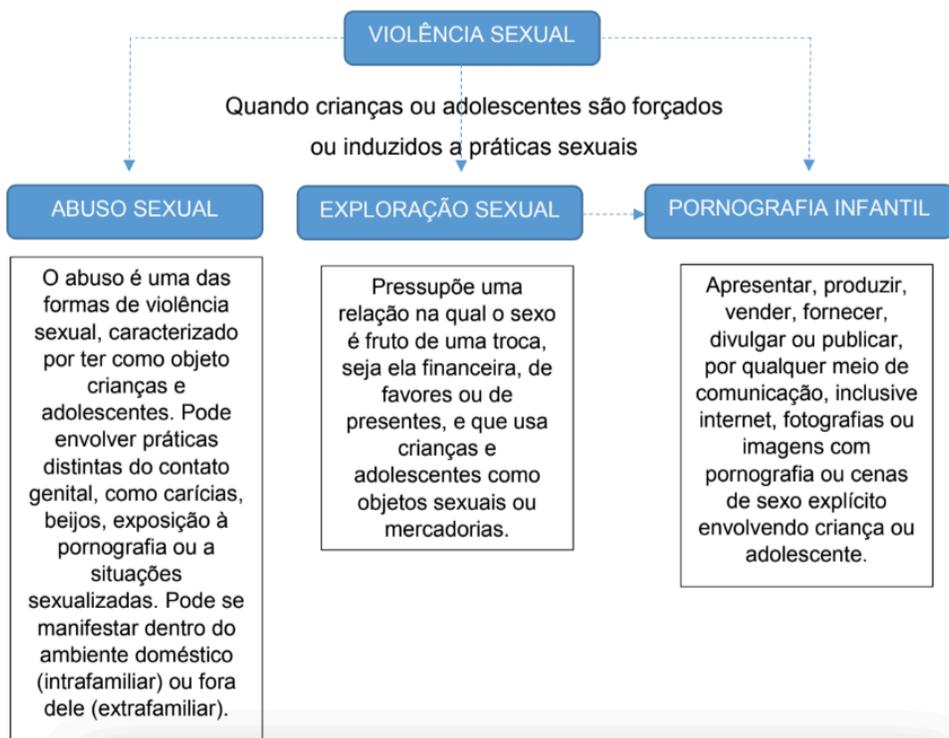
O presente texto aborda esta temática no âmbito da bioética o que implica em abordagem com múltiplos olhares, preocupação ética e indicações práticas. Este texto também se soma ao esforço internacional de cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU, que explicita como parte do objetivo 16 “Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças”¹. A preocupação com a proteção das vítimas reverbera com veemência: não se pode mais - como se fez tanto no passado - calar a vítima, abafar os casos, justificar o agressor, negligenciar a denúncia e menosprezar os danos. É tempo de encerrar o problema, fortalecer a rede de proteção, intensificar os processos educativos e ousar dizer para nossas crianças e adolescentes: contem conosco.

O que é violência sexual?

A violência sexual é uma das piores formas de violência contra crianças e adolescentes e constitui uma violação de seus direitos, pois afeta o direito de não ser exposto a nenhum tipo de violência, direito que se encontra garantido em diversas regulamentações nacionais e internacionais no âmbito dos direitos humanos.

A violência sexual pode ocorrer de diversas maneiras, dentre elas, podemos destacar:

³ Autores da sessão 3: Fabiane Olivia Ardenghi, Francicleide da Silva Freitas, Renata Cristina Alves da Rocha, Tatiana O. Vieira e Mário Antonio Sanches.



Fonte: os autores

A violência sexual, portanto, inclui o contato sexual não consensual feito ou tentado; atos não consensuais de natureza sexual que não incluam toque (como voyeurismo ou assédio sexual); tráfico e/ou exploração sexual cometido contra alguém que não pode consentir ou recusar-se a esses atos; e exploração sexual pela Internet. Pode ocorrer em diferentes ambientes: residências, instituições, escolas, locais de trabalho, em instalações dedicadas a viagens e turismo, dentro das comunidades. Da mesma forma, o acesso a crianças e adolescentes aos telefones celulares e à Internet tem gerado novas formas de violência sexual nos ambientes digitais².

Quais as consequências que uma violência física ou sexual pode deixar na criança ou adolescente?

Todas as formas de violência, especialmente a sexual, afetam o crescimento saudável das nossas crianças e adolescentes, prejudicando seu neurodesenvolvimento e trazendo inúmeras consequências negativas ao longo de sua vida. Diversos estudos mostram que a violência sexual pode ter como consequência um impacto profundo e permanente sobre o funcionamento e as estruturas cerebrais das vítimas, além de uma maior vulnerabilidade para o desenvolvimento de psicopatologias na vida adulta^{3,4,5}.

De acordo com o Instituto Alana e o Ministério Público do Estado de São Paulo⁶, a violência sexual pode gerar consequências físicas, sociais e psicológicas graves, a curto e longo prazo, não apenas para as crianças e os adolescentes vítimas, mas também para suas famílias e comunidades, como: riscos elevados de gravidez precoce, dificuldades na escola e evasão escolar, além do contágio por infecções sexualmente transmissíveis e outros agravos de saúde física e mental decorrentes da violência. Além disso, é importante considerar a confusão de emoções e sentimentos que podem afetar as vítimas, como a culpa, a raiva e até o afeto que podem sentir pelos abusadores, eis que muitas vezes são pessoas próximas e de confiança.

Quais são os fatores que podem influenciar em maior ou menor risco de crianças e adolescentes sofrerem violência sexual?

Toda a comunidade deve estar atenta a atitudes não apropriadas em vista de um ambiente sadio. É preciso ser sensível aos possíveis sinais que possam apresentar os ambientes sociais, e até mesmo as características pessoais de cada criança ou adolescente e que possa de alguma forma o tornar mais ou mesmo vulnerável e, portanto, mais ou menos suscetível a sofrer uma possível violência ou abuso.

Podemos identificar alguns fatores de risco e de proteção que podem nos ajudar em encontrar estratégias de intervenção para a prevenção de abusos sexuais contra crianças e adolescentes.

Fatores de Risco: características ou qualidades das pessoas, comunidades e ambiente social, ligadas a uma probabilidade de causar danos ⁷	Fatores de proteção: aspectos do ambiente social e das habilidades das pessoas que favorecem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes; relacionam-se a estratégias de prevenção e destruição de ciclos de violência sexual ⁸
<ul style="list-style-type: none"> Educação sexual ausente ou deficiente. É importante que desde cedo meninas e meninos conheçam o nome de suas partes do corpo e suas funções (com informações adequadas ao seu grau de maturidade e desenvolvimento) 	<ul style="list-style-type: none"> Valorização de seu corpo. É fundamental que a criança ou adolescente conheça e nomeie cada parte de seu corpo, conscientizando-se de seu valor e da necessidade de cuidá-lo.
<ul style="list-style-type: none"> Baixa autoestima. Crianças e adolescentes com pouca autoestima podem ser mais propensos a serem enganados por pessoas que os fazem se sentir especiais e destacam suas qualidades 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de uma boa autoestima por meio de apego seguro. Para prevenir qualquer tipo de violência sexual, é fundamental que a criança ou adolescente reforce sua autoestima sentindo-se amado e respeitado.

<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de afeto e/ou atenção ou ausência prolongada dos pais. Menores que não formaram vínculos fortes com sua mãe/pai ou parentes, que não passam muito tempo com eles, ou que os ignoram ou os rejeitam, podem acatar as reivindicações do agressor que, sabendo dessa circunstância, utiliza estratégias de sedução que fazem com que o agredido se sinta amado e importante 	<ul style="list-style-type: none"> • Boa comunicação. A comunicação com crianças e adolescentes é fundamental, pois eles se sentem valorizados e aceitos. Se forem ouvidos e acolhidos, desenvolverão mais facilmente a capacidade de expressar o que está acontecendo com eles
<ul style="list-style-type: none"> • Crescer em um ambiente de relações violentas ou discriminatórias. Os menores que vivem em situação de violência na família ou na escola estão mais expostos a serem manipulados por adultos que lhes oferecem bom tratamento ou recompensas em troca de “permitir a agressão sexual”. Sua vulnerabilidade não lhes permite ter recursos para discriminar afeto e amor de chantagem afetiva, por isso se submetem às exigências do agressor 	<ul style="list-style-type: none"> • Expressão de seus sentimentos. As crianças e adolescentes devem ser ensinados a expressar o que lhes acontece por dentro, a perceber o que precisam e a reconhecer as sensações que produzem bem-estar e aquelas que são desagradáveis. Reconhecendo suas emoções, será mais fácil distinguir entre um tratamento amoroso e um perigoso
<ul style="list-style-type: none"> • Menino ou menina com atitude passiva, tendência à submissão ou timidez. Sugere-se evitar inculcar nas crianças e adolescentes a obediência absoluta aos adultos como um padrão de conduta desejável, pois pode ajudá-los a cumprir mais facilmente as instruções do agressor, principalmente se for uma figura de autoridade como professor ou cuidador 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar seus próprios limites. Às vezes, crianças e adolescentes são obrigados a ser cordiais e afetuosos com os outros e nos esquecemos de respeitar seus próprios indicadores corporais, que em muitos casos correspondem a mecanismos naturais de autoproteção. É difícil para uma criança ou adolescente recusar a demanda de um adulto, pois acredita que pelo simples fato de ser mais velho tem que aceitar e cumprir seus desejos.
<ul style="list-style-type: none"> • Condições de isolamento, falta de redes de apoio familiar e social. É um fator social em que a falta de recursos econômicos e pessoais para atender às necessidades dos menores pode levar a maus-tratos, por exemplo, mães sem acesso a serviços de creche que deixam seus filhos(as) aos cuidados de vizinhos ou conhecidos, pessoas vivendo em situação de violência ou pobreza. 	

Como identificar casos de abuso sexual de crianças e Adolescentes?

Falar sobre o assunto é necessário e talvez a primeira forma de evitar que novas crianças entrem para a triste estatística, descrita acima. Cada um de nós tem o dever de ter conhecimento acerca do assunto e no caso de suspeita averiguar cuidadosamente.

Devemos alertar todos os pais, os responsáveis, os professores e as pessoas próximas para protegerem e assegurarem os direitos de suas crianças e adolescentes de verdade. Esta violência disfarça-se das mais variadas formas e depende de diversos fatores⁹.

Necessitamos divulgar e problematizar, e no caso de suspeita ficar atentos e identificar se uma criança ou adolescente está sendo abusada, uma vez que a vítima que foi violada sexualmente pode não apresentar sinal físico visível, porém mudanças de comportamento sempre é possível perceber.

As manifestações são as mais diversas tais como problemas no sono, fugir ou evitar voltar para casa, rejeitar o toque de outras pessoas, desenvolvimento de fobias etc, pois desde que nascemos temos formas próprias de se relacionar com as pessoas e com o mundo. Quando ocorre mudança de comportamento, alterações sejam elas fisiológicas ou psicológicas, sobre tudo nas crianças e adolescentes, devemos ficar em sinal de alerta.

Neste tópico são apresentados 10 sinais que crianças e adolescentes apresentam e que podem ser sinais de Abuso Sexual, no entanto, vale ressaltar que existem muitas outras manifestações¹⁰.



1. Alteração de comportamento (tristeza, instabilidade emocional, medo exagerado);
2. Proximidade ou rejeição a uma pessoa (Abusador);
3. Mudanças de hábitos (baixo desempenho escolar, aumento ou redução de alimentação);
4. Dificuldade em estabelecer relações afetivas (com pessoas do mesmo sexo do abusador);
5. Falta de confiança nas pessoas (de forma geral);
6. Comportamento sexual adiantado em comparação a sua idade cronológica;
7. Incontinência Fecal e/ou urinária;
8. Lesões na região genital;
9. Hematomas e marcas físicas no corpo;
10. Prática de automutilação e Ideias suicidas;

Pais ou responsáveis, professores precisam se manter vigilantes com relação ao comportamento dos filhos e alunos. Violência Sexual é crime, é urgente dar um basta nesta prática, romper tabus, falar do tema e evitar que mais infâncias sejam roubadas. Ressaltamos que embora gere um desconforto falar do assunto, precisamos falar do tema, como é ressaltado todos os anos no dia 18 de maio (Dia de Combate e Exploração de Crianças e Adolescentes).

Como evitar a violência sexual contra crianças e adolescentes?

Não existe uma resposta simples e completamente eficaz contra esse mal que aflige a nossa sociedade e as nossas comunidades, mas acreditamos também quem não podemos ficar de braços cruzados, sem fazer ao menos o que está ao nosso alcance. Contudo podemos propomos alguns caminhos que possam ser percorridos neste sentido, entre outras:

- **Conscientização:** promover uma conscientização e sensibilidade a estes temas de toda a população, tanto adultos quanto crianças e adolescentes:
- Promover o autocuidado em crianças e adolescentes com a valorização da vida, do corpo e da saúde, como ferramenta preventiva em qualquer situação de maus-tratos e abuso sexual, que permite crianças e adolescentes enfrentar possíveis situações de abuso sexual nos estabelecimentos de ensino, nas suas famílias e em qualquer meio social.
- **Treinamentos e formação:** de professores, formadores, catequistas, animadores de grupos juvenis, esportivos, etc, e demais profissionais com informações básicas sobre abuso sexual; sobre a severidade do problema; apresentar estratégias efetivas de prevenção e apresentar métodos para detecção e manejo de casos.
- **Comunidade protetora:** a comunidade possui uma tarefa importante de ativar a resiliência em diversas fases do desenvolvimento da criança, interagindo e proporcionando uma relação entre diferentes âmbitos: família, escola, grupos sociais¹¹. A resiliência, inicialmente centrada nos indivíduos, pode ser estendida também aos contextos familiares e comunitários, desenvolvendo condições de proteção eficazes para superar adversidades. A comunidade pode ser um recurso fundamental de proteção e um espaço de educação.
- **Redes de apoio:** as redes de apoio influenciam afetivamente produzindo estratégias eficazes em situações de crise, gerando respostas com significativa redução de sintomas psicopatológicos, tais como depressão e sentimento de desamparo¹².

Como denunciar um caso de violência sexual contra crianças e adolescentes?

Existe uma rede de atendimento para que as denúncias que envolvam crianças e adolescentes possam chegar ao conhecimento das autoridades como por exemplo: Conselho Tutelar, Ministério Público, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Delegacias Especializadas, Defensorias Públicas, Centro de Referência Especializado de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social, Poder Judiciário, Disque 100.

- **Conselho Tutelar:** Trata-se de um órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Tem a atribuição de prestar o atendimento a crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados por pais, responsáveis ou qualquer outro membro da sociedade. Também é o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento dos direitos e garantias. Os Conselhos Tutelares não trabalham sozinhos. Fazem parte de uma rede de atendimento que atua conjuntamente nos casos de violação de algum direito que envolva crianças e adolescentes. O Ministério Público, os Juizes das Varas da Infância e da Juventude, os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares e as delegacias especializadas são algumas das instituições que têm como objetivos a promoção e a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes¹³.
- **Ministério Público - Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente.** O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal definem o Ministério Público como o órgão responsável pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente, atuando como protetor e guardião de tais direitos. Há, entretanto, diferenças entre as atribuições do Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. O Ministério Público Estadual (MPE) possui sua competência definida pela Lei Complementar nº 40/1981 e atua em casos como: abuso, abandono, violência física, etc. Denúncias ao MPE podem ser realizadas de forma pessoal, por e-mail ou por correspondência. O Ministério Público Federal (MPF) tem sua competência definida pela Lei Complementar nº 75/1993 e atua em casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes em assuntos de matéria federal. Cite-se como exemplo:
 - Classificação indicativa (obras audiovisuais sem classificação indicativa, obras que desrespeitam a classificação indicativa, etc.);
 - Crianças e adolescentes no exterior (tráfico de pessoas, desaparecimento ou sequestro de criança no exterior, problemas com a documentação internacional, etc.);
 - Crimes praticados na internet (cyberbullying, assédio virtual, etc.).

Da mesma forma que o MPE, as denúncias ao MPF podem ser realizadas de forma pessoal, por e-mail ou correspondência¹⁴.

- **Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.** Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente têm a principal função de deliberação e controle relativos às ações públicas (governamentais e da sociedade civil) de promoção dos direitos

humanos da criança e do adolescente, com eficiência, eficácia e proatividade, dentro de sua área de competência. Estão conceituados juridicamente no inciso II do art. 204 da Constituição Federal e no inciso II do art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁵.

- **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).** O CRAS busca prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais através do desenvolvimento e monitoramento das famílias com atividades que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, aumentando o acesso aos direitos da cidadania¹⁶. O CREAS oferece apoio e orientação especializados a pessoas que já têm suas situações de risco comprovadas, ou seja, que são vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais. Trata-se de unidades públicas criadas com base na Política Nacional de Assistência Social e estão presentes na maioria dos municípios do país¹⁷.
- **Poder Judiciário.** Dentre as atuações do Poder Judiciário por intermédio de suas varas cuja competência versa acerca da proteção da criança e do adolescente, podemos citar: Julgar os pedidos de adoção; julgar irregularidades administrativas em entidades de atendimento, de acordo com as infrações administrativas previstas no ECA; conhecer as ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente; e dos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, conforme o Art. 148, I à VII do ECA.
- **Disque 100¹⁸.** O Disque Direitos Humanos, ou Disque 100, é um serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da SPDC/SDH – Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Secretaria de Direitos Humanos. Trata-se de um canal de comunicação da sociedade civil com o poder público, que possibilita conhecer e avaliar a dimensão da violência contra os direitos humanos e o sistema de proteção, bem como orientar a elaboração de políticas públicas. Com o objetivo de receber/acolher denúncias, procurando interromper a situação de violação de direitos humanos, o serviço atua em três níveis:
 - Ouve, orienta e registra a denúncia;
 - Encaminha a denúncia para a rede de proteção e responsabilização;
 - Monitora as providências adotadas para informar a pessoa denunciante sobre o que ocorreu com a denúncia.

O Disque 100 funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive nos fins de semana e feriados. As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização, de acordo com a competência e as atribuições específicas, priorizando o Conselho Tutelar como porta de entrada (nas situações de crianças e adolescentes), no prazo de 24 horas, mantendo em sigilo a identidade da pessoa denunciante.

Há também o disque denúncia em âmbito estadual e municipal, sendo necessário averiguar se na territorialidade de atuação este serviço está disponível. E em casos de emergência, a Polícia Militar pode ser também acionada, pelo 190.

4 | RELATO OFICINA DELIBERATIVA⁴

Violência sexual contra infância e adolescência: a escola como agente transformador e acolhedor de soluções

A oficina intitulada “Violência sexual contra infância e adolescência: a escola como agente transformador e acolhedor de soluções” foi realizada no dia 07 de novembro de 2022, tendo como convidado o prof. Dr. Mário Antônio Sanches, o qual contextualizou e trouxe algumas reflexões relacionadas ao tema proposto. Os 17 participantes eram membros de comunidades escolares de várias regiões do Brasil e inseridos nos mais variados contextos: escolas particulares, públicas, municipais, filantrópicas, quilombolas, indígenas e universidades.

O prof. Mário Antônio Sanches iniciou a oficina falando sobre a difícil temática relacionada à violência sexual contra crianças e adolescentes. Usou três verbos como pontos de reflexão: *reconhecer* (reconhecer que essa temática foi abordada tardiamente pela sociedade, a qual muitas vezes, a encobertou e não deu devida importância a tal temática); *aprender* (essa temática é revestida de muitos tabus, preconceitos, más informações e desinformações. É necessário se aproximar desse tema com cuidado e estar disposto a estudar o assunto, se abrir ao tema. Um exemplo da desinformação é a sociedade considerar todo abusador como pedófilo, como se fossem sinônimos); *agir* (é necessário fazer algo, não é possível a omissão, porém não podemos entrar em uma dinâmica que somente condena e julga as pessoas. É necessário um agir equilibrado, maduro, ponderado, para que seja realmente protetivo). São questões desafiantes e a escola, que integra a Rede de Proteção, desempenha um papel fundamental no combate à violência.

O ponto de vista dos participantes com relação à prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes:

A fala do convidado foi permeada por algumas provocações, de modo a incentivar os participantes a refletirem sobre seus papéis na atuação da prevenção à violência sexual. Posteriormente, deu-se início às perguntas preestabelecidas pelos componentes da preparação da oficina, sendo a primeira: “*O que seria a prevenção da violência sexual infantil no olhar da comunidade escolar?*”.

Uma das participantes disse que prevenção é dar conhecimento às crianças sobre

⁴ Autores da sessão 4: Caroline Filla Rosaneli, Mario Antonio Sanches, Renata Cristina Alves da Rocha, Fabiane Olivia Ardenghi e Leonardo Machado Michelotto

é que é violação de direitos: do que é permitido ou não com relação ao corpo da criança e do adolescente. Citou a importância de se abrir um espaço de escuta qualificada, com profissionais multidisciplinares, pois, muitas vezes, a criança é somente a “ponta de um iceberg” de diversas outras difíceis situações familiares. Uma outra participante trouxe que a Psicoeducação seja uma alternativa válida para os estudantes e profissionais da educação e demais membros da comunidade escola. Outra proposta trazida por uma participante, é o esclarecimento, seja ele para professores, direção e equipe escolar, mas principalmente para as crianças sobre as situações de risco, como por exemplo: uso de drogas e bebidas alcoólicas por algum membro da família. Também citou que seria importante apresentar para a criança, de forma pedagógica, a rede de proteção, e ter dentro da escola alguém de confiança que a criança e o adolescente possam relatar o que vivem. Algumas professoras presentes disseram que veem importante trabalhar com a equipe pedagógica para capacitá-los a identificar sinais de alerta que crianças e adolescentes podem estar sofrendo violência sexual: mudança de comportamento, isolamento, baixo rendimento escolar, etc. Além de identificar, possibilitar que os professores sejam capacitados a como receber essa sinalização e evitar que a criança e o adolescente sejam expostos a uma revitimização. Um dos professores presentes disse que é importante criar um espaço de acolhimento para as crianças e adolescentes, que possibilite o encontro, a confiança e a escuta ativa, um espaço para desmistificar esse tema. Uma professora universitária relatou que, pela sua experiência, observa que sejam os professores, mas também os pais, talvez por um excesso de amor, apresentam uma certa “cegueira” para ver o problema. Um fato importante é perceber a angústia de algumas crianças de ir para casa nas sextas-feiras, pois estão indo para um possível sofrimento de abuso, e a ansiedade das segundas-feiras em querer contar para um professor o que aconteceu no final de semana. Sendo de extrema importância que o professor esteja preparado para essa escuta, para entender a ansiedade desse aluno. Falta na formação dos educadores essa escuta, esse olhar mais atento, e é urgente essa formação. Uma outra participante disse que para ela “prevenir é chegar antes”, e sobre a importância de se conhecer as redes de proteção. Falou sobre a necessidade da formação não somente dos professores, mas também dos gestores da comunidade escolar para que não inviabilizem uma possível sinalização de abuso, por medo e desconhecimento. Um outro ponto seria a importância de um aconselhamento para os professores, para que tenham mais claro até onde eles podem levar e a quem levar uma possível suspeita de abuso. Ressalta que a universidade pode ser uma grande parceira da escola para trabalharem questões de abuso. Uma psicóloga presente enfatizou que a prevenção passa pela formação, não somente dos educadores e crianças, mas também com os pais no que se refere a fatores de risco e ao evitar uma educação repressora e violenta a qual descredita a criança.

A equipe organizadora ressaltou que nesse momento da oficina, mesmo que nos gere angústia, não é um espaço onde se pretende dar respostas, mas um momento de

escuta. Posteriormente, dentro do espaço da universidade, tentar dar voz a esse sentimento e transformá-lo em uma escuta para a sociedade.

A segunda pergunta foi: “*Quais soluções a comunidade escolar propõe para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes?*”. Uma das participantes trouxe como exemplo um livro que usa com as crianças: “*Pipo e Fifí*”. Falou, também, da importância da psicoeducação seja com a própria criança, mas também com seus familiares. Uma professora da educação infantil disse que é necessário que a comunidade escolar se fortaleça para ter a coragem de agir, mesmo que isso seja trabalhoso. Um psicopedagogo disse que uma das soluções é a equipe interdisciplinar, a qual deve ficar atenta aos possíveis sinais de violência e tenha um espaço de diálogo para compreender os melhores encaminhamentos. Trazer o tema para a formação continuada dos professores para uma escuta atenta foi um dos pontos enfatizados.

Uma outra possível solução trazida é o semear com os nossos jovens uma cultura diferente daquela que temos hoje onde permeiam relações de poder oriundas de uma cultura machista. Falou-se também que seria importante não se ter tanto tabu com relação a esse tema, mas uma discussão mais aberta com a sociedade sobre a prevenção. Foi trazido, também, a questão do autoritarismo, pois quem aprende a ser muito submisso, dificilmente vai falar sobre o que vive. Portanto, vê-se necessário dar mais voz às crianças e focar em uma educação do respeito recíproco, além de formá-las para que consigam identificar sinais de risco, saber dizer “não” e consigam se expressar com alguém de confiança.

Uma participante ressaltou que são necessárias algumas ações: *promoção, prevenção, proteção e recuperação*. *Promoção* do tema, formação, discussões. *Prevenção* é olhar quais redes temos, qual escuta está sendo feita, quais sinais essa criança está trazendo para que o fato não aconteça. *Proteção*: o fato já aconteceu – essa criança foi violada, então, quais os órgãos que devemos acionar? É importante destacar que a escola não atua sozinha, mas necessita da rede de proteção. Na *recuperação* todos nós somos autores: todos os serviços que a criança vai necessitar após a violação, inclusive a escola, pois a criança que foi vítima apresenta diversas consequências que a impedem, muitas vezes, de acompanhar o ritmo acadêmico. É necessário que a escola crie um calendário e currículo diferenciado, dialogar em um conselho de classe quais alternativas podem ser ofertadas para essa criança vítima, para que ela não seja revitimizada e acabe abandonando a escola.

Importante reconhecer e colocar o direito das crianças e dos adolescentes como prioridade. Portanto, é necessário que a rede esteja realmente conectada, para que haja uma eficácia na evolução da resolução da situação.

A terceira pergunta era: “*Você conhece alguma estratégia de prevenção com resultados eficazes?*”.

Uma das participantes relatou que uma prática em seu contexto é o encaminhamento não somente da vítima, mas também do abusador para o acompanhamento dentro da

Atenção Básica e com profissionais especializados quando necessário, na tentativa de minimizar os efeitos da violência, através de uma personalização dos atendimentos.

Um outro exemplo positivo é da Hospital Municipal Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, onde a equipe é muito bem treinada para o recebimento de casos de violência sexual, no evitar que a criança passe por maiores sofrimentos e/ou revitimização, além da humanização com a qual a equipe conduz os casos.

No final da oficina, foi apresentado o Mapa Mental com os pontos abordados pelos participantes durante a oficina. As falas foram agrupadas segundo as fragilidades, potenciais, princípios e valores/crenças e apresentadas aos participantes para que eles validassem essas classificações (Figura 1).

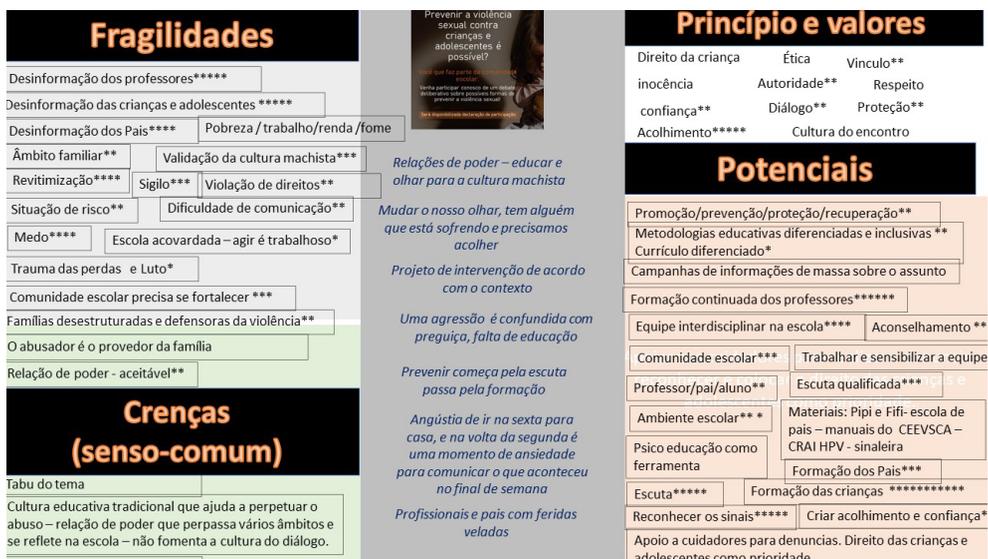


Figura 1. Mapa mental sobre a perspectiva dos participantes da oficina. Elaborado pelos autores.

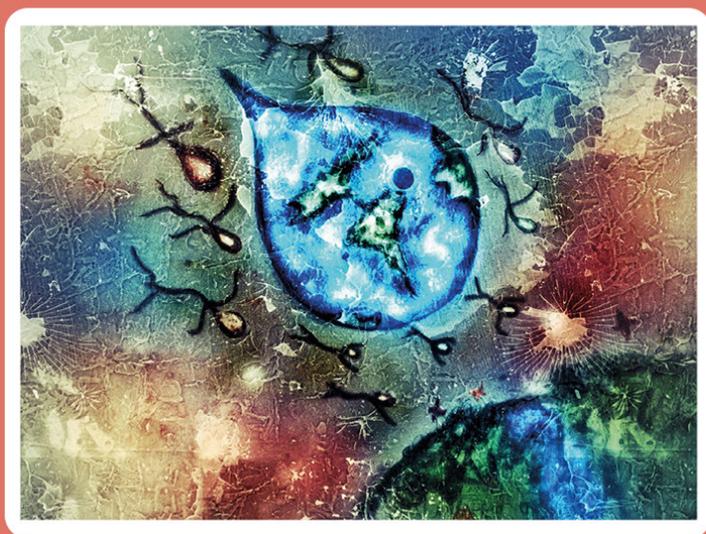
Ao final da oficina os participantes responderam à pergunta: “*Que sentimento eu fico em relação a esse tema?*”, e as respostas foram: compromisso, perseverança, esperança, reflexão, compartilhar saberes, responsabilidade, acreditar, resiliência, persistência, fortalecimento, comprometimento, luta e escuta, momento necessário para reeducar nosso olhar. Os sentimentos de maior destaque foram: comprometimento, persistência e esperança.

O tema da violência sexual contra crianças e adolescentes é algo que gera angústia pelo seu imenso número de casos e pelas inúmeras consequências negativas na vida das vítimas. Ao mesmo tempo nos impulsiona a sermos protagonistas de uma cultura da prevenção, na qual crianças e adolescentes não tenham mais seus direitos violados

e suas vidas destruídas pela violência. É na construção dessa nova cultura que a força da comunidade escolar se revela e propõe processos de transformação através da educação, do cuidado, da acolhida, da escuta e de tantas outras ações concretas que podem transformar o ser humano e gerar uma sociedade mais justa, mais acolhedora e, especialmente, onde seja erradicada todas as formas de violência e de violações contra a dignidade humana.

CAPÍTULO 3

Bioética global



Anor Sganzerla

A elaboração da terminologia e as pesquisas acerca da bioética surgiram no final dos anos de 1960 e início de 1970 na Universidade de Wisconsin, na cidade de Madison nos Estados Unidos, pelo bioquímico norte americano Van Rensselaer Potter. Entretanto, cerca de seis meses após a expansão dos problemas levantados pela bioética de Potter, o médico André Hellebergers, em Washington, na Universidade de Georgetown criou o centro de estudos de ética *Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study Reproduction and Bioethics*. Foi através desse centro que a bioética ganhou divulgação e aceitação pelo mundo afora.

Embora distante dos ideais da bioética de Potter, a proposta de Hellebergers atendeu a uma necessidade urgente na área da saúde, qual seja, buscar princípios que pudessem orientar os profissionais da saúde. Conhecida como bioética principialista estabeleceu quatro princípios: autonomia, beneficência, não-maleficência e justiça. Embora esses princípios tenham trazido grandes contribuições para direcionar os profissionais da área da saúde, o principialismo acabou por reduzir a bioética à ética médica, classificada como microbioética.

Potter que acompanhou a divulgação dessa perspectiva da bioética principialista, em 1988, retomou seu ideal de bioética e escreveu a obra *Bioética Global* com a finalidade de resgatar a macrobioética para tratar de temas como: (a) sobrevivência humana futura, (b) bioética ecológica, (c) a união da bioética médica e com a bioética ecológica, (d) dilemas na bioética médica como gravidez na adolescência, recém nascidos com deficiências, transplante de órgãos e eutanásia, (e) controle de fertilidade humana e (f) os limites dos recursos naturais, entre outros. Temas esses que, com certeza, geraram desconforto em muitos políticos, empresários, grandes corporações de seu tempo, uma vez que questionavam, sobretudo, a relação do ser humano com a natureza. Ao afirmar que a forma como nós humanos nos relacionamos com a natureza não possui sabedoria, e da necessidade de encontrar um novo paradigma na relação ser humano e natureza, Potter dá o tom do seu ideal.

Não podemos deixar de mencionar nessa rápida cronologia para não cometermos injustiças que as pesquisas de Rolf Lothar, em 1927, na Universidade de Humboldt, em Berlim, encontraram na *Revista Kosmos* a utilização da expressão bioética em 1927, pelo pastor protestante Fritz Jahr. Inspirado em Kant, o sentido atribuído à bioética pelo filósofo e teólogo era de ampliar a proteção ética a todos os seres vivos, uma vez que eles representam um fim em si mesmo. Ou seja, trata-se de estender a todos os seres vivos a condição que Kant assegurou apenas aos humanos.

Os problemas anunciados por Potter ainda na década de 1970 tornaram-se ainda mais complexos e graves nas décadas seguintes, o que exigiu um novo olhar para essas realidades, não mais de modo isolado, mas sim dentro de um contexto global. Nesse sentido, a bioética global de Potter apresenta-se como uma possibilidade de compreensão e de enfrentamento desses problemas, uma vez que o bioeticista compreende que a saúde

humana está diretamente relacionada à saúde do ambiente natural, social, cultural a qual o indivíduo está inserido. Ou seja, o adoecimento de uma dessas partes compromete a saúde do todo.

A política de desenvolvimento econômico e os ideais de progresso de sua época, afirma Potter, tem comprometido a sobrevivência humana futura, a vida e a biodiversidade da natureza, e conseqüentemente a qualidade de vida futura, pois está direcionada unicamente em busca de resultados econômicos imediatos. Para mostrar a gravidade da ação humana sobre a natureza, Potter compara a ação humana com as células cancerígenas agindo sobre o corpo humano, sugando-lhes as energias até levá-lo a morte.

Com sua proposta de uma bioética global, Potter busca enfrentar as questões da saúde humana e da biosfera, a qualidade de vida no futuro, a manutenção e o reflorestamento de áreas exploradas, as políticas de erradicação de doenças, a fertilidade controlada, a fome, entre outros temas caros que comprometem à continuidade da vida com qualidade no futuro.

Nessa perspectiva, o subprojeto Bioética Global do Caminhos dos Diálogo busca resgatar e fomentar a concepção de bioética global proposta por Potter e correlacioná-la com três aspectos da nossa realidade, a saber: (a) *Saúde global*; (b) *Governança global: caminhos e vulnerabilidades* e (c) *Erradicação da fome e segurança alimentar: cenário brasileiro na Covid-19*.

Na primeira parte intitulada de *Saúde Global* apresenta-se uma breve contextualização histórica, social e ética da saúde global e a correlação com os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, bem como seu impacto mundo pós-pandêmico.

Inicialmente, apresenta-se a questão da globalização e as sequelas que ela deixa nos países que já são marginalizados e explorados pelo sistema capitalista, como a questão da saúde (uma vez que muitos países industrializados instalam suas empresas mais poluidoras nos países em desenvolvimento), a fome, ou mesmo a fome nutricional (aquela em que os alimentos industrializados, altamente comercializados pelas indústrias, não contém os nutrientes necessários para a manutenção das vitaminas para o organismo, tanto de uma criança quanto de um adulto), a alta taxa de transmissão de doenças infecciosas como foi o caso da Covid-19, (decorrente da realidade social, da precariedade das moradias, do transporte público precário...), o aumento das taxa de desemprego, o corte de benefícios sociais e de programas inclusivos, e muitos outros.

Nessa lógica do desenvolvimento econômico, a saúde humana vive em constante ameaça, por isso a reflexão aqui proposta trata da saúde como um valor em si, com princípios éticos de justiça social, equidade, solidariedade, como também a saúde de caráter instrumental com políticas públicas efetivas que apresentem mudanças nos cenários emergentes de curto e longo prazo.

Em um segundo momento discute-se a temática da *Governança global: caminhos e vulnerabilidades* com o propósito de compreender se os valores sociais e humanos são

reconhecidos nas políticas públicas e praticados em vista a assegurar a dignidade humana e a manutenção do ambiente natural.

Assim sendo, apresenta-se uma ética que ultrapasse a esfera individual e imediatista, capaz de ressignificar as relações de alteridade e de equilíbrio com a natureza. Esse tema está além das legislações vigentes, que muitas vezes deixam de ser respeitadas, causando poucas mudanças, apenas mantendo o próprio sistema econômico vigente.

A terceira parte tem com o título *Erradicação da fome e segurança alimentar: cenário brasileiro durante a Covid-19*. A reflexão enfrenta o problema segurança alimentar e nutricional e o direito estabelecido; os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* e a segurança alimentar; o agravamento da fome e da segurança alimentar no Brasil no período da Covid-19 fruto de uma política do governo federal que não priorizou o tema da fome e da segurança alimentar, e consequentemente fez com que o Brasil regressasse ao mapa da fome.

Enfim, o que nos propomos nesse subgrupo intitulado de Bioética global é refletir a partir desses três temas (*Saúde Global, Governança Global e Erradicação da fome e segurança alimentar*) à luz da concepção de bioética global proposta por Potter, seus impactos à vida humana e a natureza no futuro, bem como a qualidade de vida humana, e a necessidade de se alcançar perspectivas e mudanças sustentáveis.

A continuidade da vida humana e extra-humana com qualidade no futuro dependerá da saúde axiológica dos nossos tempos, por isso, a ética, como ciência do agir humano, e a bioética, com a promoção do diálogo interdisciplinar, tornam-se indispensáveis na elaboração de um novo modelo organizacional em vista ao progresso moral, ao esclarecimento e a superação das vulnerabilidades. O que quer não são apenas de mudanças teóricas, mas também práticas, por isso, costuma-se classificar a bioética como ética aplicada, como uma resposta aos problemas práticos do nosso cotidiano, mas também como ética implicada na realidade, isto é, envolvida, comprometida com o propósito de mitigar das vulnerabilidades em questão.

1 | SAÚDE GLOBAL NOS CAMINHOS DO DIÁLOGO¹

Ao tratar da saúde global estamos frente a uma realidade bastante complexa, pois envolve muitos elementos. Nesta reflexão busca-se tratá-la a partir da perspectiva da bioética. Neste sentido, pretende-se abrir caminhos de diálogo interdisciplinar, uma vez que a saúde envolve a pessoa na sua integralidade.

A título de ilustração, pode-se recorrer aqui ao artigo de Carvalho Fontes et al, intitulado *Bioética e saúde global: um diálogo necessário*, e que muito embora seja um texto escrito a mais tempo, ajuda-nos a colocar a questão da saúde global, sob o viés teórico, com as devidas implicações práticas. Inspirado no referido artigo, entende-se que,

¹ Autores da sessão 1: Caroline Good, Tatiana Oliveira Vieira, Cristiane Pieterzack, Edvaldo Antonio de Melo e Anor Sganzerla.

para melhor compreender a saúde global, é preciso recorrer à bioética como uma ponte de diálogo, pois o tema extrapola as fronteiras, implicando na necessidade de ação e acordos globais¹.

Desde os escritos de Potter, a bioética se ocupa de temas que não diz respeito somente da ética médica, pois seu olhar é mais amplo e não limitado à reflexão teórica. Preocupa-se com o cuidado do planeta, as questões de vulnerabilidade social e econômica, com o futuro da natureza e da humanidade, enfim, com as questões fundamentais à sobrevivência humana de forma sustentável e cuidadosa com o ambiente.

Esta ponte pensada pela bioética não é somente para o tempo presentes da história, pois seu olhar se volta ao futuro. Deste modo, as nossas ações precisam ser também pautadas por atitudes de modo corresponsáveis, sobretudo com as gerações futuras.

Do ponto de vista metodológico, esta reflexão pretende levantar questões e suscitar a reflexão sobre a saúde global, e perguntar pelos aportes que podemos fazer com a bioética, a partir dos seguintes aspectos: 1) Contextualização histórica, social e ética do subtema; 2) Correlação do subtema com uma ODS; 3) Desenvolvimento do tema relacionando com o mundo pós-pandêmico; 4) Considerações finais com sugestão de aplicação prática da perspectiva elencada.

Contextualização histórica, social e ética

Tratando-se da questão da saúde global, é preciso contextualizá-la em seu viés histórico, social e ético, sobretudo, dentro da perspectiva de uma sociedade planetária globalizada.

Pode-se dizer que a globalização é um processo marcado pela expansão do comércio e fluxos de capital com a incorporação da tecnologia em diversos setores da sociedade, desenvolvimento da internet e das redes sociais que levam a ampliação dos meios de comunicação. Todos esses sistemas estão presentes em nossa vida cotidiana e às vezes não são pensados como um fenômeno global que também traz consequências planetárias como acentuadas transformações climáticas e ambientais, com a migração de pessoas em busca de melhores condições de vida e de trabalho, e até mesmo com refugiados políticos e ambientais¹.

O processo de globalização está presente em todas as sociedades do planeta, algumas de modo mais acentuado e outras menos, algumas de modo direto e outras indiretamente. No entanto, isso não significa que seus benefícios e consequências também sejam distribuídos de maneira igualitária.

Essa linha de pensamento divide o mundo em países centrais e países periféricos. Os países centrais já possuem soluções para seus problemas mais fundamentais como saúde, educação, alimentação, moradia e transporte e, assim podem se preocupar com o desenvolvimento das ciências e da tecnologia. Os problemas dessas sociedades podem

ser classificados como problemas desses países de emergentes, pois surgiram com o avanço da globalização e do desenvolvimento técnico e científico. Já os países periféricos são aqueles que lutam por condições mínimas de sobrevivência e de dignidade e seus problemas mais fundamentais ainda não tem uma solução. Estes países, além de serem pouco beneficiados com o processo de globalização, ainda precisam lidar com as suas consequências globais, buscando soluções para estes problemas o que chamamos de problemas persistentes, aqueles que acompanham o desenvolvimento da sociedade em sua origem, como desigualdade social, violência e preconceito².

Nas últimas décadas a saúde tem sido considerada um fator importante para o crescimento econômico e o desenvolvimento social com reflexos em vários setores da sociedade, como política externa, soberania nacional, comércio e turismo, direitos humanos e questões ambientais. Porém, a globalização traz impactos sociais, culturais e econômicos que podem resultar em riscos à saúde. A globalização é símbolo de uma interdependência planetária, e os países ricos representam a força e o desenvolvimento para os países periféricos. Esse modo de pensar, atinge a saúde de diversas formas, como por exemplo na importação de hábitos de alimentação não saudável de países ricos, ou a alta taxa de transmissão e propagação de doenças infecciosas em função do desenvolvimento dos meios de transporte, como vimos no desenvolvimento da pandemia de Covid-19. Além da saúde a outras influências decorrentes dos processos de globalização, como a desregulação econômica dos mercados, aumento das privatizações, restrição de direitos sociais, aumento das taxas de desemprego e menor inclusão social, bem como aumento de impostos e taxas, cortes de benefícios e subsídios sociais e desemprego estrutural em muitos países, que até pouco tempo serviam como exemplo de democracias inclusivas¹.

A saúde hoje é considerada um bem público global, e a globalização é a responsável pelo que estamos chamando de saúde global que pode ser compreendida como condição, atividade, profissão, filosofia, disciplina ou um movimento. Não há consenso sobre o termo saúde global, nem uma única definição, e seu campo de ação tem limites imprecisos. No entanto, pode-se considerar saúde global como uma disciplina emergente com precedentes a saúde pública e a saúde internacional, com foco na coletividade, interdisciplinaridade e ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde numa abordagem para além das fronteiras¹.

Alguns fatores contribuíram à consolidação da saúde global: o protagonismo da saúde nas agendas de desenvolvimento econômico, na segurança global, paz e democracia, a crescente transferência internacional de riscos e oportunidades para a saúde ocasionada pela globalização; o pluralismo de atores sociais públicos e privados que atuam em parcerias; a perda do predomínio da *Organização Mundial da Saúde* (OMS) em decisões sobre a saúde da coletividade e o predomínio do Banco Mundial na área de investimentos em saúde; os avanços rápidos das tecnologias médicas; o ativismo por condições de acesso à saúde e aos direitos; e luta de setores da comunidade por maior

participação nos processos decisórios³.

Há duas vertentes dominantes referentes à saúde global: uma que compreende a saúde como valor em si, levando a orientações de natureza solidária e altruísta fundamentada em princípios éticos de justiça social, equidade e solidariedade, e que considera as desigualdades geradas pelos processos de globalização que divide o mundo em países centrais e periféricos. E uma de caráter instrumental, que busca utilizar a saúde como meio para justificar interesses próprios de países preocupados com a sua própria segurança sanitária, em aspectos fronteiriços, militares, econômicos e comerciais¹.

Por fim, a saúde global relaciona-se com problemas que dizem respeito à saúde que transcende fronteiras e governos mesmo que os efeitos na saúde sejam sentidos somente dentro de alguns países ou de regiões de países tendo como alguns de seus princípios equidade, justiça, solidariedade, direitos, compaixão e respeito mútuo⁴.

Objetivos de desenvolvimento sustentável

Ainda em relação a globalização e ao mundo marcado pelas desigualdades sociais, os 17 *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), adotados pela *Organização das Nações Unidas* (ONU) e compostos por 169 metas, devem ser cumpridas até o ano de 2030. Trata-se de um esforço conjunto, de países, empresas, instituições e sociedade civil para amenizar o impacto do processo de globalização econômica, produtiva, industrial, entre outros aspectos. O setor privado tem um papel fundamental nesse processo, pois é um grande detentor do poder econômico, propulsor de inovações e tecnologias, influenciador e engajador dos mais diversos públicos, como os governos, fornecedores, colaboradores e consumidores.

Esses objetivos buscam articular a formulação de políticas globais acerca de três dimensões: econômica, social e ambiental, como foco na erradicação da pobreza e da fome; saúde e bem-estar; educação; igualdade de gênero; acesso à água potável e saneamento; energia limpa; trabalho decente; crescimento econômico sustentável; redução das desigualdades sociais; sustentabilidade da vida; inovações em infraestrutura; consumo responsável; cidades saudáveis; responsabilidade climática; redução das desigualdades; instituições eficazes e paz social⁵.

Embora a saúde esteja presente em todos os objetivos da ODS, há um objeto próprio para tratar da saúde. Tais objetivos fornecem um quadro global para a política e a prática de saúde, além de orientar o trabalho da OMS e de outras organizações globais. Existem milhares de organizações de todos os tipos, tamanhos e ambições ativas na saúde global, tornando-as um terreno altamente complexo, muitas vezes competitivo, e politicamente controverso⁶.

Em especial o ODS três é dedicado à Saúde e ao Bem-Estar, e conta com nove ambiciosas metas que englobam a redução da mortalidade materna, infantil, prematura por

doenças não transmissíveis, por acidentes nas estradas, por produtos químicos perigosos e por contaminação e poluição do ambiente; a extinção das epidemias de Aids, tuberculose, malária, doenças negligenciadas e o combate à hepatite; a promoção da saúde mental; a prevenção e o tratamento ao abuso de álcool e outras drogas; o acesso universal aos serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva; e a cobertura universal de saúde, incluindo proteção ao risco financeiro, acesso a serviços de qualidade e a vacinas e medicamentos essenciais e seguros⁷.

A saúde global no mundo pós-pandêmico

A ameaça da *Covid-19* não se limitou a pessoas, famílias, ou a regiões, uma vez que o vírus se espalhou por todo o planeta. Frente a esse cenário, os planos de ação também precisam ser globais, uma vez que o vírus se espalhou rapidamente por todo o mundo. Com isso questiona-se: como prevenir-se globalmente de outras pandemias? Como pensar estratégias no pós-pandemia em vista a saúde global?

Não se pode negar que a humanidade já passou por várias doenças emergentes, bem como epidemias de riscos e em contextos sem auxílios e apoios. O que enfrentamos atualmente precisa também ser avaliado em nosso contexto, no qual a ciência parece mais prometeica, as informações circulam com maior facilidade, e os organismos políticos parecem ter mais forças.

No entanto, mesmo diante de todos estes elementos, em muitos aspectos assistimos o contrário, como a falta de diálogo entre os governos, os organismos políticos em conflito com a medicina; grupos resistentes divulgando *fake news*, e outros em oposição à saúde, economia, fé, racionalidade e a ciência. Outra consequência, foi que a população mais pobre e vulnerável tornou-se alvo de ataques de grupos extremistas que minimizam a dor e o sofrimento das pessoas e comunidades mais pobres e fragilizadas. Neste cenário de perplexidades, parece que aflorou ainda mais o descaso e o desprezo com as questões sociais.

Com base no descrito acima, pergunta-se: como pensar de modo responsável a saúde global levando em consideração a vulnerabilidade social, política e econômica dos países e dos povos? Como ter atitudes de corresponsabilidade compartilhada, tendo em vista a saúde global? Quais as grandes lições em decorrência da *Covid-19*? Como a saúde está sendo pensada no mundo pós-pandêmico?

Instituições como a Fiocruz, dentre outras, estão debatendo estas questões em diferentes perspectivas⁸. De acordo com o referido site, é preciso uma abordagem interdisciplinar, social e econômica para apresentar respostas e apontar caminhos. Trata-se de um trabalho conjunto que envolve uma reflexão séria e comprometida com a vida na sua inteireza. Várias iniciativas foram tomadas, debates suscitados por instituições de ensino com o tema sobre as questões relacionadas à saúde no contexto da pandemia.

Trazemos aqui, a título de ilustração, a experiência da Faculdade Dom Luciano Mendes, que organizou dois seminários intitulados *Filosofia e saúde*, envolvendo docentes, discentes e a comunidade civil em geral⁹. Em alusão ao nome de Dom Luciano Mendes, afirmamos:

Não basta num corpo enfermo curar uma ferida apenas. São muitas as chagas. É preciso que nossa sociedade inteira encontre sua saúde axiológica – a reta ordenação dos valores – e consiga realizar as exigências da fraternidade, assegurando a todos as condições dignas de filhos de Deus.

O mundo pós-pandêmico precisa redescobrir outros valores para não perder a dimensão humana. Sabemos que desde as sociedades antigas sempre houve um profundo entrelaçamento entre a Medicina e Filosofia: sem a saúde mental, sem um pensar equilibrado de vida, não haverá saúde global.

A pandemia obrigou a humanidade a promover uma profunda reflexão sobre o sentido da vida, sobre a casa comum, sobre a ecologia integral e em muitos outros aspectos. Em sintonia com a agenda das ONU, que devem ser cumpridas até o ano de 2030, o Papa Francisco, com seus escritos nos faz pensar de modo corresponsável nas gerações atuais e futuras. E dentre os pontos fundamentais a ser trabalhados no pós-pandemia, destaca-se a questão da economia. Como pensar a economia neste cenário do neoliberalismo?

A *Economia de Francisco* conforme proposta pela Papa no evento de Assis, ocorrido entre 22 e 24 de setembro de 2022, é uma proposta à Saúde Global, na qual a economia relaciona-se com a vida, com a paz, com o bem-viver, com a justiça socioambiental. Nesse sentido, a saúde global requer um olhar muito além da sociedade do bem-estar social, que em busca das conquistas econômicas, degrada a natureza, polui os rios, desmata as florestas, enfim, tudo o que é preciso para assegurar a saúde humana e do planeta.

Em sua proposta de uma bioética global, Potter reconheceu que não é possível pensar a saúde humana independente da saúde do ambiente social, natural, econômico a qual o indivíduo está inserido. E acrescenta o bioeticista que a degradação de uma das partes promove a degradação da outra parte. Nas palavras de Potter: “não podemos mais examinar opções médicas sem levar em conta a ciência ecológica e os problemas da sociedade em escala global”¹⁰. Esses ramos do saber precisam estar em harmonia e unificados “para se chegar a uma visão consensual que pode ser denominada de *bioética global*”¹⁰.

Considerações finais

Embora a humanidade seja capaz de reconhecer as suas muitas vulnerabilidades, ainda há muito que caminhar para proteger o indivíduo, a sociedade e o ambiente natural de suas necessidades, em vista da saúde global.

Os múltiplos elementos que compõem a saúde global requer um novo olhar da economia global, pois a saúde humana e do ambiente estão diretamente relacionados a formo como vivemos, como construímos as cidades, como nos educamos e trabalhamos,

como cultivamos a terra e preparamos os alimentos, como monitoramos o aparecimento de doenças infecciosas, como reduzimos e eliminamos a fome e a sede no mundo, como protegemos os mais vulneráveis das consequências devastadoras das mudanças climáticas do planeta, enfim, do modo como a sociedade se organiza da atualidade.

A saúde é um bem frágil, limitado e compartilhado. Preocupar-se com a própria saúde e a dos outros, bem como das gerações futuras e do planeta, tornou-se uma necessidade urgente que exige compromissos precisos em nível sistêmico e estrutural.

Diante disso, nestas considerações finais, procuramos trazer ao horizonte do diálogo algumas questões que possam incidir na aplicação do tema proposto: o primeiro deles, como já foi dito, é o fato mesmo da bioética ser chamada a abordar questões de alcance global, como a igualdade de acesso aos cuidados, a repartição dos benefícios decorrentes da investigação científica, a proteção da biosfera e da biodiversidade. Para alcançarmos a bioética global e com isso a saúde global faz urgente uma saúde axiológica da sociedade globalizada, na escolha de valores e decisões que possam ir além dos interesses imediatistas econômicos do tempo presente.

Trazemos também como um desafio as questões relacionadas às políticas públicas. Não há dúvida de que uma bioética centrada na ecologia e na necessidade de um equilíbrio diferente entre as ciências naturais e as ciências humanas produz uma sabedoria da sobrevivência; que o princípio da autonomia do sujeito nas decisões clínicas é fundamental e humanizante; que uma boa prática da medicina deve ser caracterizada pela autodeterminação ou pela decisão compartilhada.

Um terceiro desafio está relacionado ao contexto da crise ecológica e do drama da pandemia de Covid-19, que se tornou muito atual e do qual já abordamos no texto. Uma das vozes mais eloquentes deste contexto é a do Papa Francisco com as encíclicas: *Laudato si e Fratelli tutti* no qual nos adverte que não é possível ter saúde numa terra doente.

Enfim, a bioética nos torna corresponsáveis na busca da saúde global, através de uma economia ecológica, que seja capaz de combinar diferentes visões em vista em vista de uma ecologia humana, integral e global.

2 | GOVERNANÇA GLOBAL: CAMINHOS E VULNERABILIDADES²

Não é exagero começar essa reflexão com a tese de que a humanidade nunca teve tanta responsabilidade para com seu próprio futuro. E, para garantir esse futuro, a ética tem um papel fundamental. Também a bioética, como ciência de caráter interdisciplinar e promotora do diálogo, tornou-se indispensável na garantia desse futuro em vista de novas relações, pautada pela alteridade.

Tais preocupações inspiram recentes debates nos meios intelectuais e científicos, provocam manifestações de solidariedade no âmbito global, desafiam os meios de

² Autores da sessão 2: Odirlei Arcangelo Lovo, Anor Sganzerla, Roberto de Paula, Waldir Souza, Gustavo De Souza Costa e Mateus Dal Magro Oliveira.

comunicação, e por se tratar de situação limite para a existência humana, convertem-se em dramática denúncia junto aos organismos internacionais de governança global. Os processos de modernização e transformação da sociedade atinge níveis cada vez mais globais, céleres e com acentuada dimensão da subjetividade que infere na experiência social e coletiva.

A relação do ser humano é de imposição de sua vontade à natureza, às próprias pessoas, na busca de forjar e moldar um projeto a ser realizado fundado nas suas escolhas e definições.

A presente reflexão tem por objetivo compreender se os valores sociais e humanos estão sendo observados e refletir o alcance e a limitação impostas aos cidadãos e cidadãs em dias atuais.

O atual modelo de gestão Estatal frente suas diversas deficiências “têm estimulado ao capitalismo a transversalidade da indignidade humana, ou seja, todos se tornam mercadorias para serem apropriados e consumidos”¹. Com isso, evidencia-se que “o capitalismo insiste, neste século, no uso desmedido, insensato, da razão instrumental para cumprir os seus objetivos”, sem obstáculos ao entendimento de que “essa atitude evidencia a perversão econômica no uso de estratégias destinadas aos fins e não aos meios para manter o fluxo de capital em movimento”¹.

A sociedade pautada em valores capitalistas tende a condicionar as pessoas à capacitação vagamente profissionalizante, com postura propositalmente desestimulante de suas particularidades e predisposições inerentes, em busca da quase exclusiva e excludente busca por ganhos financeirizados, um direcionamento que provoca divergências intergeracionais, tão explícitas que afunila as pessoas ao egoísmo, à individualidade e à descrença na própria dignidade humana. Segundo Moita² em perspectiva à dignidade da pessoa humana, é preciso potencializar a necessidade de que os direitos humanos possam contribuir para formar “um projeto potencial de mudar o mundo, de modo que cada sujeito possa ser construtor de sua própria vida e colaborador da comunidade em que participa”.

Para Lovo³ sempre houve e haverá distância entre nossa capacidade de diagnosticar/planejar/prever e nossa capacidade de fazer/realizar/esperançar; trata-se, pois, de um modo de governança em desenvolvimento, portanto, contingente. Apesar de díspares, os atos humanos propõem-se a zelar pela Casa Comum, que tende a ser desprezado na conjuntura estabelecida no imaginário ocidental, com a perda moderna da fé, que não diz respeito apenas a Deus, mas à própria realidade, o que torna a vida humana radicalmente transitória.

Tornou-se urgente pensar e agir em prol de alternativas para a transformação do mundo, de modo a superar a mitigação da exploração predatória que vulnerabiliza pessoas e ambientes. O futuro que se deseja está incutido na própria práxis que se realiza no presente, verdadeira pedra bruta da qual se pode extrair valiosas recompensas do potencial humano, nas atitudes de cada pessoa. Portanto, pensar uma nova sabedoria que possa

possibilitar o florescer da vida humana e, por extensão natural de toda a Casa Comum, tem e deve ser a meta almejada por tantos pesquisadores que se debruçam na busca por conhecimentos capazes de transformar a sociedade.

É fato que a ciência, é ferramenta fundamental para o crescer da compreensão do que é e há de ser explorado e desenvolvido de forma sustentável. A luz de Potter, Spinsanti preconiza que “não se faz pesquisas para desenvolver conhecimento puro, mas para ser capaz de intervir efetivamente para preservar ou restaurar a saúde, aliviar a dor e o sofrimento”⁴. É imprescindível a formulação que se deve realizar em perspectiva de futuro, observando e planejando formas, metodologias e maneiras que possibilitem a ação prudente.

Em atenção aos frutos da ciência, também se tem apontado para algumas instituições de cunho global que tentam dinamizar ações que possibilitam o desenvolvimento de uma cultura capaz de viver a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

A *práxis* humana deve ter por característica um projeto acolhedor das futuras gerações. Para isso, é proveitoso que se busque responder a indagação do Papa Francisco ao questionar: “que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?”⁵ A urgente necessidade de governança global em perspectiva da subsidiariedade e da dignidade, é preconizada também por Piovesan à luz dos sistemas de direitos humanos:

*Os sistemas global e regional não são dicotômicos, mas complementares. Inspirados pelos valores e princípios da Declaração Universal, compõem o universo instrumental de proteção dos direitos humanos no plano internacional. Nessa ótica, os diversos sistemas de proteção de direitos humanos interagem em benefício dos indivíduos protegidos*⁶.

A sustentabilidade global é fundamento para que se possa reconhecer a própria dignidade da pessoa humana. Toda pessoa deve ser acolhida em um mundo onde possa se desenvolver, tendo à disposição: educação; saúde e segurança. Sobre a posse é notório as palavras do Papa Francisco “quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros”⁵.

Toda pessoa está envolvida direta ou indiretamente em um projeto de desenvolvimento econômico, social e pessoal. A cultura precisa se desenvolver e estar apta ao cuidado, dom primeiro dado à vida humana, e com uma educação voltada ao exercício da liberdade. A liberdade associa-se aos parâmetros de um ideal de sustentabilidade. É preciso pensar a liberdade enquanto vida que se desenvolve de forma sustentável ao mesmo tempo que cresce a pessoa em sociedade. Todo processo de acolhimento aos dons de cada pessoa precisa ser alicerçado na sabedoria, na essência que se configura esse sentimento de humanidade.

O ser humano é uma tarefa dada a si mesmo, de administrar seu ambiente sem

comprometer outros ambientes, para que diante da economia humana, possa haver solicitude e solidariedade. Os desígnios impostos ao ser humano possibilitam à pessoa administrar em perspectiva dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Para que isso ocorra, se faz necessários os alicerces do diálogo e solidariedade em vista à participação e ao compartilhamento dos próprios dons, na construção do bem comum.

Traço empático inerente às pessoas bem acolhidas em seus anseios sociais originários, a convocação imperativa própria voltada para a necessidade de relação com as pessoas do ambiente de convívio é sentimento universal. Essa relação de autonomia e alteridade deve ser alicerçada por intermédio de governanças, que por sua vez, possam ajudar as pessoas, os povos a constituírem sociedades solidárias na construção do bem comum e que possibilite um caminho de cuidado e atenção à família humana.

Trata-se, pois, de um princípio particularmente idôneo para governar a globalização e orientá-la para um verdadeiro desenvolvimento humano. Para não se gerar um perigoso poder universal de tipo monocrático, o governo da globalização deve ser de tipo subsidiário, articulado segundo vários e diferenciados níveis que colaborem reciprocamente⁷.

O agir em família deve prover um planejamento de parentalidade que aprimore as relações, para que cada indivíduo seja concebido de forma a compreender a grandeza que constitui a oportunidade de fazer parte de toda família humana. Não se pode pensar em um projeto de parentalidade cuja visão seja, também, limitada aos círculos mais imediatos de interação e convívio, para que não ocorra a subsequente atrofia do potencial de socialização pautada em uma empatia prática. Para Sen “o propósito da educação não é somente o de informar uma criança sobre culturas diferentes no mundo (inclusive a cultura à qual sua família possa, de um modo ou de outro, pertencer)”⁸. O referido autor conclui ainda que o propósito da educação deve “ajudar a cultivar o uso da razão e o exercício da liberdade mais tarde na vida”⁸.

É preciso vivenciar concretamente relações que prezem pelo estímulo à humanização de si e do outro. Neste sentido, ao produzir ciência, é necessário também, a consciência de que esta é atividade que promove o entendimento sobre o passado, o presente, e o futuro de uma cultura. Associado à ciência se faz todo o processo de educação de um povo, bem como, se educa cada pessoa para as relações com a natureza. A ciência desvela a necessidade de um ordenamento, de governança que frutifique um agir fraterno e que possibilite viver a dignidade humana neste ambiente administrado por seres humanos.

Subsidiariedade e dignidade humana

Ao apontar os vulnerabilizados é, em sentido macro, reconhecer a ausência de cuidados. Reconhecer a ausência de condições que propiciem viver segundo a dignidade, implica reconhecer o processo de governança que não tem por princípio assegurar ao ser humano a vida em dignidade. E diversos são os fatores que contribuem para este cenário,

com destaque para a ausência de postos de trabalho, de acesso à educação, à saúde e à segurança.

Quando se fala de trabalho, não se fala só de famílias, mas de pessoas que por intermédio do trabalho cuidam de outras pessoas e/ou ambientes. Portanto, o trabalho é técnica que consiste em desenvolvimento sustentável da “Casa Comum”. É com base no trabalho que se pode proclamar a responsabilidade e solidariedade para com a sociedade. Pessini⁹ cita o conceito de solidariedade apresentado pelo *Conselho de Bioética Britânico Nuffield*, como “práticas compartilhadas que refletem um compromisso coletivo de assumir os custos, sejam estes, financeiros, sociais, emocionais, ou outros, para assistir os outros”. E, João Paulo II acrescenta que “contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida”¹⁰. A este posicionamento se associa o entendimento e que:

[...] somente através do reconhecimento do princípio da subsidiariedade como princípio elevado a nível constitucional, devendo assim ser observada sua aplicação diante das regras e valores máximos contidos na carta maior, é que se conseguirá atingir um correto e equilibrado desenvolvimento nacional sustentável¹¹.

A família humana tem sido bombardeada de diversas formas exaurindo as possibilidades de se estabelecer diálogos, atenção e cuidado para com a vida. Na opção meritocrática do capitalismo, “há uma voz sedutora” que se opõe ao que é bom, belo e verdadeiro. É afirmativo, portanto, que o subdesenvolvimento não é apenas econômico; mas é também cultural, político e simplesmente humano. Para Duarte e Nacle “somente através da observância dos valores maiores da dignidade da pessoa humana, da livre iniciativa, do direito ao pleno trabalho, é que o Estado poderá intervir no âmbito privado, visando sempre preconiza que “o direito contemporâneo é marcado pela crescente busca da proteção dos direitos humanos. Estes direitos procuram, cada vez mais, unificar o mundo em torno de um projeto ético que é o resguardo da dignidade da pessoa humana”¹².

O ser humano em sua capacidade de ser o *homo ad-minister* submete-se à essência administrativa, tornando potência de administrar em ato administrativo. Em suma, isto significa que as capacidades são transformadas em capacidades. Zambam preconiza que o ser humano:

É apenas dotado de potencialidades e de capacidades para aprender. É preciso, portanto, desenvolver o hábito do agir bem. A pessoa deve formar-se através de hábitos bons, tornando-se assim um ser de caráter, de bons hábitos e, por isso, virtuosa¹².

Sob este prospecto, é notório afirmar que diante das diversidades de empresas e instituições, se torna crível a necessidade de um espírito de coletividade para encontrar um caminho novo, uma nova sabedoria que possibilite compreender o trabalho e os benefícios do trabalho. Um ambiente onde a competição e a exploração predatória da vida humana e da natureza, que fragiliza a essência administrativa – capacidade natural que o ser humano tem de criar possibilidades e ordenar seu ambiente – não se pode pensar em uma práxis que

visar a dignidade da pessoa humana. Nesta esteira Bento XVI salienta que “sem verdade, sem confiança e amor pelo que é verdadeiro, não há consciência e responsabilidade social, e a atividade social acaba à mercê de interesses privados e lógicas de poder”⁷. Nesta perspectiva, o autor menciona que as consequências dos posicionamentos causam “efeitos desagregadores na sociedade, sobretudo, numa sociedade em vias de globalização que atravessa momentos difíceis como os atuais”⁷.

Olhar o ser humano a partir da sua dignidade, é compreender a capacidade pessoal, e com base em uma educação formativa, integrada e transformadora, possibilitar o desenvolvimento de novas formas de sustentabilidade, segundo os dons de cada pessoa. João Paulo II preconiza que “[...] o indivíduo humano tem a dignidade de pessoa: ele não é apenas uma coisa, mas alguém”. Essa afirmativa é essencial para os fundamentos da governança global, mesmo porque, o próprio autor evidencia que o ser humano “é capaz de conhecer-se, de possuir-se e de doar-se livremente e entrar em comunhão com outras pessoas”¹³.

As sociedades se organizam em suas tradições culturais, muitas vezes se entendem superiores, como se fossem soberanos, que descobriram o modo certo de viver. Afirma João Paulo II que “as culturas das diversas Nações constituem fundamentalmente modos diferentes de enfrentar a questão sobre o sentido da existência pessoal: quando esta questão é eliminada, corrompem-se a cultura e a vida moral das Nações”¹⁰.

A necessidade de pensar na governança global não consiste em eleger uma pessoa/governo para comandar o mundo, mas sim no desenvolvimento de liberdades que corresponsabilizem com a administração dos outros ambientes. A práxis humana deve acontecer no sentido de harmonizar o mundo criado, elevando ao modo de viver de toda a pessoa a relação de alteridade e correspondência para com o próximo, de modo que o mundo, as pessoas e todos os bens, os direitos e deveres estejam à disposição de uma solidariedade que possa subsidiar os dons de cada pessoa. Bento XVI:

*O princípio de subsidiariedade há de ser mantido estritamente ligado com o princípio de solidariedade e vice-versa, porque, se a subsidiariedade sem a solidariedade decai no particularismo social, a solidariedade sem a subsidiariedade decai no assistencialismo que humilha o sujeito necessitado*⁷.

A ‘voz’ da exploração predatória, da ganância e do individualismo hostil, tem se mantido muito forte no combate à construção de autonomias e liberdades. Diante de todas as dificuldades é preciso um projeto de ser família. É em cada família – grupo parental, que a geração e educação dos filhos e o bem dos cônjuges deve ser pensada e executada segundo os princípios universais dos direitos humanos.

*A dignidade da pessoa e as exigências da justiça requerem, sobretudo hoje, que as opções econômicas não façam aumentar, de forma excessiva e moralmente inaceitável, as diferenças de riqueza e que se continue a perseguir como prioritário o objetivo do acesso ao trabalho para todos, ou da sua manutenção*⁷.

É urgentíssimo ajudar a família humana a recuperar a beleza original, viver a

plenitude, isto é, uma harmonia entre o ser humano e o seu meio – que continua a acontecer. Neste sentido, é possível compreender que para o ordenamento do mundo que estamos a criar, há uma necessidade de combater a egolatria, a avareza e a exploração predatória que rompe os elos de cada núcleo parental com a família humana. O casal não deve viver como centro do mundo, mas viver no sentido de que formam uma família humana, contribuindo assim, para “as múltiplas sociedades chamadas a constituir um tecido unitário e harmônico, onde cada uma possa conservar e desenvolver a própria fisionomia e autonomia”¹³.

Assim sendo, pode-se dizer que as coisas mais importantes, os conceitos não se definem jamais por suas fronteiras, mas sim a partir de seu núcleo. Nesta perspectiva, núcleo da governança global deve estar devidamente ancorado na subsidiariedade e na dignidade da pessoa humana.

Dignidade e futuro da humanidade

Há movimentos que se fazem em função da necessidade humana de se pensar o futuro. Um destes movimentos que se apresentam e se exponenciam é dos *Objetivos de Desenvolvidos Sustentável* (ODS). Os ODS são apresentados em 17 objetivos que fomentam a necessidade de ações coordenadas e sinérgicas para que se possa mitigar os efeitos danosos provocados pela forma de agir humano. Em face a estas dificuldades, o Brasil apresenta estruturas deficientes, ou seja, há necessidade de grandes transformações estruturais e institucionais para que se possa promover a gestão governamental, e por consequência, que essa possa se estruturar em uma governança global que respeite o individual e o social. Afirmam Zambam e Kujawa que a “exclusão social é uma das maiores ameaças, quando não a principal, da estabilidade social, política, econômica e cultural de uma sociedade e entre os povos”¹⁴.

De forma específica se aponta a educação como a grande dinâmica de transformação. Todavia, quando o conhecimento é desprovido de consciência torna-se tecnicista, egoísta e utilitarista, corrompendo a própria natureza humana e a sociedade. Aqui se observa que o processo de ensino-aprendizagem não pode ser uma barreira de acesso aos bens/direitos comuns, a exemplo do trabalho, da saúde e da própria educação.

Segurança, saúde e educação são os pressupostos da dignidade humana. Em face ao que se apresenta, se justifica a necessidade de governança global para superar os desafios da fome, da miséria, enfim, a falta da dignidade humana. Nenhum destes elementos pode ser pensado distante do trabalho e do sentido de pertença que nutre os direitos e deveres de cada pessoa. Spinsanti apresenta no artigo da Revista *Science*, que Potter argumentava que a universidade deveria ser o lugar de uma pesquisa da verdade orientada para o futuro. É notório que não se trata apenas de pesquisa que se direciona ao desenvolvimento de novas tecnologias, mas, que se direciona à inovação social. Uma ciência humanizadora. Com isso, Spinsanti argumenta que a pesquisa “deve transmitir

às gerações seguintes não apenas conhecimento, mas também julgamentos de valor significativos¹⁴.

Se o processo de industrialização e o desenvolvimento das atividades econômicas são instrumentos governamentais para a exploração de segmentos econômicos é necessário que estas atividades estejam alinhadas com sua finalidade intrínseca, tais como descrito no ODS. Para se ter consumo e produção responsáveis é preciso compreender que “as políticas públicas são um importante recurso que os Estados dispõem para enfrentar os graves dilemas sociais que ameaçam o seu funcionamento e a sua organização em vista da justiça social”¹⁴.

Para superar os graves dilemas sociais que existem é necessário que ciência tenha como finalidade a governança, como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que envolvem o ser humano com o passado, o presente e o futuro. Todavia, afirma Spinsanti “diante do futuro, é necessário assumir uma posição de humildade”¹⁴. O cientista precisa estar aberto ao futuro da humanidade, ciente que o ser humano não:

conhece os critérios mais apropriados para julgar ações orientadas ao futuro. E deve estar disposto a atravessar as fronteiras das disciplinas, exercitar-se na crítica e ser criticado, desenvolver abordagens e soluções pluralistas, baseadas em grupos interdisciplinares¹⁴.

Estes dilemas sociais – sociabilidade, economicidade e parentalidade, nos indagam sobre o mundo que construímos, no qual há divisões substanciais que precisam ser observadas. Todavia, as deficiências, as negligências, a ausência de solidariedade e os problemas de gestão pública “têm ejetado a população carente para áreas afastadas e sem infraestrutura adequada, evidenciando não apenas o despreparo da gestão pública, mas também sua negligência na condução de uma gestão urbana que favoreça o desenvolvimento sustentável”¹⁵.

O conceito de vulnerabilidade comporta perspectivas distintas, como a moral, ecológica, psicológica, econômica, parental dentre outras. Implica, portanto, no rompimento de relações que estruturam a vivência da pessoa. Neste contexto, é preciso compreender a dignidade da pessoa que se vincula e está refletida na práxis de toda família humana. Nesse aspecto, é possível afirmar que não se pode falar de desenvolvimento sustentável se o ser humano não tiver as mesmas oportunidades.

Quando um empreendimento não se atenta com as questões que estão indiretamente relacionadas com a forma de como se faz negócios, atinge fortemente a dignidade da pessoa. Saliencia-se que a bioética global deve ser a base de uma governança global. À luz da bioética de Potter, Spinsanti afirma que “a bioética é o desenvolvimento de uma sabedoria biológica que nos permite usar o conhecimento para sobreviver, geração após geração”¹⁴. Está é a base sobre a qual se edifica uma governança global que se estabelece em face aos princípios da subsidiariedade, da solidariedade e do bem comum.

Neste cenário, é necessário pontuar sobre o trabalho, que é a essência pela qual

o ser humano, segundo os próprios dons, é chamado a viver com dignidade, de modo a compreender a autonomia e a alteridade que deve reger todas as relações que proporcionam vivência em sociedade. Fomenta-se a essência administrativa, que possibilita ao ser humano compreender a Criação. Com isso, suscita-se o “direito ao desenvolvimento sustentável que clama pela reorganização da estrutura e do funcionamento das organizações sociais, das relações humanas e da atuação política”¹⁵.

É preciso reconhecer a importância de cada instituição no zelo pela vida e vivência humana que contribui para que o esforço de cada pessoa possa promover o desenvolvimento sustentável. João XXIII (1963) sugere a dinâmica de que “para todos os seres humanos constitui quase um dever pensar que o que já se tiver realizado é sempre pouco, em comparação do que resta por fazer”¹⁶.

Considerações finais

É necessário pontuar, que a temática é marcada pela complexidade, pois, no fundo, remete o ser humano ao seu verdadeiro contexto existencial, relacional, social e global.

Ao pensar a sociedade como um todo, é preciso reconhecer a questão da responsabilidade humana tanto na esfera local e global. Desta forma, emerge a necessidade do imperativo ou princípio ético, a prática extensiva da solidariedade e da paz.

À governança global, o atual momento da história apresenta uma encruzilhada ou dilema fundamental na qual a sua resposta depende o futuro da Humanidade. Percebe-se um acentuado movimento de reordenamento no contexto internacional e, de forma preocupante, a superação de uma postura fundamentada no *soft power*, cedendo para posturas extremistas. Nesse passo, cabe às instituições com legitimidade e alcance global equalizar o poder para um justo-meio na busca do equilíbrio, pois, do contrário avizinha-se a barbárie, atingindo todas as sociedades.

3 | ERRADICAÇÃO DA FOME E SEGURANÇA ALIMENTAR: CENÁRIO BRASILEIRO NA COVID-19 (2020-2021)³

O cenário no Brasil durante a Covid-19 evidenciou várias deficiências de políticas públicas no governo vigente. Um dos temas que sofreram grande impacto foi o da erradicação da fome e da segurança alimentar. Afinal, quando um governo atua de forma inconsequente ele possibilita e até mesmo amplia os danos sociais, sendo que foi exatamente isso que aconteceu, como: a aplicação do efeito rebanho (disseminação do vírus sem qualquer combate, a fim de criar uma imunidade nas pessoas sem qualquer comprovação positiva para a sociedade), a ausência de efetividade e rapidez na compra das vacinas capazes de combater o Covid-19, a reelaboração do programa Bolsa Família em Auxílio Brasil que,

3 Autores da sessão 3: Anor Sganzerla, Bárbara Dayanna Veloso Cardoso de Alkmim, Orlene Veloso Dias, Patrícia Alves Paiva de Oliveira, Rafaela Siqueira de Oliveira Silva, Verônica do Nascimento Graeser e Yan Lucas Martins Silva.

por questões burocráticas de atualização de dados pessoais, retirou centenas de famílias do assistencialismo bem, o aumento do desemprego, conseqüentemente da fome e da insegurança alimentar. Esse capítulo apresentará o quanto o objetivo de desenvolvimento sustentável acerca da fome, que depende de políticas públicas nacionais e internacionais, sofreu com o retrocesso governamental brasileiro, o que prejudicou diretamente os preceitos da dignidade humana e qualquer chance de erradicação da fome, ou mesmo de melhora do quadro da segurança alimentar.

Segurança alimentar e nutricional: do surgimento ao direito estabelecido

Em meados do século XVIII, no ano de 1798, o economista e demógrafo inglês Thomas Robert Malthus elaborou a teoria cunhada com seu nome: *Teoria Malthusiana*. Esta, defendia que a população cresceria em ritmo acelerado – progressão geométrica – superando a oferta de alimentos – progressão aritmética. Como consequência, haveria um supercrescimento da população, principalmente de baixa renda e a fome seria inevitável. Apesar de ser bastante criticada pelo seu pessimismo e medidas de controle da camada mais carente da população, a teoria possibilitou uma reflexão crítica quanto à produção e distribuição de alimentos em escala mundial.

Quase dois séculos depois, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), surgiria o conceito de Segurança Alimentar relacionado à segurança nacional. Ressalta-se neste período as milhares de mortes devido à fome, tanto pela escassez de alimentos após a determinação de sanções internacionais impostas aos países derrotados, quanto pela priorização da indústria bélica.

Após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), tornou-se imperativo estabelecer a segurança alimentar da população mundial e no ano seguinte, a fome tornou-se uma questão política depois de um movimento universal iniciado pelo médico, geógrafo, sociólogo e político Josué de Castro.

No Brasil, o surgimento do conceito segurança alimentar ficou conhecido em 1985 com a elaboração do documento Segurança Alimentar que propôs a *Política Nacional de Segurança Alimentar* com participação do Ministério da Agricultura. O intuito era garantir a autossuficiência nacional e atender as necessidades alimentares básicas da população¹.

Também houve mobilização social por meio da *I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição* (I CNAN - 1986), discutindo-se este conceito de segurança alimentar e nutricional e o estabelecimento da alimentação como um direito humano. Em sua segunda edição (II CNSAN - 2004) ampliou-se a discussão com o objetivo de assegurar o acesso à alimentação de qualidade, ao respeito às culturas, a busca por meios sustentáveis de produção e, enfim, a institucionalização da segurança alimentar e nutricional. Atualmente a CNAN encontra-se em sua 5ª edição, realizada em 2015, com o lema: Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar.

Além disso, no ano de 2006, houve a aprovação da Lei 11.346, a *Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional* (LOSAN) que instituiu o *Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional* (SISAN) que permite elaborar e articular políticas nas três esferas governamentais visando garantir o *Direito Humano à Alimentação Adequada* (DHAA) e à soberania alimentar².

Não menos importante, o papel médico-assistencialista desempenhado pela Pastoral da Criança, Organismo de Ação Social da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB), criada pelo arcebispo de Londrina-PR, Dom Geraldo Magella Agnelo e sua irmã, a médica pediatra Zilda Arns Neumann. Esta ação modificou a realidade de muitas famílias pertencentes à camada de extrema pobreza brasileira. Criada em 1983, a Conferência atuou inicialmente no município de Florestópolis/PR e hoje atua em várias cidades brasileiras e 11 países da América Latina, África e Ásia. No Brasil, acompanha mais de 360 mil crianças, mais de 18 mil gestantes e suas famílias, desde o nascimento até a primeira infância³.

Em 2010, a alimentação tornou-se direito social garantido por lei através da aprovação da Emenda Constitucional nº 64/2010: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição⁴.

Objetivos do desenvolvimento sustentável e segurança alimentar

Os objetivos da *Organização das Nações Unidas* (ONU), fundada em 1945 e composta atualmente por 193 Estados membros, serve para que as pautas político-econômicas globais priorizem as metas em prol do desenvolvimento sustentável⁵.

No Brasil as Nações Unidas têm representação fixa desde 1947 com a instituição de agências especializadas, presididas por coordenadores residentes responsáveis por maximizar as principais necessidades nacionais em consonância com objetivos internacionais.

Dentre os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) está a erradicação da fome, segurança alimentar com a melhora da nutrição e da promoção da agricultura sustentável até o ano de 2030.

Ocorre que as ações das agências especializadas se moldam ao mandato dos seus dirigentes, bem como desenvolvem projetos com o governo em suas três instâncias (municipal, estadual e federal), além de contar com parcerias da iniciativa privada, com instituições de ensino, ONGs, entre outros.

Significa dizer que se a pauta do governo vigente se alinha à movimentos e frentes econômicas que não privilegiam a erradicação da fome, por exemplo, os ODS deixam de ser prioridades e se tornam apenas metas simbólicas.

Cenário político no Brasil

O aumento da fome no Brasil e da insegurança alimentar durante o período da pandemia está diretamente relacionado às questões de ordem política. Embora, não seja esse o propósito dessa reflexão, entendemos que não é possível falar do aumento da fome no Brasil e da segurança alimentar, sem mencionar brevemente o contexto político⁶.

A questão da fome e da segurança é bastante complexa. Nesse momento queremos destacar apenas um contexto político que tem impactos nessa realidade.

Ainda em 2015, formou-se um movimento intitulado *Frente Produtiva no Brasil* (FPB) liderado pela *União Democrática Ruralista* (UDR). Este movimento reunia grandes latifundiários com o objetivo de reaver o espaço na bancada do congresso, descontentes com o monopólio dos grandes dos frigoríficos, como JBS e Margrif, que acabavam por reduzir o preço da arroba do boi.

As consequências desse movimento já são história: formou-se a *Frente Parlamentar da Agropecuária* (FPA), como o mais influente bloco multipartidário no Congresso Nacional, mais conhecido como bancada ruralista.

Ainda em 2017, esse movimento reagiu a decisão *Supremo Tribunal Federal* (STF) quando este decidiu que a União deveria cobrar dos empregadores rurais, pessoa física, um tributo destinado ao *Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural* (FUNRURAL), a fim de financiar a aposentadoria dos trabalhadores do campo.

Fortalecido, esse grupo formou a sua pauta: (a) destituição da Presidenta que pertencia ao partido adversário, (b) reação às decisões do STF, que segundo o movimento, estaria decidindo em favor de um grupo político.

Aos poucos esse movimento se uniu às propostas um dos candidatos à Presidência da República em 2018 (Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro). Os laços se estreitaram, com a promessa de que suas reivindicações seriam atendidas.

Esse movimento classificado criticamente pela mídia de “agrobolsonarismo” venceu no campo político, e com isso, o combate à fome e a busca da segurança alimentar, não estiveram nas prioridades do governo federal⁷.

Brasil: principais aspectos da Covid-19 (2020-2021)

Além das mortes (próximas de 700 mil pessoas) e dos milhões de infectados a pandemia alterou todo o cenário macroeconômico no Brasil, e desencadeou um índice de desemprego de 14 milhões de pessoas. Houve o aumento da pobreza, da fome e da vulnerabilidade social. Essa realidade representa um retrocesso em relação ao combate a fome no Brasil, uma vez que o Brasil (2014), 29 milhões de brasileiros haviam saído da condição de pobreza.

Devido à crise mundial e as relações internacionais, acerca dos recursos, matérias primas e insumos, a inflação anual no Brasil aumentou para 10,38% (IBGE) e, infelizmente,

as medidas adotadas pelo governo da época deixaram de atender, satisfatoriamente, as causas emergenciais da pandemia.

Exemplo disso foram suas falas, bem como o seu posicionamento antivacina, com a disseminação de informações não científicas acerca do *efeito rebanho* - conhecida como imunidade coletiva, quando a maior parte da população é infectada por uma doença desenvolvendo uma imunidade natural.

O atraso na compra de vacinas, conforme o depoimento do presidente da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, deixou evidente que o governo atrasou as estratégias de compra, distribuição e vacinação. Por esses motivos, somente em dezembro de 2020, o Brasil deixou de receber 1,5 milhão de vacinas da Pfizer⁸.

O contrato para a compra só foi assinado em meados de março de 2021. Se o contrato tivesse sido assinado em agosto de 2020 estima-se que em junho de 2021 o país já teria recebido cerca de 18,5 milhões de vacinas. A alegação para todo esse atraso encontra fundamento falho de ausência de aprovação pela Anvisa, mesmo ante o fato de que seis países já haviam firmado acordo com a Pfizer, entre eles: Chile, Costa Rica, México, Estados Unidos e Reino Unido.

Além disso, indo contra as evidências científicas, o governo da época defendeu, como tratamento precoce, o uso dos medicamentos conhecidos como cloroquina e hidroxicloroquina. Entre março de 2020 e janeiro de 2021 surgiram diversas medidas federais promovendo o uso dos medicamentos como uso preventivo e terapêutico. Enquanto, praticamente o mundo todo havia declinado do seu uso, uma vez que os efeitos colaterais eram consideráveis, bem como ante à ausência de comprovações científicas de melhora da doença, o governo brasileiro insistiu na medicação⁹.

Enfim, o governo brasileiro durante a pandemia da *Covid-19* não contribuiu no combate da pandemia com a compra da vacina na hora certa, mas somente meses depois, como também não priorizou o combate à fome e a segurança alimentar.

A erradicação da fome e segurança alimentar no Brasil entre os anos de 2020 e 2021

O panorama político e econômico durante a pandemia fez com que o ODS de número dois, acerca da erradicação da fome e da segurança alimentar, piorasse, uma vez que o Brasil voltou ao mapa da fome¹⁰.

De acordo com pesquisadores da *Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional* (REDE PESSAN), formada por entidades como Ação da Cidadania, Actionaid, Ford Foundation, Vox Populi e Oxfam, entre novembro de 2021 e abril de 2022 foi constatado que havia 33 milhões de brasileiros passando fome.

Apesar do governo federal ter ampliado o Auxílio Brasil, no valor de R\$ 400,00, que

atendeu cerca de 20 milhões de pessoas em 2020, a alta dos alimentos fez com que a fome não diminuísse.

Da mesma forma, os critérios para o recebimento do Auxílio Emergencial fizeram com que muitos brasileiros ficassem à margem dos principais programas sociais, por diversos motivos, entre eles: impossibilidade de acesso ao cadastro governamental pela internet, fechamento de postos físicos de atendimento para a realização do cadastro, problemas nos bancos de dados do aplicativo governamental Auxílio Emergencial, que mantinha no banco de dados informações desatualizadas desde 2018.

Após o período do Auxílio Emergencial de 16 meses, entre 2020 e 2021, o Programa Bolsa Família foi substituído pelo Auxílio Brasil, no valor para R\$ 400,00 e com novas nomenclaturas de categorias complementares do benefício social.

Na prática, pelo menos 148 mil famílias deixaram de receber o antigo Bolsa Família e não conseguiram receber pelo Auxílio Brasil, tampouco o Auxílio Emergencial (de caráter temporário durante a pandemia). De acordo com o Painel do Monitoramento Social do Ministério da Cidadania, 40% dessas pessoas residiam no Nordeste.

Essa renda básica teve/tem como intuito atender as pessoas vulneráveis que estão na linha da pobreza e da extrema pobreza. No entanto, essas modificações regulamentares, não somente quanto a nomenclatura, mas sim da forma de sua implementação e das novas adaptações quanto às exigências durante a pandemia, deixaram muito a desejar.

Essa modificação, em plena crise econômica e de saúde global, impactou a segurança alimentar que é categorizada, para a identificação da pobreza e da extrema pobreza, em quatro níveis na *Escala Brasileira de Insegurança Alimentar* (EBIA), quais sejam:

- a) Segurança alimentar: família com acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.
- b) Insegurança alimentar leve: família que apresenta preocupação ou incerteza quanto ao acesso a alimentos no futuro e que, conseqüentemente, conta com uma quantidade inadequada e/ou qualidade insuficiente de alimentos.
- c) Insegurança alimentar moderada: família que apresenta falta de alimentos para fornecer a todos os integrantes, o que faz com que não haja quantidade e qualidade dos alimentos, ou mesmo número suficiente de refeições por dia por pessoa.
- d) Insegurança alimentar grave: família que faz apenas uma refeição no dia ou fica mais de um dia sem realizar uma refeição.

De acordo com Daniel Balaban, diretor do Programa de Alimentos da ONU no Brasil, a situação acerca da fome já estava piorando antes mesmo da pandemia, devido à alta taxa de desigualdade social. Se em 2015 o Brasil deixou o mapa da fome, em 2018 ele retornou à realidade da fome, fato esse que tem relação direta com as crises políticas e econômicas, bem como a necessidade da permanência de políticas públicas que visam o

desenvolvimento da educação e da formação da baixa renda¹¹.

O fato é que um cenário que já estava desfavorecido foi agravado na pandemia, como se pode ver nos resultados do inquérito nacional sobre a segurança alimentar da *Rede Brasileira de Pesquisa (RBP)*, que demonstrou que no fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome e que em 2022 esse número subiu para 33 milhões.

Um outro fato que merece menção é que durante o período da pandemia, foi extinto o *Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)* pelo governo federal, órgão colegiado de assessoramento à Presidência da República responsável por coordenar os programas federais ligados à segurança alimentar nutricional.

As principais pautas do CONSEA eram combate à fome, redução da utilização de agrotóxicos na agricultura e a organização da *Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*.

São incontestáveis os impactos da pandemia. No entanto, no Brasil as estratégias governamentais foram essenciais para o agravamento das desigualdades, da fome e da insegurança alimentar. Se a fome atingiu 33 milhões de brasileiros, a insegurança alimentar leve e moderada é estimada em mais de 55 milhões.

Ademais, a insegurança alimentar moderada e grave atingiu ainda mais moradores rurais, devido também à insegurança hídrica, principalmente no norte e no nordeste. A ironia de toda essa conjuntura é que o *Produto Interno Bruto (PIB)* cresceu, consideravelmente 8,36 % em 2021, de acordo com dados do centro de *Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo* em parceria com a *Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA)*.

Ou seja, ainda que o contexto da pandemia tenha ocasionado grandes impactos estruturais relacionados à economia e ao aumento da desigualdade social, a política do governo da época foi fundamental para o aumento da fome e da insegurança alimentar, devido suas ações que privilegiaram o cenário do agronegócio e que atrasaram o eficiente combate à Covid-19¹².

Considerações finais

Embora o Brasil seja um dos países que mais produz alimentos mundialmente, o mesmo país não consegue vencer a fome de um número significativo de seus cidadãos. A isso soma-se que o PIB do Brasil não deixou de crescer nesse período em que o país voltou ao mapa da fome. Assim sendo, não pode concluir outra coisa a não ser que o combate à fome e a insegurança alimentar não recebem a devida atenção e prioridade do governo federal durante o período da pandemia. Até mesmo a propagação midiática acerca do aumento do PIB parece tentar camuflar o atual *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* no Brasil que busca quantificar as capacidades humanas que incluem a qualidade de vida como alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, entre outros. Os dados mostram que

entre os anos de 2020 e 2021, o Brasil caiu em três posições no IDH. De uma lista de 191 países, antes ocupávamos o 84º lugar, e atualmente somos 87º lugar, ficando atrás de países da América Latina como Uruguai (58º), Chile (42º) que possuem uma produção de alimentos bem menor que a do Brasil¹⁰.

Nesse sentido, o movimento *agrobolsonarismo* foi crucial para a configuração desses dados. Suas pautas antivacinas, o incentivo à utilização de remédios cientificamente não recomendados, a alteração do programa do Bolsa Família para o Auxílio Brasil com a exigência de novos critérios para a concessão da renda, a ausência de suporte para a população que precisou atualizar seus dados e as ineficientes, se não inexistentes, políticas públicas efetivas foram determinantes para esse novo contexto¹³.

Quando há fome e insegurança alimentar os outros objetivos como saúde e bem-estar, educação de qualidade, trabalho decente, desenvolvimento econômico, redução de desigualdades, paz e justiça são diretamente prejudicados. Afinal, trata-se de uma questão de saúde global, como bem enfatizou Potter no seu ideal de uma bioética global, na qual a saúde e a qualidade de vida humana, estão diretamente relacionados à qualidade de vida ambiental, social, cultural, econômica, entre outras¹⁴.

Ainda em relação a bioética de Potter, sua constatação de que a humanidade precisa de uma nova sabedoria parece ser ainda muito atual, uma vez que o combate à fome e a insegurança alimentar, não dependem unicamente do aumento do PIB do país, mas sim da saúde axiológica de seus governantes, que na prática se concretiza nas virtudes da compaixão, da solidariedade, de humanidade para com os outros.

diferentes atores relacionados com o conflito ético do acesso aos alimentos concebiam a questão da insegurança alimentar. Inicialmente, a moderadora Verônica deu as boas-vindas e agradeceu a presença de todos, explicou o objetivo da oficina e lançou as questões norteadoras para a reflexão do grupo: Os programas do governo proporcionam o acesso aos alimentos?; Você e sua família têm acesso à alimentação saudável?; Você conhece alguém que precisou de auxílio em relação à alimentação?, O que é necessário para acabar com a fome no Brasil?. Em seguida, iniciou-se a palestra com a Dr^a. Orlene Veloso Dias que abordou o tema expondo que não há duas crises separadas uma ambiental e outra social, mas há uma única e complexa crise socioambiental. Desse modo, as diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral, a fim de combater a pobreza, assegurar a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza.

A etapa seguinte foi o debate entre o grupo conduzido pela moderadora. Todos tiveram oportunidade para expor seus diferentes pontos de vista, evidenciando-se fragilidades, crenças, princípios, valores e potencialidades que foram traduzidos sob a forma de um mapa mental elaborado por Patrícia Paiva, com o auxílio de Yan Lucas Martins na emolduração do design gráfico (figura 2)



Figura 1- Fluxograma e mapa mental da oficina *Fome e a produção de alimentos na pandemia* dos grupos da sociedade, acadêmicos e ativistas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Processando Mapa Mental: Fragilidades, Crenças (Senso comum) Princípios e Valores

O ponto chave observado na oficina foi a dissonância entre a quantidade de alimentos produzidos e o número de pessoas que passam fome. Uma das falas dizia: *“Isso é contraditório pois temos muita produção e, e infelizmente, na atualidade voltamos ao mapa da fome.”* Um outro ponto divergente, na oficina, foi o fato de cada participante empreender um ponto de vista diferente com relação à terminologia “fome”. As diferentes falas demonstraram que a fome está associada a múltiplos fatores, e com a negligência do governo federal no combate a essa mazela social durante a pandemia, tudo ficou pior.

Já os debatedores apontaram formas de combate à fome e atitudes individuais de cada cidadão para colaborar nessa luta. Por fim, os debatedores ativistas sinalizaram que a fome transcende a falta de alimento pois envolve também a qualidade do alimento, no que tange, por exemplo, à contaminação por agrotóxicos, o consumo com consciência e outras vulnerabilidades socioambientais. Desse modo, o grupo colaborou para um enfoque em dimensões sociais e éticas.

Debatedor 1: *“Na reportagem dizia a fome, no Brasil, aumenta principalmente em relação à Covid-19; enquanto há aumento da produção de grãos, há grande quantidade de brasileiros sem comida no prato. Acho que o governo deve olhar melhor para o fome no Brasil”.*

Debatedor 4: *“Colocando justamente essa questão que você falou, é contraditório, porque apesar de sermos os maiores produtores de soja, essa soja não é produzida para produtos que compõem a mesa do brasileiro, mas sim para fazer ração animal, e para a exportação. A soja e o milho produzidos não são para a gente comer. A maior parte da nossa alimentação vem da agricultura familiar. O programa faz um duplo incentivo: renda para agricultura e famílias carentes e à escola que é uma rede de apoio”.*

Fragilidades

As fragilidades (figura 2) foram amplamente discutidas no grupo tanto nas participações orais como nas escritas, em que os debatedores ressaltaram que a distribuição desigual econômica no mundo, inclusive no Brasil, impacta no acesso aos alimentos:

Debatedor 1: *“Será se os auxílios governamentais ajudam as pessoas a comprarem alimentos? Acredito que sim, principalmente em famílias de baixa renda, e é claro que haverá famílias e famílias. As famílias que se preocupam, farão compra de alimentos enquanto outras poderão usar para outros fins. Mas precisar, precisam sim, apesar de que muitas pessoas usam de má fé, pessoas que não necessitam e receberam os auxílios, porém, realmente não precisavam. Por isso é necessário organização e vigilância das pessoas que realmente necessitam desses recursos”.*

Debatedor 2: *“Em relação à alimentação, o Conab eu lembro que havia na minha*

cidade e aqui em Montes Claros, alimentos dos agricultores rurais pequenos que eram distribuídos para as famílias. Não necessitava de comprovar renda das famílias para ter acesso ao alimento, e com isso, provia renda para os agricultores.”

Debatedor 3: *“O apoio ao microprodutor rural que contribui para grandes redes de supermercados que dão preferência aos pequenos produtores; a captação de alimentos voltados à escola, pensando em alimentos e a captação dos locais próximos as cidades; diminuição gastos em transportes. Um outro programa o de comida no prato, cadastro de restaurante e sacolões, disponibilizados na plataforma em que as famílias se cadastram e são doados aqueles alimentos que poderiam ser descartados, mas que ainda continuam sendo saudáveis e próprios para consumo”.*

Debatedor 4: *“Com a pandemia, muitas crianças perderam esse acesso aos alimentos na escola. Exemplo: uma criança prematura tem mais problema de desenvolvimento, aquela desnutrida também, antes da pandemia elas faziam suas principais refeições na escola. Vemos muitos jovens que, apesar de estar alimentados, estão subnutridos. Estão tendo essa nutrição pobre, porque é o que eles têm acesso”.*

A experiência com a oficina demonstrou que infelizmente convive-se com a fome no Brasil e, após as perdas de conquistas sociais impostas pelo governo e potencializadas pela pandemia, houve uma piora dessa realidade.

Crenças e senso comum

As crenças (figura 2) se desdobraram em algumas falas amplamente difundidas entre os debatedores: *“incoerência governamental”*, e crenças reflexivas como, por exemplo: *“desigualdades entre as necessidades e as ações do governo”*. Para um debatedor *“para a vida andar, é preciso cuidar da alimentação”*.

Debatedor 1: *“Acho que o governo deve olhar melhor para a fome no Brasil, se eu tenho uma preocupação do que eu vou comer hoje, o que eu vou comer amanhã, como ele pode avançar e produzir, refletir, pensar sonhar se a minha necessidade primária é saciar minha fome neste momento. Alguns governos anteriores ao atual, tiveram mais preocupação em olhar para o social. Hoje tende-se a olhar a meritocracia em um país muito injusto”.*

Debatedor 3: *“Acredito que os programas de governo ajudam a ter acesso a alimentos, porém eles foram reduzidos e fez com que aumentasse a insegurança alimentar. Temos várias experiências e propostas de governos que mostram alguns programas que favoreceram a alimentação”.*

Debatedor 2: *“A partir de 2017 diversos programas de alimentos foram reduzidos, excluídos ou mesmo foram retirados certos subsídios... O que eu estou lembrando aqui é principalmente o de nutrição que foi excluído e o da agricultura que foi reduzido”.*

Princípios e valores

Os debatedores manifestaram diversos princípios e valores (figura 2) relacionados à alimentação, como: *“família, justiça, vulnerabilidade, vida saudável e igualdade”*. Demonstrou-se que o alimento possui princípios e valores relativos à memória, cuidado coletivo e espiritual.

Debatedor 3: *“Além disso, temos muitos voluntários que ajudam de maneira própria àqueles desfavorecidos. São pequenos grupos e muitas vezes não são divulgados... Teve aumento e inflação dos alimentos, vê que, por exemplo, famílias de classe média baixa, tiveram que reduzir a compra de alimentos, apesar de tentar dar um bom aporte, tiveram que fazer essa redução”*.

Debatedor 6: *“São as pessoas que distribuem alimentos, um movimento da comunidade, para tentar de alguma maneira diminuir esse impacto”*.

Cada participante apresentou princípios e valores distintos, apesar do fato de todos possuírem memórias com os alimentos. Foram evidenciadas, pelos acadêmicos, as conexões da fome com a justiça social, bem como a garantia do alimento saudável como um direito humano com quantidade e qualidade, principalmente para os mais vulneráveis. No grupo dos ativistas, foram percebidas dimensões bioéticas na relação com o alimento, no qual, o grupo apontou que este é o direito que antecede a educação, segurança, lazer...

Potencialidades

Na promoção de potencialidades (figura 2) o grupo deliberou sobre o respeito para com o alimento como direito, bem como a restrição quanto ao desperdício e o exercício da cidadania, ao cuidar do alimento para todos. Pode visualizar esses pontos nas seguintes frases: *“melhoria da qualidade de vida a partir de uma alimentação saudável”* e *“reaproveitamento de alimentos, para evitar desperdícios”*.

Debatedor 4: *“Com o quadro de pandemia e econômico que a gente vive, piorou absurdamente. Você vê um monte de jovens que, na hora do almoço, deveriam estar comendo algo mais nutritivo, estão comendo bolacha, porque é o que eles têm acesso, é disponível economicamente, é mais barato. Eles estão saciados, não estão com fome, mas têm carência nutricional; e, quando você pensa, estão em tempo de aprendizado, e essa carência nutricional vai fazer falta pra eles”*.

Debatedor 5: *“As políticas governamentais, eu tenho como hábito com meus alunos, é a questão de desperdício. O desperdício do prato dentro da família ainda é pouco, tem um desperdício maior antes de chegar no consumidor, que é um valor muito maior, extremamente absurdo é aquele das empresas, porque eles descartam aqueles que estão próprios para o consumo, mas não se adequam a as regras normais para serem compradas”*.

Em comum, os debatedores reforçaram que todas as ações em prol do combate à

fome são válidas. Nesse sentido, atitudes de cidadania somadas a mobilizações, políticas públicas e ações de grupos voluntários proporcionam uma discussão sobre as questões da alimentação fomentando a conscientização, consumo consciente, autorregulação, preservação ambiental e desenvolvimento de tecnologias sociais com infraestruturas inclusivas que promovem o respeito com o meio ambiente, conexões afetivas e novas atitudes que envolvam todos os atores para alcance e engajamento de uma sociedade livre da fome.

Percepção dos sentimentos dos debatedores

Ao fim da oficina a pergunta “*Que sentimentos eu fico em relação a esse tema?*” Os debatedores do grupo expressaram sentimentos como *solidariedade, fome, urgência, equidade, justiça, política, respeito, caridade, transparência* (figura 3).



Figura 3 - Nuvem de palavras referentes à pergunta final da oficina.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Para nossa equipe, as frases como “*a fome é questão de Estado*” e “*a fome é problema de todos*” mostram que a sociedade está desenvolvendo um pensamento crítico para sensibilizar a geração atual sobre atitudes de solidariedade, em que o alimento é visto como um direito, e a fome precisa ser tratada como urgência, pois “*quem tem fome tem pressa.*”

A oficina mostra a real necessidade da população em relação à fome, que é a ingestão de alimentos, principalmente após a pandemia, em que muitas famílias tinham a alimentação como escassa e de difícil acesso, o que interfere diretamente na produtividade, na saúde, no crescimento e no desenvolvimento de crianças e adultos.

Conclusão

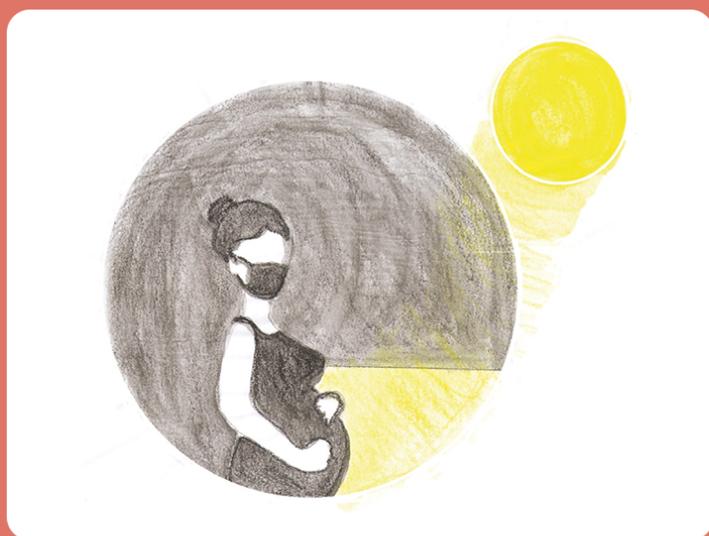
Ao final da oficina *Fome e a produção de alimentos na pandemia* ficou evidente que a insegurança alimentar grave é uma pauta sociopolítica e urgente em países em desenvolvimento, como o Brasil. Com a chegada inesperada da pandemia de Covid-19 a vulnerabilidade social ganhou espaço e a fome voltou a assolar populações em risco.

Dado o impacto que a pandemia provocou no mundo, torna-se evidente a importância da participação popular na busca por direitos básicos garantidos em constituição. A conscientização e o alerta da população, para essa situação de insegurança alimentar, favorecem a melhoria da reformulação das políticas públicas que levem em consideração todas as camadas da população, especialmente os mais vulneráveis.

A fome é um problema de saúde pública e precisa ser abordada de forma a minimizar todos os impactos negativos que tal situação provoca desde físicos, psicológicos até emocionais. Desenvolver essa oficina foi uma oportunidade ímpar de levantar a temática para discussão e atrair o olhar para essa questão que tanto aflige, aproximadamente, 33 milhões de pessoas em nosso país. Deseja-se que essa oficina seja um estímulo para outras boas iniciativas voltadas a esse tema e a população mais vulnerável.

CAPÍTULO 4

Bioética e humanização



Carla Corradi Perini

2030 está chegando...

Até lá, as nações se comprometeram a cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que “*são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade*”¹.

Neste módulo o destaque vai para o ODS 3 Saúde e Bem-Estar, que tem como meta “*Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades*”¹. É claro que não conseguiremos esgotar o assunto em apenas 3 capítulos, mas a ideia é trazer visibilidade para questões importantes e que encontram na Bioética um solo fértil para discussão.

Estamos falando de promover o bem-estar para todos, e aqui colocamos nossa preocupação com a população LGBTQIA+. Então, a sessão 1 deste módulo aborda o cuidado integral em saúde para a população LGBTQIA+. Para essa discussão foi importante resgatar o conceito de saúde da OMS, que contempla o “*pleno estado de bem-estar físico, mental e social*” e que não consiste apenas na ausência de enfermidades². Ainda, os autores e autoras resgatam o conceito de bem-estar que envolve não apenas a dimensão individual, mas também, a coletiva e social na busca do equilíbrio afetivo³.

A sessão 2 aponta para os desafios da promoção da saúde desse grupo populacional, onde a invisibilização, negligência, preconceito e discriminação são potenciais geradores de vulnerabilidades e conseqüentemente violadores de sua dignidade. Por outro lado, os autores e autoras indicam os possíveis caminhos para o enfrentamento desses desafios. São colocadas em pauta as políticas públicas importantes para a proteção da população LGBTQIA+ e que possibilitam nortear as ações para que a assistência integral em saúde seja uma realidade. Nesta sessão, fica evidente a importância de uma política nacional de humanização que é transversal para toda população, mas, que ao mesmo tempo olha para as minorias e para os grupos potencialmente vulneráveis.

A humanização também é destacada na sessão 2 que aborda o plano de parto e o parto humanizado como estratégias de violência obstétrica. Nessa discussão vamos continuar no contexto da saúde, mas, sabemos da necessidade de intersetorialidade para abordar o tema.

O ODS 3, tem explicitamente em um de seus desdobramentos (meta 3.7), a preocupação em “*assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais*”¹. Nesse sentido, lançar mão de estratégias como o plano de parto e o parto humanizado para mitigar a violência obstétrica têm relação direta com o ODS 3.

Importante ressaltar que são estratégias que não envolvem apenas aspectos relacionais entre profissional de saúde-paciente, mas, também questões estruturais do sistema de saúde, que compreende a saúde enquanto direito e que enaltece o exercício de cidadania dessas mulheres.

O cumprimento das metas para atingir o ODS 3 de Saúde e Bem-Estar já era uma tarefa árdua nesse país que tem o tamanho de um continente e com grande desigualdade social. Então, veio a pandemia... Ela revelou a fragilidade dos sistemas de saúde no mundo inteiro e por aqui (no Brasil) não foi diferente. Além das dificuldades estruturais do sistema de saúde para o atendimento das necessidades da população, o distanciamento social e os lockdowns comprometeram a saúde mental das pessoas.

Na sessão 3 deste módulo, vamos abordar os reflexos da pandemia de Covid-19 na saúde mental. As autoras e autores destacam a importância do cuidado da saúde mental a partir das modificações sociais impostas pela pandemia. Além disso, mostram as estratégias que secretarias de saúde de diferentes estados brasileiros utilizaram para o enfrentamento dos problemas relacionados à saúde mental da população.

Todos esses temas trabalhados neste módulo alertam para a necessidade da humanização do cuidado em saúde das pessoas. Apesar de toda a evolução do conhecimento técnico e científico na área da saúde, muitas vezes o cuidado tem o foco puramente no contexto biológico/físico, sem o olhar integral à pessoa. Então, espero que os próximos capítulos possibilitem aos leitores reflexões sobre a necessidade do cuidado integral e que exercitem sua cidadania questionando a forma como “produzimos” saúde.

1 | DIÁLOGO SOBRE SAÚDE E BEM-ESTAR: CUIDADO INTEGRAL EM SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+¹

A saúde como conceito é uma construção social, histórica e cultural que se apresentou de diferentes formas conforme a época, estando muitas vezes atrelada aos pares normalidade-anormalidade e saúde-doença¹.

Após a Segunda Guerra Mundial surgiram a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). A OMS, em 07 de abril de 1948 (data de sua fundação e quando comemoramos o Dia da Saúde), reformulou o conceito de saúde, definindo-a como “*pleno estado de bem-estar físico, mental e social*” e não apenas a ausência de doenças¹. O bem-estar deve ser entendido nas dimensões individuais e coletivas, considerando a dimensão cognitiva de satisfação global, assim como o equilíbrio afetivo².

Com a percepção de que a saúde é impactada por variáveis econômicas, sociais, culturais e políticas, a OMS destaca a importância do papel do Estado, além do envolvimento coletivo da comunidade e de diversos setores da vida pública, para a formulação e intervenção na garantia da saúde³. Assim, como estrutura sociopolítica, o Estado tem um papel essencial na garantia de direitos fundamentais e implementação de políticas públicas que busquem o bem-estar das pessoas². Para isso, devem ser planejadas estratégias de

1 Autores da sessão 1: João Moreira Júnior, Andréa Ricetti Bueno Fusculim, Luísa Helena de Oliveira, Carla Corradi Perini e José Eduardo de Siqueira.

governo que possibilitem “*políticas públicas saudáveis, ambientes favoráveis à saúde, fortalecimento da ação comunitária, bem como o desenvolvimento de habilidades e atitudes favoráveis à saúde*”³.

Nesse contexto, o trabalho multiprofissional e interdisciplinar é essencial para oferecer aos usuários uma assistência integral, distinta do modelo biomédico vigente. É imperativo que se busque implementar um atendimento que leve em conta aspectos subjetivos e os afeitos às demandas gerais e específicas da população em geral⁴.

Desse modo, há consonância com o objetivo de desenvolvimento sustentável no eixo 3 – saúde e bem-estar – que busca “*garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, e em todas as idades*”⁵, com atenção especial às populações vulneráveis.

A população LGBTQIA+ por integrar um grupo vulnerável exige uma atuação estratégica em saúde que garanta o cuidado integral compatível com a dignidade de todo ser humano. Esse grupo é exposto à negligência quanto a demandas gerais e específicas, invisibilização, quebra de sigilo e discriminação dentro do serviço público de saúde. O cenário atual de negligência, gerador de maior vulnerabilidade para essa parcela da população revela um problema ético que justifica uma discussão no campo da Bioética⁶.

Contextualização ética-histórica-social das conquistas no campo da saúde da população LGBTQIA+

Ao se tratar da temática do cuidado integral em saúde, observa-se o anseio da sociedade por uma abordagem que sublinhe especialmente quatro elementos: evidência científica, fatos, valores e história biográfica de cada pessoa, acolhendo suas demandas físicas, psicossociais, culturais e espirituais. Essa realidade tem sido preconizada com base no entendimento da amplitude do conceito de saúde, que, por sua vez, reflete o contexto social, econômico, político e cultural. Assim, ressalta-se que esse desiderato integra o modelo pós-convencional⁷ que estuda a ética da alteridade e a apreciação dos fenômenos e grupos sociais, indo ao encontro das múltiplas facetas que compõem o respeito à comunidade humana.

As questões de saúde da população LGBTQIA+ ganharam visibilidade em meados da década de 1980, período marcado pelo enfrentamento da epidemia do HIV/Aids, executando estratégias por intermédio do Ministério da Saúde em conjunto com os movimentos sociais envolvidos com a proteção dessa comunidade. Nesse sentido, observou-se a importância de iniciativas para além dos aspectos epidêmicos, empenhando-se como movimento social na proteção desses indivíduos com parcerias em áreas estratégicas do Ministério da Saúde⁸. É preciso um despertar por meio da mobilização de grupos sociais, bem como a participação em instâncias políticas buscando a garantia de direitos e a implementação de ações que atendam às necessidades da população LGBTQIA+.

É necessário salientar que nos últimos anos houve uma expressiva evolução em relação às terminologias, conceitos e descrições relacionadas à sexualidade humana e ao gênero⁹. Desse modo, para efetivar os cuidados em saúde, é preciso compreender as necessidades individuais e coletivas de cada grupo social. Por sua vez, quando se olha para a população LGBTQIA+, percebe-se a necessidade de uma abordagem que esteja em consonância com a realidade de cada segmento populacional dos sujeitos de direitos lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer, intersexo, assexuais e outras pessoas que muitas das vezes sofrem pela falta de reconhecimento quando buscam cuidados em saúde⁶.

A sexualidade é vivenciada e expressa por pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, relacionamentos e relações de poder. Ainda, é influenciada pela interação complexa de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais⁹.

Em virtude dessa complexidade, a área da saúde necessita implementar um modelo de gestão colaborativa para atender a todos os grupos sociais. Não bastam resoluções institucionais, é preciso investir em educação continuada e acompanhar a participação do profissional, chamar à responsabilidade os formadores e líderes de movimentos para conduzir um modelo que priorize a evidência nas tomadas de decisões das condutas clínicas multidisciplinares. A atual educação formal oferecida nos cursos técnicos e universitários não se mostra capaz de oferecer todos os recursos para a compreensão e intervenção no cuidado humanizado e nas dinâmicas próprias referentes ao acolhimento de cada paciente LGBTQIA+ no campo de suas crenças, valores, reconhecimento e história biográfica.

Mediante iniciativas e pautas baseadas em evidências, a população LGBTQIA+ está vivenciando algumas “*conquistas sociais que asseguram a garantia do direito constitucional à saúde*” a partir da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT)^{8,10}.

Vamos entender um pouco mais sobre essas políticas públicas que dão suporte ao cuidado integral em saúde da população LGBTQIA+.

Políticas públicas em saúde para a população LGBTQIA+

Em relação aos agravos para o atendimento no sistema de saúde, pontua-se a restrita experiência dos serviços de saúde ao lidarem com a transexualidade feminina, constituindo intenso sofrimento dessas pessoas ao não se reconhecerem no corpo biológico, diante da falta de suporte. Semelhantemente, outro grave problema para a saúde de transexuais e travestis é o uso indiscriminado e sem orientação de hormônios femininos, ocasionando sérios problemas de saúde, como neoplasias, cardiopatias entre outras enfermidades. Assim também os transexuais masculinos demandam acesso aos procedimentos de mastectomia e de histerectomia, além da automedicação normalmente

realizada com doses elevadas de hormônios masculinizantes, potencializando o surgimento de agravos de saúde⁸.

As políticas públicas são importantes parâmetros para a operacionalização no modo como são gerenciados e direcionados recursos à atenção de grupos específicos, bem como a abordagem destinada, emanando princípios, objetivos e diretrizes, entre outros elementos que regerão o novo sistema de consolidação e efetividade de mecanismos de defesa e amparo à saúde. No âmbito do SUS, observa-se a presença de inúmeras políticas cuja finalidade é sanar as demandas de grupos sociais específicos mediante a consolidação de estratégias dentro dos recursos disponíveis. Nessa perspectiva, articula-se um modelo educacional que possibilita a grupos e pessoas distintas perceberem outras realidades que não estão próximas da sua ou que até mesmo sejam negligenciadas.

As políticas públicas – principalmente no âmbito da saúde – sublinham os princípios norteadores do SUS, tais como a universalização. Trata-se de assegurar a primazia da saúde, que é um direito de cidadania destinado a todas as pessoas, e cabe ao Estado torná-lo concreto e real, “sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais”¹¹. Além disso, a equidade visa a diminuir desigualdades: “apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde se tem mais carência. Assim também é a integralidade, que busca considerar as pessoas como um todo, esforçando-se para atender a todas as necessidades delas”¹¹.

Em vista disso, percebe-se o modelo integrativo que as políticas públicas de saúde possibilitam ao sistema, pois, dentro da estrutura e recursos disponíveis, busca-se empreender ações de modo a dar conta das particularidades e atualizações de grupos específicos e da sociedade como um todo. Nesse sentido, destacam-se a Política Nacional de Humanização (PNH)¹², que torna possível uma atualização no modo como são realizados os atendimentos a todas as pessoas no âmbito do SUS, e a PNSI-LGBT⁸, ação específica voltada à diminuição das desigualdades, ao reconhecimento de existência e ao amparo em face de um ambiente opressor.

Política Nacional de Humanização (PNH)

A Política Nacional de Humanização (PNH), também conhecida como Humaniza SUS, foi implementada em 2003. Possui como um dos princípios a transversalidade, que diz respeito à busca pela transformação das relações de trabalho a partir da ampliação do grau de contato e da comunicação entre pessoas e grupos, tirando-os do isolamento e das relações de poder hierarquizadas. Assim, “*transversalizar é reconhecer que as diferentes especialidades e práticas de saúde podem conversar com a experiência daquele que é*

assistido”¹². Portanto, entende-se que os diferentes saberes podem produzir saúde de forma compartilhada diante das mais diversas experiências.

O segundo princípio se refere à indissociabilidade entre atenção e gestão, compreendendo que as decisões da gestão estão implicadas diretamente na atenção à saúde. Dessa maneira, percebe-se um movimento que fomenta o usuário do sistema a sair da zona de conforto, pois, ele se torna participante a partir de seu ponto de vista que pode colaborar em questões que não eram percebidas por outros agentes.

O terceiro e último princípio corresponde ao protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos. Dessa maneira, sublinha-se que para um SUS humanizado é preciso reconhecer cada pessoa como legítima cidadã de direitos, bem como valorizar e incentivar a participação dela na produção de saúde.

Além dos princípios, a PNH apresenta diretrizes, dentre elas o acolhimento. Este enfatiza o reconhecimento de que o outro possui competência para exercer o seu direito de fala, auxiliando no compromisso de fortalecimento do cuidado individualizado e da saúde pública com qualidade técnica e humana¹².

Outra diretriz é o da gestão participativa e cogestão, que se expressa como a integração de novos sujeitos nos processos e nas tomadas de decisões para que juntos possam deliberar de forma razoável e prudente. Posteriormente, a diretriz da ambiência enfatiza a criação de *“espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis, que respeitem a privacidade, propiciem mudanças no processo de trabalho e sejam lugares de encontro entre as pessoas”*¹².

No que concerne à diretriz da clínica ampliada e compartilhada, pontua-se como uma abordagem clínica do adoecimento e do sofrimento, que considere a singularidade do sujeito e a complexidade do processo saúde/doença. Por sua vez, ao se referir à diretriz da valorização do trabalhador, destaca-se a importância do reconhecimento desses profissionais tão importantes que se empenham na promoção do cuidado responsável da saúde, bem-estar e qualidade de vida dos usuários do sistema de saúde.

A última diretriz refere-se à defesa dos direitos dos usuários, em que *“os serviços de saúde devem incentivar o conhecimento desses direitos e assegurar que eles sejam cumpridos em todas as fases do cuidado, desde a recepção até a alta”*¹².

Em síntese, enfatiza-se a importância de ações que visem a proporcionar a todos os usuários uma abordagem de acolhimento, respeitando sua integridade e imprimindo condutas clínicas que possam proporcionar-lhes bem-estar, qualidade de vida e promoção de saúde. Para isso, é preciso criar um ambiente hospitaleiro com comunicação adequada entre os sujeitos a fim de minimizar o sofrimento e exaltar a dignidade deles.

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT)

A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) foi instituída em 2011. Seu objetivo geral é a promoção da saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, buscando eliminar a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Esta política é considerada um marco histórico de reconhecimento das necessidades deste grupo populacional em condição de vulnerabilidade⁸. A formulação dessa política incluiu a colaboração de diversas lideranças, técnicos e pesquisadores e foi submetida à consulta pública antes de ser apresentada e aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Destaca-se o caráter técnico da implementação dessa política a fim de ofertar à população LGBTQIA+ soluções das demandas específicas em saúde, contemplando aspectos que dizem respeito ao cuidado integral, como apoio na transição, hormonização, atendimento de pessoas transexuais e suporte psicológico, entre outros⁸.

Para sua implementação, a PSNI-LGBT indica as seguintes competências das secretarias municipais de saúde:

I – implementar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Município, incluindo metas de acordo com seus objetivos

II – identificar as necessidades de saúde da população LGBT no Município

III – promover a inclusão desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Plano Municipal de Saúde e no PPA setorial, em consonância com as realidades, demandas e necessidades locais

IV – estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação de gestão e do impacto da implementação desta Política Nacional de Saúde Integral LGBT

V – articular com outros setores de políticas sociais, incluindo instituições governamentais e não governamentais, com vistas a contribuir no processo de melhoria das condições de vida da população LGBT, em conformidade com esta Política Nacional de Saúde Integral LGBT

VI – incluir conteúdos relacionados à saúde da população LGBT, com recortes étnico-racial e territorial, no material didático usado nos processos de educação permanente para trabalhadores de saúde

VII – implantar práticas educativas na rede de serviço do SUS para melhorar a visibilidade e o respeito a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

VIII – apoiar a participação social de movimentos sociais organizados da população LGBT nos Conselhos Municipais de Saúde, nas Conferências de Saúde e em todos os processos participativos

Fonte: Brasil⁸

Salienta-se que, segundo a PNSI-LGBT, os desafios na reestruturação de serviços, rotinas e procedimentos na rede do SUS serão relativamente fáceis de serem vencidos, contudo é possível identificar aqueles que dizem respeito à superação do preconceito e da discriminação. Ao se evidenciar a importância dos cuidados em saúde, o protagonismo deve favorecer o acolhimento das angústias e de situações que acarretam desconforto,

buscando aliviar e prevenir o sofrimento com vistas à melhoria da qualidade de vida e à efetivação do cuidado integral com abordagem multidisciplinar.

Por fim, a PNSI-LGBT enfatiza que o respeito sem preconceito e sem discriminação é o fundamento para a humanização na promoção, proteção, atenção e no cuidado à saúde a essa população⁸.

Considerações finais

As políticas públicas em saúde se constituem em relevantes estratégias para atender a grupos que se encontram em vulnerabilidade e que necessitam de assistência especial para dar conta de suas demandas de cuidados.

Reitera-se a presença de importantes marcos regulatórios sobre o atendimento a ser prestado aos pacientes LGBTQIA+, contudo para sua aplicação torna-se essencial que os usuários tenham conhecimento de seus direitos. De modo geral, a PNH acolhe todos os participantes do sistema (desde gestores, profissionais até usuários); já a PNSI-LGBT conscientiza e acolhe as demandas desse grupo e apresenta estratégias baseadas em evidências para que produzam mudanças no modo como são realizados os atendimentos e as ações de promoção em saúde.

Nesse sentido, importante destacar que independente dos avanços regulatórios mencionados, torna-se importante que os cursos da área da saúde empenhem-se em formar egressos dotados de novas atitudes respeitadas e acolhedoras para esses pacientes estigmatizados por preconceitos históricos. O cuidado integral deve necessariamente valorizar as crenças e os valores pessoais dos pacientes, afinal vivemos em uma sociedade marcada pelo pluralismo moral.

Por fim, conclui-se que para alcançar mudanças no cenário da saúde pública, com o objetivo de promover o bem-estar das pessoas, é preciso não somente respeitar todos os pacientes independente de suas convicções pessoais, mas acolhê-los numa comunidade de diálogo respeitosa. Com isso, intenta-se a busca de soluções as mais razoáveis e prudentes possíveis para dirimir quaisquer conflitos morais por mais complexos que sejam. Para tanto, as ferramentas oferecidas pela bioética devem ser utilizadas à exaustão.

2 | PLANO DE PARTO E PARTO HUMANIZADO COMO ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA²

Contextualização ética e histórica do plano de parto

A autonomia de vontade é a materialização da real intenção do ser quanto a si mesmo, o que do ponto de vista filosófico e religioso, é chamado livre arbítrio. Ainda,

² Autores da sessão 2: Andréa Ricetti Bueno Fusculim, Milena Schirley Medeiros dos Santos, Marcia Caetano da Costa, Jociane Casellas, José Eduardo de Siqueira e Carla Corradi Perini.

na esteira da regulamentação acerca da vontade, a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos¹, valoriza a liberdade da ciência, da pesquisa e o bem-estar dos indivíduos, família, grupos ou comunidades e da humanidade como um todo, onde acima de tudo se busca o respeito à autonomia dos indivíduos.

Diante dessa perspectiva ao lançar um olhar para a autonomia e considerando que tais elementos no contexto da saúde trazem grande impacto no planejamento de cuidados e preservação da dignidade das pessoas, há que se considerar o importante papel da manifestação de pacientes. A essa vontade manifestada sobre quais serão suas decisões para quando já não puder se expressar, o que é feito de forma antecipada, preferencialmente por meio de documento escrito, se dá o nome de Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV).

As DAV partem de uma autogestão, ou seja, são instruções prévias que deixam claros os limites terapêuticos que devem ser empreendidos no caso de a pessoa não poder mais expressá-los em algum momento de sua vida². Diante desse cenário, tem-se como ator principal o paciente, que desfruta de sua liberdade para seu bem-estar.

Diferente do que pode aparecer no senso comum, as DAV não tratam apenas de desejos para fim de vida, mas, sendo entendidas como documentos de manifestação de vontade prévia do paciente³. Um outro exemplo de DAV se dá através do plano de parto.

Desde 1996 o plano de parto é uma das recomendações da Organização Mundial da Saúde para assistência ao parto normal⁴, reforçado em 2018 em sua última atualização sobre a atenção ao parto e nascimento, na qual se reafirma que ele deve ser individualizado, considerando as preferências e necessidades das gestantes⁵.

Trata-se então de um documento escrito durante o período pré-natal, no qual a gestante, após receber informações sobre a gravidez e parto e, considerando seus valores e desejos pessoais, elabora preferências e toma decisões informadas acerca da prática de condutas obstétricas a serem adotadas ou não no momento do parto sob condições normais⁶. Recomenda-se que o plano de parto seja construído após o esclarecimento da fisiologia do trabalho de parto e nascimento, tendo, sobretudo, a compreensão da possibilidade de fazer escolhas⁷.

O plano de parto é uma ferramenta de educação pré-natal e comunicação, pois, proporciona o entendimento das gestantes a respeito dos fatores que envolvem o processo de parturição e facilita a troca de informações com a equipe multiprofissional que presta assistência durante esse processo⁸, uma vez que é por meio dele que a equipe conhecerá os desejos e preferências das gestantes, contribuindo para que estes sejam alcançados e respeitados.

O plano de parto é o eixo da relação clínica estabelecida entre as mulheres grávidas e o/a profissional e pode servir para orientar a atenção de saúde prestada ao longo de todo o processo. Sua construção conjunta contribui para o desenvolvimento de confiança e segurança, além de promover o estabelecimento de vínculo da gestante com o/a profissional e com o serviço⁹, gerando naturalmente um processo de reconhecimento

e amadurecimento entre os atores envolvidos, que visam, além do respeito à vontade da gestante, a prevenção a qualquer tipo de violência.

O plano de parto no contexto da humanização do cuidado

As estratégias para incorporação do plano de parto nos serviços de saúde devem ser discutidas com a gestão local e o documento precisa ser desenvolvido a partir do envolvimento dos profissionais de saúde que atuam nas maternidades, para que possa ser adaptado e condizente com a realidade e discutido com as gestantes e acompanhantes. Não obstante, deve estar em constante atualização para que seja uma ferramenta de cuidado que possa oferecer melhores indicadores e experiências positivas de parto para todos envolvidos¹⁰.

Importante considerar que o plano de parto, como expressa manifestação prévia de vontade da gestante e futura parturiente, traz uma forma de comunicação e prévio planejamento do futuro procedimento, que, além de deixar expressamente definidas as vontades e expectativas da mulher no procedimento, na hipótese de não poder exprimir sua vontade, também visa, de certa forma prevenir eventos traumáticos e violentos.

Também é fundamental considerar que a partir da Constituição Federal de 1988, passam as instituições de saúde a prestar um atendimento humanizado ao parto, considerando as perspectivas de universalidade, integralidade, equidade, descentralização, regionalização e participação social, as quais deveriam estar presentes na efetivação de um novo modelo obstétrico, de modo a produzir ações integrais de saúde em função das necessidades materno-infantis, de parto, nascimento seguros e humanizados, e da construção e sustentação de redes perinatais. O nascimento, assim, passa a ser considerado um evento biopsicossocial, reconhecido como evento biológico - anatômico, psicológico e bioquímico, integrado a componentes mentais e espirituais, que é por natureza feminino, intuitivo, sexual e espiritual¹¹.

Desta forma, a elaboração do plano de parto faz com que o/a profissional de saúde ouça a paciente cuidadosamente e forneça explicações de modo que a paciente possa entender, dispondo de tempo suficiente para esclarecer todas as suas dúvidas. Deve dizer de forma clara, objetiva e compreensível as opções, alternativas e permissão para tomar decisões sobre o tipo de procedimento ou tratamento, depois de discutir com o/a profissional de saúde, devendo ser encorajada a questionar, e sanar todas as suas dúvidas, para então proceder a elaboração deste plano. Pode-se inclusive recusar a realização de qualquer intervenção, como analgesias ou mesmo determinadas técnicas que para a gestante podem ser inadequadas.

Conforme citado, esse documento tem se revelado potente para oportunizar a autonomia e o protagonismo da mulher frente à assistência prestada a ela durante o parto e nascimento, rompendo com um modelo de assistência pautado no saber biomédico.

Assim, o bom uso do plano de parto pode contribuir para minimizar uma assistência fragmentada, impessoal, objetificada e tecnicista, além de possibilitar mudanças no paradigma assistencial, resgatando o protagonismo, a voz, os desejos e as vontades das mulheres. Além disso, o uso dessa estratégia possibilita informação, tomada de decisão e responsabilidade compartilhada entre o profissional de saúde, já formado ou em processo de formação, e a mulher¹².

A Portaria nº 569 de junho do ano de 2000 descreve as atribuições do Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde, que defende a execução do atendimento e acolhimento adequado e digno no pré-natal, parto e puerpério. O programa se baseia em dois principais fundamentos da humanização. O primeiro diz respeito ao preparo ético dos profissionais da saúde no cuidado da gestante, dos familiares e do recém-nascido de forma íntegra e solidária através de um ambiente e atitudes acolhedoras que visem o não isolamento da mãe e a angústia gerada pela desinformação e falta de organização. O segundo descreve a escolha de procedimentos médicos que ajam de acordo com as necessidades de ambos os pacientes e que, embora presentes em protocolos de atendimentos, não sejam utilizados aqueles desnecessários que não tragam benefícios a ninguém, ou que podem até aumentar os riscos do trabalho de parto e relacionados à saúde dos envolvidos.

Sob a perspectiva de um grupo de enfermeiras do Centro Obstétrico de um hospital no sul do Brasil, relatou-se que a humanização do parto se conecta a abordagens que permitam o conforto da dor e a liberdade de participação principal da mãe nas decisões relacionadas ao parto, como posição de espera (implica restrição ao leito e deambulação) e necessidade de práticas invasivas, muitas vezes justificadas sem base científica. A empatia ligada ao poder de escuta também foram atitudes consideradas importantes no quesito de valorização do ser humano, a fim de ouvir e compreender os sentimentos que cercam a mulher, se atentar às dúvidas e o simples cuidado com a forma de se comunicar com elas geram bons serviços de atendimento¹³.

O despreparo induzido pela falta de formação e práticas adequadas aos profissionais da saúde no âmbito da bioética, a desinformação e o grande número de parturientes pendendo para partos cirúrgicos são fatores que impedem a adoção de técnicas não-invasivas que aliviam a dor e facilitem o parto natural, como banho, massagem, tipo de dieta e técnicas de respiração. Outros fatores correspondem à estrutura organizacional do sistema de saúde brasileiro, que não promove o incentivo à mudança e a busca de um atendimento adequado, além da desvalorização do profissional.

Portanto, das vistas do olhar médico, as premissas preconizadas pelo Ministério da Saúde a respeito do parto humanizado não se estendem para a prática hospitalar, uma vez que o número de profissionais não cobre o número de parturientes, constantes episódios de direitos negados, falta de estrutura de acompanhamento e cuidado¹⁴. Visualizar a importância de amenizar a violência neste seguimento, colocar em prática as terapêuticas,

ações e comportamentos diferenciados que podem não corresponder à protocolos que se esperam seguir, mas sim experiências de conforto, controle da dor e respeito à dignidade são características da valorização da mulher no trabalho de parto¹⁵. O protagonismo pertence ao ser humano a ser tratado em qualquer que seja sua demanda.

As horas ou os minutos aos quais o processo de parto está relacionado podem corresponder a anos de recuperação em casos de vivências traumáticas. Volta-se assim o olhar para a relação paciente e profissional da saúde, na qual o reconhecimento das dimensões sociais, culturais, pessoais, psicológicas e físicas é tão importante quanto o direcionar das técnicas terapêuticas do parto, visto que é uma vida carregada de histórias gerando outra vida e estas precisam continuar dignamente estáveis.

O corpo se prepara sozinho para o parto, é o físico demonstrando na prática um dos maiores atos de empoderamento feminino. Quando compreendido o valor simbólico do gestar e o do nascer, é possível que se trate com dignidade e respeito o ser humano buscando assistência. E ainda, que se desenvolva sentimentos de satisfação e realização e que se vá além da evolução como profissional, mas também como pessoa. Ações como o plano de parto e o preparo dos profissionais para o cuidado humanizado das mulheres são estratégias para que se diminua a violência dirigida à mulher. Evitar isso durante um ato humano de significado além da compreensão terrena é papel de qualquer pessoa que exerça seu papel como cidadão.

Plano de parto como estratégia para mitigar a violência obstétrica

Apesar de não haver um consenso global entre quais práticas podem ser consideradas violência obstétrica, Bohren et al.¹⁶ sintetizam os maus-tratos às mulheres durante o parto, evidenciados por estudos em 34 países, e organiza tais práticas em sete domínios: abuso físico (uso de força e restrição física), sexual, verbal (linguagem rude, ameaças e culpas), estigma e discriminação, falha no atendimento aos padrões preestabelecidos profissionalmente (falta de consentimento informado e de confidencialidade, procedimentos excessivos e dolorosos sem consentimento ou comunicação, negligência e abandono), falha de relacionamento entre mulheres e profissionais (comunicação ineficaz, falta de suporte e de autonomia da mulher) e condições e restrições do sistema de saúde (falta de recursos, falta de política, cultura institucional). No Brasil, o Ministério da Saúde¹⁷ evidenciou que a violência obstétrica pode ocorrer de diversas formas, inclusive com a submissão das mulheres a um conjunto de normas e procedimentos padronizados, colocando o parto como parte de um processo-padrão de um evento hospitalar:



Mas, o que é violência obstétrica?

“A violência obstétrica é aquela que acontece no momento da gestação, parto, nascimento e/ou pós-parto, inclusive no atendimento ao abortamento. Pode ser física, psicológica, verbal, simbólica e/ou sexual, além de negligência, discriminação e/ou condutas excessivas ou desnecessárias ou desaconselhadas. Essas práticas submetem mulheres a normas e rotinas rígidas e muitas vezes desnecessárias, que não respeitam os seus corpos e os seus ritmos naturais e as impedem de exercer seu protagonismo”¹⁷.

Desta forma, a elaboração do plano de parto faz com que o/a profissional de saúde ouça a paciente cuidadosamente e forneça explicações de modo que a paciente possa entender, dispondo de tempo suficiente para esclarecer todas as suas dúvidas. Deve dizer de forma clara, objetiva e compreensível as opções, alternativas e permissão para tomar decisões sobre o tipo de procedimento ou tratamento, depois de discutir com o/a profissional de saúde, devendo ser encorajada a questionar, e sanar todas as suas dúvidas, para então proceder a elaboração deste plano, podendo inclusive recusar a realização de qualquer intervenção, como analgesias ou mesmo determinadas técnicas que para ela podem ser inadequadas.

As informações sobre os procedimentos que poderiam ser utilizados durante o trabalho de parto e parto são citadas como forma de prevenir violência obstétrica e possíveis atitudes tomadas pelos profissionais que não fossem da vontade das mulheres, sendo que se estiverem expressamente declaradas no documento do plano de parto, que ficará junto com os prontuários e demais documentos da gestante, facilita a implementação das diretivas da paciente, e previne futuras violações aos direitos e a prática de violência durante o parto.

Diante do exposto, pode-se concluir que o plano de parto e as ações que envolvem o parto humanizado podem prevenir a violência obstétrica. Contudo, esses elementos devem ser abordados na formação dos profissionais da área da saúde e também ser tema de discussão na sociedade em geral.

3 | REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE MENTAL³

No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre o SARS-CoV-2, um novo vírus que no ano seguinte veio a ser responsável por uma pandemia de proporções mundiais a partir de uma síndrome respiratória aguda grave cujos sintomas de maior frequência são febre, tosse seca, coriza, cansaço, obstrução nasal, dor de garganta

³ Autores da sessão 3: Jociane Casellas, Marianna Rodrigues Beltrão, Marcia Caetano da Costa, João Moreira Júnior, José Eduardo de Siqueira e Carla Corradi Perini.

e alterações gastrointestinais¹.

Assim, o mundo passou por uma significativa transformação devido às mudanças ambientais e sociais que ocorreram em razão do distanciamento social, da quarentena e dos *lockdowns*, o que ocasionou impactos na saúde mental em boa parte da população.

Em razão da gravidade do vírus, foi realizado um mapeamento mostrando o índice de risco de os trabalhadores brasileiros serem contaminados pelo Covid-19 durante sua atividade profissional, sendo levantado que os profissionais da área da saúde apresentaram de 97 a 100% de risco de contágio. Estes profissionais lidam constantemente com situações de saúde graves, como a morte e com decisões que afetam seu bem-estar físico e mental².

Pandemia de Covid-19 e saúde mental no Brasil

O termo saúde possui um caráter multidimensional, podendo ser examinado segundo diferentes referenciais culturais e teóricos. A OMS definiu saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções ou enfermidades³. Entretanto, atualmente este conceito é visto como ultrapassado e irreal, pois visa um estado de perfeição inatingível se for considerado o estilo e o ritmo imposto pela cultura, pela organização do trabalho e demais fatores no atual momento de pós-modernidade⁴.

Enquanto isso, a saúde mental é definida como um estado de bem-estar no qual o indivíduo tem capacidade de lidar com o estresse considerado normal da vida, podendo assim trabalhar de forma produtiva e é capaz de contribuir para com a sua comunidade⁵.

Apesar das recentes críticas sobre o conceito de saúde definido em 1947 pela OMS, a ONU em 2000, aponta que é dever do Estado assegurar a saúde de seu povo, indicando quatro condições mínimas necessárias: disponibilidade financeira, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade do serviço de saúde pública do país.

Dessa forma, visando cumprir com esse objetivo, no Brasil, a partir da Constituição de 1988, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), que se sustenta em três pilares: universalidade, equidade de acesso e integralidade no atendimento. A universalidade diz respeito ao direito de todo cidadão ter acesso ao SUS; a equidade de acesso diz respeito à garantia de que as pessoas que mais necessitam de suporte sejam priorizadas, e a integralidade diz respeito a uma compreensão global dos indivíduos que procuram atendimento em saúde. O SUS é destinado a todos e diversas políticas públicas cresceram a partir disso.

Na pandemia, o SUS sofreu alterações na dinâmica do funcionamento, sendo profissionais realocados, unidades de atendimento (UBS) modificadas, para atenderem as demandas de saúde da população. Neste período, a incerteza e a angústia em relação ao futuro, o medo do adoecimento e da morte, o agravamento das expressões sociais, mudanças na rotina e na socialização foram as situações vivenciadas. Um cenário que

gerou impacto na saúde mental da população⁶.

No Brasil, no período da pandemia pôde-se ver algumas normativas que visavam auxiliar os cuidados na saúde mental. Por exemplo, em Goiás, foi realizado um “guia de cuidado de saúde mental” que propõe 7 estratégias de enfrentamento como evitar o excesso de informações desnecessárias, evitar ficar ocioso e reorientar o seu trabalho⁷.

No Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Saúde publicou orientações sobre a saúde mental dos profissionais de saúde que estavam atuando na linha de frente durante a pandemia. Essas orientações incluíam reservar tempo para reflexão e descanso, bem como ter uma alimentação saudável, evitar o uso de álcool e outras drogas, leitura e atividade física. Além disso, o material informa sobre o cuidado ao contágio emocional que poderia ser experienciado⁸.

Em São Paulo, a nota técnica consistia em reorganizar os serviços de saúde mental, em relação ao fluxo de oferta e cuidados sanitários. Ademais, incentiva o acompanhamento e monitoramento em saúde mental à distância. Orienta que os profissionais da área da saúde cuidem evitando demais situações estressoras e ansiosas⁹.

No Paraná, se destacou a fundamental mobilização dos profissionais de saúde no reconhecimento da fragilidade emocional da população que já se encontra em uma situação de vulnerabilidade. O material orientativo desenvolvido reúne recomendações como manter a rotina e horários de sono, alimentação saudável, organização da casa e realizar fazer atividades físicas e de relaxamento¹⁰. Enquanto algumas dessas orientações foram simplistas, também foram elaboradas propostas mais complexas e de adaptação, como por exemplo sobre um plano terapêutico singular (PTS) que explora justamente o ambiente doméstico¹⁰.

Durante a pandemia, informações dúbias ou até mesmo falsas sobre as formas de transmissão do vírus, período de incubação, número de infectados e a taxa de mortalidade real levaram à insegurança e ao medo na população. Tal situação foi exacerbada devido à falta de medidas de controle e insuficientes mecanismos terapêuticos que fossem efetivos¹¹.

Para que seja possível abordar as repercussões psicológicas e psiquiátricas, é necessário compreender as emoções envolvidas, como o medo e a raiva. O medo é um mecanismo de defesa fundamental para a sobrevivência. Entretanto, quando passa a ser sentido de forma crônica e desproporcional é prejudicial e se torna um componente essencial no desenvolvimento de transtornos psiquiátricos. Em um contexto pandêmico, o medo é capaz de aumentar o nível de ansiedade e estresse até mesmo em indivíduos saudáveis e intensificar os sintomas de pessoas que já possuem um transtorno psiquiátrico¹¹.

Em parte, além do medo da morte devido ao novo coronavírus, a pandemia implicou alterações em demais esferas como fechamento das escolas, empresas e locais públicos, mudanças nas rotinas de trabalho, organização da vida familiar, isolamento e alterações econômicas e sociais. Essas alterações que impactaram a vida cotidiana da população levaram a sentimentos de desamparo e abandono. Além disso, indivíduos infectados pelo

vírus sofreram intensas reações emocionais e comportamentais, incluindo medo, raiva, tédio, solidão, ansiedade e até mesmo estados de vigília como insônia ou hipersônia¹¹.

Esses estados emocionais quando passaram a ser crônicos, devido a longa permanência, em diversos casos puderam evoluir para transtornos depressivos, de ansiedade, ataques de pânico, transtorno de estresse pós-traumático, dentre outros. As implicações psiquiátricas que ocorreram nesse período inesperado, exigiu uma mudança nos serviços de emergência e no sistema de saúde, sendo assim desenvolvidas estratégias direcionadas tanto à população geral quanto a grupos específicos, tal como supracitado os profissionais da saúde que estiveram expostos ao vírus e a altas taxas de estresse¹¹.

Diante disso, o Ministério da Saúde do Brasil decretou uma regra que permitiu que as prescrições fossem válidas no período de seis meses. No entanto, há casos em que pacientes com transtornos de ansiedade necessitam de ajuste dos medicamentos no decorrer da terapêutica, no qual se faz necessário o estabelecimento de visitas periódicas ao psiquiatra, ou acompanhamento presencial com o psicólogo, que durante o período de isolamento social, não puderam ocorrer¹².

Nesse cenário, após a aprovação da Resolução nº 2.227/18 do Conselho Federal de Medicina (CFM), foi sancionada a prática da teleconsulta médica, utilizada em atendimentos com psiquiatra on-line, já que em muitos casos os tratamentos precisam de acompanhamentos de longo prazo, e, é fundamental checar as medicações em relação às doses e reações que possam necessitar ajustes¹³.

Da mesma forma, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da Resolução nº 04/2020 orienta os psicólogos acerca da atuação on-line diante do contexto da pandemia da Covid-19¹⁴. O documento regulamenta o método de consulta remoto “atendimento psicológico on-line” que vem sendo apresentado como uma ferramenta virtual quando o contato presencial foi impedido no período do isolamento social¹⁵.

Um outro elemento de preocupação para a saúde mental da população foram as modificações relacionadas aos sepultamentos, impostas pela necessidade de distanciamento social na pandemia. Considerando o cenário brasileiro de disparidade social, baixos níveis de educação e de cultura humanitária cooperativa, foi necessário criar estratégias emergenciais. Devido a rápida elevação ocorrida do número de óbitos, foi necessário que as autoridades sanitárias instríssem alterações quanto às formas de velório e sepultamentos, modificando os rituais de despedida adotados.

Esses rituais de certa maneira auxiliam o processo de elaboração dos sentimentos que emergem nesse momento de luto e facilitam estratégias de enfrentamento⁶. Entretanto, na pandemia, familiares enlutados precisaram se adaptar à impossibilidade de despedida que eram habituados. Esses rituais são importantes porque representam a oportunidade dos enlutados de expressarem seus sentimentos frente aos entes perdidos, ainda mais que estes reúnem demais familiares que então criam um momento de compaixão e cumplicidade. Devido às necessárias modificações, pode-se verificar um sentimento de

frustração pela impossibilidade de se realizar um funeral digno para o falecido, podendo culminar em processos de luto complicado⁶.

Essas mudanças tiveram implicações para a saúde mental de pessoas enlutadas, por não poderem receber o apoio dos parentes e nem poderem se despedir dos entes falecidos de modo presencial. Estas pessoas de acordo com estudos na área, podem estar mais propícias a desenvolverem o que se denomina processo de luto complicado, apresentando também demais comprometimentos psicológicos, como a presença de humor deprimido, transtorno de estresse pós-traumático, a preocupação exagerada, sentimentos de angústia, maior dificuldade de aceitar a morte e apresentar também desinteresse pela vida⁶. Fato este que pode fazer com que essas pessoas precisem de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico com objetivo de auxiliar na reestruturação emocional de suas vidas bem como na elaboração dos eventos traumáticos vivenciados.

Tal cuidado reflete o preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem atingidos até 2030 para erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e clima, bem como garantia de paz e desenvolvimento a todas as pessoas¹⁶. Em sua linha que trata sobre Saúde e bem-estar, o grande objetivo é trabalhar para assegurar uma vida saudável e a promoção de qualidade de vida em todas as idades. Dessa forma, refletir sobre os cuidados com a saúde mental garante um posicionamento social em relação ao compromisso com o cumprimento da ODS.

Considerações finais

A pandemia deixou marcas profundas na saúde mental da população, incluindo os profissionais da saúde, visto as intensas modificações de rotinas, comportamentos, estrutura social e de saúde, entre outros pontos que ainda levarão tempo a serem reorganizados. Investir em cuidados com a saúde mental e organizar políticas públicas adequadas para suporte emocional vai além da perspectiva de responsabilidade do Estado e da sociedade em geral, é lançar um olhar humano para o sofrimento que pode gerar implicações intensas para a atual e futuras gerações.

Os impactos deixados pelas despedidas que não puderam ser feitas adequadamente podem incorrer em processos de lutos prolongados interferindo na saúde física e mental das pessoas que vivenciaram essas perdas. Isso necessita de cuidado.

Novas ações e formas de atendimentos e acolhimentos foram implementados com o advento da pandemia, o que auxiliou muito no enfrentamento de tamanho sofrimento. Da mesma forma que novos hábitos de vida foram adotados desde então.

A necessidade do cuidado para com a saúde mental teve mais visibilidade. É preciso que o acesso também seja incorporado nos processos de cuidados à saúde, proporcionando a quem vivencia o sofrimento psíquico, acolhimento e tratamento adequados.

4 | RELATO OFICINA DELIBERATIVA

Cidadania e humanização na assistência à saúde⁴



Para um debate mais aprofundado e específico sobre essa temática, previamente ao IV Congresso Internacional Ibero-americano de Bioética e X Congresso de Humanização e Bioética, foi oferecida a oficina virtual “**Cidadania: Ponto de partida para acesso às políticas públicas de saúde e humanização da assistência**”. O convite para a oficina foi divulgado nas redes sociais para melhor engajamento da comunidade, sendo uma atividade gratuita.

O objetivo da atividade foi discutir a partir da metodologia de grupo focal a realidade dos atendimentos nas unidades de saúde, bem como possíveis mudanças nas necessidades de acolhimento e atendimento para obter uma assistência à saúde humanizada e adequada às necessidades dos pacientes. A organização se deu a partir das ações dos grupos formados previamente pela comissão organizadora do congresso. Em 07 de novembro de 2022, dia da realização da oficina, as funções estavam distribuídas em: convidada (representante do Ministério da Saúde), professora responsável (docente do PPGB) moderadora (egressa do PPGB), interlocutora (mestranda do PPGB), monitora (estudante de graduação).

A estruturação da oficina se deu a partir da exposição de ideias feita pela convidada Eliane Benkendorf - Lika (SESAI, Ministério da Saúde), e da elaboração prévia de perguntas disparadoras para o debate conduzido pela moderadora.

⁴ Autores da sessão 4: Marcia Caetano da Costa, Eliana de Oliveira More Maia, Eliane Benkendorf, Jociane Casellas, Luísa Helena de Oliveira, José Eduardo de Siqueira e Carla Corradi Perini.



Moderadora

Como vocês percebem o acesso aos serviços de saúde públicos?

Qual a relação desse acesso com a humanização em saúde?

Nos últimos anos vocês tem observado mudanças no acesso e se os serviços têm sido prestados de forma

O que aprendemos com a convidada e com a equipe responsável pela oficina?

Cidadania é definida pelos princípios da democracia, tendo seu significado ligado diretamente à conquista e consolidação social e política, exigindo instituições, mediações e comportamentos específicos a partir da elaboração de espaços sociais e de expressão permanentes¹.

Atualmente, cidadania é um conceito ligado à percepção de igualdade, que atravessa as circunstâncias de igualdade política e civil, atingindo questões como direitos humanos e justiça social², sendo um aspecto primordial para a organização das políticas de acesso e atendimento em saúde. Nesse sentido, na área da saúde, essa compreensão abre espaço para uma visão de atenção integral, um olhar voltado para as características de cada comunidade e suas interações com as necessidades dos usuários³.

A Política Nacional de Humanização (PNH) surge como uma forma de ampliação e padronização da visão de melhoria da assistência, incluindo trabalhadores, usuários e gestores nos aspectos processuais do trabalho. As políticas públicas são para todos e estão ligadas diretamente com o posicionamento dos atores envolvidos neste contexto. A PNH tem sido conhecida e praticada no Brasil a partir da avaliação de adversidades e problemas nos serviços de saúde, bem como as práticas bem-sucedidas no contexto da humanização³.

Assim, ao falar sobre assistência à saúde há que se considerar primariamente o aspecto humanizado da produção de saúde neste processo, visto que os cuidados são prestados de pessoas para pessoas e cada personagem envolvido neste cenário terá suas necessidades atendidas incluindo ações de promoção à saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação.

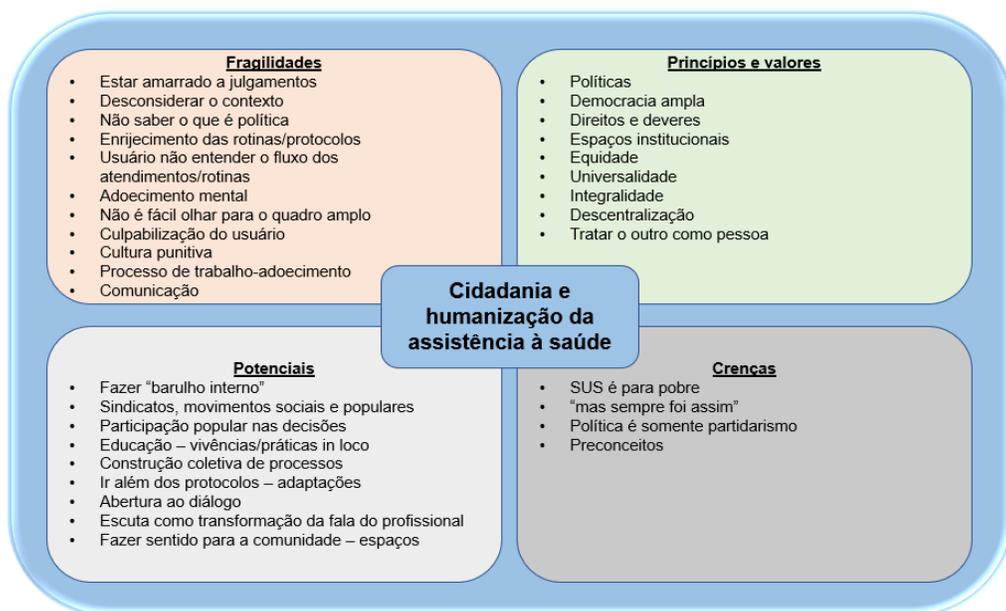
Assim, deve-se trabalhar de modo transversal, atingindo a amplitude dos diversos saberes, para que assim o usuário não se sinta um objeto fragmentado de manipulação dos profissionais e/ou um esquecido pelo sistema, mas como protagonista de seus processos de proteção à saúde, dotado de histórias e valores importantes para o planejamento dos cuidados. Uma conscientização para a cidadania procura a utilização do trabalho e a compreensão para atingir a autonomia individual e coletiva, o que por sua vez permite a conquista de uma saúde responsável².

As políticas públicas precisam buscar formas de reparação das disparidades sociais. Neste sentido, a promoção de saúde tem a ver com a garantia de direitos e a possibilidade de intervenção nas estruturas que promovem e conservam desigualdades sociais⁴. Em relação aos profissionais de saúde o desafio é planejar ações que contemplem a integralidade, a partir da sensibilização para um olhar acolhedor e empático para todos aqueles que necessitam de cuidado, bem como para seu contexto familiar e social.

Para uma transformação da realidade atual, é importante uma atitude política e reflexiva de todos, considerando o papel do Estado e da sociedade de modo geral em relação à defesa e atenção às necessidades de saúde e os determinantes envolvidos². Nesse sentido, a saúde deve ser considerada para além da visão biomédica da ausência de doença. Ou seja, considera-se a saúde num cenário amplo de interação de fatores biológicos, sociais, ambientais, espirituais, sendo resultado de contingências nas relações que os sujeitos constituem entre si e com a natureza a partir do seu fazer⁴.

Mapa mental: destaques do debate

A atividade teve duas horas de duração, com a participação de pessoas que interagiram por vídeo e chat online. Ao longo da oficina foi elaborado um mapa mental a fim de organizar as principais ideias debatidas nas interações dos participantes:



Como **fragilidades** da relação entre cidadania e humanização da assistência e da gestão da saúde, foram identificados pontos como “*o sistema de saúde estar ainda hoje amarrado à julgamentos por parte da população*”. Tais julgamentos derivam de questões como, por exemplo, “*não se ter claro o quê e quais são as políticas públicas*”. Em muitos casos há a desconsideração do contexto social/comunitário no qual os usuários do sistema de saúde estão inseridos.

Outros pontos de fragilidades citados foram rotinas e protocolos enrijecidos que, por sua vez, podem levar a dificuldades do usuário no acesso aos serviços de saúde ou então a não entender os fluxos e rotinas relacionadas ao seu atendimento; o adoecimento mental dos próprios profissionais envolvidos no cuidado; dificuldades educacionais dentro da área da saúde para uma disponibilidade de olhar para os fenômenos de maneira ampla; cultura punitiva; e dificuldades de comunicação de forma geral em todos os níveis de assistência.

Os participantes relatam tais fragilidades estando ligadas diretamente com **crenças** socialmente difundidas sobre que o SUS é somente para a população pobre. Isto revela preconceitos estruturalmente estabelecidos, citando também um possível comodismo das diversas camadas da população e de profissionais de saúde na ideia de “*sempre ter sido assim*”, o que leva a um imobilismo para modificações necessárias. Também como dificultador de superação das fragilidades, os participantes da oficina citaram a redução de políticas enquanto categoria ampla de ação da sociedade a movimentos partidários, o que restringe e cria resistências a uma reflexão e planejamento de transformações no sistema de saúde.

Foram identificados **princípios e valores** que podem promover mudanças em todos os níveis de assistência. O conhecimento acerca das políticas públicas, reconhecimento dos direitos e deveres dentro dos espaços institucionais; equidade; universalidade; integralidade e descentralização; bem como o reconhecimento do usuário de saúde como cidadão; foram os principais pontos citados como fundamentos para uma melhor aplicabilidade das ações de humanização em sua relação com a cidadania.

A discussão também fomentou o levantamento de **potenciais** a partir da reflexão sobre os pontos expostos pela convidada e as trocas entre o grupo. O principal eixo da discussão se deu na possibilidade de iniciativas como a oficina ser um ponto de partida para um certo “*barulho interno*”. Ou seja, um desconforto necessário que pode produzir sentidos e favorecer a criatividade para resolução dos mais variados desafios que emergem das práticas da assistência em saúde.

Os demais potenciais identificados na oficina foram o trabalho junto aos sindicatos, movimentos sociais e populares; participação da população nas decisões de saúde; processo de educação/vivência prática in loco nas unidades de saúde; construção coletiva de processo pelos profissionais; perceber para além dos protocolos/adaptação às necessidades de cada comunidade e grupo de usuários; o processo de escuta ativa como transformação da fala do profissional; e as ações direcionadas às especificidades da população em seus respectivos espaços.

Finalizando a oficina

Na finalização da oficina, a moderadora solicitou que cada um dissesse uma palavra que representasse a oficina:

**Motivação, Amor, Inspiração, Potência,
Conhecimento, Humanização, Atividade,
Encantamento, Mudança**

Percebe-se no elenco de palavras, que o conceito de humanização está contemplado, pois, envolve os domínios da ética relacional e da técnica. Devemos, ainda, fomentar a incorporação da perspectiva do usuário enquanto cidadão, sujeito de direitos, nesse contexto da humanização.

Garantir uma assistência à saúde que abranja comunidades e usuários em suas singularidades é uma tarefa complexa, visto que exige um esforço nos diversos níveis da organização social, iniciando pela educação para participação política da população.

CAPÍTULO 5

Bioética e fraternidade



Waldir Souza

O E-caminho do Diálogo IV foi um grande desafio provocado pela pós-pandemia da Covid-19. O ser humano tem consciência do movimento que ele produz. Este movimento é um caminho a ser percorrido pela vida a ser contada. Por isto, precisamos conversar, partilhar sobre as experiências das histórias individuais, coletivas e culturais. Todo o caminho conduz a um encontro que precisa necessariamente ser acolhido e partilhado. A pós-pandemia evidencia ainda mais a necessidade criativa de o encontro não deixar de acontecer. Não sabemos ao certo as sequelas, mas, temos certeza, que somos seres de afeto e afeição.

Mas, a história para uma parcela muito grande da humanidade é de sofrimento, perseguição e até da invisibilidade. Como aceitar esta negação da nossa condição humana, quando somos afeitos aos afetos, a acolhida, ao encontro e ao diálogo? Por que negar a nossa condição intrínseca de seres humanos?

A ciência pode muito ajudar a compreender as causas, os desequilíbrios, as possíveis soluções para a humanidade se sentir responsável para com toda a vida. A bioética é com certeza este lugar de hospedagem, de refúgio, de acolhida dos conflitos e da acolhida regeneradora, onde todas as ciências contribuem para que a vida possa ser celebrada e cuidada com toda a riqueza de sua sacralidade.

Este módulo, intitulado “Bioética e Fraternidade” quer aproximar mais e mais esta realidade visível e intrínseca a nossa identidade humana, mas, ora negada e injustiçada em nome do progresso e de um consumo provocado por falsas necessidades. É possível justificar a morte quando por natureza somos co-criadores da vida? Visibilizar é possibilitar a marcação do caminho feito, o desejo afetivo de Ser, de ser acolhido e possibilitar a acolhida e, de comunicar a vida que é possível viver.

A sociedade contemporânea é a sociedade de mudanças, seja nos conhecimentos e na ciência ou nas formas de viver e na cultura. Esse processo de recomposição de elementos e valores é o que tradicionalmente se tem atribuído como principal característica da pós-modernidade. Mas é o avanço da técnica que, então, tem nos colocado diante de questões inusitadas que exigem a elaboração de novas respostas. Esta consciência é o que atravessa o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também o que nos faz, em Teologia e Bioética, pensá-los como ferramentas de transformação. Quando falamos do ODS 16, “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, é proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis”. É da adaptação a esta realidade complexa que estamos tratando. “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, elementos que orientam o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 - ODS-16. Do mesmo modo, verifica-se essa sintetização na ODS-16, pois, os elementos, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, sugerem uma solução imediata, e, também, em vista de rostos que ainda são desconhecidos, mas dependentes do presente para seu revelar-se ao mundo em anos, décadas, séculos e até milênios futuros.

Há muito, cientistas e outras autoridades nos têm alertado sobre as questões planetárias, as mudanças climáticas, a exploração do planeta e como os ideais de produção capitalista têm sustentado as desigualdades sociais. O elemento paz perpassa pela ética da responsabilidade nas várias dimensões que afetam o cotidiano. Quando a responsabilidade é aplicada sobre uma nova tecnologia, então a paz será consequência desse princípio ético. Quando a responsabilidade não é aplicada, as consequências de uma tecnologia, pode servir para as mais variadas formas de violência. Esta discussão é muito anterior aos ODS, mas ainda é pouco o que se tem feito em termos de soluções.

O E-caminho do Diálogo IV quer justamente visibilizar, lançar por meio da bioética estas realidades desafiadoras. Quando houver este espaço de diálogo, a capacidade de ouvir e falar, se perceberá que tudo e todos são necessários para o tudo e para todos. Quiçá, possamos viver nesta casa de refúgio, de acolhida, de elaboração de identidades em constante evolução, de cuidado e do diálogo marcado pelo afeto responsável.

Para tanto, será desenvolvido neste módulo quatro sessões:

1 - LAUDATO SI: sua contribuição na consciência do cuidado na casa comum como alerta socioambiental; 2 - convergência da ética da responsabilidade e santidade na busca da paz, justiça e instituições eficazes: uma análise da Ods 16; 3 - A sociedade na perspectiva da fraternidade: (re)pensar a produção e o consumo; 4 - A experiência da Oficina no E-caminho do Diálogo IV – O desafio socioambiental e a cultura do cuidado para uma cidadania planetária.

Desejo a todas e todos uma afetuosa e comprometedora leitura.

1 | LAUDATO SI': SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSCIÊNCIA DO CUIDADO DA CASA COMUM COMO ALERTA SOCIOAMBIENTAL¹

O desenvolvimento nas suas várias dimensões trouxe uma chaga para o planeta. Olhar as matas destruídas, a água poluída e o ar contaminado mostram que a “casa comum” está doente. A utilização desenfreada dos recursos naturais, sem a devida consciência ética ou do cuidado responsável, desencadeia questões que podem receber a contribuição da Bioética que propõe o diálogo em defesa da vida e de sua dignidade frente aos avanços técnicos e científicos. Desta forma, consolida-se a necessidade de uma “ética da vida” em um diálogo, cada dia mais urgente, na atenção aos problemas climáticos desse planeta doente. Todos os dias o planeta vem acenando para as mudanças climáticas, que se torna um risco iminente para com todos os seres vivos, principalmente para a comunidade humana. A cultura do descarte lançou suas raízes pelo nosso planeta, trazendo um consumo desenfreado e inconsequente. Boff (2021) apresenta que a humanidade já utilizou de todos os recursos na terra, pois exatamente no dia 22 de setembro de 2020 ocorreu o “Dia da

¹ Autores da sessão 1: Eva Gislane Barbosa, Waldir Souza, Michel Eriton Quintas, Itamar Marques da Silva, Vera Lucia Wunsch, Anelise Wenningkamp Biesdorf, Carlos Eduardo Scheopping Santos e Otoniel Wallysson Batista de Lima Pequeno.

Sobrecarga da Terra”, o dia que gastamos todos os bens e serviços naturais básicos que sustentam a vida. Logo, a Encíclica *Laudato Si'* (2015) alerta para os problemas que tudo isso pode acarretar:



Por isso, não pensemos só na possibilidade de terríveis fenômenos climáticos ou de grandes desastres naturais, mas também nas catástrofes resultantes de crises sociais, porque a obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de o manter, só poderá provocar violência e destruição recíproca² (n.204, 2015).

O ser humano busca soluções rápidas para atender necessidades caprichosas e não observa quais dimensões são atingidas por essas escolhas, desde um desvio de um rio para atender uma hidrelétrica, até as queimadas para avançar o plantio de pasto para a pecuária. O ecossistema é atingido e muitas vezes destruído. A premência de reverter algumas decisões em favor do outro é sinal de amor, “passar do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade de partilha, numa ascese que significa aprender a dar, e não simplesmente renunciar”. É um modo de amar, de passar pouco a pouco do que eu quero àquilo de que o mundo de Deus precisa”² (n.9, 2015).

Bioética e teologia: diálogo das ciências com a sabedoria

A humanidade necessita urgentemente de uma nova sabedoria que forneça o “conhecimento de como usar o conhecimento” para a sobrevivência humana e para o melhoramento da qualidade de vida (p.27) É com essa afirmação que Potter³ (2016) inicia seu capítulo sobre Bioética: a ciência da sobrevivência, pois é vã um conhecimento ao alcance de todos, sem uma reflexão, uma análise de outros conhecimentos. A Bioética e

a Teologia vêm oferecer uma ciência em diálogo com a sabedoria. Um cuidado motivador para que várias ciências cooperem entre si, proporcionando diversos ângulos em questão.

Observamos os avanços das ciências, tanta coisa que antes se dizia impossível, foram alcançadas. Mas a que preço? Em nome da ciência, a natureza e todos aqueles que habitam nesta casa comum, foram usurpados sem uma reflexão ética, sem uma sabedoria da utilização da ciência. Em benefício de quem? E para quem? Não é um discurso contra as ciências, muito pelo contrário, a ciência é importante, mas a questão é: Ela é usada com prudência ou com ganância? A Encíclica *Laudato Si'* ² (2015) alerta para as verdadeiras motivações do uso da ciência:

Além disso, qualquer solução técnica que as ciências pretendam oferecer será impotente para resolver os graves problemas do mundo, se a humanidade perde o seu rumo, se esquece as grandes motivações que tornam possível a convivência social, o sacrifício, a bondade ² (n.200, 2015)

O Ambiente sempre está em transformação desde o dia em que nascemos até o dia em que morremos, a cada ano é diferente, Potter³ (2016) fala da necessidade de “adaptação evolutiva, fisiológica e cultural” e continua: “vamos usar nossa enorme capacidade de produção para produzir as coisas que nos tornem mais sábios, em vez das coisas que nos tornam mais fracos” (p.147). Ao observar a tecnologia que traz as informações climáticas, hoje conseguimos acompanhar em todo o planeta como será o tempo, oferece alerta diante das previsões de tempestades, mas ainda não consegue prever a quantidade de problemas que traz uma estiagem prolongada ou a queda de uma barragem devido a quantidade de chuva. A grande contribuição do conhecimento é a garantia de mais conhecimento. Uma ciência sábia é proteger, salvaguardando toda vida diante dos desastres climáticos que muitas vezes são causados pela ambição capitalista.



Vulnerabilidade humana e do planeta

Em tempos de aquecimento global, torna-se imperioso pensar nas interconexões entre saúde e ambiente como condição indispensável para defender a vida. Se as previsões do documento sobre as mudanças climáticas que estão por acontecer são verdadeiras, então todas as preocupações com a pobreza, com a saúde e com a distribuição mais equitativa dos bens aparecerão sob um novo enfoque, porque se tratará de garantir a simples sobrevivência num ambiente de inclemência com a vida. Nesse contexto de desamparo ambiental, serão novamente os pobres que sofrerão as consequências mais drásticas, porque, no pior dos quadros, pode-se instalar uma situação de salve-se quem puder, e os pobres estarão em total desvantagem e fragilidade

O consumo desenfreado dos recursos naturais já ultrapassou os seus limites. Há um perigo iminente da extinção humana e do planeta e, ouve seus ecos nas periferias da sociedade. A morte caminha tranquila, esperando as vítimas de uma sociedade egoísta e capitalista. Assim, nos apresenta a Carta Encíclica Laudato Si'.

O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De fato, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do planeta: «Tanto a experiência comum da vida quotidiana como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres»... manifesta-se também na morte prematura de muitos pobres, nos conflitos gerados pela falta de recursos e em muitos outros problemas que não têm espaço suficiente nas agendas mundiais ² (n.48, 2015).

Os passos são lentos para uma consciência ética em favor da vida, mas são passos que não podem regredir. A necessidade de vivificar o amadurecimento da percepção de que estamos todos na mesma casa, partilhando os mesmos recursos, deve ter uma repercussão mais forte para que esses passos possam ser rápidos e converta os números de mortes decorrentes da insensibilidade com o outro, para a vida em abundância, de fato aconteça, como nos apresenta Jesus no evangelho de João 10,10. A Carta Encíclica *Laudato Si'* ² (2015) traduz bem essa reflexão: É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana. Não há fronteiras nem barreiras políticas ou sociais que permitam isolar-nos e, por isso mesmo, também não há espaço para a globalização da indiferença ² (n.52, 2015).



A vulnerabilidade decorrente aos exageros de uma sociedade capitalista e globalizada, vai atingir a todos. Pobres ou ricos, brancos ou pretos, cristãos ou não cristãos, somos todos iguais diante da sede, da fome, da doença e, principalmente diante da morte.

Encíclica ‘Laudato si’: alerta e propostas em prol a vida

Foram identificados primeiramente, na Carta Encíclica “*Laudato Si*” as diversas formas de degradação da vida humana e do meio ambiente. A utilização de recursos que são limitados, oferece a possibilidade de uma vida terrena com os dias contados. A encíclica oferece possibilidade de mudar esse contexto, fala de uma conversão ambiental, de uma espiritualidade ecológica².

Grande riqueza da espiritualidade cristã, proveniente de vinte séculos de experiências pessoais e comunitárias, constitui uma magnífica contribuição para o esforço de renovar a humanidade. Desejo propor aos cristãos algumas linhas de espiritualidade ecológica que nascem das convicções da nossa fé, pois aquilo que o Evangelho nos ensina tem consequências no nosso modo de pensar, sentir e viver. Não se trata tanto de propor ideias, como sobretudo falar das motivações que derivam da espiritualidade para alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo. Com efeito, não é possível empenhar-se em coisas grandes apenas com doutrinas, sem uma mística que nos anima, sem “uma moção interior que impele, motiva, encoraja e dá sentido à ação pessoal e comunitária”² (n.216, 2015)

Somos seres de relação, quando nos unimos para um propósito comum, essa relação fomenta a fraternidade, exigindo mudança de hábitos, de valores, de comprometimento e de responsabilidade pela casa comum. Potter reforça essa esperança com um “sistema de acordo de valores, principalmente sobre o conceito de uma obrigação com as gerações futuras”.² (n.205, 2015)

A Bioética vem realmente para ser uma ponte para o futuro. Essa aprendiz e recente

sabedoria é capaz de dialogar e oportunizar pontos de aliança entre as esferas científicas com os princípios humanos, respeitando sua cultura, seu ambiente, sua casa comum e seus mais diversos moradores.

A quebra do paradigma do antropocentrismo, o Papa Francisco critica severamente o comportamento de que “crescemos a pensar que éramos seus proprietários, dominadores autorizados a saqueá-la”² (n.2, 2015). Não somos seus proprietários, somos seus cuidadores. A encíclica coloca o meio ambiente como um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade. E aí também entra o apelo do papa à responsabilidade pelos outros, pois o cuidado com a terra é o cuidado com os outros, pois não há duas crises, uma ambiental e outra social, há uma única e severa crise, que precisa ser transformada em oportunidade fraterna.

Nessa perspectiva do cuidado da casa comum, na iminência da vida, de uma ciência enquanto conhecimento e sabedoria, todos os esforços ainda se tornam pequenos diante da grande manipulação política de interesses capitalistas e da imparcialidade da globalização.

É interesse para aqueles que vivem nesse planeta, que a extinção da humanidade seja apenas tema de filme de ficção. Pois, a preocupação com a sobrevivência faz com que a Teologia, juntamente com a Bioética, desenhe novos caminhos para oferecer a unidade entre os seres humanos no cuidado e proteção para com toda a vida no único planeta que podemos chamar de casa. “A maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente, e isto deveria levar as religiões a estabelecerem o diálogo entre si, visando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção de uma trama de respeito e de fraternidade”² (n.201, 2015).

O momento é de mudança de hábitos, de conceitos, de acolhida e respeito ao diferente e ao menos favorecido, de olhar ao pobre, ao explorado como irmão e assim, resgatar a humanidade e todos os seres vivos desse planeta de um fim cada vez mais próximo e doloroso. É só com atitudes de amor e carinho que se poderá trazer a cura do câncer, chamado egoísmo.

Potter nos deixa uma pergunta no último parágrafo do livro: Mas a mudança chegará a tempo? ³ (p.207, 2015).

Como diz um velho e certo ditado “quando a água bate no queixo, é que se aprende a nadar”. É bem evidente que a mudança tem de acontecer, essa água já ultrapassou os quadris e já está pelo pescoço. A crise ecológica é uma crise espiritual, a premência de uma conversão não só das pessoas, mas das estruturas da sociedade que é essencial para essa mudança. ‘*Laudato si!*’ ² (2015) responde Potter dizendo que nem tudo está perdido:

mas nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se, para além de qualquer condicionalismo psicológico e social que lhes seja imposto. São capazes de se olhar a si mesmos com honestidade, externar o próprio pesar e encetar caminhos novos rumo à verdadeira liberdade. Não há sistemas que anulem, por completo, a abertura ao bem, à

*verdade e à beleza, nem a capacidade de reagir que Deus continua a animar no mais fundo dos nossos corações*² (n.205, 2015).

Uma conversão ecológica: promoção da justiça e da paz

Esse cuidado para com a casa comum, dentre tantos jeitos, destacamos algumas que ajudaram na análise sobre conversão ecológica, dessa mudança de paradigma em benefício do bem comum.

A conversão ecológica requer, além disso, uma superação da conversão reduzida à esfera individual. Postula a dimensão comunitária, mesmo o esforço comunitário de conversão, e a incidência social em todas as suas esferas: cultural, econômica e política. Pois só assim, poderá ter eficácia e não redundará numa consciência individual impotente e angustiada² (n.55, 2015). “A conversão ecológica, que se requer para criar um dinamismo de mudança duradoura, é também uma conversão comunitária”² (n.219, 2015).



Boff em seu livro *Civilização Planetária*, menciona a importância de uma nova consciência planetária citando uma frase de Teilhard de Chardin que em 1933 já alertava: “A Idade das nações já passou. Se não quisermos morrer, é hora de sacudirmos os velhos preconceitos e construir a Terra. A Terra não se tornará consciente de si mesma por nenhum outro meio senão pela crise de conversão e de transformação”⁵ (2003, p.50).



Em uma pesquisa bibliográfica sobre a conversão perante o caos da autodestruição, o livro, cuidar da casa comum, onde vários autores colocam suas reflexões sobre a ‘*Laudato si’* no primeiro capítulo, que foi escrito por Leonardo Boff, faz menção de uma frase da Carta da Terra, que afirma a necessidade da transição de uma consciência da totalidade diante a extinção. Não é apenas o ser humano que caminha para o desaparecimento, mas todo o planeta. Sair do próprio umbigo e transcender para um comprometimento global: “Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal⁵. Papa Francisco menciona em sua encíclica ‘*Laudato si’*! : “Em um único mundo, em um projeto comum”² (n.164, 2015).

Boff continua a expor no livro civilização planetária, sobre a carta da Terra em relação à responsabilidade universal: *somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todos os seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade, considerando o lugar que ocupa o ser humano na natureza. Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente*”.⁵ (2003, p.117)

Ética da vida – uma busca pela sobrevivência de todos

O processo crescente da humanidade ainda traz muitas desigualdades, mesmo sendo um planeta rico na sua diversidade. Vemos pessoas sem alimento, sem água, sem dignidade mínima de sobrevivência. A água é um recurso natural, disponível e que todo ser vivo tem direito de usufruir.

Nesse contexto, há a necessidade de uma resposta teológica que ofereça o debate ético frente aos problemas que fazem parte do cotidiano de países menos desenvolvidos.

Situações tais como a exclusão social, a concentração de renda, má administração política e econômica, a internacionalização da economia sem a devida distribuição de renda e, conseqüentemente, uma precária subsistência dos mais pobres. Diante dos temas levantados questiona-se: como a bioética e a teologia podem ser transformadoras e comprometidas com a vulnerabilidade humana dentro da sociedade plural e multicultural?



A obra “*Laudato Si* sobre o cuidado da casa comum” oferece uma perspectiva teológica e bioética no contexto de suas interconexões sociais. A percepção de como as diversas colocações a respeito da vida humana sem observar sua identidade e seus espaços vêm acordando com o ODS (Objetivo Desenvolvimento Sustentável) n.16, pois os grandes temas dessa ODS são: o acesso à justiça, a segurança pública e a promoção de uma sociedade mais pacífica.

E como promover uma sociedade pacífica diante a tantos problemas estruturais causados pela desigualdade social?

O impacto dos desequilíbrios atuais manifesta-se também na morte prematura de muitos pobres, nos conflitos gerados pela falta de recursos e em muitos outros problemas que não têm espaço suficiente nas agendas mundiais ... Mas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres ² (n.49, 2015).

Os ODS (Objetivo Desenvolvimento Sustentável) vêm desde 2015 oferecendo propostas para atender uma consciência no cuidado com o planeta e assim alcançar toda a vida que nela habita. Mas, infelizmente ainda é um projeto desconhecido para muitos, suas metas que têm como acabar com a pobreza, proteger o meio-ambiente e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade, vem sendo desafiada com as formas

capitalistas de viver e pela cultura do descarte.

Como pensar em prosperidade de uma nação sem oportunizar espaços de equidade, de paz e respeito? A desigualdade social vem ferindo a humanidade com uma força aniquiladora, tentando tirar a justiça, a solidariedade e o amor para com os seres humanos, atacando principalmente aquelas e aqueles que já vivem na invisibilidade social terrível.

Ao observar os problemas climáticos em nossa casa comum, como o excesso de chuvas ou a escassez dela, são as pessoas mais pobres que sofrem. Quando o morro encharcado pela chuva, desaba por cima das favelas, levando suas águas barrentas para dentro das moradias, destruindo o pouco que elas têm. No outro extremo está a seca que queima a plantação dos agricultores familiares, que não consegue financiamento para a construção de poços artesianos, ou para buscar tecnologia de proteção para o seu sustento.

Como pensar em paz, com fome? Qual a paz é gerada quando um pai e uma mãe acompanham seus filhos morrendo pela fome? A Bioética somando com a Teologia e as ODS podem abrir caminhos para a mudança. É preciso abrir nossa mente e coração para o cuidado fraterno, e assim chamar todos de irmãos e irmãs.

2 | CONVERGÊNCIA DA ÉTICA DA RESPONSABILIDADE E SANTIDADE NA BUSCA DA PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES: UMA ANÁLISE DA ODS 16²

Caro leitor, o pensador Hans Jonas concebe a responsabilidade como o princípio ético central para a vida humana em um mundo tecnologicamente avançado. Ele argumenta que a velocidade e a escala das transformações tecnológicas têm o potencial de causar danos irreparáveis ao meio ambiente e a todas as formas de vida, e que a responsabilidade é a única forma de garantir que nossas ações não causem danos desnecessários ao futuro.

Para Jonas, a responsabilidade é a obrigação de responder por nossas ações e suas consequências, especialmente quando se trata de tecnologias com implicações profundas e a longo prazo. Ele acredita que a responsabilidade é a chave para uma ética da vida, e que deve ser considerada ao avaliar as escolhas tecnológicas e as políticas públicas¹.

² Autores da sessão 2: Itamar Marques da Silva e Waldir Souza.



Além disso, Jonas argumenta que a responsabilidade não pode ser delegada a terceiros ou a futuras gerações, mas deve ser aceita e exercida pelos atores responsáveis no presente. Em resumo, a concepção de Jonas da responsabilidade como princípio ético destaca a importância de considerarmos as consequências de nossas ações e de agirmos de forma consciente e responsável em relação ao futuro.

Na “*Gaudete et exultate*” (Alegrai-vos e exultai), o Papa Francisco concebe a ideia de santidade como algo acessível a todos, independentemente de sua vocação ou estado na vida. Ele afirma que a santidade não é uma virtude reservada aos poucos, mas sim uma vocação comum a todos os batizados. O Papa Francisco argumenta que a santidade é encontrada na vida cotidiana, na realização das pequenas coisas com amor e dedicação.

Ele destaca a importância da caridade, da justiça e da paz como aspectos fundamentais da santidade e incentiva a busca pela perfeição moral e espiritual. Além disso, ele ressalta que a santidade requer humildade e renúncia a si mesmo, a fim de seguir Jesus Cristo de forma autêntica e fiel². Em suma, na “*Gaudete et exultate*”, o Papa Francisco concebe a santidade como uma jornada de transformação interior, onde se busca ser uma pessoa mais virtuosa, compassiva e dedicada à vida dos outros.



Estimado leitor, a pesquisa intitulada “*O Ser humano na perspectiva da responsabilidade*”³, destacou uma conexão entre as concepções de santidade de Papa Francisco e a ética da responsabilidade de Hans Jonas. Os autores concluíram que a santidade não está restrita a uma determinada denominação cristã, mas sim, implica em uma ética responsável que promove o bem. Portanto, é possível compreender a santidade em diferentes religiões, naqueles que agem de forma responsável para criar um mundo de “Paz, Justiça e Instituições eficazes”⁴.

O uso do termo responsabilidade já se encontra, de modo geral, entre os elementos que compõem as mais variáveis perspectivas de ética na sociedade. O lugar de protagonismo da responsabilidade enquanto um princípio em si mesmo não havia sido efetivamente discutido até o pensamento bioético de Hans Jonas. A proposta ética de Jonas, iluminada por provocações kantianas, propõe a máxima: “Age de tal forma que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida humana autêntica sobre a terra”¹. A ética da responsabilidade de Jonas sugere elementos de “Paz, Justiça e Instituições eficazes”, elementos que orientam o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 - ODS-16.

Entende-se que a máxima de Jonas está sintetizada no conceito de *ulteridade*, abordado por ele em sua obra. Do mesmo modo, verifica-se essa sintetização na ODS-16, pois, os elementos, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, sugerem uma solução imediata, e, também, em vista de rostos que ainda são desconhecidos, mas dependentes do presente para seu revelar-se ao mundo em anos, décadas, séculos e até milênios futuros.

A ética da responsabilidade e suas contribuições



O elemento paz perpassa pela ética da responsabilidade nas várias dimensões que afetam o cotidiano. Quando a responsabilidade é aplicada sobre uma nova tecnologia, então a paz será consequência desse princípio ético. Quando a responsabilidade não é

aplicada, as consequências de uma tecnologia podem servir para as mais variadas formas de violência. Nesse sentido, acredita-se que a ética de Jonas se aplica a meta 16.1 de modo que venha “Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares⁴”. Consequentemente, os desdobramentos das especificidades brasileiras são contemplados.

O elemento Justiça, disposto na meta pela garantia de justiça 16.3 e na meta pelo fim do crime organizado e fluxo de armas 16.4, são metas que caminham em *continuum* com o elemento paz, estando diretamente ligado à ética da responsabilidade, pois, garantem igualdade, equidade e paz na sociedade presente, além de proporcionarem a possibilidade da perpetuação da vida humana futura, os novos rostos que não de se revelar.

Por sua vez, o elemento Instituições eficazes estão contemplados nas esferas públicas, privadas, religiosas e filantrópicas, possuindo uma conexão com a ética de Jonas de modo coletivo. Quando a ODS 16 é lida a partir da ética de Jonas, fica evidente que os objetivos são alcançados na coletividade e na individualidade, de modo que a aplicação dessa ética perpassa pelas instituições e organismos que envolvem a construção de pensamentos: educação, mídia, redes sociais, religião, entre outras esferas sociais que exercem influência coletiva nas ações do ser humano.

Ainda que o termo responsabilidade tenha saído, especificamente no Brasil, da meta 16.6 por não expressar a totalidade de sentido³, o desenvolvimento de Instituições eficazes carrega implicitamente, e é antes de tudo, a responsabilidade pelo presente em vista do futuro. Portanto, as instituições que diretamente promovem, regulam e/ou fiscalizam a educação, mídia, redes sociais, religião, e outras esferas sociais, são, antes de tudo, responsáveis pelos dois elementos anteriores da ODS 16: a Paz e a Justiça.

A ética proposta por Jonas, está intimamente ligada com a promoção da Paz nas micro dimensões da sociedade, pois, além de estar no pano de fundo das esferas institucionais de formação de pensamento, a responsabilidade, enquanto ética, se estende individualmente na sociedade de modo que cada indivíduo seja corresponsável pelo presente e futuro.

A santidade e suas contribuições

A santidade, tal como expressa na *Gaudete et exsultate*, corrobora com o objetivo 16.1 da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ODS 16) por se tratar de uma postura ética que busca promover o bem para todos. A responsabilidade é um aspecto fundamental da santidade, e se concretiza no amor e na preocupação com o próximo.

³ A tradução da frase original é: “Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis”. No Brasil, a adequação feita pelo grupo interministerial do ODS 16 substituiu a ideia de responsabilidade por *accountability*, alegando um erro de português na tradução.

é uma força importante na leitura e a realização dos objetivos 16.3 e 16.4, pois promove valores e atitudes que contribuem para a construção de sociedades mais justas, pacíficas e seguras.

Essa visão de santidade pode ser vista como uma forma de fortalecer as instituições e torná-las mais eficazes, pois quando as pessoas estão motivadas pela busca da santidade, elas tendem a trabalhar juntas e colaborar de maneira mais efetiva. Isso pode contribuir para a construção de instituições mais fortes e mais capacitadas para enfrentar desafios e promover mudanças positivas na sociedade.



Além disso, a santidade também pode ser vista como uma forma de inspirar as pessoas a agirem de maneira responsável, o que é fundamental para o funcionamento de instituições eficazes. Quando as pessoas estão motivadas por valores morais e éticos elevados, elas tendem a tomar decisões mais justas e a trabalhar em conjunto para construir instituições mais fortes e mais eficazes.

Portanto, a santidade concebida pelo Papa Francisco em *Gaudete et exsultate* pode ser vista como uma forma de contribuir para o cumprimento da meta Instituições Eficazes da ODS 16, pois ajuda a inspirar as pessoas a trabalharem juntas e a tomar decisões responsáveis na construção de instituições mais fortes e mais capazes de promover a justiça e a paz.

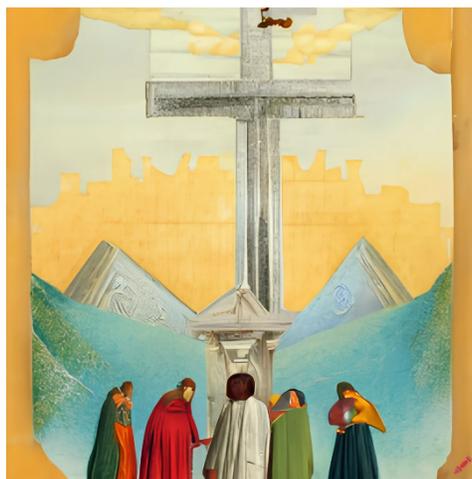
Santidade e responsabilidade em convergência

Em consonância com o pensamento de Hans Jonas, Papa Francisco lembra a igreja, enquanto instituição, bem como de modo individual aos cristãos, que é responsabilidade, assumir que, a exemplo do descrito no parágrafo vinte e cinco da exortação apostólica de Francisco, “a identificação com Cristo e os seus desígnios requer o compromisso de

construíres, com Ele, este Reino de amor, justiça e paz para todos”. Diante de tantos desafios que o planeta vive, a responsabilidade individual e coletiva na promoção e manutenção da paz é quase um clamor por socorro.

Francisco expressa que, a responsabilidade com a Paz não implica apenas no fim de conflitos, mas requer a existência de uma paz social, que, conseqüentemente, é oposta a qualquer forma de violência, seja de ordem econômica, sexo, gênero, etnia e outras estratificações. Ou seja, trata-se de uma Paz em relação com a justiça. Assim, o posicionamento do Papa Francisco em consonância com Hans Jonas, evidencia a igreja como uma instituição eficiente. Assim, cristãos ao perceberem sua função de santidade na sociedade, reconhecem que, a exemplo do parágrafo vinte e seis da mesma exortação, Francisco diz que: “Somos chamados a viver a contemplação mesmo no meio da ação, e santificamo-nos no exercício responsável e generoso da nossa missão”.

Ainda, levando em consideração essa proximidade entre Papa Francisco e Hans Jonas, a busca por uma santidade, é uma proposta que perpassa pela responsabilidade com a paz e, conseqüentemente, com a justiça. A práxis dessa proposta, além de corroborar com a ODS 16, quer preencher a ausência de paz, com a alegria e a recuperação relacional do ser humano com o próximo. Essa afetividade deve compreender o próximo em sua totalidade, isso inclui a casa comum, o planeta que cada vez mais sofre com os interesses individualistas de pessoas que vivem cegamente em suas prisões.



Assim sendo, a queda das fronteiras entre a Natureza e o Homem que também se transforma como objeto das técnicas contemporâneas (ex: manipulando a genética, controlando quimicamente o comportamento, entre outros), impulsiona a criação de leis pós-modernas para tentar controlar o ser humano sobre os fatos criados por ele próprio, como forma de garantir a ordem e a paz das gerações futuras. Segundo Hans Jonas,

“questões que nunca foram antes objeto de legislação ingressam no circuito das leis que a “cidade” global tem de formular, para que possa existir um mundo para as próximas gerações de homens¹.”

Ou seja, para que as metas da ODS 16 possam ser cumpridas em sua integralidade é necessário que as instituições de Direito criem meios de garantir que todo ser humano tenha direito à vida em todas as relações e em todos os lugares. Não interpretando a paz, apenas como ausência de conflitos, mas, principalmente prevenindo a não violência e estimulando a solidariedade e a tolerância como fonte de paz.

A ética da responsabilidade de Hans Jonas é uma abordagem ética que se concentra na responsabilidade individual e coletiva pelos efeitos futuros das nossas ações. Jonas argumenta que, como seres humanos, temos uma responsabilidade por garantir que as consequências de nossas ações sejam moralmente aceitáveis, especialmente em relação ao futuro da humanidade e ao meio ambiente.

Essa concepção possui convergência com a promoção da Paz, Justiça e Instituições Eficazes, meta da ODS-16, porque ambos, são preocupados com o bem-estar e a segurança futura da sociedade. A ética da responsabilidade de Jonas incentiva as pessoas a pensarem de maneira crítica sobre as consequências de suas ações e a agir de maneira a proteger o futuro. Por outro lado, a ODS-16 visa garantir que as instituições sejam eficazes e justas, e que a paz seja promovida e mantida, para garantir um futuro seguro e sustentável.

Ao seguir a ética da responsabilidade de Jonas e trabalhar em direção à realização das metas da ODS-16, as pessoas e instituições podem trabalhar juntas para criar uma sociedade mais justa, pacífica e sustentável para as gerações futuras.

O texto de Silva e Souza (2019), permite o entendimento dessas concepções para o cumprimento das metas da ODS-16 pois, eles também identificaram que a ética responsável tem uma dimensão escatológica, pois aqueles que atuam com o objetivo de preservar a autêntica vida humana estão de acordo com o ensinamento de Jesus sobre o Reino de Deus. Assim, todas as pessoas, independentemente de sua religião, estão dentro desse Reino se agirem de forma responsável e preocupadas com o futuro.

Ao contrário da ética platônica, que visava um futuro transcendente, a ética cristã é ao mesmo tempo transcendente e imanente, pois seu Reino é ético (Rm. 14)⁶ presente e eterno. Desta forma, a vida humana é vista de maneira totalitária, já que o ser humano é imagem e semelhança de Deus. Por ser portador da aliança com Deus, é dever do ser humano agir com amor para com o próximo, seguindo o Cristo, que sempre mostra compaixão por aqueles que sofrem. Nesse sentido, a teologia e a bioética andam juntas, sempre com um olhar de misericórdia para as situações de vulnerabilidade⁷.

A santidade, em sua essência, envolve uma reflexão profunda sobre a natureza e a vida como um todo. É nesse sentido que Papa Francisco, em sua encíclica “Laudato Si”, destaca a importância do cuidado com a casa comum, que não se restringe apenas ao meio ambiente físico, mas inclui todas as formas de vida e suas interações. Segundo o papa,

é necessário que se compreenda a relação intrínseca entre a vida humana e a natureza, reconhecendo que somos parte de um todo maior e que nossas ações têm impacto direto no equilíbrio e na sustentabilidade do planeta.

Essa visão está em consonância com a ética da responsabilidade defendida por Hans Jonas, que argumenta que a plenitude da vida humana depende do cuidado com a natureza e com as gerações futuras. A responsabilidade ética, nessa perspectiva, inclui a preservação da natureza e a preocupação com as consequências de nossas ações para o futuro. Os avanços tecnológicos, que têm trazido benefícios significativos para a humanidade, também trouxeram desafios e riscos para a sustentabilidade e para a sobrevivência das gerações futuras, o que exige uma reflexão crítica sobre nossas escolhas e decisões.

A convergência entre essas perspectivas e a ODS 16 é evidente, uma vez que a promoção da paz, da justiça e das instituições eficazes depende do reconhecimento da interdependência entre os seres humanos e da necessidade de uma responsabilidade coletiva pelo bem-estar de todos. Nesse sentido, a ética social que promove a justiça, a solidariedade e a fraternidade, a proteção dos direitos humanos e a preservação da natureza são fundamentais para o cumprimento das metas da ODS 16 e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Portanto, a reflexão sobre a natureza e a ética do cuidado são essenciais para a promoção da santidade e para a construção de um mundo mais justo e sustentável. A santidade não é um privilégio de alguns, mas um caminho aberto a todas as pessoas que desejam se comprometer com a justiça, a caridade e a humildade, valorizando a interdependência entre os seres humanos e a natureza e reconhecendo a responsabilidade coletiva pelo bem-estar de todos.

Conclusão

Ao ler este texto, é possível perceber que a santidade proposta pelo Papa Francisco em sua encíclica “Gaudete et exultate” e a ética da responsabilidade de Hans Jonas convergem de maneira significativa no cumprimento das metas da ODS 16. Ambas as abordagens enfatizam a importância de uma ética social que promova a justiça, a paz, a responsabilidade coletiva e a proteção dos direitos humanos.

O Papa Francisco define a santidade como uma vida comprometida com a justiça, a caridade e a humildade. Ele destaca que a santidade não é um estado reservado apenas a religiosos ou santos canonizados, mas algo acessível a todas as pessoas. O Papa ressalta a importância de viver uma vida plenamente humana, marcada por atitudes de solidariedade e fraternidade, como forma de construir uma sociedade mais justa e fraterna.

Por sua vez, a ética da responsabilidade de Hans Jonas enfatiza a necessidade de considerar as consequências a longo prazo de nossas ações e decisões. Jonas argumenta

que, como seres humanos dotados de liberdade e consciência, temos a responsabilidade de pensar nas gerações futuras e de proteger o meio ambiente. Ele defende que a ação humana deve ser orientada por uma ética de responsabilidade, que leva em conta as consequências não apenas para o presente, mas também para o futuro.

Ao se deparar com essas duas abordagens, é possível ver a convergência delas na ODS 16, que busca promover a paz, a justiça e as instituições eficazes. Ambas as abordagens sugerem que, para alcançar essas metas, precisamos ser responsáveis em nossas ações e comprometidos com o bem-estar coletivo. Valorizando a justiça, a fraternidade e a proteção dos direitos humanos, podemos construir uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

Dessa forma, a santidade proposta por Papa Francisco e a ética da responsabilidade de Hans Jonas se tornam elementos fundamentais para o cumprimento das metas da ODS 16 e para a construção de um mundo mais justo e fraterno. São duas abordagens que, apesar de suas diferenças teóricas, convergem em um mesmo objetivo: promover a dignidade humana e a proteção do planeta.

3 | A SOCIEDADE NA PERSPECTIVA DA FRATERNIDADE: (RE)PENSAR A PRODUÇÃO E O CONSUMO⁵

A sociedade contemporânea é sociedade de mudanças, seja nos conhecimentos e na ciência ou nas formas de viver e na cultura. Esse processo de recomposição de elementos e valores¹ é o que tradicionalmente se tem atribuído como principal característica da pós-modernidade. Mas é o avanço da técnica que, então, tem nos colocado diante de questões inusitadas que exigem a elaboração de novas respostas. Esta consciência é o que atravessa o surgimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também o que nos faz, em Teologia e Bioética, pensá-los como ferramentas de transformação. Quando falamos do ODS 16, “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” é da adaptação a esta realidade complexa que estamos tratando.

Há muito, cientistas e outras autoridades nos têm alertado sobre as questões planetárias, as mudanças climáticas, a exploração do planeta e como os ideais de produção capitalista têm sustentado as desigualdades sociais. Essa discussão é muito anterior aos ODS, mas ainda é pouco o que se tem feito em termos de soluções. Aqui, para pensar sobretudo a responsabilidade e a inclusão, falaremos um pouco a respeito desse modo de produção e consumo, alguns aspectos históricos para, então, propor, individual e comunitariamente, algumas mudanças conjunturais que possam, quiçá em um futuro próximo, transformar-se em mudanças estruturais e estruturantes.

⁵ Autores da sessão 3: Michel Eriton Quintas, Eva Gislane Barbosa, Itamar Marques da Silva e Waldir Souza.

Perspectiva histórica

Historicamente, foi entre os séculos XVII e XX, com a revolução industrial, a consolidação dos modos de produção capitalista e o advento do antropocentrismo à luz da razão que a técnica ganhou evidência e passou a influenciar definitivamente as formas de compreensão do mundo. De um lado, apurou-se o desenvolvimento das máquinas e se estabeleceu um paradigma antropológico de equivalências entre as engrenagens e o corpo humano – o funcionalismo/mecanicismo². De outro, a racionalidade que fez desenvolver a autonomia e complexificou este debate a nível teórico, transformando-o em objeto de investigação histórica³, também serviu como base para tendências racionalistas que culminaram em uma relação humano-natureza pautada pela dominação. Esse pensamento é o germen do paradigma filosófico moderno/colonial que impediu uma teleologia da natureza².

Nesse período, com o aumento da produção, aumentou também a exploração dos recursos do planeta. Hoje, são preocupantes as consequências desse modelo, que vem se intensificando quando não deveria. Aqui, o ODS 12 entra em questão: “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”. Isto porque se evidencia cada vez mais que a forma como temos utilizado os recursos da Terra é totalmente insustentável, colocando-nos diante do risco do desaparecimento das espécies num futuro não tão distante. Diante do risco iminente, é preciso perguntar-se pelo que produzimos e consumimos, sobretudo diante da lógica econômica vigente, esta que produz muito mais do que precisa e instiga o descarte constante para que os indivíduos não deixem de adquirir – e gerar a riqueza daqueles que detém os meios de produção.

Desta forma, estabelece-se a premissa de que a Terra está sob ataque, tanto na possibilidade das guerras nucleares e arsenais militares, nas complexidades do aquecimento global, quanto na escassez da água potável⁵. É por isso que um grupo de cientistas elaborou as chamadas *fronteiras planetárias*, elementos que regulam a estabilidade da Terra e que têm sido alterados (ultrapassados), colocando o equilíbrio em risco. São eles:

1. Mudanças climáticas;
2. Mudanças na integridade da biosfera (perda da biodiversidade e extinção de espécies);
3. Diminuição da camada de ozônio;
4. Acidificação dos oceanos;
5. Fluxos bioquímicos (ciclos de fósforo e nitrogênio);
6. Mudança no uso da terra (p. ex., desmatamento);
7. Uso desmedido de água-doce;
8. Concentração de aerossóis atmosféricos (partículas microscópicas na atmosfera)

que afetam o clima e os organismos vivos);

9. Introdução de novos elementos (p. ex., poluentes orgânicos, materiais radioativos, nanomateriais e microplásticos).

Nossa sobrevivência depende dessa manutenção, quatro das nove já foram ultrapassadas e, em muito, por causa de nossas formas de produzir e consumir que desencadearam a sobrecarga da Terra (*The Earth Overload*)⁵. Esta significa que o planeta não está em condições de continuar a existir se continuar a ser explorado dessa forma.

Esperança e cuidado

É também nesse sentido que Boff⁶ aborda as duas grandes visões do mundo e dos valores. A que mais temos visto é aquela que coloca o ser humano como mestre e dono do mundo, como o ápice da evolução, onde “todas as coisas estão à sua disposição para dominá-las e poder usá-las como bem lhe aprouver”. Em muito é nesta fonte que bebem os defensores da exploração irrestrita. No entanto, torna-se cada vez mais importante abandonar esse paradigma para compreender a humanidade como “um sub-capítulo do capítulo maior da vida”. Aqui, somos “dotados com uma singularidade, a de ter a capacidade reflexiva de sentir, pensar, amar e cuidar. [Mas] isso não nos dá o direito de julgarmo-nos donos dessa realidade que nos antecedeu e que criou as condições para que surgíssemos.”

Depois, tendo abandonado estas compreensões antropológicas dificultosas, importa voltar a atenção para seus reflexos sociais e econômicos. O capitalismo em sua configuração neoliberal tem ido além da colonização da terra. Suas táticas vorazes têm pensado em dominar também nossos afetos e desejos, fazendo-nos consumir (dos ideais e materiais) produzidos por ele. É preciso, então, esforço de contracorrente, ainda que mínimo, para que não sejamos libertos das escravidões das correntes e, de outro lado, presos por amarras subjetivas tão destrutivas quanto. Aqueles que não se resignam permanecem unidos porque

existe no “fundo da nossa alma” um desejo e esperança de um mundo mais humano que ainda nos toca por sofrimento alheio e que nos torna capazes de sentir indignação ética diante das injustiças do mundo que afetam não a mim e a nós, mas sim aos outros. É essa compaixão, esse sentir em nós a dor do outro/a, que nos leva a sairmos da resignação e da passividade e desejarmos que o mundo novo com que sonhamos se torne realidade. Quanto maior a compaixão, maior o desejo de mudança e maior a pressa e o sentimento de urgência⁷.

E quais ferramentas temos para deixarmos essa passividade? Uma delas é o cuidado, que pode ser natural-objetivo ou ético-consciente. O primeiro se trata das experiências já assinaladas como o cuidado-amoroso e o cuidado-preocupação, são nossas preocupações por tudo que é caro acerca de nossas próprias vidas. Ele obviamente é fundamental. Mas deve abrir-se ao segundo, em uma postura consciente e decidida feita atitude e projeto de

vida. É aqui que falamos de responsabilidade, do compromisso que diz respeito a todas as criaturas. Esta perspectiva é baseada também no conceito de *biofilia*, “amor e respeito a todas as formas de vida”⁷ ou como “uma necessidade inata de afiliar-se com outras formas de vida”⁸. Em outras palavras, trata-se da nossa interdependência. Esta que nos revela a necessidade de repensar nossas formas de existência no planeta. Com o modelo econômico que se impõe e faz-nos acreditar não haver alternativa, viver é sinônimo de adequar-se ao mercado. No entanto, como vimos, dissidir deste movimento é mais do que um ideal político, mas uma urgência ecológica.

Fé e fraternidade

No campo das religiões, outra ferramenta é a espiritualidade, sobretudo enquanto possibilidade de transsignificação das contingências humanas. Nesse sentido, talvez tenha sido a Teologia da Libertação o primeiro movimento a enfrentar a relação da ética com a economia² e frutificar o diálogo da política com a religião em favor dos mais necessitados. De fato, as reflexões dos teólogos latino-americanos há muito têm contribuído não só na denúncia das injustiças, mas também no fortalecimento dos processos de libertação, participação, protagonismo popular e responsabilidade comunitária.

Esta consciência cidadã, que depois enraizou-se na Teologia pública, é a percepção de que a comunidade de fé precisa participar da comunidade civil⁶ para transformá-la. Mais ainda, esta é também uma preocupação da ecoteologia¹⁰, ou seja, de perspectivas que visam a “inclusão de todos os seres vivos e não vivos como parte de uma criação na qual tudo se relaciona e se inclui”¹¹. Logo, essa inserção da Teologia, da espiritualidade ou mesmo da religião, não pode cair no egoísmo dos projetos excludentes. É preciso reconhecer as igualdades nas diferenças, respeitar as crenças, escutar, ensinar mutuamente e superar os conflitos na tentativa de aproximação pelos ideais de bem comum: caminhar para a fraternidade universal.

Bem comum, hoje, é a proteção da terra. Depois, retorno às origens e compromisso por sanar a dívida do colonialismo. É a valorização da sensibilidade e dos afetos que contornam o racionalismo. São a paz, as instituições responsáveis e formas coerentes de consumo. É a revisão da história que constrói, no presente, um futuro melhor. Ou que, pelo menos, deveria construir. A obra abaixo nos faz pensar, pois pela primeira vez “somos obrigados a tomar a história em nossas mãos e decidir se queremos prolongá-la sobre este planeta ou se a encerraremos dramaticamente”⁵

Responsabilidade e consumo consciente

Nesse sentido, tendo estabelecido a crítica ao modo de produção, importa também pensar sobre o consumo consciente em vistas de se tornar responsável e cuidador. Mas de que estamos falando? Nos outros volumes de nosso *O caminho do diálogo*, por exemplo,

alguns colegas já percorreram algumas trilhas a esse respeito. No volume 2, destacam-se os capítulos 13, 14 e 15, que exploram temas como: a pegada ecológica; a inexistência do descarte de lixo do ponto de vista planetário⁸; o florescer da consciência ecológica; a sustentabilidade como princípio ético; os grandes eventos para a causa ambiental, como a Conferência Rio+20¹²; a quantidade de resíduos produzidos pelos seres humanos; a questão do consumismo, o descarte correto; os 3R's, reduzir, reutilizar e reciclar; e o desperdício de alimentos¹³.

Todas estas são questões/ações fundamentais que, depois, abrem-se a outras perspectivas comunitárias. Que tal inserir alguns destes temas e proposições às nossas reuniões de prédio? Nos eventos de nossas igrejas? Como campanhas em nossos espaços de trabalho e estudo? As transformações individuais possuem um espaço crucial nesse processo, mas com várias mãos podemos chegar mais longe. Nesse sentido, também é importante olhar com atenção para nossas secretarias municipais e estaduais de meio ambiente, informar-se sobre como tem trabalhado o mesmo ministério, em âmbito federal, além de cobrar, fiscalizar e escolher nossos representantes políticos a partir do nível de comprometimento socioambiental dos mesmos.

Escaneando o código abaixo, com a câmera do seu celular, você pode conferir os conteúdos produzidos pelo programa *EcoSenado*, do Senado Federal:



E com esse, você pode assistir o documentário/curta-metragem *Ilha das flores*, que já em 1989 retratou alguns dos problemas que hoje crescem com assoladora rapidez no nosso país:



Em direção da fraternidade universal

Nesse cenário pessimista, vemos a fraternidade um tanto quanto utópica. No entanto, é preciso agarrar-se à esperança, esta que se mostra à prova de frustrações porque não é passiva, mas coloca-se no caminho da construção e transformação: é possível. Depois, as premissas para a construção ou universalização deste impulso fraternal são sempre concretas e numerosas. O primeiro passo, de recusa da ordem estabelecida, já evidenciamos necessária. Depois, com o Papa Francisco, voltamo-nos ao que há de mais humano nos humanos. Em outras palavras, damos guarida também às razões do coração, ao amor, amizade, fraternidade, cooperação e cuidado⁵.

Abandonamos a posição de *dominus* (senhor), para abraçar a de *frater* (irmão), em relação ao planeta, mas também no relacionamento com as demais formas de vida. Assim, construímos cenários mais amorosos, de cuidado, respeito e sensibilidade. Com humildade, recordamos o *humus* do qual viemos, nossa origem radical: somos irmãs e irmãos. Deste modo, nos colocamos em uma via de possibilidade, ainda que cercada pelas durezas da vida humana. É chegado o momento de concretizá-la como nosso *sonho maior*, sonho-aposta de um mundo pleno, através do qual nos salvaremos “do vale da morte” e chegaremos “à campina verdejante” seguros da promessa do Bom Pastor: “nada temas; eu estou contigo” (Sl 23)⁵.

4 | RELATO OFICINA DELIBERATIVA

Bioética e fraternidade: o desafio socioambiental e a cultura do cuidado para uma cidadania planetária⁶

Quando é mencionado a existência de uma crise planetária temos de ter em mente que esta crise abala toda a vida existente em nosso planeta, trazendo sofrimento e morte, principalmente às pessoas mais vulneráveis. O total desrespeito com a natureza e a ganância do capitalismo vem estimulando problemas climáticos cada vez mais agressivos e irreversíveis, que a cada ano vem favorecendo o avanço do colapso terrestre.

Um exemplo dessa forma agressiva e mortal é a crise hídrica que apresenta seus ciclos cada vez mais severos, transformando paisagens verdes em total deserto, levando para alguns biomas a impossibilidade de sua regeneração.

A crise hídrica move-se destruindo biomas levando à extinção espécies de plantas e animais desconhecidas pela ciência, traz também ao ser humano problemas de saúde mental e física, e em muitos casos, obriga pessoas a fazerem deslocamentos forçados, levando as enfrentar o desconhecido, de viver em uma nova terra. “A mudança do clima já causa prejuízos à saúde, alimentação, economia e infraestrutura das cidades. Os impactos

⁶ Autores da sessão 4: Eva Gislane Barbosa, Waldir Souza, Michel Eriton Quintas, Itamar Marques da Silva, Vera Lucia Wunsch, Anlise Wenningkamp Biesdorf, Carlos Eduardo Scheopping Santos e Otoniel Wallysson Batista de Lima Pequeno.

são observados em todas as regiões do planeta, que está em média 1,1°C mais quente que a era pré-industrial.” A ONU coloca que a crise climática traz desnutrição e deslocamentos forçados: “As mudanças climáticas estão contribuindo para crises humanitárias onde os riscos climáticos interagem com alta vulnerabilidade”⁷



Tendo como premissa a ODS 16 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) no contexto da crise hídrica, o grupo de estudantes pesquisadores da PUCPR organiza um evento para debater, pensar e promover uma reflexão de como ter sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, pontuando as diversas responsabilidades e vulnerabilidade dessa crise.

Que tal uma conversar sobre a responsabilidade e o cuidado com toda a vida em nosso planeta?

Nessa preocupação em levar para a sociedade uma discussão de seus direitos e deveres, como cidadão ou cidadã planetária, foi iniciado o projeto de uma oficina com o tema: O desafio socioambiental e a cultura do cuidado para uma cidadania planetária. E assim iniciamos a organização da oficina. Vamos acompanhar o processo?

Depois da escolha do tema, precisava ser pensado a data e horário para que a oficina começasse a criar sua estrutura. Enfim, a escolha da data acontece como uma atividade pré congresso de bioética na PUCPR. Ou seja: Iv Congresso Internacional Ibero-Americano De Bioética e X Congresso De Humanização E Bioética. que tem como tema: Em um mundo de fragilidades, guerras e pandemias: nova cidadania, novas políticas e saúde planetária.

E assim, o grupo aprovou a data do dia 03 de novembro às 15h. Depois da acolhida dessas primeiras informações, precisava iniciar o processo de convite para o facilitador do tema e para a sociedade. Sendo assim, o nome do facilitador surge diante do grupo de

⁷ <https://amazonasatual.com.br/crise-climatica-eleva-migracao-forcada-desnutricao-e-doencas-diz-onu/>

jovens que estão promovendo um novo olhar sobre a economia no mundo. A Proposta do Papa Francisco para a juventude católica de pensar uma economia que seja inclusiva e humana traz um movimento no Brasil chamado ABEFC. O papel da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC) consiste em iniciativas que se baseiam nos princípios fundamentais para uma nova Economia⁸ que “traz vida, não morte, que é inclusiva e não exclusiva, humana e não desumanizadora, que cuida do meio ambiente e não o despoja” de acordo com o chamado do Papa Francisco.

O nome diante dessa proposta de oficina é: **Douglas Felipe Gonçalves de Almeida**, integrante atuante da **ABEFC**, que recentemente participou do encontro com o Papa Francisco para conversar sobre a Economia de Francisco e Clara. Veja como ficou o convite para a participação da sociedade:



Online e Grátis

CONVITE ESPECIAL

FAÇA SUA INSCRIÇÃO AQUI



Oficina: O desafio socioambiental e a cultura do cuidado para uma cidadania planetária

03 de Novembro 2022
15h às 17h

Local: Plataforma Zoom
ID da reunião: 810 3382 6444
Senha de acesso: 364128

CONVIDADO:
DOUGLAS FELIPE GONÇALVES DE ALMEIDA

Venha participar e vamos conversar sobre:

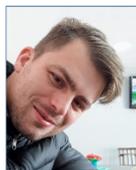
Cidadania Planetária: faça parte desse contexto? Diante da cultura do descarte, qual a resposta para um cuidado atento e amoroso com todos os seres vivos do planeta?

Essa oficina é atividade pré congresso: IV CONGRESSO INTERNACIONAL IBERO-AMERICANO DE BIOTÉTICA e X CONGRESSO DE HUMANIZAÇÃO E BIOTÉTICA - Em um mundo de fragilidades, guerras e pandemias: nova cidadania, novas políticas e saúde planetária.



8 <http://economiadefranciscoeclara.com.br/jovens-latino-americanos-sao-recebidos-pela-cal-em-roma/>

APRESENTANDO A EQUIPE DE TRABALHO



Professor
Waldir Souza

- Moderador: – Eva Gislane Barbosa – Doutoranda
- Interlocutor I: - Itamar Marques da Silva – Mestrando
- Monitor I: Carlos Eduardo Scheopping Santos – Graduanda

Demais integrantes da Equipe de Trabalho:
Vera Lucia Wunsch - Doutoranda
Michel Eriton Quintas - Mestrando
Anelise Wenningkamp Biesdorf - Graduanda
Otoniel Wallysson Batista de Lima Pequeno - Graduando



Organizamos as tarefas para cada um da equipe realizar... Ufa! Vamos para a oficina...

O dia da oficina: convite para mudança de mentalidade.

A equipe estava animada, cada um com sua tarefa para atuar, o número de participantes no dia da oficina era de 18 pessoas. O momento iniciou pontualmente às 15h. A pergunta norteadora para o facilitador Douglas desenvolver o tema era: Como exercer a cidadania planetária? O que é ser um cidadão ou cidadã no contexto da cultura do cuidado? Qual o mundo que quero promover/cuidar para as gerações futuras?

Assim como também o Papa Francisco traz na Laudato Si a questão que: “Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (LS 139).

Douglas inicia sua fala com a apresentação do que seria a Economia de Francisco e Clara e como a mudança de mentalidade da economia que temos hoje, para a proposta do Papa Francisco pode salvar vidas e o planeta. Ao observar o mapa mental elaborado no dia, percebemos que o caminho para a sobrevivência planetária é a quebra de um sistema econômico de morte, que produz um consumo desenfreado e estéril.



Percepção dos participantes

A devolutiva dos participantes na oficina foi o comprometimento de uma vida mais integrada com a natureza e a humanidade, colaborar e promover uma forma de desfrutar os bens do planeta de uma forma mais responsável e fraterna, pois não foi por acaso, que São Francisco de Assis nos ensinou a chamar a todos os seres vivos de irmãos e irmãs. Ao lembrar que toda ação amorosa para com o mundo, mesmo que pequena, sempre trará a possibilidade de dias melhores. Houve espaço de debate e reflexão sobre a integração da vida humana com o cosmos, sobre a centralidade da ternura em nossas relações. Ação, sensibilidade e razão integram uma nova cultura: a da sustentabilidade.

É interessante notar como as preocupações relativas à oficina transitaram entre as esferas pública e privada. Com diferentes acentos, os participantes foram capazes de se interpelar por uma mudança ao mesmo tempo pessoal e coletiva. Ficaram evidentes diferentes necessidades. Da oração e prática do amor, bases também de uma ética religiosa, às mudanças estruturais como a transformação da sociedade em vias de garantir os direitos humanos outrora positivados. Desse modo, enfatizou-se também a importância de educar para uma nova configuração social que, contornando as formas de exploração do sistema econômico vigente, abre espaço para o cuidado, para a fraternidade e para uma ética capaz de sensibilidade. Impõe-se, por fim, uma tarefa: comecemos agora a mudança para um mundo de todos, para todos e com todos.

CAPÍTULO 6

Bioética e cidadania



Valquiria Elita Renk
Alberto Paulo Neto

Em 1948, com a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Educação, a Justiça, a Paz, a igualdade, a não-discriminação e outros referenciais éticos-jurídicos passaram a ser considerados como Direitos Humanos. No entanto, passados mais de 70 anos, esses direitos ainda não estão garantidos em escala planetária. A cada dia são registrados inúmeros casos de violência e discriminação contra as mulheres, nem todas as pessoas ainda têm acesso à educação de qualidade, existem muitos conflitos e guerras no mundo que provocam mortes, violências, migrações forçadas e outros crimes, assim como, a justiça ainda não é acessível a todas as pessoas. Essas situações mostram que ainda falta muito para a sociedade ser justa e democrática.

Considerando que há necessidade de garantir uma vida saudável e justa para esta e as futuras gerações, em 2015 a Organização das Nações Unidas, estabeleceu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nos aspectos sociais e ambientais, a serem alcançados até o ano de 2030. Este é mais um pacto assinado pelos países que fazem parte da ONU e se comprometeram com um planeta mais sustentável, a eliminação da extrema pobreza, a busca de igualdade social, de justiça entre outros. Neste capítulo, vamos trazer algumas discussões relacionadas aos seguintes ODS:

ODS 4 – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

ODS 5 – Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Durante a pandemia de Covid-19, com o isolamento social, aumentaram os casos de feminicídio e de violência doméstica contra as meninas e mulheres, no Brasil e no mundo. Houve muitos casos de jovens e crianças que foram excluídos do processo educacional, por não terem acesso à rede de internet, não terem um telefone celular ou computador para acessar as aulas e outros tiveram dificuldade em ter acesso ao material escolar e às aulas. Como consequência muitos desistiram de estudar, foram registradas perdas de conteúdos e a saúde mental dos docentes e estudantes também foi afetada. O acesso à justiça também ficou comprometido com as restrições sociais.

Mas, você deve estar se perguntando, por que no século XXI, isto ocorre, se os países quando assinam os documentos da ONU, se comprometem a garantir os direitos humanos através de políticas públicas? Cada governo implementa estes documentos de acordo com suas necessidades. Mas, no Brasil, a Constituição Federal também garante os direitos constantes na Declaração Universal do Direitos Humanos, através de políticas públicas educacionais, políticas de igualdade de acesso ao trabalho, à escola, à cidade, à justiça, lazer e à vida.

Nas próximas sessões iremos analisar algumas políticas públicas que podem mitigar

os graves casos de violência, exclusão e discriminação escolar e social. Com referência ao ODS 4, mencionamos como a Lei Brasileira da Inclusão, e seu propósito de que a sociedade deva retirar todos os obstáculos (urbanísticos, arquitetônicos, comportamentais e sociais) e incluir todas as pessoas em todos os ambientes. Com relação ao ODS 5, discutimos algumas políticas públicas brasileiras, como a criação de mecanismos de prevenção, de atendimento e atenção às mulheres, procurando eliminar a violência e as discriminações. Com relação ao ODS 16 analisaremos as formas de acesso à justiça, a relação entre a construção da sociedade justa e a paz social.

Portanto, quando pensamos e discutimos sobre democracia e cidadania, precisamos pensar que na sociedade as pessoas são sujeitos de direitos civis, políticos e sociais. A sociedade e o governo precisam criar condições para que as pessoas possam viver em liberdade, com justiça e em condições de igualdade.

1 | ODS 4, O ACESSO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE QUALIDADE, COMO ESTAMOS?¹

Uma sociedade democrática é aquela que inclui todas as pessoas no trabalho, na escola, no lazer, na vida social e política. Mas, ainda existem muitas pessoas que são excluídas da vida social e da escola e por isso existem as políticas inclusivas. A educação é um direito assegurado na Constituição Federal que a Educação é um direito social de toda pessoa, nesse sentido a escola deve estar atenta ao que acontece na sociedade e atendê-la em suas diferenças culturais, sociais, étnicas através seus currículos, projetos e práticas².

Neste capítulo, vamos dialogar mais especificamente sobre as políticas educacionais inclusivas e suas relações com os Objetivos de Desenvolvimento sustentável - ODS, o ODS4 – Educação de qualidade. Você já ouviu falar sobre educação inclusiva? Será que ela é específica apenas para as pessoas com deficiência?

Começando a entender.... A educação inclusiva é aquela que tem por objetivo garantir o direito de todas as pessoas à educação. Constituição Federal garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família”². A educação inclusiva é mais abrangente que incluir na escola as pessoas com deficiência, mas, contempla as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas e de gênero dos seres humanos. Em muitas situações há a necessidade de políticas públicas específicas, políticas equitativas para garantir a inclusão e o direito à igualdade e o direito à diferença, como as políticas afirmativas.

Você sabia que no Brasil há 17,2 milhões de pessoas com deficiência? Isso corresponde a 8,4% da população. Em 2020, no Brasil havia 1,3 milhão de crianças e jovens com deficiência na Educação Básica, segundo o Censo Escolar⁴. Desses, 13,5% estavam em salas ou escolas exclusivas, e 86,5% estudavam nas mesmas turmas dos

1 Autores da sessão 1: Ana Lúcia Munhoz de Oliveira, Andrea Claudia Volpato, Beatriz Nunes, Alex Luis Genari, Willian Gabriel de Melo Oliveira dos Santos e Valquíria Elita Renk.

demais alunos.

Mas, o que é uma pessoa com deficiência? Segundo a Lei n.13.146/2015 (Lei Brasileira da Inclusão -LBI, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência), são as pessoas com “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”³.

Ao longo da história, são registradas muitas formas de discriminação e exclusão da vida social das PcD. Mas, nas últimas décadas, as pessoas com deficiência, conseguiram reconhecimento de sua garantia de direitos, através de ações e políticas públicas. Foi uma trajetória de conquistas da cidadania, de garantia dos Direitos Humanos, do respeito à diversidade e inclusão social e escolar. Mas, isto deve-se a organização, luta e participação das famílias, da sociedade, dos movimentos sociais, das associações e de todas as pessoas e/ou instituições envolvidas com o tema. Uma das conquistas foi a aprovação da Lei n.13.146/2015, que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”².

Esta lei está ancorada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, da ONU, de 2006, que é um marco internacional no reconhecimento dos direitos das PcD. Ressalta-se que a mesma Lei afirma que as PcD têm “direito à igualdade de oportunidades”². A educação é um direito humano assegurado a todas as pessoas. As pessoas com deficiência, tem garantido o direito educacional inclusivo “em todos os níveis de ensino, ao longo da vida (...)” e é dever do Estado, da família, da sociedade e da comunidade escolar assegurar este direito, assim como assegurar a não discriminação, não violência e negligência. Esta lei é importante pois ela considera que a sociedade deve eliminar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, nos transportes, nas comunicações, na tecnologia, na comunicação e atitudinais, para que as PcD tenham mais autonomia para gerir a sua vida. O direito à educação é objeto dos artigos 27 a 30, que estabelece que o poder público deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema inclusivo em todos os níveis de ensino ao longo da vida, que garantam o ingresso e permanência no sistema educacional. Neste processo estão incluídas a necessidade práticas pedagógicas, da oferta do ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais), de Braille, de adequação do espaço, de tecnologia assistiva, de formação da equipe pedagógica e de inclusão em todas as atividades de lazer, recreativas e esportivas. Mas, apesar na prática cotidiana que as intenções não se confirmam na íntegra.

Portanto, o papel da escola é muito mais que ensinar conteúdos, é criar condições de convivência, de diálogo, de troca de experiências, de convivências de experiências, de habilidades, contextos e capacidades. A educação inclusiva é um caminho para isso.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados em escala mundial, até 2030. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), seguem as dimensões: social, ambiental, econômica e institucional, por causa da extrema necessidade de defender um caminho sustentável e transformador frente a degradação ambiental, aos avanços tecnológicos, a violação dos Direitos Humanos, as violências de todas as formas e principalmente pelo reconhecimento de que a erradicação da pobreza, em todas as suas dimensões, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável.

São 17 objetivos e 169 metas globais interconectadas, a serem atingidos até 2030. A **ODS 4 – Educação de qualidade**: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, a ser discutida neste capítulo, nos mostra que o direito à educação é um direito de todas as pessoas. A educação é um elemento chave para romper o ciclo da pobreza, é um instrumento de empoderamento e emancipação, onde a visão holística do mundo acontece.

Vamos conhecer mais sobre a ODS 4: educação de qualidade

Você conhece o ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) 4? Antes de responder, saiba que O Brasil se comprometeu a cumprir os ODS e suas metas, estabelecidas pela ONU. O ODS 4, é: “Educação e qualidade- assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”².

Este ODS almeja que todas as pessoas tenham a garantia do acesso ao sistema educacional, que a educação rompa com o ciclo da pobreza, traga mais autonomia para suas vidas e possam viver em uma sociedade mais democrática. Assim, é urgente que a sociedade elimine todas as formas de discriminação e as desigualdades de gênero e raça na educação. Também é preciso incluir todas as pessoas no sistema escolar, garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, como as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou e privação de liberdade.

Mas, o que é necessário para uma escola ser inclusiva? Para que a educação seja inclusiva, é necessário que as escolas tenham infraestrutura física e pedagógica adequadas às necessidades de todos os estudantes, garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos. Assim, entende-se que é obrigação da sociedade criar condições para que as pessoas com deficiência tenham acesso, permanência e desenvolvam suas capacidades na escola. É preciso eliminar as barreiras físicas, comportamentais, urbanísticas, de tecnologia e de comunicação para haver a inclusão de todos na educação.

No caso brasileiro, quase todas as metas dos ODS 4 foram previstas por ações de governo que estão em curso nos âmbitos federal, estadual e municipal. O principal instrumento de apoio ao ODS 4 é o Plano Nacional de Educação (PNE), de caráter decenal por força constitucional, estando em vigência desde 2014, em sua versão mais atual. O PNE representa o principal instrumento para estabelecer diretrizes às políticas públicas educacionais brasileiras. Assim, além das políticas públicas, a sociedade precisa incluir para garantir uma vida de qualidade.

Educação inclusiva na educação básica

Como informamos no início do capítulo, a educação inclusiva busca atender a todas as pessoas. Mas, abordaremos melhor, aqui sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiência.

A educação inclusiva é um movimento mundial para assegurar o direito de os estudantes aprenderem juntos, sem qualquer discriminação. “A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, [...] dentro e fora da escola. Educação inclusiva, não é apenas realizar a matrícula de estudantes, é proporcionar “o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento”³.

A LBI, no Capítulo IV – Do Direito à Educação, assegura este direito em consonância com a ODS 4, em todos os níveis de ensino e aprendizado ao longo de toda a vida. Busca alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem³. A Educação Inclusiva, abrange também as Pessoas com Deficiência (PcD), que são os estudantes com deficiência (visual, auditiva, física e intelectual), com transtorno global de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação. O que é importante e deve-se ressaltar é que essa política de Educação Inclusiva deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino e de forma complementar e/ou suplementar⁴. O termo “preferencialmente” não diz respeito à educação regular e, sim, ao atendimento educacional especializado⁴.

Portanto, deve estar orientada nos princípios a dignidade humana, a busca de identidade e o exercício da cidadania. Neste sentido, a Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013, estabelece o atendimento educacional especializado gratuito a educandos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino³.

E na sua escola, na sua cidade, na sua comunidade, já existem ações inclusivas? Nós também fazemos a diferença e podemos contribuir na construção de uma sociedade

mais justa e inclusiva. A Educação Inclusiva (EI) exige mudanças culturais na sociedade na construção de uma cultura dos direitos humanos, rumo à compreensão e aceitação da diversidade humana, onde o projeto maior é uma sociedade acolhedora, consciente e respeitadora de diferentes. Deve garantir e defender a inclusão incondicional. Isso porque numa sociedade democrática que preze por uma educação de qualidade, é necessária a pluralidade de expressão e de valores.

Mas, o que é importante para que a escola promova a inclusão? É importante que as escolas tenham salas de aula com classes heterogêneas, onde os estudantes possam conviver e aprender com as diferenças, com diferentes experiências, que respeitem as potencialidades individuais, que tenham propostas pedagógicas que atendam as especificidades de cada estudante contribuam na construção de sua dignidade.

Para Mantoan “as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”³. A EI – Educação Inclusiva se configura na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. A prática pedagógica coletiva, multifacetada, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, na formação humana dos(as) professores(as) e nas relações família-escola, afirmam Volpato; Chemim (2022).

Inserção dos alunos PCDS nas políticas públicas em tempos de pandemia

Em 2020, ante o contexto da pandemia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou iniciativas para conter o avanço da doença causada pelo novo Coronavírus. Uma dessas iniciativas se referiam ao fechamento das instituições escolares, fazendo com que as escolas se adequassem ao formato de ensino remoto para todos os estudantes, no qual incluiu também aqueles com deficiência, declarados como grupo de risco.

A pandemia escancarou as desigualdades sociais da sociedade brasileira, mostrando que o acesso à tecnologia ou material escolar não foram iguais a todos os estudantes. Verificou-se a falta de equipamentos e de acesso à internet, o despreparo de gestores e docentes para a produção e disseminação de conteúdos escolares de modo virtual, mas, mesmo com dificuldades, as instituições, os docentes, estudantes e suas famílias realizaram esforços para manter os vínculos e para a realização de atividades escolares visando as aprendizagens. Os números sobre a vulnerabilidade dos estudantes foram apresentados em Relatório da UNICEF, realizado no final do ano letivo de 2020. Constatou-se que, de um total de 36,9 milhões de estudantes que estavam matriculados, 5.075.294 (13% do total), nas faixas etárias de 6 a 17 anos (o que corresponde a Educação Básica), relataram que estavam fora da escola ou não haviam recebido material/atividades escolares (Unicef,

2021b). Somado a isso, 1,38 milhão de estudantes com idades entre 6 e 17 anos, tinham abandonado as escolas. Com relação aos aspectos étnico raciais, os excluídos do sistema escolar em 2020, são: os escolares indígenas 34%, 18,5% pretos (as), 17,7% pardos(as), 8,5% brancos, 7,3% amarelos 7,3%, e 8,2% não declaram cor/etnia. Portanto, a maioria dos estudantes que estão fora da escola são os indígenas, pretos e pardos que totalizam 70% (Unicef 2021). Foi possível dimensionar as perdas de conhecimentos/conteúdos escolares. Como exemplo, vamos citar, que, em 2022, foram publicados os dados do IDEB (Índice de Desenvolvimentos da Educação Básica) que mostram as perdas objetivas, mensuráveis de conteúdo. Na disciplina de língua portuguesa, no segundo ano da Educação Básica, houve uma queda nas notas de 2019 e 2021, mostrando que o percentual de crianças que não sabem ler ou escrever (mesmo que palavras isoladas) passa dos 15%, (este dado mostra uma queda de 24% ao período anterior à pandemia). Em matemática, 2 em cada 10 estudantes não sabe, somar ou subtrair. quatro em cada dez crianças que fizeram a prova não conseguem ler nenhuma palavra³. Portanto, os números mostram que as desigualdades sociais se reproduzem no ambiente escolar, impactando em prejuízos na aprendizagem para os mais marginalizados ou vulneráveis de maneira desproporcional

Os estudantes com deficiências, diante das limitações e necessidades educativas específicas, tornaram-se mais vulneráveis, apesar de amparados pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, e dos ODS, teriam continuidade aos direitos a eles garantidos, tanto no acesso quanto na qualidade e equidade. Para Cury et. Al⁵: “A pandemia desabou o nosso cotidiano rotineiro e escancarou a desigualdade existente na sociedade, e, por consequência, do sistema educacional. Mas, não podemos esquecer que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

Segundo o IPEA, não há, até o momento 2022, indicadores oficiais para acompanhar a meta 4.5. O relatório de adequação das metas dos ODS diz que a identificação dos indicadores nacionais para a meta 4.5 deverá ser feita posteriormente, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPEA e os demais órgãos produtores de informações.

Para além de ensinar conteúdos, a escola é um espaço de convivência entre os estudantes, possibilitar o desenvolvimento da capacidade de se relacionar com o outro, com o diferente, de manifestar empatia, alteridade e compaixão, que são fundamentais no processo de aprendizagem. É da essência da bioética o desenvolvimento do senso de humanidade, a promoção do diálogo, o respeito e a convivência. Portanto, a bioética está em sintonia com os ODS e com os ideais da educação que buscam promover a interação e a tolerância entre os diferentes. A busca da promoção do diálogo, o respeito a diversidade e a necessidade de assegurar a dignidade a todos os seres humanos propostas pela bioética como parte do processo educativo, está em sintonia com a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), a *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*

(2005).

Para fecharmos o capítulo, trazemos a reflexão de Nussbaum³, em que analisa que uma sociedade é justa quando proporciona que todos os seus cidadãos tenham acesso e possam exercer as capacidades elencadas, a fim de possuir minimamente o direito a dignidade humana.

Considerações finais

O respeito a pessoa humana está diretamente associado à dignidade, virtude que fundamenta o reconhecimento de qualquer direito humano. No caso da criança em fase escolar, ao respeitá-la se reconhece sua condição humana, dotada de todos os direitos que lhe asseguram a vida, a dignidade e a felicidade.

Ainda há um longo caminho a ser trilhado para a educação inclusiva, como a incorporação da cultura da diversidade em sala de aula e na sociedade. A Educação para todas as pessoas do país pede, portanto, esforços para “assegurar educação de qualidade”, inclusiva e não discriminatória. Ou seja, cabe refletir se as normativas nacionais e internacionais afins, se estão sendo garantidas na busca por promover o acesso amplo, e indiscriminado das PcD à Educação no Brasil para que o ODS 4 seja realidade em 2030.

O Estado, a família, a comunidade escolar e a sociedade têm o dever de assegurar educação de qualidade à PcD. A escola deve ser um lugar de proteção, de inclusão, de não violência e não discriminação. O Estado deve assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, um sistema educacional inclusivo, como também o aprimoramento dos sistemas educacionais, garantindo o acesso, permanência e participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e recursos que eliminem as barreiras e promovam a inclusão escolar plena.

Este capítulo reitera a importância da reorganização dos sistemas de ensino, a fim de viabilizar o atendimento de todos os estudantes, de acordo com as suas necessidades e especificidades. A educação, como elemento essencial na formação do ser humano, deve reconhecer e valorizar a diversidade de estudantes na escola como fator de enriquecimento do processo educacional.

Espera-se que o Estado em suas diversas atribuições e competências, através de políticas públicas, viabilize o cumprimento das normativas, da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, de forma a fortalecer ainda mais a proteção aos interesses dos vulneráveis. A DUBDH, confia na capacidade única dos seres humanos de refletir sobre sua existência e o seu meio ambiente, de identificar as injustiças, evitar o perigo, assumir responsabilidades e procurar cooperação, espera que o ser humano expresse sua moralidade³.

Neste sentido, pode-se, o papel da escola no pós-pandemia vai muito além de recuperar os conteúdos cognitivos, pois ela tem o dever de resgatar os valores, de modo

com que cada estudante seja capaz de compreender-se como um cidadão que constrói os valores da coletividade.

2 | ODS 5: A LUTA POR IGUALDADE DE GÊNERO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DAS MULHERES²

Neste capítulo, pretende-se discutir a desigualdade de trabalho feminino, durante a pandemia Covid-19. Para uma sociedade ser mais democrática ninguém pode ser discriminado. Durante a pandemia de Covid-19, nos anos de 2020-2022, com o isolamento social e o trabalho online, as vulnerabilidades das mulheres ficaram mais visíveis com a sobrecarga de trabalho, com o aumento da violência doméstica, na assimetria pela responsabilidade com os cuidados dos familiares, entre outros. Ante isso, registra-se que a sociedade não é democrática e ainda discrimina as mulheres

Mas, discriminação contra as mulheres ocorre no Brasil desde os tempos coloniais. Mas, por que será que isto ainda ocorre? Por muitos séculos, a vida delas foi naturalizada como mais restrita ao espaço doméstico e os homens assumiram funções políticas e trabalhos em espaços públicos, pois o patriarcado foi empregado como um sistema político, que ancorava esta divisão social de trabalho⁴. A dominação masculina “naturalizou” e endossou as relações de autoridade, a ponto de infundir em toda sociedade uma internalização de subordinação. Assim, parecia ser ‘natural’ que as mulheres fossem subordinadas aos homens.

Agora, vamos conhecer um pouco como foi a luta das mulheres em busca de seus direitos. O conceito gênero foi adotado na década de 1970, quando as discussões sobre a invisibilidade das mulheres nas pesquisas científicas começaram a ganhar notoriedade, representando a expressão cultural da diferença sexual. A compreensão sobre o conceito de gênero ocorre como resposta aos movimentos sociais e feministas que se iniciaram a partir da década de 1960. Até os anos de 1950, o gênero feminino, em sua maioria, ocupava posições secundárias, sendo vistas apenas como coadjuvantes dos homens⁵. Os Movimentos Feministas, que se intensificaram nos anos de 1970, tinham o intuito de discutir os papéis sociais atribuídos às mulheres. Foram revoluções sociais marcantes, que garantiram às mulheres o direito ao voto, ao divórcio e muitos outros. Desde então inúmeros momentos históricos emergiram para que as mulheres pudessem se afirmar como cidadãs de força e capacidade⁴.

Na década de 1970 as lutas contra a discriminação feminina ganharam ainda mais notoriedade em escala internacional com a primeira Conferência Mundial da Mulher e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Assim, criou-se um compromisso internacional de buscar a igualdade e eliminar a discriminação contra as mulheres.

² Autores da sessão 2: Denecir de Almeida Dutra, Liliane Mayumi Swiech, Michel de Oliveira, Valquiria Elita Renk e Alberto Paulo Neto.

Já no Brasil, ressalta-se a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (1984), que contribuiu para inclusão dos direitos das mulheres na *Constituição de 1988*⁵. Em 1994 foi adotada a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém), que também marca um avanço diante das inúmeras formas de violações de direitos das mulheres⁶. Mas, apesar destes documentos a igualdade de gênero ainda não é uma realidade.

E, a Bioética, aborda as questões feministas? As questões de gêneros também são discutidas pela Bioética Feminista, especialmente a saúde, a vulnerabilidade, as desigualdades, as injustiças e a discriminação contra as mulheres, ressaltando a necessidade de mudanças nas relações sociais. Isso demonstra que as mulheres buscam autonomia, liberdade e igualdade de direitos⁷.

Portanto, a temática da igualdade de gênero sempre coloca em voga os conflitos e a luta contra um sistema que as discrimina, as oprime e quer sua submissão. Portanto pensar e discutir a questão de gênero, é buscar a dignidade para todas as pessoas, construir uma sociedade mais igualitária e mais justa. A família, a escola e a sociedade podem contribuir muito na construção de uma sociedade que respeita todas as pessoas e não discrimina ninguém.

ODS 5- Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Vamos conhecer mais sobre a AGENDA 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável -ODS, na questão de gênero?

A ONU – Organização das Nações Unidas, tem um importante papel em manter a paz em escala mundial e no ano de 2015, os Estados-Membros se reuniram com o propósito de discutir a erradicação da pobreza mundial e gerar desenvolvimento sustentável no planeta. Foi criada a **Agenda 2030**, que tinha por objetivo traçar metas para os próximos 15 anos. Desse encontro resultou os chamados **ODS** - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – totalizando 17 ODS e 169 metas. As ODS, abrangem todas as pessoas, sem distinção de etnias, crenças ou classes sociais, assim como fortalecer a paz mundial, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Essa proposta vai envolver os Estados e a participação da sociedade civil⁴.

Dentre os 17 ODS, um em particular, o **ODS 5**, aborda a “**Igualdade de Gênero**: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.” O ODS 5, enfatiza a necessidade de acabar com todas as discriminações, violências, práticas nocivas, exploração e tráfico de mulheres e meninas, que ainda ocorrem em diversos países. O ODS 5, busca garantias de participação plena e efetiva das mulheres em todos os segmentos da sociedade, em igualdade com os homens, valorização do trabalho, inclusive doméstico, garantia de participação e lideranças políticas e sociais, assegurar o

acesso universal de saúde sexual e reprodutiva, direitos iguais nos setores econômicos e de propriedade e igualdade de gênero e empoderamento da mulher e meninas dentro da sociedade em geral. Contudo ainda estão longe de tornarem efetivas as propostas elencadas no ODS 5.

A meta 5.2 (do ODS 5), institui “Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos”. De acordo com a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), somente no primeiro semestre de 2022, registrou 31.398 denúncias das quais, 169.676 envolviam a violência doméstica contra as mulheres. Portanto,

o reconhecimento de que a violência contra mulheres é uma violação dos direitos humanos e uma questão pública, cuja responsabilidade de combater é do Estado, com frequência se observa seu tratamento como exclusivo da esfera privada⁴.

Apesar do número expressivo, muitas mulheres e meninas não fazem denúncias com medo do agressor e ou por diversos outros fatores sociais, como filhos e sustentação financeira.

O Brasil ainda precisa percorrer um longo caminho, criar políticas públicas para melhorar as questões envolvendo a igualdade de gênero, seja em relação aos salários das mulheres, para as mulheres negras as diferenças são ainda maiores, seja na inserção de cotas nos cargos políticos, seja no combate à violência e discriminação e que lhe dê dignidade

Desigualdade de gênero em tempos de pandemia

A desigualdade de gênero no mundo ainda é algo complexo e permanece de forma intensa, sendo considerado como uma violação dos direitos humanos e prática de violência⁴. Ainda há muito a ser feito para que a igualdade de gênero seja efetivada, pois a desigualdade é fruto mais da imposição de padrões comportamentais (sociais) e até mesmo rompimento de barreiras culturais⁵.

Sobre o mercado de trabalho, até 2020 a desigualdade de gênero vinha diminuindo em todo o mundo. No entanto, com a pandemia de Covid-19, essa tendência se inverteu – muito embora homens também sofram com a falta de trabalho (6,1%), as mulheres seguem liderando o ranking do desemprego (6,4%)⁶.

A pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, realizada com 2.641 participantes, revela que, do total de participantes que estavam trabalhando durante a pesquisa, 55% se declaram brancas e 44% negras. A mesma pesquisa mostra que as fronteiras entre a vida pessoal e profissional ficaram muito tênues. Apesar das mulheres estarem em home office, houve um aumento na demanda do trabalho doméstico, sendo que 80,5% delas relataram que precisaram preparar ou servir alimentos, 81% cuidaram da limpeza e higiene da casa (lavar louça e limpar a casa). Para 64% das participantes, os

afazeres domésticos dificultam o home office. Do total, 50% das participantes relataram que precisaram cuidar de alguém na pandemia, 72% informaram que foram responsáveis por cuidados com crianças, idosos ou pessoas com deficiência. Das mulheres negras pesquisadas, 55% afirmaram que tiveram dificuldades financeiras como pagar o aluguel e contas básicas, 58% das mulheres desempregadas durante a pandemia, são negras, 61% das mulheres que estão na economia solidária são negras, 91% das mulheres relataram ter a percepção de que a violência doméstica aumentou durante a pandemia. A pesquisa revela que as mulheres negras ficaram mais vulneráveis durante o período pandêmico. Neste sentido, a exclusão social pode conduzir à pobreza e, ao mesmo tempo e ser resultado da pobreza. Os resultados da pesquisa, mostram a necessidade de ‘desnaturalizar’ a violência que ocorre no interior dos lares, sob a forma de exploração intensa do trabalho e da mulher, perpetuando o patriarcalismo e, conseqüentemente, a condição de inferiorização das mulheres.

Diante deste cenário, a pandemia revelou cenários preocupantes com relação à desigualdade de gênero, como o aumento de casos de violência doméstica, sobrecarga de trabalho da mulher na jornada dupla de trabalho e na feminização da linha de frente do combate ao coronavírus. As mulheres, principalmente as negras e pobres, são a parcela mais vulnerável e necessitam de maior atenção por meio de criação de políticas públicas de apoio e acompanhamento, edição de leis para sua proteção e estímulo de mudança cultural no que tange ao patriarcado inserido na sociedade.

Destaca-se que o isolamento social e a quarentena foram medidas protetoras eficazes para contenção do novo coronavírus, no entanto, aumentaram os casos de violência contra as mulheres, em cenário mundial.

Os dados sobre as violências contra as mulheres e meninas no Brasil, ainda são bastante elevados. Vamos ver alguns exemplos: Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022, foram registrados 699 casos de feminicídio no Brasil. No mesmo ano, 29.285 mulheres e meninas foram vítimas de estupro, um caso a cada 9 minutos. A maior incidência ocorre entre os 10 e 13 anos, faixa etária que representa 31,7% do total de vítimas. Cerca de 19,1% das vítimas tinham entre 5 e 9 anos e 10,5% tinham 4 anos ou menos. Há uma predominância de pessoas negras vítimas de estupro e estupro de vulnerável: em 2021, elas representaram 52,2% do total de vítimas, sendo que 46,9% eram brancas, 0,5% amarelas e 0,4% indígenas. Em cerca de 79,6% dos casos, o autor era conhecido da vítima⁵.

Muitos casos de violências contra as mulheres não foram registrados durante a pandemia, pois durante o período mais intenso de isolamento social, a diminuição do acesso às delegacias e demais serviços de denúncia e proteção, as mulheres não conseguiram fazer as denúncias. Também, as escolas que têm papel fundamental na denúncia e no mapeamento de possíveis riscos em que as crianças estão vivendo, principais vítimas da violência sexual no Brasil, estavam em aulas remotas, limitando muito esta possibilidade.

A pandemia foi uma experiência social e de saúde que impactou diferente a sociedade. As mulheres foram as mais afetadas com a ampliação da jornada de trabalho e cuidados com os familiares. As mulheres negras ficaram em maior situação de vulnerabilidade que as mulheres brancas. Portanto, a luta pelo fim da discriminação é de toda a sociedade, a começar no espaço familiar, continuar na escola. Ainda é preciso criar a cultura da não discriminação, da dignidade humana e da cultura dos direitos humanos.

Considerações Finais

Durante a pandemia da Covid-19, as desigualdades de gênero e a violência doméstica, ficaram mais visíveis. Apesar dos grandes avanços das mulheres seja no trabalho, na política, nas pesquisas científicas, ainda elas são as grandes responsáveis pelos cuidados da família e do ambiente doméstico.

O isolamento social para evitar o contágio da doença, nos anos de 2020-2022, revelou que foram as mulheres que mais ficaram na linha de frente no enfrentamento do vírus, seja como enfermeiras, médicas, auxiliares de serviços gerais e outros trabalhos que não pararam.

Também é preciso enfrentar as diversas forma de violências (social, psicológica, patrimonial, física) através de medidas, políticas públicas (como exemplo no Brasil há a Lei Maria da Penha) que as coíbam, assim como o Estado deve proteger todas as pessoas, garantir sua dignidade e a sociedade precisa superar as diversas formas de discriminação. Mesmo que hoje, no Brasil, existam medidas legais que buscam eliminar as diversas formas de violência e discriminação, ainda, a sociedade precisa ser educada para a cultura dos direitos humanos e do reconhecimento da dignidade humana.

Assim, é importante que medidas sociais sejam tomadas para evitar a perpetuação das desigualdades e violências de gênero, a iniciar pela educação familiar e escolar. Meninos e meninas precisam ser ensinados a respeitar todas as pessoas, não usar da violência para com ou outros (as) e acima de tudo que ninguém é mais ou menos importante por ser homem ou mulher. A escola pode e deve promover a cultura dos direitos humanos e da cidadania, desenvolver projetos e incluir nos conteúdos escolares a questão da não violência e da igualdade/equidade de gênero que contemplem a ODS 5.

3 | ODS 16: POR UMA SOCIEDADE JUSTA E A PROMOÇÃO DA PAZ³

A Organização das Nações Unidas em sua Agenda 2030 determinou diversos objetivos e metas para se atingir o desenvolvimento sustentável dos seus países signatários. E nesta agenda foram criados 17 grupos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com o foco na proteção ambiental, o clima, acabar com a pobreza, a promoção da

³ Autores da sessão 3: Ingrid Mayumi da Silva Yoshi, Laura Balbino Altmann, Michael Leonel, Valquiria Elita Renk e Alberto Paulo Neto.

paz, justiça e outros objetivos.

No ODS 16 foram pautados os conceitos de Paz, Justiça e Instituições Eficazes como objetivos principais nos quais serão destrinchados em outros objetivos específicos para se serem postos em prática. Com isso, os conceitos de Paz, Justiça e Instituições Eficazes serão apresentas no ODS 16 por: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.”

As metas elencadas dispõem sobre vários problemas que afetam os muitos cidadãos como quando as guerras ao produzirem milhões de refugiados e crianças longe da escola, a corrupção, a sonegação de impostos que afastam os investimentos em áreas estratégicas ao desenvolvimento sustentável, a falta de um Judiciário independente e transparente conduzindo a impunidade.

Por conseguinte, nas próximas seções serão apresentadas sobre os conceitos de Paz, Justiça e Instituições Eficazes, se atendo aos contextos históricos, ético e social, em seguida será realizado uma análise sobre o problema atual da corrupção e, por fim, a proposta de uma atividade que trabalhe os pontos citados nas seções anteriores.

ODS 16 – sobre a paz

A presença dos conflitos entre os seres humanos é algo constante e está presente nas diversas sociedades, desde o processo de sedentarização. Com isso a busca por momentos de calma e sem conflitos tem permeado diversas correntes pensamento e formulações religiosas, como os filósofos estoicos e as religiões ocidentais e orientais. O sentido etimológico da palavra “Paz” advém do latim “Pax” que tem o significado por ausência de guerra.

Em busca de conter estes conflitos os países criaram instituições para mediar e solucionar os conflitos, o expoente maior foi a ONU desenvolvida como resposta aos acontecimentos na Segunda Guerra Mundial, no qual o mundo se viu envolvido em uma guerra com grandes consequências sociais e políticas negativas.

A ONU por meio dos seus órgãos busca promover a paz e instrumentalizar os Direitos Humanos nos seus países signatários. A Paz é trabalhada na Agenda 2030 na ODS nº 16 e um esforço na Cultura da Paz, este movimento caracteriza em desenvolver ações que reforcem os valores, atitudes, modos de agir e cooperação em favor da não violência.

Ao se definir a procura do desenvolvimento sustentável na Agenda 2030 da ONU, a necessidade de sociedades pacíficas se faz necessário para se construir os outros objetivos. Haja vista os diversos conflitos gerarem efeitos negativos para diversos países nos quais os seus recursos são alocados em materiais militares e obstaculiza as cadeias de produção mundiais.

Como bem se observa com a Guerra na Ucrânia ficou evidente a dificuldade de promover a Paz, todavia, existem diversos outros conflitos na atualidade, mesmo que não tenham a grande repercussão e divulgação na mídia ocidental. Estes eventos acabam gerando grande êxodo da população civil para outros países, pobreza e afastamento das crianças das salas de aula.

Por isso, entre as metas do ODS 16 é apresentada a redução de todas as violências, a diminuição da letalidade, o tráfico, o abuso e tortura. Estes representam itens presentes na Agenda 2030 da ONU.

ODS 16 – sobre a justiça

Assim como a Paz, a Justiça também ganhou um espaço importante no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, especialmente na meta que objetiva promover, nacional e internacionalmente, o Estado de Direito, bem como a garantia de que todos tenham acesso igualitário à justiça. O Brasil, por sua vez, aderiu o objetivo, mas focou no fortalecimento do Estado de Direito, bem como na democratização do acesso à justiça a todos, notadamente àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade¹. Sendo assim, é preciso analisar o que é Justiça, o seu contexto na sociedade, para então discutir o acesso ao Poder Judiciário.

Desde os primórdios da história, o termo “justiça” foi, e ainda é, palco para discussão, uma vez que oferece níveis de complexidade e diversas interpretações. Para Sócrates, a justiça é constituída pelo respeito às leis que regem as relações entre os homens, contemplando tanto a lei da cidade quanto as leis não-escritas.

Por outro lado, São Tomás de Aquino enxerga o termo como dar a cada um o que é seu. John Rawls, filósofo estadunidense contemporâneo, contempla a justiça como equidade, a qual deve ser praticada pelas instituições sociais com base na igualdade. Jürgen Habermas, por sua vez, expõe que se trata de resultados de uma escolha democrática, ou seja, a sociedade participa de procedimentos que buscam alcançar conteúdos que possam ser aplicados universalmente¹.

Em razão do peso que carrega, a forma de aplicação da justiça também passa a ser um tema debatido, pois, mais importante do que definir o seu conceito, é entender como ela pode ser promovida no contexto social. Eduardo Carlos Bianca Bittar expõe que o equilíbrio do convívio social, isto é, a justiça, é aplicada através dos esforços de atores sociais e dos profissionais de direito². Logo, é um papel de todos os membros da sociedade, enquanto pessoas morais, éticas e cidadãs, em conjunto com a especialidade técnica de operadores do Direito, promoverem a ação social que resulte a solução mais justa.

Tendo isso em vista, entende-se que a justiça é a mediadora das relações sociais, garantindo que o espaço entre o ofensor e o ofendido seja preenchido por meio das instituições, as quais que devem aplicar a compensação, reparação, que a justiça oferece².

Sendo assim, faz-se necessário compreender a importância do acesso à justiça, também chamado de inafastabilidade do controle jurisdicional, o qual é um princípio constitucional previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal³ de 1988, e logo, por ser um princípio, informa como o sistema deve ser aplicado, constituindo a sua estrutura e sendo um mandamento central e fundamental³.

Segundo Luís Roberto Barroso, o acesso à justiça é a ferramenta para que as normas não cumpridas espontaneamente sejam efetivadas, bem como para que haja a garantia de proteção aos direitos constitucionais. Nesse sentido, sempre que o direito for lesado, ameaçado, ou que um dever jurídico não for cumprido, o cidadão tem a garantia constitucional de acionar o Poder Judiciário a fim de que este intervenha e faça a norma ser executada. Isso acontece porque o Poder Judiciário tem o dever de concretizar aquilo que a Constituição anuncia, especialmente os direitos e garantias fundamentais⁴.

Como é exposto por Paulo Napoleão Nogueira da Silva, os direitos fundamentais são peças essenciais para que o Estado Democrático de Direito seja efetivado, o que não é possível de acontecer caso não houver livre acesso à proteção judicial⁵.

Osny Duarte Pereira vai além e explica que o acesso à justiça é ainda mais relevante em países onde há maior desigualdade social e econômica, como o Brasil. O autor explica que o princípio fundamental em questão é importante no sentido de estabilizar tensões sociais, uma vez que, sem o acesso à justiça, os conflitos sociais são agravados⁶.

Entretanto, Pereira identifica que o acesso à justiça no Brasil encontra barreiras, como dificuldade de se alcançar gratuidade de justiça, altos valores de custas processuais, burocracia e complicações de um processo em que o resultado é incerto, o que são fatores que inflam as tensões sociais e fazem com que as pessoas não acreditem no Estado⁷.

Posto isto, observa-se que, apesar de serem temas muito debatidos, a Justiça e o acesso à justiça esbanjam extrema relevância para a atualidade, notadamente pelas dificuldades que instalam barreiras para a efetivação do Estado Democrático de Direito.

SOMOS TODOS CORRUPTOS

Meta 16.5

Nações Unidas

Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

Brasil

Reduzir substancialmente a sonegação fiscal, a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

O ODS 16 desdobra-se em dez metas que se relacionam com o tema principal, sendo a Paz, Justiça e Instituições Eficazes, dentre elas foi escolhida a Meta 16.5 – Corrupção, tendo em vista o cenário atual, as eleições 2022.

Apesar de as eleições serem para presidente da República, governador, senador, deputado federal, deputado estadual ou deputado distrital, nota-se que para o cargo de presidente da República houve uma bipolarização assimétrica entre dois partidos políticos que foram para o 2º turno. O que muito foi dito nos discursos dos eleitores foi a questão do passado dos candidatos, bem como sua idoneidade mais especificadamente de serem ou não corruptos.

Mas me diga uma coisa, você sabe o que é de fato corrupção?

Quando se faz está pergunta, a primeira coisa que vem na cabeça do brasileiro é a corrupção política, quando alguém que tem poder desvia indevidamente verbas destinadas à sociedade para consumo próprio.

É muito comum a corrupção política, uns até compreendem como sendo palavras sinônimas, no entanto, este tipo é muito fácil de lidar, é só exercer o seu direito de voto de modo consciente. O que dificulta é aquela corrupção cotidiana vulgarmente conhecida como “jeitinho brasileiro” que muitas pessoas cometem de forma trivial de tal maneira que se tornou uma prática aceita pela sociedade brasileira.

Esse reflexo fica evidente no ranking do Índice de Percepção da Corrupção – IPC realizado em 2021 pela Transparência Internacional, ele é o principal indicador de corrupção do mundo, no caso do Brasil sua nota foi 38 de 100 e encontra-se no 96º posição entre 180 países.

A palavra corrupção é difícil de conceituar, ela está em constante mutação e depende de muitos fatores como ponto de vista, que pode ser transitivo ou normativo, enfim, como a ideia não é diálogo de autores, porém, a título de compreensão para os leitores, será apresentado um conceito satisfatório de Souza (2011), senão vejamos:

Entende-se geralmente por corrupção **o abuso de funções por parte** de eleitos, **funcionários públicos ou agentes privados**, mediante promessa ou aceitação de vantagem patrimonial ou não patrimonial indevida, para si ou para terceiros, **para prática de qualquer ato ou omissão contrários aos deveres, princípios** e expectativas que regem o exercício do cargo que ocupa, **com o objetivo de transferir rendimentos e bens de natureza decisória, pública ou privada, para um determinado indivíduo ou grupos de indivíduos** ligados por quaisquer laços de interesse comum. (Grifo nosso).

As práticas mais comuns de corrupção política são:

- Nepotismo (Favorecer parentes com cargos públicos);
- Clientelismo (Compra de votos);
- Peculato (Apropriar-se o funcionário público de qualquer bem que tenha acesso em razão do cargo);
- Tráfico de influência (Particular que utiliza uma posição de prestígio para obter vantagem para si);

- Uso de 'laranjas' (empresas ou pessoas que servem de fachada para negócios e atividades ilegais);
- Fraudes em obras e licitações;
- Venda de sentenças;
- Improbidade administrativa (Desonestidade de quem lida com bens ou dinheiro público);
- Enriquecimento ilícito.

Pelo visto você não está se identificando não é mesmo? Mas corrupção não acontece somente na política.

A corrupção não se define apenas pela análise de delitos previstos no ordenamento jurídico para o exercício de um cargo público, pois se assim o fosse haveria omissão por parte da lei daqueles comportamentos corruptos que não estão previstos em leis e que mesmo assim não deixam de constituir falta grave dos padrões estabelecidos pela sociedade. Aqui se faz menção a corrupção cotidiana, a qual é alimentada pela corrupção política.

O promotor de Justiça Jairo Cruz Moreira, coordenador nacional da campanha do Ministério Público auxiliou a BBC Brasil a listar atitudes comuns do dia a dia que na verdade são pequenas corrupções veladas:

- Não dar nota fiscal
- Não declarar Imposto de Renda
- Tentar subornar o guarda para evitar multas
- Falsificar carteirinha de estudante
- Dar/aceitar troco errado
- Roubar TV a cabo
- Furar fila
- Comprar produtos falsificados
- No trabalho, bater ponto pelo colega
- Falsificar assinaturas

SOA FAMILIAR?

Se você se identificou, não se desespere, o objetivo não é fazer julgamentos, mas expor uma prática que deve ser extinta, por mais inocente que possa parecer, por mais que seja comum e ainda não qualificar infração, é antiético.

Você deve estar se perguntando se fosse errado não seria crime? De fato, no entanto, o Direito Penal, mesmo ampliando a definição de corrupção também na esfera privada, ele não consegue acompanhar no mesmo ritmo a complexidade crescente deste fenômeno.

Nem por isso, é justificativa para você continuar cometendo, por mais que pense que não é nada de mais que todo mundo faz e não vai prejudicar em grande escala como a corrupção política.

Essa categoria de pensamento faz com que as pessoas não assimilem que a corrupção acontece também no ambiente privado, dificultando assim a extinção de tal prática, a qual pode se estender para comportamentos mais graves.

Quando se aceita pequenas corrupções, conseqüentemente se legitima grandes corrupções, afirma o promotor Moreira e ainda neste sentido, uma criança que cola na prova futuramente é propenso a oferecer suborno para um guarda de trânsito para se livrar da multa.

Já ouviu falar da teoria das janelas quebradas?

Nos anos entre 1980 e 1990 houve uma “epidemia de crimes” e para controlá-la cidades como Nova York e Chicago adotaram a política de tolerância zero, seu sistema tem como intuito a repressão inflexível a crimes menores para reduzir os crimes. Com isso foi desenvolvido a teoria das janelas quebradas publicada em 1982 pelo cientista político James Q. Wilson e o psicólogo criminalista George L. Kelling, na revista *Atlantic Monthly*. Eles argumentam que se um prédio não consertar imediatamente suas janelas quebradas as pessoas que passarem por perto vão presumir que ninguém se importa, logo, não tem um responsável por manter a ordem, com isso vândalos podem sentir estimulados a continuar quebrando as janelas podendo até invadir se o local estiver desocupado. Segundo eles, a premissa da teoria é que pequenas desordens levariam a grandes desordens e posteriormente ao crime.

Vislumbra-se que a corrupção cotidiana, sendo mais conhecida popularmente como jeitinho brasileiro, provavelmente por ter uma sonoridade mais aceitável e menos pejorativa, continua sendo um problema cultural que tornou pequenos atos de corrupção como sendo comum e banal na sociedade.

Salientando que mesmo sendo considerado um ato “pequeno” como já demonstrado, gradualmente vai se infiltrando e se enraizando em uma comunidade, ocasionando sua decadência e aniquilação.

Para mudar este cenário é simples, porém só ocorre a longo prazo, consciencialize e repudie estes atos de corrupção, dissemine este conhecimento para a mudança deste hábito e informe as pessoas para um maior interesse sobre a política, para vigiar e pressionar os políticos para agirem de forma correta, pois eles são o reflexo da sociedade.

4 | RELATO OFICINA DELIBERATIVA

Experiência da oficina caminhos do diálogo: a educação em contexto de pandemia de pandemia e pós pandemia: perdas objetivas e subjetivas⁴

A oficina ocorreu em ambiente virtual, devido ao contexto pandêmico em 2022. Foi pensada e organizada para pensar, discutir e refletir sobre a educação básica na pandemia e no contexto de pós pandemia: as perdas objetivas e subjetivas. Discutiu-se nos encontros pré-oficina que o isolamento social e o ensino em ambiente remoto durante a pandemia trouxeram grandes desafios e haviam provocado perdas objetivas de conteúdos e saberes escolares e perdas subjetivas como a partilha, a solidariedade, o companheirismo e outras que não só o tempo irá dimensionar. Mas, também se discutiu que o retorno às aulas presenciais na Educação Básica, trouxe novos desafios, como encontrar formas de ‘recuperar’ os conteúdos e ensinar de forma presencial. O período de isolamento social marcou os estudantes e docentes de forma indelével. Para discutir com o grupo, foi convidada a Professora Andrea C. Volpato, da Rede Municipal de Ensino, para relatar sua experiência como docente e mestre em Bioética.

A oficina foi realizada em 03 de novembro de 2022, em ambiente virtual (sala na plataforma zoom), com a participação de 08 pessoas, entre os organizadores, estudantes universitários, mestrandos e o público. A Professora Andrea tem grande experiência docente no ensino fundamental. O objetivo desse diálogo foi trazer reflexões sobre a importância da educação para além da dimensão conteudista e sim em perspectiva de formação de cidadania

Para iniciar o diálogo, foi apresentada à palestrante a seguinte questão: Será que durante a pandemia, todos tiveram acesso à educação de forma igual? Como dimensionar as perdas objetivas (de conteúdo) durante a pandemia e as perdas subjetivas (convívio, amizade, solidariedade, partilha...) durante a pandemia e como a escola e a sociedade podem minimizar as perdas? Solicitou-se que ela se discorre sobre o tema, a partir de sua experiência na Educação Básica.

Ao iniciar a sua fala, a Profa. Andrea, relatou sobre os esforços realizados pelos docentes, gestores e família, para garantir a continuidade das aulas de forma remota, ainda em 2020, que se estendeu até o final de 2021. Ela relatou que os docentes planejavam e ministravam as aulas de forma remota, a partir sua casa. As aulas eram realizadas em ambiente remoto, aos estudantes que tinham acesso à internet e apresentadas aos estudantes em um canal de televisão para que aqueles que não tinham internet. das dificuldades dos pais. A escola, segundo Andrea também disponibilizava material impresso (kits escolares) aos estudantes, quando necessário, com atividades e serem realizadas e entregues. Como muito estudantes atendidos pela escola vivem em situação de pobreza,

⁴ Autores da sessão 4: Alberto Paulo Neto, Valquiria Elita Renk, Andrea Claudia Volpato, Ana Lúcia Munhoz de Oliveira, Betriz Nunes e William Gabriel de Melo Oliveira dos Santos.

fazem suas refeições na escola, também foram disponibilizados alimentos às famílias, durante o período de ensino remoto. Ao final do ano de 2020, constatou-se que muitos escolares não participavam das aulas e nem realizavam as atividades/tarefas propostas, estavam desmotivados, sua saúde mental foi afetada, revelando uma grande perda em termos de conteúdo e mais, ainda, da convivência com os colegas,

Para as famílias dos escolares também foi experiência muito singular, pois muitos estavam trabalhando em ambiente remoto e precisavam ao mesmo tempo atender os afazeres escolares dos filhos. Simultaneamente a pandemia adentrou os lares e os pais precisaram se transformar em ‘professores’ ou orientadores de atividades para os filhos. Para ela, os pais estavam ansiosos para a volta das aulas presenciais, o que só ocorreu no ano seguinte

A pandemia provocou a perda de conteúdo específico das disciplinas escolares, mas, também afetou a saúde física e emocional dos estudantes e docentes. Com o retorno das aulas presenciais, os estudantes precisam ‘reaprender’ a aprender, readquirir algumas capacidades como a convivência, o respeito, a pluralidade de ideias e trouxe manifestações de violências, de intolerância e de insegurança. Também relatou que muitos escolares não voltaram para a escola, após o período de aulas presenciais, estavam desestimulados, sendo necessário um trabalho da escola de busca e de ‘convencimento’ para este retorno. Ao mesmo tempo os escolares sentem falta da presença do ‘outro’, de um abraço, de proteção e de apoio do coletivo.

Foi perguntado, e o que foi feito, para estimular os estudantes a estudar? Ela relatou o desafio de mostrar aos escolares o sentido do estudo, do saber, a importância de trazer novas metodologias de ensino, pois ficaram acostumados a estudar pela tela e fazer as pesquisas e consultas na internet, de forma individualizada. Também foi perguntado, e como os estudantes com deficiências acompanharam os estudos, de forma remota? Ela reconhece que foram realizadas atividades individualizadas para que eles pudessem aprender, de acordo com seu ritmo e com os recursos disponíveis. Mas, reconhece que eles ficaram em situação de bastante vulnerabilidade. Ela também relatou que as aulas eram planejadas para cada turma, para atender as necessidades e individualidades, na medida do possível. Foi um grande esforço.

Quando perguntada sobre a realidade vivida durante a pandemia, com a falta de recursos financeiros e tecnológicos das famílias, ela reafirma a situação de vulnerabilidade dos escolares e seus familiares, a exclusão escolar em decorrência das desigualdades econômicas, onde um estudante da escola pública perdeu muito (em termos de saberes objetivos e subjetivos), com relação ao estudante de uma escola privada ou em melhor situação econômica. Mas, ela reafirmou que a educação é um direito e não pode ser negligenciado, mas, ainda assim, ela acredita que faltaram posturas e políticas mais objetivas por parte do Ministério da Educação. Disse ela “a gente vai percebendo que a cidadania foi sendo fragilizada com a volta do ensino presencial”.

Ela relatou sobre a importância do planejamento pedagógico (em ambiente virtual ou presencial) e de ensinar valores aos estudantes. Ensinar sobre a responsabilidade de sua vida escolar, da vivência em sociedade, do exercício da cidadania

Então, foi perguntada: como foi fortalecer essa cidadania? É uma forma de emancipar o aluno? Ela responde que é preciso fazer ele ser mais ativo na escola. Que ele tem o direito de ter uma educação de qualidade, que ele merece. A educação de qualidade, não só um conteúdo. É muito mais, é importante que ele tenha autonomia, que seja ético, ativo e aprenda com isso. A primeira coisa para o aluno ser cidadão, ele tem que saber quais são os direitos dele. Saber que ele tem direitos. Se você não ensina, como irá saber? A gente ensina direitos humanos, ensina ética e no Brasil há o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Resume ela:

“Então a gente tem que ensinar e é na escola que eles vão aprender. Em outros lugares, ele também pode aprender mais”.

Quando perguntada sobre as perdas subjetivas, ela disse: O convívio que existe na escola é importante, não é só ensinar conteúdos, também há a solidariedade, o respeito, os direitos humanos. Essas situações, elas precisam ser, eu diria, até reconstruídas, no contexto de pós pandemia.

Também houve o relato de uma situação, no ensino superior, que alguns estudantes iniciaram os estudos com o ensino remoto e foram conhecer os colegas, a instituição e docentes no terceiro ano do curso. Os docentes que passaram por essa experiência da pandemia, ficaram marcados de forma indelével. A gente nunca mais vai esquecer.

Por fim ela conclui: E se a escola não fizer alguma coisa no sentido de caminhar junto com a sociedade junto com a comunidade, no sentido de fortalecer laços para garantir essa educação de qualidade

A pandemia do Covid-19 marcou o século XXI e com ela a humanidade alterou o modo de se relacionar, de trabalhar, de estudar, de trabalhar e de viver. Em poucas semanas o mundo todo precisou ficar em isolamento social e encontrar alternativas de proteção e de sobrevivência ao vírus e sobrevivência econômica. Essas mudanças provocaram questionamentos em escala global.

Concluindo

Entre os aprendizados da oficina, pode-se considerar que, o papel da escola é maior do que ministrar conteúdo. Não se pode desconsiderar as perdas subjetivas que ocorreram no período pandêmico, como aumento da insegurança alimentar, visto que muitos estudantes recebem alimentos na escola (na forma de merenda escolar ou outro), aumento da violência em ambiente familiar, perda de convivência social com colegas e comunidade escolar, influências na vida emocional e na saúde mental dos escolares.

Assim, as escolas também precisam contribuir na reconstrução da saúde mental e física dos estudantes crianças, no desenvolvimento social e nutricional, no desenvolvimento das capacidades relacionadas ao convívio com os colegas e em sociedade. Diante da situação enfrentada, a Bioética é um instrumento na promoção de uma escola e uma sociedade pautadas no diálogo, no respeito, na diversidade, na tolerância e na solidariedade.

REFERÊNCIAS

Capítulo 1 - sessão 1

1. Oliveira GB. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Revista da FAE Curitiba*. 2002;5(2):41-48.
2. Wilson EO. *Biophilia*. Cambridge: Harvard University Press; 1984.
3. Kellert SR, Wilson EO. *The biophilia hypothesis*. Washington DC: Island Press; 1993.
4. Krčmářová JEO. Wilson's concept of biophilia and the environmental movement in the USA. *Klaudyán*. 2009;6(1-2):4-16.
5. Wilson EO. *Biophilia and the Conservation Ethic*. In: Kellert S, Wilson EO. *The Biophilia Hypothesis*. Shearwater Books. 1993:31-40.
6. Louv R. *A última criança na natureza: resgatando nossas crianças do transtorno de déficit de natureza*. São Paulo: Aquariana; 2016.
7. Thompson H. Early exposure to germs has lasting benefits. Findings help to explain how microbes programme a developing immune system. *Nature News*. 2012. Disponível em: <https://www.nature.com/news/early-exposure-to-germs-has-lasting-benefits-1.10294>.
8. Mass J, Verheij RA, Vries S, Spreeuwenberg P, Groenewegen PP, Schellevis FG. Morbidity is related to a green living environment. *Journal of Epidemiology & Community Health*. 2009;63(12):967-973.
9. Atchley RA, Strayer DL, Atchley P. Creativity in the wild: Improving creative reasoning through immersion in natural settings. *PloS one*. 2012;7(12):e51474.
10. Pergams ORW, Zaradic PA. Evidence for a fundamental and pervasive shift away from nature-based recreation. *Proc Natl Acad Sci*. 2008;105:2295-2300.
11. File T. Computer and Internet use in the United States. U.S. Census Bureau, Population Characteristics. 2013 Disponível em: <https://www.census.gov/prod/2013pubs/p20-569.pdf>
12. WWAP (United Nations World Water Assessment Programme). *Relatório mundial das Nações Unidas sobre desenvolvimento dos recursos hídricos 2015: Água para um mundo sustentável*. Itália: UNESCO; 2015.
13. Charles C, Louv R. Children's nature deficit: What we know and don't know. *Children and Nature Network*. 2009;1-32.
14. Zhang W, Goodale E, Chen J. How contact with nature affects children's biofilia, biofobia and conservation attitude in China. *Biological Conservation*. 2014;177:109-116.
15. Johansson M, Sjöström M, Karlsson J, Brannlund R. Is human fear affecting public willingness to pay for the management and conservation of large carnivores? *Soc Nat Resour*. 2012;25:610-620.
16. Gardner H. *Intelligence reframed: multiple intelligences for the 21st century*. New York: Basic Books; 1999.
17. Chawla L. Significant life experiences revisited: a review of research on sources of pro-environmental sensitivity. *J Environ Educ*. 1998;29(3):11-21.
18. Müller MM, Kals E, Pansa R. Adolescents' emotional affinity toward nature: a cross-societal study. *J Dev Process*. 2009;4(1):59-69.
19. Wilson EO. *A Criação: como salvar a vida na Terra*. São Paulo: Cia das Letras; 2008.
20. Saunders CD. The emerging field of conservation psychology. *Hum Ecol Rev*. 2003;1(1):137-149.
21. Brasil. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. *Diário Oficial da União*. 13 fev 1998.
22. Pérez-Macías J, Rodríguez-Hernández AF, Escobar-Molina R, et al. Virtual Reality Therapy Implementation for Zoophobia. In: *Proceedings of the Latin American and Caribbean Conference for Engineering and Technology (LACCEI '17)*. Boca Raton, FL: LACCEI; 2017. p. 1-8.
23. Healthtopia. Zoophobia: Fear of Animals. [Internet]. [cited 2023 Feb 27]. Available from: <https://www.healthtopia.net/disease/mental-health/phobia/zoophobia-fear-of-animals>

24. Pérez-Macías J, Rodríguez-Hernández AF, Escobar-Molina R, et al. Virtual Reality Therapy Implementation for Zoophobia. In: Proceedings of the Latin American and Caribbean Conference for Engineering and Technology (LACCEI '17). Boca Raton, FL: LACCEI; 2017. p. 1-8.
25. Fischer ML. Vivências de 30 anos do loxoscelismo em Curitiba, Paraná, Brasil: rumos de uma educação em saúde disruptiva, inclusiva, humanitária e sustentável. *Rev Inclusiones*. 2022;9(3):52-77.
26. Fischer ML, De Gang J. A problemática do Caramujo Gigante Africano Invasor inserida nos debates entre Saúde Pública, Malacologia e Bioética Ambiental. *Rev Iberoam Bioet*. 2020;(13):1-17.
27. Farias MK, Stramantino J, Fischer ML. Fauna Silvestre: uma pauta na agenda das cidades inteligentes? *Rev Inclusiones*. 2022;9(3):147-178.
28. Farias MK, Stramantino J, Fischer ML. Os animais como agenda para as cidades inteligentes: a interação dos curitibanos com a fauna silvestre urbana. *Rev Inclusiones*. 2022;9(Especial):18-47.

Capítulo 1 - sessão 2

1. Bedaque PO. O perigo que vem do espaço. *Revista Latino-Americana de Educação Ambiental em Astronomia*. 2005;2:103-111.
2. Shiklomanov LA. *World Freshwater Resources*. In: Gleick PH, ed. *Water in Crisis: A Guide to World's Freshwater Resources*. New York: Oxford University Press; 1993. p. 13-24.
3. Harari YN. *Sapiens: História breve da humanidade*. Elsinore; 2013.
4. Reis P. Cidadania Ambiental e ativismo juvenil. *ENCITEC - Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista*. 2021;11:5-24.
5. Fischer ML, et al. Crise hídrica em publicações científicas: olhares da bioética ambiental. *Revista Ambiente e Água*. 2016;11:586-600.
6. Cini RA, Rosaneli CF, Fischer ML. Direito humano à água e bioética: revisão da literatura latino-americana com foco na realidade brasileira. *Água y territorio*. 2019;(14):105-114.
7. Potter VR. *Bioética global: construindo a partir do legado de Leopold*. São Paulo: Loyola; 2018.
8. IPCC. *Special Report on Climate Change, Desertification, Land Degradation, Sustainable Land Management, Food Security, and Greenhouse gas fluxes in Terrestrial Ecosystems*. IPCC; 2022 Jul 21.
9. Fischer ML, et al. Crise hídrica: a culpa é de quem? A percepção das responsabilidades em espaço de deliberação virtual. *Caminhos de Diálogo*. 2021;9(15):225-247.
10. ONU. *O Direito Humano à Água e ao Saneamento*. 2022 Jul 12.
11. UNESCO. *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. 2015.
12. Fischer ML, Rosaneli CF. "Fome de água": a dimensão biológica, ambiental e bioética da universalização do acesso à água potável. *Revista Inclusiones*. 2022;9(especial):336-352.
13. Pessoa LPB, Leite ACC. A crise hídrica, a questão alimentar e o flagelo da fome. Paraíba: BBC; 2021 Disponível em: <https://www.brasildefatopb.com.br/2021/10/17/a-crise-hidrica-a-questao-alimentar-e-o-flagelo-da-fome>.
14. ONU. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Capítulo 1 - sessão 3

1. Simões ML. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente - ProQuest. *Rev Temas Educ*. 2013;22:136-52.
2. Pereira EMA. A universidade da modernidade nos tempos atuais. *Avaliação: Rev da Avaliação da Educ Superior (Campinas)*. 2009;14:29-52.
3. Waleska A, Mendonça PC. A universidade no Brasil. *Rev Bras Educ*. 2000;(13):131-50.
4. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As Nações Unidas no Brasil*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
5. Sganzerla A, Silva E, Santos N, et al. Ciência com urgência. *Rev Filos Ciência Vida*. 2020;10(2):26-34.

6. Fischer ML, Gauto Quintana Janloski L. Comissões de Ética no Uso de Animais: Sucessos e vicissitudes na primeira década da Lei Arouca. PUCPress; 2020.
7. Esturião H, Fischer ML. Dispositivo cobaia: a criação dos animais e dos humanos de laboratório. Rev Latinoam Bioet. 2021;21:107-25.
8. Fischer ML, Leal de Meirelles JM, Higor Esturião. A proteção dos animais no Brasil e em Portugal, sob uma perspectiva da bioética. RJLB. 2019;1:1581-614.
9. Miguel R. Especismo - PhilPapers. Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica. 2020;1-36.
10. Bilobran NR. Peter Singer: antiespecismo e busca de novo paradigma ético. Universidade Federal do Paraná; 2017.
11. Baeder FM, Padovani MCRL, Moreno DCA, Delfino CS. Percepção histórica da Bioética na pesquisa com animais: possibilidades. Rev Bioethikos. 2012;6(3):313-20.
12. Moreira JAA, Henriques S, Barros DMV. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. Dialogia. 2020;351-64.
13. Potter VR. Bioética: Ponte para o futuro. 1st ed. Edições Loyola; 2016. 208.
14. UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep); 2005.
15. Gracia Guillen D. Evolution Da Bioética Clínica Ao Bioética Global: Trinta Anos Da Evolução. Acta Bioética. 2002;8(1):27-39.
16. Ferraz CMLC, Brito MJM. Elementos associados à deliberação moral na equipe de saúde da família: em busca da excelência da prática profissional. Saúde e Sociedade. 2022;31(3).
17. Rosenberg MB. Translation of (work): Vilela M. Comunicação Não-violenta: Técnicas Para Aprimorar Relacionamentos Pessoais e Profissionais. Cury SB, organizador. São Paulo: Ágora; 2006.
18. Hermont PDT. Comunicação Não Violenta: Empatia, Mediação de Conflitos e Pontes de Diálogo em Tempos Pandêmicos. Revista de Direito da Administração Pública. 2021 jul;1(2):60-77.

Capítulo 2 - sessão 1

1. Lévinas E. Totalidade e Infinito. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70; 1991. p. 244.
2. Lévinas E. O Tempo e o Outro. In: *Phainomenon*, [S.l.], n. 11, p. 149-190, abr. 2006.
3. Lévinas E. Totalidade e Infinito. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70; 1991. p. 244.
4. Scavone L. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. Interface: Comunicação, Saúde e Educação. 2001;5(8):47-60.
5. Gradvohl SMO et al. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. Pensando Famílias, São Paulo. 2014;18(1):55-62.
6. Lévinas E. Totalidade e Infinito. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70; 1991. p. 244.
7. Lamb ME. O papel do pai em mudança. Análise Psicológica. 1992;1(10):19-34.
8. Risé C. A inaceitável ausência do pai: paternidade e seus desafios na sociedade atual. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova; 2007.
9. Flores G, Krueh CS. A experiência da paternidade em famílias monoparentais masculinas. Disciplinarum Scientia. 2013;14(2):211-228.
10. Abade F, Romanelli G. Paternidade e paternagem em famílias patrifocais. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis. 2018;26(2):1-18.
11. Oliveira JLAP, Crepaldi MA. Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: revisão integrativa da literatura. Actualidades en Psicología. 2018;32(124):91-109.
12. Mozzaquatro CO, Arpini DM. Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios. Psicologia: Ciência e Profissão. 2017;37(4):923-938.
13. Papalia DE et al. Desenvolvimento Humano. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
14. Bee H. O ciclo vital. Trad. Regina Garcez. Porto Alegre: Artmed, 1997.
15. Carter B, McGoldrick M. As Mudanças no ciclo de vida familiar. Uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Trad. Maria A. V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

16. Sobre a temática do ser mãe, Emmanuel Lévinas dedica uma atenção especial em sua obra *De outro modo que ser ou para lá da essência*. Tradução de José Luis Pérez e Lavínia Leal Pereira. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Capítulo 2 – sessão 2

1. Vila Nova S. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.
2. Carvalho IMM, Almeida PH. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo. 2003;17(2):109-122.
3. Lubich C. A família é o futuro. Discurso realizado em Lucerna - Itália. 1999.
4. CNS. Conselho Nacional de Saúde. Federação Nacional das Associações Juvenis, Direção-Geral de Educação. *Agenda da Juventude para a Saúde 2030*. Lisboa: CNS. 2021.
5. ONU. Organização das Nações Unidas. 2015. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
6. Brasil. Constituição Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
7. Schenker M, Minayo MCS. A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura. *Cad Saúde Pública*. 2004;(3):649-59.
8. Atlas Das Juventudes. *Evidências para a transformação das juventudes*, 2021. Disponível em: <http://www.atlasdasjuventudes.com.br/>
9. Abrinq. *Cenário da infância e Adolescência no Brasil 2020*. São Paulo: Fundação Abrinq, 2020.
10. Neri MC. *Jovens: Projeções Populacionais*. Rio de Janeiro: FGV Social. 2021.
11. Bahia Análise & Dados. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.1, Salvador: EGBA. 2010.
12. Neri MC. *Juventudes, Educação e Trabalho: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.
13. Rebolledo EAO, Medina NMODE, Pillon SC. Factores de riesgo asociados al uso de drogas en estudiantes adolescentes. *Rev Latino-Am Enferm*. 2004;(n°esp):369-75.
14. Neri MC. *Juventudes, Educação e Trabalho: Impactos da Pandemia nos Nem-Nem*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2021.
15. Laranjeiras R. *Drogas ficaram mais potentes ao longo dos anos*. O Globo. 2014. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.antidrogas.com.br/2014/02/04/drogas-ficaram-mais-potentes-ao-longo-dos-anos>
16. OMS. *Transtornos devido ao uso de substâncias*. In: Organização Pan-Americana da Saúde & Organização Mundial da Saúde (Orgs.). *Relatório sobre a saúde no mundo. Saúde Mental: nova concepção, nova esperança*. Brasília: Gráfica Brasil, 2001.
17. Gonçalves AM, Villar LMA, Sena RR. Doença Mental e uso de álcool e outras drogas: dificuldades relatadas por mulheres cuidadoras em família. *Rev Min Enf*. 2003;(1):14-20.
18. Pechansky F, Szbot C, Scivoletto S. Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. 2014;26(1):14-17.
19. Graner-Araújo RCE. *Quando eu crescer quero ser como ele. Adolescente: o tráfico de drogas e a função paterna*. 146f. [Dissertação]. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis - SP, 2009.
20. Alvarenga R et al. Violência, guerra às drogas e racismo de estado no Brasil. *Polis Revista Latinoamericana*. 2021;20(60):130-148.
21. Ribeiro JV, Schweikert PGM. *Infância e Juventude Estudos sobre os direitos das crianças e adolescentes*. Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. São Paulo. 2018;3(15):182-195.
22. Ministério Público Do Paraná. *Enfrentamento às drogas - Relatório mundial sobre drogas 2020 - breves considerações da coordenação do comitê do MPPR*. Disponível em: http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/cms/grupopaginas/105/1218/Relatorio_Mundial_Drogas_2020_-_SITE_-_Jose_Mauricio.pdf

23. UNUDOC. **Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime**. Relatório Mundial sobre Drogas 2021 avalia que pandemia potencializou riscos de dependência. Disponível em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2021-do-unodc_-_os-efeitos-da-pandemia-aumentam-os-riscos-das-drogas--enquanto-os-jovens-subestimam-os-perigos-da-maconha-aponta-relatorio.html
24. BRASIL. Lei n. 13.840, de 5 de junho de 2019, trata do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm
25. Wagner A. Família em cena: tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Vozes, 2002.
26. Léo P. Viver Bethânia. São Paulo: Canção Nova, 2006.
27. Zandoná A. Curar-se para ser feliz. São Paulo: Canção Nova, 2013.
28. UNESCO. Conferencia General 41ª reunión. 12 Foro De La Juventud. París, el 19 de noviembre de 2021.

Capítulo 2 - sessão 3

1. ONU. Organização das Nações Unidas. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
2. BRASIL. Diagnóstico Nacional sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos e Rede de Coalizões, Sul, 2021. Disponível em: <http://www.ancedbrasil.org.br/wpcontent/uploads/2021/11/11112021PesquisadorCADU-2.pdf>.
3. Heany SJ et al. The neural correlates of Childhood Trauma Questionnaire scores in adults: A meta-analysis and review of functional magnetic resonance imaging studies. *Development and Psychopathology*. 2018;30(4):1475-85.
4. Tendolkar I et al. Physical neglect during childhood alters white matter connectivity in healthy young males. *Human Brain Mapping*. 2018;39(3):1283-90.
5. Lutz PE et al. Association of a history of child abuse with impaired myelination in the anterior cingulate cortex: convergent epigenetic, transcriptional, and morphological evidence. *American Journal of Psychiatry*, 174(12):1185-94, 2017.
6. Instituto Alana e Ministério Público Do Estado De São Paulo (MPSP). Guia Operacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. O papel do Ministério Público na implementação de um programa de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO%20Tutela/GuiaOperacionalInfanciaMPSP.pdf>.
7. CNDH. Comisión Nacional de los Derechos Humanos. Protocolo para la Atención y Prevención de la Violencia Sexual en las Escuelas de Educación Inicial, Básica y Especial em la Ciudad de México, 2017. Disponível em: <http://appweb.cndh.org.mx/biblioteca/archivos/pdfs/Protocolo-Violencia-Sexual-Escuelas-CdMx.pdf>.
8. Mujica MI, Bassili JI. Orientaciones para la prevención del abuso sexual infantil desde la comunidade educativa, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mineduc.cl/bitstream/handle/20.500.12365/15623/Orientaciones-para-la-prevencion-del-abuso-sexual-infantil-desde-la-comunidad-educativa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
9. Colonetti VC. Aspectos Psicológicos da Violência: fatores de risco e de proteção para prevenir a violência. In: Rossa C, Colonetti VC (Orgs.) Proteger a Infância: proteção integral e garantia dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. São Paulo: Ed. Cidade Nova. 2019. p.63-91.
10. Campanha Faça Bonito. Entendendo sobre o assunto. Disponível em: <https://www.facabonito.org/entendendo>.
11. Yunes MMA, Miranda AT, Cuello SES. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades. In: Koller SH (ed). Ecologia para o desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
12. Poletto M, Koller S. Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos De Psicologia*. 2008;25:405-416.

13. MPSC. Ministério Público de Santa Catarina. MPSC lembra 25 anos de criação do ECA, 2015. Disponível em: <https://mpsc.mp.br/noticias/mpsc-lembra-25-anos-de-criacao-do-eca>.
14. União Marista do Brasil. Diretrizes Nacionais de Promoção e Proteção Integral dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Brasil Marista. Brasília, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Renata/Downloads/Diretrizes-Nacionais-de-Promo%C3%A7%C3%A3o-e-Prote%C3%A7%C3%A3o-Integral-dos-Direitos-das-Crian%C3%A7as-e-dos-Adolescentes-do-Brasil-Marista.pdf>.
15. Brasil. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
16. Brasil: Ministério da Cidadania. Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-de-assistencia-social-cras>.
17. Brasil: Ministério da Cidadania. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas>.
18. Brasil: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disque 100 - Conheça o canal do MMFDH que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100>.

Capítulo 3 - sessão 1

1. Carvalho Fortes PA, Ribeiro Parizi CR, Tittanegro GR, Pedalini LM, Pompei Sacardo D. Bioética e saúde global: um diálogo necessário. *Revista Bioética*. 2012;20(2):219-225.
2. Cruz MR, Trindade ES. Bioética de Intervenção-uma proposta epistemológica e uma necessidade para sociedades com grupos sociais vulneráveis. *Revista Brasileira de Bioética*. 2006;2(4):483-500.
3. Frenk J, Gomez-Dantes O. La globalización y la nueva salud pública. *Revista de Salud pública de México*. 2007;49(2):156-164.
4. Beaglehole R, Bonita R. What is global health? *Global Health Action*, New York. 2010;3:1-2.
5. Moreira MR, Kastrup E, Ribeiro JM, Carvalho AI, Braga AP. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros (as) em saúde sobre o potencial de o País cumprir os ODS Brazil heading to 2030. *Saúde em Debate*. 2020;43:22-35.
6. Salvage JJW. Nosso futuro é global: liderança em enfermagem e saúde global. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 2020;28:1-7.
7. Agenda 2030. Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil [internet]. Brasil. IPEA; PNUD. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/3>
8. Schincariol I. Fiocruz e instituições portuguesas debatem saúde global em diferentes perspectivas. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-e-instituicoes-portuguesas-debatem-saude-global-em-diferentes-perspectivas>.
9. Melo EA, Pierterzack C. Filosofia e saúde: pensando a pandemia na época da insensatez (Vol. 1). Porto Alegre: Editora FI, 2021.
10. Potter VR. Bioética global. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

Capítulo 3 - sessão 2

1. Aquino SR, Zambam NJ. As contradições do capitalismo no século XXI e sua metamorfose pela democracia e justiça. *Scientia Iuris*. 2016;20(2):107-140.
2. Moita EAP. Complementaridade, cooperação e subsidiariedade como princípios estruturantes dos sistemas de proteção dos direitos humanos. *Revista Themis*. 2013;11.
3. Lovo AO. Potência da razão e as limitações do ato humano: ciência é responsabilidade com o Criador. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*. 2020 Jul-Dec;23(2):202-215.
4. Spinsanti S. Bioética global: sabedoria para sobreviver. In: Sganzerla A, Zanella D. (Org). *A bioética de V. R. Potter: 50 anos depois*. Curitiba: Editora PUCPress; 2020.
5. Francisco. *Laudato si*. Roma: Libreria Editrice Vaticana; 2015.

6. Piovesan FA. Constituição Brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. STJ: Superior Tribunal de Justiça.
7. Bento XVI. Caritas in veritate. Roma: Libreria Editrice Vaticana; 2009.
8. Sen A. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das Letras; 1999.
9. Pessini L. Elementos para uma bioética global: solidariedade, vulnerabilidade e precaução. Thaumazein. 2017;10(19):75-85.
10. João Paulo II. Centesimus annus. Roma: Libreria Editrice Vaticana; 1991.
11. Duarte FC, Nacle ICC. Subsidiariedade: a evolução do princípio constitucional limitador da interferência estatal. Sequência (Florianópolis). 2014 Jun;(68):91-107.
12. Zambam NJ. Discutindo aspectos da justiça internacional: considerações a partir do pensamento de John Rawls e Amartya Sen. Episteme. 2009;29(2):89-114.
13. João Paulo II. Compêndio da doutrina social da igreja. Roma: Libreria Editrice Vaticana; 2004.
14. Zambam NJ, Kujawa HA. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. Revista Brasileira de Direito. 2017;13(1):60-85.
15. Gomes D, Zambam NJ. Sustentabilidade do espaço urbano: novas tecnologias e políticas públicas urbanístico-ambientais. Revista de Direito da Cidade. 2018;10(1):310-334.
16. João XXIII. Pacem in terris. Roma: Libreria Editrice Vaticana; 1963.

Capítulo 3 - sessão 3

1. Amaral VR, Basso D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. Colóquio. 2016;13(1):181.
2. Nascimento AL, Andrade LLS. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? Cienc. Cult. 2010;62(4):34-8.
3. Pastoral da Criança. Missão da Pastoral da Criança: Sistema de Informação da Pastoral da Criança, 3º trimestre de 2021. Disponível em: <http://www.pastoraldacrianca.org.br>.
4. Brasil. Senado Federal. Emenda à Constituição nº 64, de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília, DF: Senado Federal, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm.
5. Nações Unidas do Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/about/about-the-un>.
6. Alves S. PIB do agronegócio brasileiro tem crescimento de 8,3% em 2021. CNN. 2022 Mar 22. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pib-do-agronegocio-brasileiro-tem-crescimento-de-83-em-2021/>
7. Pompeia C. O Agrobolsonarismo: o presidente cooptou uma parte relevante do agronegócio, mas está longe de ter o apoio incondicional. Revista Piauí. 2022 Jan. 1. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-agrobolsonarismo>.
8. Benites A. Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. El País. Brasília; 2021 May 13. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>.
9. Idoeta PA. A história de Bolsonaro com hidroxycloquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>.
10. Moreira M, Lucca B. Brasil cai três posições no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. Folha de São Paulo. 2022 Sep 14. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/brasil-cai-tres-posicoes-no-indice-de-desenvolvimento-humano-da-onu.shtml>.
11. G1 (Jornal Nacional). Brasil volta ao mapa da fome das Nações Unidas. 2022 Jul 6. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>.
12. PENSSAN - Rede brasileira de pesquisa em soberania e segurança alimentar. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN : relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. - Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

13. Fernandes D. Bolsonaro é provavelmente o primeiro líder político da história a desencorajar a vacinação, diz especialista francês. BBC News Brasil. 2022 Sep 23. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-5539354>.
14. Potter VR. Bioética Global: construindo a partir do legado de Leopold. São Paulo: Edições Loyola; 2018.

Capítulo 4 - sessão 1

1. Scliar M. História do conceito de saúde. *Physis Rev Saúde Coletiva*. 2007;17(1):29-41.
2. Nascimento AM, Taissun AS, Martins VBC. Bem-estar subjetivo, bem-estar social e qualidade de vida relacionada à saúde: O caso da Fisioterapia. *Rev Científica da FASETE*. 2019;1:240-54.
3. Verdi M, Caponi S. Reflexões Sobre a Promoção Da Saúde Numa Perspectiva Bioética Reflections About Health Promotion on a Bioethics Reflexiones Sobre La Promoción De La Salud En Una Perspectiva Bioética. *Texto Context Enferm*. 2005;14(1):82-8.
4. Franke CM, Ianiski VB, Haas LCS. O Atendimento Compartilhado Na Perspectiva Da Atuação Multiprofissional Na Atenção Primária À Saúde. *Rev Context Saúde*. 2018;18(35):111-5.
5. Nações Unidas Brasil. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [Internet]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
6. Franklin TA, Galvão RA, Boery RNS de O, Sena EL da S, Yarid SD. Bioética da proteção na acessibilidade à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. *Rev Enferm UFPE line*. 2016;10(9):3483-8.
7. Kohlberg L. Moral stages: a current formulation and a response to critics: contributions to human development. Chicago: Harcover; 1984.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. 2013;34. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/politica_saude_lesbicas_gays_bissexuais_travestis.pdf
9. Ciasca SV. Definições da sexualidade humana. In: Ciasca SV, Hercowitz A, Junior AL, editors. Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole; 2021.
10. Calazans G. Políticas de saúde LGBTQIA+ no Sistema Único de Saúde e na saúde suplementar. In: Ciasca SV, Hercowitz A, Lopes Junior A, editors. Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Manole; 2021. p. 92-9.
11. Brasil. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sistema-unico-de-saude-sus-estrutura-principios-e-como-funciona>
12. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização - PNH.

Capítulo 4 - sessão 2

1. UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. 2005.
2. Kreuz G, Franco MHP. O luto do idoso diante das perdas da doença e do envelhecimento: revisão sistemática de literatura. *Arq Bras Psicol*. 2017;69(2):168-86.
3. Dadalto L. Cuidados paliativos: aspectos jurídicos. São Paulo: Foco; 2021.
4. Organização Mundial da Saúde. Safe motherhood division of reproductive. Maternal and newborn health. Safe motherhood. Care in Normal Birth: a practical guide. Genebra: OMS; 1996.
5. Organização Mundial da Saúde. WHO recommendations: intrapartum care for a positive childbirth experience. Genebra: OMS; 2018.
6. Suárez-Cortés M, Armero-Barranco D, Canteras-Jordana M, Martínez-Roche ME. Use and influence of delivery and birth plans in the humanizing delivery process. *Rev Lat Am Enfermagem*. 2015;23(3):520-6.
7. Medeiros RMK, Figueiredo G, Correa ÁC de P, Barbieri M. Repercussões da utilização do plano de parto no processo de parturição. *Rev Gauch Enferm*. 2019;40:e20180233.
8. Aragon M, Chhoa E, Dayan R, Kluftinger A m. y., Lohn Z o. e., Buhler K. Perspectives of Expectant Women and Health Care Providers on Birth Plans. *J Obstet Gynaecol Canada*. 2013;35(11):979-85.

9. Loiola AMR et al. Delivery plan as a care technology: Experience of women in the postpartum period in a birth center. *Cogitare Enferm.* 2020;25.
10. Trigueiro TH et al. Experiência de gestantes na consulta de Enfermagem com a construção do plano de parto. *Esc Anna Nery.* 2022;26:1-9.
11. Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos HumanizaSUS. Volume 4 Humanização do parto e do nascimento. Vol. 13, Nucl. Phys. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
12. Narchi NZ, Venâncio KCMP, Ferreira FM, Vieira JR. O plano individual de parto como estratégia de ensino-aprendizagem das boas práticas de atenção obstétrica. *Rev da Esc Enferm da USP.* 2019;53:1-7.
13. Possati AB et al. Humanization of childbirth: meanings and perceptions of nurses. *Esc Anna Nery.* 2017;21(4).
14. Mabuchi ADS, Fustinoni SM. O significado dado pelo profissional de saúde para trabalho de parto e parto humanizado.
15. Inácio RS, Corradi-Perini C, Gomes M. Saúde materna em Moçambique. *Rev Iberoam Bioética.* 2021;(15):01-10.
16. Bohren MA, Vogel JP, Hunter EC, Lutsiv O, Makh SK, Souza JP, et al. The Mistreatment of Women during Childbirth in Health Facilities Globally: A Mixed-Methods Systematic Review. *PLoS Med.* 2015;12(6):e1001847.
17. Brasil. Ministério da Saúde. Você sabe o que é violência obstétrica? [Internet]. 2018. Available from: <http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/53079-voce-sabe-o-que-e-violencia-obstetrica>.

Capítulo 4 - sessão 3

1. Sociedade Brasileira de Infectologia - SBI. Atualizações e recomendações sobre a Covid-19. Sociedade Brasileira de Infectologia. 2020;19:1-7.
2. Prado AD et al. A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. *Rev Eletrônica Acervo Saúde.* 2020;(46):e4128.
3. Brasil. Ministério da Saúde. O que significa ter saúde? 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>
4. Sá Junior LS de M. Desconstruindo a definição de saúde. *Jornal do Conselho Federal de Medicina (CFM).* 2004;15-6.
5. Organização Mundial da Saúde (OMS). Mental health: a state of well-being. 2014.
6. de Magalhães JRF et al. Social and health implications that affect people bereaved by the death of family members by COVID-19. *Rev Baiana Enferm.* 2020;34:1–7.
7. Secretaria de Estado da Saúde de Goiás. Guia de saúde mental: orientações para o cuidado integral no enfrentamento da Covid-19 na Rede de Atenção Psicossocial do Estado de Goiás. Goiânia; 2020.
8. Secretaria de Saúde do Distrito Federal. A saúde mental dos profissionais de saúde em meio a pandemia Covid-19. 2020. p.1-4. Disponível em: <http://journal.um-surabaya.ac.id/index.php/JKM/article/view/2203>
9. Coordenadoria de controle de doenças. Nota Técnica 2, 25 de março de 2020. *Diário Of. Pod. Exec.* 2020;130(60):21.
10. Oliveira DS de et al. COVID-19: do enfrentamento ao fortalecimento de estratégias em saúde mental - uma revisão narrativa. *Heal Resid J.* 2020;1(4):1-21.
11. Ornell F et al. “Pandemic fear” and COVID-19: Mental health burden and strategies. *Brazilian J Psychiatry.* 2020;42(3):232-5.
12. Araujo LFSC de, Machado DB. Impact of covid-19 on mental health in a low and middle-income country. *Cienc e Saude Coletiva.* 2020;25:2457-60.
13. Globalmed. Psiquiatra Online: saiba tudo sobre essa novidade. 2020. Disponível em: <https://www.globalmedclinica.com.br/psiquiatra-online/>

14. Conselho Federal de Psicologia. Resolução no 4 de 26 de março de 2020. [Internet]. Diário Oficial da União 2020;10-1. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/index.php?cat=todos&s=covid-19&submit=Buscar>
15. Conselho Regional de Psicologia do Paraná. COVID-19: Atendimento online poderá ser feito sem confirmação de cadastro no e-Psi. 2020. Disponível em: <https://crprp.org.br/covid19-e-psi/>
16. Nações Unidas Brasil. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

Capítulo 4 - sessão 4

1. Chauí M. Cultura e democracia. São Paulo: Moderna; 1984.
2. Pereira De Figueiredo P et al. A saúde sob a perspectiva da cidadania. REME Rev Min Enferm. 2009;13(2):283-7.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização - PNH. 2013.
4. Barchifontaine CP, Trindade MA. Bioética, saúde e realidade brasileira. Rev. Bioética. 2019;27(3):439-45.

Capítulo 5 - sessão 1

1. Boff, L. O Doloroso Parto da Mãe Terra. Uma Sociedade de fraternidade sem fronteiras e de amizade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.
2. Francisco. Carta Encíclica Laudato Si'. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.
3. Potter VR. Bioética: Ponte para o futuro. São Paulo: Editora Loyola Jesuítas, 2016.
4. Brustolin LA. Bioética: Cuidar da vida e do meio ambiente. São Paulo: Paulus, 2010.
5. Boff L. Civilização Planetária. Desafios à sociedade e ao cristianismo. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

Capítulo 5 - sessão 2

1. Jonas H. O princípio responsabilidade ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio De Janeiro: Contraponto Rio De Janeiro Ed. Puc-Rio; 2006.
2. Francisco. Gaudete et exsultate: Exortação Apostólica sobre a chamada à santidade no mundo atual (19 de março de 2018). Vatican City: Vatican Press; 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20180319_gaudete-et-exsultate.html.
3. Marques da Silva I, Souza W. O ser humano na perspectiva da responsabilidade. O ser humano na perspectiva da responsabilidade. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/84639777/O_ser_humano_na_perspectiva_da_responsabilidade
4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
5. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus; 2002.
6. Marques da Silva I. O fim da humanidade, uma questão de responsabilidade. Folha de Campo Magro. 2018;280:13. Disponível em: <https://folhacampomagro.blogspot.com/2018/11/blog-post.html?m=1>.

Capítulo 5 - sessão 3

1. Esperandio MRG. Pós-modernidade. São Leopoldo: Sinodal; 2010. 102 p.
2. Mo Sung J. Sujeito e sociedades complexas: para repensar os horizontes utópicos. Petrópolis: Vozes; 2002.
3. Courtine JJ. Introdução. In: Corbin A, Courtine JJ, Vigarello G. (Org). 4. ed. Petrópolis: Vozes; 2011. p.7-12.
4. Fischer ML, Cunha T, Renk V, Sganzerla A, Santos JZ. Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. 2017;24(2):391-409.

5. Boff L. Habitar a terra: qual o caminho para a fraternidade universal. Petrópolis: Vozes; 2022.
6. Boff L. Os animais, portadores de direitos e devem ser respeitados. 2017. In: Boff L. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2017/11/11/os-animais-portadores-de-direitos-e-devem-ser-respeitados/>
7. Boff L. O cuidado necessário. 2. ed. Petrópolis: Vozes; 2013.
8. Zanatta AA, Santos JR Junior, Perini CC, Fischer ML. Biofilia: produção de vida ativa em cuidados paliativos. Saúde debate. 2019;43(122):949-965.
9. Zeferino J, Boff C. Ética barthiana e teologia pública: contribuições para a teologia da cidadania. REVER. 2017;17(1):146-167.
10. Porto RCC. Ecoteologia: uma questão de teologia pública. Caminhando. 2018; 23(2): 59-79.
11. Souza W. Da heurística do temor a práxis do amor: Estudo teológico-moral sobre “O princípio responsabilidade” em Hans Jonas [dissertação]. Rio de Janeiro: Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; 2009.
12. Fischer ML, Martins GZ (org). Caminho do Diálogo 2. Brasília: CFM. 2019.

Capítulo 6 - sessão 1

1. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial; 1988.
2. Brasil. IBGE. Pesquisa Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais. Brasília; 2022.
3. Brasil. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/Content/uploads/20162317410_FINAL_SANZIONADALei_Brasileira_de_Inclusao_06julho2015.pdf.
4. Brasil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/ SEESP; 2007. Disponível em http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_continuada_educacao_especial.pdf.
5. Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: IPEA; 2014.
6. Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. ed. Brasília: Câmara; 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.
7. Camargo E P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlances e desenlances Ciênc. educ., 2017;(23):1.
8. Cury C R J et al. O Aluno com Deficiência e a Pandemia, 2020.
9. IPEA. Instituto de Pesquisa Aplicada. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>.
10. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2020. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>.
11. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar, 2020. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>.
12. Glat R, Pletsch M D, Fontes R de S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. Educação; 32(1).
13. Mantoan M T E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna; 2003.
14. Nussbaum M. Fronteiras da Justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. São Paulo: Martins Fontes; 2013.
15. 10.Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. 2005.
16. Secchi L et. al. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: CENGAGE; 2022.
17. 12.Silva Neto A O et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial. 2018;31(60):81-92.

18. Rauli P M F. Bioética e educação: caminhos de convergência para a construção de pontes para o futuro. In Renk V E, Rauli P M F (Org.). Bioética e Educação. Curitiba: Editora CRV; 2016.
19. UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na educação. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>.
20. Volpato AC, Chemin MRC. Políticas públicas de educação básica inclusiva sob a ótica da declaração universal sobre bioética e direitos humanos. Revista Educação-UNG-Ser. 2022;17(1):161-172

Capítulo 6 - sessão 2

1. Benedek W, Moreira V, Gomes C M. Compreender os Direitos Humanos Manual de Educação para os Direitos Humanos. Coimbra Editora; 2014.
2. Biroli F. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo; 2018.
3. Bourdieu P. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2009.
4. CIDH - Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Convenção de Belém do Pará. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>
5. Conferências mundiais da mulher. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>.
6. Dias I, Lopes A, Lemos R. Violência contra as mulheres idosas: O Peso das assimetrias de gênero na Idade Avançada. Rev Fem. 2018;(6):66-79.
7. Federici S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante; 2019.
8. Fórum brasileiro de Segurança pública. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. 2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19/.
9. Fórum Brasileiro de Segurança pública. Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contra-meninas-mulheres-2022-1sem.pdf>.
10. Goldenberg M. Mulheres & Militantes. Estudos Feministas: Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina. 1997;5(2):349-64.
11. Gonzaga J. We Can Do It!: Discursos Sobre a Força Da Mulher Nas Movências Da História. Ling em (Dis)curso. 2021;21(1):95-115.
12. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>.
13. Marques ES et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2020;36(4):1-6.
14. Hermel JS, Drehmer LBR. Repercussões da violência intrafamiliar: Um estudo com mulheres em acompanhamento psicológico. Psicologia Argumento. 2017;31(74).
15. Herrera Flores J. De habitaciones propias y otros espacios negados: una teoría crítica de las opresiones patriarcales. Cuadernos Deusto de Derechos Humanos. 2005; 3.
16. ONU. Violência de gênero e COVID-19: “Quando nos calam, permitimos que esses crimes se multipliquem”. 25 de Maio de 2020.
17. SOF. Sempre Viva Organização Feminista. Pesquisa SEM PARAR o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, 2022. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>.

Capítulo 6 - sessão 3

1. Agência Brasil. Política de tolerância zero nos EUA diminuiu crimes e lotou presídios. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/politica-de-tolerancia-zero-nos-eua-diminuiu-crimes-e-lotou-presidios>.

2. Barroso LR. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. ed. São Paulo: Saraiva Jur; 2022.
3. Bittar ECB. Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça. 3. São Paulo: Saraiva Jur; 2021.
4. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.
5. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>.
6. Pereira ODP. A Crescente Perda de Direito de Acesso à Justiça. Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos. 2011;(5):1057-1065.
7. Revista Consultor Jurídico. Pesquisa mostra 10 práticas de corrupção do brasileiro. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-nov-05/pesquisa-aponta-10-praticas-corrupcao-brasileiro>.
8. Ruiz IA. Princípio do acesso justiça. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/201/edicao-1/principio-do-acesso-justica>.
9. Silva PNN. Direitos Fundamentais. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. 2008;(22):246-255.
10. Sousa L. Corrupção. Fundação Francisco Manuel dos Santos; 2011.
11. Transparência Internacional Brasil. Índice de Percepção da Corrupção 2021. Disponível em: <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>.
12. Trase E et al. Corrupção: consequências e impactos na sociedade brasileira. Disponível em: <https://jusbrasil.com.br/artigos/360700254/corrupcao-consequencias-e-impactos-na-sociedade-brasileira>.

Docentes PPGB - PUCPR

Dr. **Alberto Paulo Neto**. Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética da PUCPR. Líder do Grupo de Pesquisa “Justiça e Direitos Fundamentais” (CNPq/PUCPR). <https://orcid.org/0000-0003-2322-1984>. <http://lattes.cnpq.br/5805445709547333>.

Dr. **Anor Sganzerla**. Filósofo e Teólogo. Doutor em Filosofia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética da PUCPR. <https://orcid.org/0000-0001-8687-3408>. <http://lattes.cnpq.br/0737568076559541>.

Dr. **José Eduardo de Siqueira**. Médico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Bioética pela Universidad de Chile e Doutor em Medicina e Ciências da Saúde pela Universidade Estadual de Londrina, docente do Curso de Medicina (Campus Londrina) e do Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-7513-1385>. <http://lattes.cnpq.br/6535588911237744>.

Dr. **Mário Antônio Sanches**. Teólogo. Pós doutor pela Cátedra Bioética da Universidad Pontificia Comillas. Doutor em Teologia pela EST/IEPG com estágio doutoral no Instituto Kennedy de Ética na Universidade Georgetown, Washington, DC. Mestre em Antropologia Social pela UFPR. Docente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Bioética da PUCPR. <http://orcid.org/0000-0002-5794-2272>. <http://lattes.cnpq.br/3895854709901233>.

Dr. **Waldir Souza**. Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-doutor pelo Centro Universitário São Camilo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética e Teologia da PUCPR. <http://orcid.org/0000-0002-4332-2822>. <https://lattes.cnpq.br/1375187257926128>.

Dra. **Carla Corradi Perini**. Nutricionista e Mestre em Ciências Farmacêuticas pela UFPR. Doutora em Ciências da Saúde. Pós-doutorado pelo Centro Universitário San Juan de Dios – Universidade de Sevilha. Docente do Curso de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Bioética da PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-9340-8704>. <http://lattes.cnpq.br/4309060445380330>.

Dra. **Caroline Filla Rosaneli**. Nutricionista pela UFSC. Mestre pela Unicamp. Doutora pela PUCPR. Pós-doutorado pela Cátedra Unesco da UnB. Docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética da PUCPR. Docente colaboradora do Programa de Pós-graduação do Ensino de Ciências da Natureza da UNIR. <http://orcid.org/0000-0003-3710-5829>. <https://lattes.cnpq.br/7184962875855348>.

Dra. **Marta Luciane Fischer**. Bacharel e Licenciada em Biologia pela PUCPR e Artista Plástica pela FAP, Mestre e Doutora em Zoologia, docente dos cursos de Ciências Biológicas e Programa de Pós-graduação em Bioética da PUCPR. Líder do Grupo de Pesquisa em Bioética Ambiental. <http://orcid.org/0000-0002-1885-0535>. <http://lattes.cnpq.br/3200226780923332>.

Dra. **Valquíria Elita Renk**. Geógrafa. Doutora em Educação Pós-doutorado em Educação pela UFPR. Docente do Programa de Pós-Graduação em Bioética da PUCPR. Líder do Grupo de Pesquisa Bioética e Educação. <http://orcid.org/0000-0002-2679-7471>. <http://lattes.cnpq.br/7772585101414936>.

Pós-Doutorandos(as)

Dra. **Cristiane Pieterzack**. Graduada em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2005). Mestra em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (2009), com especialização em Fenomenologia e Hermenêutica. Mestra em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (2013), com especialização em Filosofia Prática. Perita em Magistério Eclesial e Normativa Canônica pelo Studium de Roma (2015). Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (2020). Em processo de pós-doutorado em Bioética na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pesquisadora nas áreas de: 1. Hermenêutica, com ênfase em interpretação, tradução e arquivística; 2. Ética, com ênfase em bioética e ciências da família. É presidente da Associação de promoção social Domus ASF (Itália), na qual também realiza Práxis Filosófica. <https://orcid.org/0000-0002-3291-9260>. <https://www.cnpq.br/5938157489944307>.

Dr. **Edvaldo Antonio de Melo**. Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Mestrado e Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG) de Roma. Bacharel em Teologia pelo Centro de Estudos Superior de Juiz de Fora (CESJF). Em processo de pós-doutorado em Bioética na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Diretor Acadêmico, Coordenador do Curso de Filosofia e Professor na Faculdade Dom Luciano Mendes (FDLM / Mariana-MG). Editor da Revista de Filosofia Inconfidentia e da Série Inconfidentia Philosophica. Formador da Domus ASF. <https://orcid.org/0009-0003-9203-6878>. <http://lattes.cnpq.br/2414707127390924>.

Dr. **João Carlos de Aquino Almeida**. Mestre e Doutor em Ciências (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Bioética da PUCPR. Docente dos cursos de biologia e do programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Líder do Grupo de Pesquisa Ciência, Tecnologia, Educação e Sociedade. <https://orcid.org/0000-0002-4059-9930>. <http://lattes.cnpq.br/3061079332211219>.

Dra. **Maria Inês Amaro Assunção de Melo**. Psicóloga, mestre em Bioética, doutora em Teologia, Pós-doutoranda em Bioética pela PUCPR. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa-Sector de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná-UFPR (2019-2022). Psicóloga Clínica/Hospitalar/Saúde.

Dra. **Orlene Veloso Dias**. Enfermeira. Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (2016). Pós-doutoranda em Bioética PUCPR (2021-2023). Professora da Universidade Estadual de Montes Claros Departamento de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Cuidado Primário em Saúde. <https://orcid.org/0000-0002-9017-7875>. <http://lattes.cnpq.br/1143651575805012>.

Dr. **Odirlei Arcangelo Lovo**. Graduado em Ciências Contábeis pela UNIR (2003). Mestre em Administração pela FEAD/MG (2013). Doutor em Teologia pela PUCPR (2019). Pós-doutorando em Bioética pela PUCPR (2021-2023). Atualmente é professor titular da UNIR e do Programa de Pós-graduação do Ensino de Ciências da Natureza. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: essência administrativa, parentalidade, sociabilidade, economicidade e ação humana. <https://orcid.org/0000-0003-0576-9284>. <http://lattes.cnpq.br/5407001106934088>.

Dr. **Roberto de Paula**. Doutor em Direito. Professor da Universidade Federal de Rondônia. Pós-doutorando pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-8719-4527>. <http://lattes.cnpq.br/6148179840163945>.

Egressos(as)

Msc **Alex Luis Genari**. Professor de Educação Física. Mestre em Bioética. Centro Universitário Campos de Andrade. <http://lattes.cnpq.br/1519425864129948>.

Msc **Andrea Ricetti Bueno Fuscilim**. Advogada, Especialista em Direito e Processo do Trabalho e Direito Societário. Mestre em Bioética pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-0295-4583>. <http://lattes.cnpq.br/0420973262156047>.

Msc. **Amanda Amorim Zanatta**: Licenciada em Ciências Biológicas PUCPR. Mestre em Bioética. <http://orcid.org/0000-0001-8390-1573>. <http://lattes.cnpq.br/3968636200074082>.

Msc. **Andrea Claudia Volpato**. Pedagoga. Mestre em Bioética. Prefeitura Municipal de Curitiba. <https://orcid.org/0000-0002-4487-7459>. <http://lattes.cnpq.br/2099458203963406>.

Msc. **Caroline Good**. Licenciada em ciências Biológicas PUCPR. Mestre em Bioética. <https://orcid.org/0000-0001-7625-0303>. <http://lattes.cnpq.br/4473436485264925>.

Msc. **Eliane Benkendorf**. Graduada em Serviço Social e Mestre em Bioética pela PUCPR. Atuações: Apoiadora técnica em atenção à saúde indígena - SESAI - Ministério da Saúde (atual); Consultora do Ministério da Saúde para a Política Nacional de Humanização de Atenção e Gestão; Apoiadora do Ministério da Saúde para as Redes de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde (2013-2016); Mediadora do Ministério da Saúde para o Projeto de Aprimoramento e Inovação

no Cuidado e Ensino em Obstetrícia e Neonatologia; Consultora da Organização Pan-Americana da Saúde para Rastreamento de Contatos da Covid-19. <https://orcid.org/0009-0000-0427-5691>. <http://lattes.cnpq.br/5550014927876315>.

Msc. **Eva Gislane Barbosa**. Mestre em Teologia. Doutoranda em Teologia (PUCPR). Bolsista CAPES/PUCPR. <https://orcid.org/0000-0003-4133-9601>. <http://lattes.cnpq.br/5884363422619380>.

Msc. **Itamar Marques da Silva**. Historiador e Teólogo. Mestre em Teologia pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0001-5294-2356>. <http://lattes.cnpq.br/3485817649677498>.

Msc. **Jaqueline Stramantino**: Nutricionista pela PUCPR e mestre em Bioética. <https://orcid.org/0000-0003-2548-5350>. <http://lattes.cnpq.br/5382654068868896>.

Msc. **João Moreira Júnior**. Teólogo, Mestre em Bioética pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0003-1698-6751>. <http://lattes.cnpq.br/5076659047227833>.

Msc. **Jociane Casellas**. Psicóloga, Mestre em Bioética, Pós-graduada em psicologia clínica e hospitalar, Especialista em cancerologia pelo programa de residência multiprofissional do Hospital Erasto Gaertner, Pós-graduanda em Cuidados Paliativos. <https://orcid.org/0000-0003-2352-6526>. <http://lattes.cnpq.br/7041322011898572>.

Msc. **Leonardo Alexandre Fernandes**. Cirurgião-Dentista, Enfermeiro e Bacharel em Direito. Doutor em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestre em Odontologia pela Universidade Veiga de Almeida, mestre em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, especialista em Odontologia Legal pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em Endodontia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente do Curso de Odontologia da UNISOCIESC. <https://orcid.org/0000-0002-5267-9751>. <http://lattes.cnpq.br/4673614577808853>.

Msc. **Liliane Mayumi Swiech**. Médica e mestre em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. <https://orcid.org/0000-0002-0672-3512>. <http://lattes.cnpq.br/3210405540586766>.

Msc. **Marcia Caetano da Costa**: Psicóloga; Residência em Cancerologia pelo Hospital Erasto Gaertner, Especialista em Psicologia Clínica - Abordagem Psicanalítica e em Cuidados Paliativos pela PUCPR. Mestre em Bioética. Responsável técnica do Serviço- Escola da Faculdade Ielusc. <https://orcid.org/0000-0001-7408-3273>. <http://lattes.cnpq.br/1390693064528749>.

Msc. **Michel Eriton Quintas**. Bacharel e Mestre em Teologia (PUCPR). <https://orcid.org/0000-0003-4299-8510>. <http://lattes.cnpq.br/9132593308272787>

Msc. **Patricia Feiz Nardinelli Bernardes de Carvalho**. Bacharel em Direito pela UEL. Especialista em Direito Civil pela UEL e em Direito Médico, Odontológico e

da Saúde pelo IPEBJ – Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos e pela Universidade de Coimbra/Portugal. Mestre em Bioética. <https://orcid.org/0000-0002-8702-0711>. <https://lattes.cnpq.br/0452951659894764>

Msc. **Renata Cristina Alves da Rocha**: Psicóloga pela UEL, mestre em Bioética. <http://orcid.org/0000-0002-5360-118>. <http://lattes.cnpq.br/6793243752080288>.

Msc. **Robiran José dos Santos Junior**. Licenciado em Ciências Biológicas, Mestre em Bioética. <http://orcid.org/0000-0003-3724-8467>. <http://lattes.cnpq.br/3265974341587321>.

Msc. **Tarcísio Padilha**: Doutorando e Mestre em Teologia pela PUCPR. Bolsista pelo Programa Uniedu/SC. Licenciado em Filosofia pelo Claretiano. Bacharel em Teologia pela Católica de Santa Catarina. <http://lattes.cnpq.br/6034105163360189>. <https://orcid.org/0000-0001-5262-1368>.

Msc. **Thierry Betazzi Lummertz**: Biólogo pela PUCPR, ator e mestre em Bioética. <http://orcid.org/0000-0003-1468-8427>. <http://lattes.cnpq.br/6301060025520592>.

Msc. **Vera Lucia Wunsch**. Graduada em Teologia (PUCPR) e Economia (FAEPR); Mestre em Bioética (PUCPR). Doutoranda em Teologia (PUCPR). <https://orcid.org/0000-0003-4100-2910>. <http://lattes.cnpq.br/6622215163338015>.

Msc. **Verônica do Nascimento Graeser**. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) (2016). Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário UniOpet (2010) e em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) especialista em Direito Penal e criminologia e Direito Constitucional pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal - ICPC em parceria com a UNINTER (2017). Mestre em Bioética pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0001-9704-5675>. <http://lattes.cnpq.br/4827781205480473>.

Mestrandos(as)

Eliana de Oliveira More Maia. Graduada em Gastronomia pela Universidade Positivo com Especialização em Gestão da Cerveja. Mestranda em Bioética. Gestora do Lab. Cozinha Experimental do Curso de Tecnologia em Gastronomia da PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-9370-6875>. <http://lattes.cnpq.br/4910122925005925>.

Fabiane Olivia Ardenghi. Graduada em Terapia Ocupacional (IPA Porto Alegre). Mestranda em Bioética. <https://orcid.org/0000-0002-5267-97510009-0003-2564-956X>. <https://lattes.cnpq.br/3853609179384987>.

Gislaine Teresinha de Queiroz. Médica pela UNIOESTE, Endocrinologia e Metabologia pelo HCFMRP e Mestranda em Bioética na PUCPR. <https://orcid.org/0009-0005-0196-421X>. <http://lattes.cnpq.br/2629984602917719>.

Ingrid Mayumi da Silva Yoshi. Graduada em Direito pela PUCPR e graduanda em Filosofia pela UEL. Mestre em Direito e novas tecnologias pela Faculdades Londrina. Mestranda em Bioética. <https://orcid.org/0000-0001-6606-4945>. <http://lattes.cnpq.br/3195783456068623>.

Luann Conceição Vianna. Bacharel em Teatro pela PUCPR. Especialização em Artemídia: Poéticas Digitais e Tecnológicas (2014). Mestrando em Bioética. <https://orcid.org/0009-0009-8295-8653>. <http://lattes.cnpq.br/4260477369651699>.

Maicon Douglas de Oliveira. Licenciado em Educação Física pela PUCPR, Especialização em Psicomotricidade e Desenvolvimento Humano pela PUCPR e Mestrando em Bioética pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0003-2234-945X> <http://lattes.cnpq.br/4483759022661566>.

Marina Kobai Farias. Bióloga pela PUCPR, Mestranda em Bioética. Bolsista CAPES. <https://orcid.org/0000-0002-8741-8754>. <https://lattes.cnpq.br/1207566985141308>.

Taiara Maestro Calderon de Paula. Enfermeira, obstetra, mestranda em Bioética, docente no curso de Medicina da PUCPR.

Graduados(as) e Graduandos(as)

Alex Aparecido Silva. Licenciado em Ciências Biológicas e Graduando de Psicologia PUCPR. Bolsista Pibic PUCPR. <https://orcid.org/0009-0007-4277-867X>. <http://lattes.cnpq.br/3240653458859361>.

Anelise Wenningkamp Biesdorf. Graduada em Teologia PUCPR. <http://lattes.cnpq.br/4245019028591116>.

Bárbara Dayanna Veloso Cardoso de Alkmim. Graduada em Medicina pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). <https://orcid.org/0009-0001-1564-7224>. <http://lattes.cnpq.br/1391738165807917>.

Beatriz Nunes. Graduada em Ciências Sociais pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-3228-48830>. <http://lattes.cnpq.br/8417372845842773>.

Carlos Eduardo Scheopping Santos. Graduando em Teologia PUCPR. <http://lattes.cnpq.br/5816076905008067>.

Ioná Mila Marques. Graduada de Nutrição PUCPR. Bolsista Pibic CNPq/PUCPR. <https://orcid.org/0009-0001-8664-3546>. <http://lattes.cnpq.br/8705718555800344>.

Isabella Karine Bueno. Graduada Ciências Biológicas PUCPR. Pibic, Bolsista PUCPR. <https://orcid.org/0009-0005-0353-6366>. <http://lattes.cnpq.br/7356653736962460>.

Laura Balbino Altmann. Graduada em Direito pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-4293-5643>. <http://lattes.cnpq.br/9787861632478170>.

Leonardo Machado Michelotto. Graduando em medicina pela PUCPR. Bolsista PIBIC PUCPR. <https://orcid.org/0009-0005-1577-2219>. <http://lattes.cnpq.br/1013448865320276>.

Luísa Helena de Oliveira. Graduada em Psicologia pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0001-9421-092X>. <http://lattes.cnpq.br/1261960604130410>.

Marianna Rodrigues Beltrão. Graduada em Psicologia pela PUCPR. Pós-graduanda em Neuropsicologia. <https://orcid.org/0000-0003-2347-9109>.

Milena Schirley Medeiros dos Santos. Graduanda em Nutrição pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0001-8988-5332>.

Otoniel Wallysson Batista de Lima Pequeno. Graduando em Teologia PUCPR. <https://lattes.cnpq.br/3899873498782317>.

Raíssa Martins Ribeiro Fanchin. Estudante do ensino médio TECPUC.

Willian Gabriel de Melo Oliveira dos Santos. Graduado em Ciências Sociais pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-5666-9913>. <https://lattes.cnpq.br/7453855537603715>.

Yan Lucas Martins Silva. Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). <https://orcid.org/0000-0002-1275-7284>. <http://lattes.cnpq.br/8770730753330045>.

Autores externos à PUCPR

Ana Lúcia Munhoz de Oliveira. Advogada, Mestranda em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0001-8843-1531>. <http://lattes.cnpq.br/9606831278611114>.

Dra. **Bárbara Pitta Della Noce.** Mestre em Biociências e Biotecnologia e Doutora em Ciência Animal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Pós Doutoranda do Programa de Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). <https://orcid.org/orcid.org/0000-0002-9366-4636>. <http://lattes.cnpq.br/1292613987898032>.

Daniel Amaral. Bacharel em Teologia pela PUCPR. <https://orcid.org/0009-0006-8195-1327>. <https://lattes.cnpq.br/8865421448975272>.

Dr. **Denecir de Almeida Dutra.** Geógrafo. Doutor em Geografia. Centro Universitário Campos de Andrade. <https://orcid.org/0000-0002-0995-8085>. <http://lattes.cnpq.br/8210592346846554>.

Msc. **Eliane Freire Rodrigues De Souza De Carli.** Médica e advogada. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO. Coordenadora do Núcleo

Lux Mundi na Conferência dos Religiosos do Brasil e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5642-6081>. <http://lattes.cnpq.br/9338105741335305>.

Francicleide da Silva Freitas. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. <https://orcid.org/0009-0005-9235-0298>. <http://lattes.cnpq.br/2191510024109030>.

Gracielle Santiago. Graduada no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas pela UFRJ. <https://orcid.org/0000-0002-8993-5325>. <https://lattes.cnpq.br/7806630949944186>.

Gustavo De Souza Costa. Graduando do Direito. Universidade Federal de Rondônia. Bolsista PIBIC UNIR. <https://orcid.org/0000-0002-3214-9462>. <http://lattes.cnpq.br/4390547676434268>.

Karla de Mello Silva. Graduada em Direito pela Universidade Iguazu (UNIG). Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF). <http://lattes.cnpq.br/3674178767696870>.

Dr. **Luís Castelo Branco Rena.** Pedagogo. Especialista em Educação Afetivo-sexual. Mestre em Psicologia. Tem experiência na área da educação básica e do ensino superior, psicologia social e educação em saúde. Atualmente é Diretor Executivo da Casulo: Oficina de Conhecimento; coordena a Escola de Teologia Pedro Casaldáliga da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT e coordena o Programa de Medicação de Conflitos da Secretaria Municipal da Educação de Contagem-MG.

Dra. **Maíra Fernandes Ribas de Melo e Silva.** Jornalista. Especializada em direitos humanos e comunicação de impacto. Mobilizadora social e educadora ambiental formada pela rede Defensores da Terra, especialista em justiça socioambiental pela CLACSO e doutora em Literatura e Cultura contemporânea pela PUC-Rio. Coordenadora do projeto 100 Mil Jovens pela Água. Membro do Coletivo Ágora Brasil, da Sociedade Vegetariana Brasileira e conselheira da Earth Holder Community, movimento de justiça climática da tradição do budismo engajado. <https://orcid.org/0000-0003-2823-1321>. <http://lattes.cnpq.br/8670239939212300>.

Mateus Dal Magro Oliveira. Graduando do Direito. Universidade Federal de Rondônia. Bolsista PIBIC UNIR. <https://orcid.org/0000-0002-0271-6550>. <http://lattes.cnpq.br/4252590830242705>.

Michael Leonel. Graduado em Direito pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0002-6958-0547>. <http://lattes.cnpq.br/8436834160145243>.

Michel de Oliveira. Historiador. Especialista em Antropologia Cultural pela PUCPR. <https://orcid.org/0000-0001-8105-9933>. <http://lattes.cnpq.br/5206671234059996>.

Msc. **Patrícia Alves Paiva de Oliveira.** Enfermeira graduada pela UNIMONTES.

Mestra em Ciências da Saúde e Doutoranda em Ciências da Saúde pela UNIMONTES, <https://orcid.org/0000-0002-6565-0587>. <http://lattes.cnpq.br/5265261096817761>.

Patricia Vieitez. Graduada em Jornalismo pela Universidade Metodista de Piracicaba. Graduanda em Veterinária pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFSS). <http://lattes.cnpq.br/1515058051302899>.

Rafaela Batista Carvalho de Pina. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Licenciada em Biologia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva, Psicopedagogia Clínica e Neuro psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar - Instituto IBRA. Pós-graduada em Educação Ambiental - Instituto Federal Fluminense. <https://orcid.org/0009-0000-6884-1605>. <http://lattes.cnpq.br/1348222344297500>.

Rafaela Siqueira de Oliveira Silva. Graduanda em Medicina pela UNIMONTES. <https://orcid.org/0000-0002-8620-7568>. <http://lattes.cnpq.br/1497523856663704>.

Tatiana O. Vieira. Graduada em Serviço Social e Pedagogia. Especialização em Educação Especial Inclusiva. <https://orcid.org/0000-0001-6927-370>. <https://lattes.cnpq.br/7400649866299798>.

Ilustração

Imagens de Abertura, além dos capítulos 1, 3 e 6 são de autoria de Marta Luciane Fischer e capítulos 2, 4, e 5 de autoria de Artur Renato Ortega.

As ilustrações internas aos capítulos foram produzidas pelos autores utilizando-se de banco de imagens de livre acesso de aplicativos da Microsoft e Canva.

Procedimentos Éticos

As oficinas foram conduzidas respeitando os princípios de integridade na pesquisa com participantes humanos promulgado pela Resolução CNS 466/12, tendo o aval do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR (CAAE: 48091515.4.0000.0100).

Todas informações contidas nos capítulos são de responsabilidades dos colaboradores de cada sessão.

Todos o conteúdo de dados pessoais dos colaboradores é de responsabilidade de cada autor.

ÍNDICE REMISSIVO**A**

ação comunitária 3, 6, 114

água 3, 4, 7, 10, 12, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 45, 85, 136, 141, 143, 155, 188, 189, 190, 213

ambiente 2, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 15, 17, 26, 28, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 44, 50, 55, 64, 68, 69, 81, 82, 83, 86, 87, 90, 91, 92, 104, 109, 112, 116, 117, 122, 126, 128, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 149, 152, 154, 158, 161, 171, 172, 177, 183, 184, 185, 186, 189, 201

animais 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 25, 26, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 159, 189, 190, 191, 202

autocuidado 6, 23, 71, 104

B

bioética 2, 3, 7, 15, 22, 28, 33, 36, 49, 50, 57, 65, 66, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 95, 103, 119, 122, 135, 136, 144, 152, 160, 171, 189, 190, 196, 202, 203, 207

Bioética 2, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 14, 20, 22, 24, 26, 27, 34, 36, 39, 40, 49, 51, 80, 81, 82, 92, 112, 120, 129, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 145, 154, 159, 160, 171, 172, 174, 184, 187, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 211

Bioética Ambiental 4, 5, 6, 14, 22, 26, 27, 189, 202, 206

Bioética Clínica 6, 191

Bioética Global 4, 27, 80, 81, 82, 87, 88, 95, 103, 190, 191, 196, 198

Bioética Social 4, 49

Biofilia 4, 8, 9, 10, 11, 14, 19, 20, 157, 188, 202

Biofobia 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 77, 188

biosfera 22, 36, 81, 88, 155

Brasil 2, 3, 12, 21, 22, 25, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 38, 60, 63, 66, 74, 82, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 110, 113, 122, 123, 125, 126, 127, 148, 161, 165, 166, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 186, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 212, 213

C

Cães comunitários 7, 43, 44, 45, 48

Caminho do Diálogo 3, 6, 135, 136, 157, 202

CEUA 40

cidadania 1, 2, 3, 1, 2, 4, 7, 12, 21, 22, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 100, 101, 108, 109, 112, 113, 116, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 159, 160, 162, 166, 167, 169, 177, 184, 185, 186, 189, 195, 197, 201, 202

ciência 2, 21, 36, 38, 82, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 95, 120, 135, 137, 138, 141, 154, 159, 190, 192, 196, 203, 207, 212

CNV 41, 42

compaixão 41, 85, 103, 127, 152, 156, 171

comunicação não violenta 39, 41, 42, 191

conflito bélico 2

consumo consciente 109, 157

Covid-19 2, 2, 3, 4, 6, 23, 32, 39, 61, 65, 81, 82, 84, 86, 88, 96, 99, 100, 103, 106, 110, 113, 124, 125, 135, 165, 173, 175, 177, 186, 197, 199, 200, 203, 204, 209

crenças 3, 18, 31, 32, 33, 40, 77, 105, 106, 107, 115, 119, 132, 157, 174

crise hídrica 6, 7, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 159, 160, 189, 190

cuidado 4, 26, 30, 33, 34, 40, 41, 53, 54, 55, 56, 74, 78, 83, 90, 91, 92, 104, 108, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 126, 128, 131, 132, 136, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 152, 153, 156, 159, 160, 162, 163, 198, 200, 201, 202, 208, 209

D

degradação ambiental 7, 12, 14, 139, 168

dignidade 22, 24, 25, 33, 78, 82, 84, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 105, 112, 114, 117, 120, 123, 136, 143, 154, 162, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177

Direito Humano 22, 24, 29, 31, 33, 97, 98, 108, 167, 172, 190

direitos humanos 2, 24, 27, 40, 65, 67, 73, 84, 89, 90, 92, 93, 130, 153, 154, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 177, 178, 186, 190, 191, 194, 195, 196, 198, 203, 205, 212, 213

diversidade 35, 50, 57, 59, 143, 167, 170, 171, 172, 187, 203

E

economia verde 3

educação 2, 4, 12, 14, 19, 21, 22, 25, 30, 32, 33, 39, 53, 63, 65, 68, 71, 75, 76, 78, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 102, 103, 108, 112, 115, 118, 120, 127, 133, 148, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 177, 184, 185, 186, 189, 191, 192, 193, 202, 203, 207, 208, 211, 213, 214

enfrentamento 2, 6, 12, 23, 26, 60, 65, 66, 73, 80, 112, 113, 114, 126, 128, 177, 193, 194, 200, 204

espaços virtuais 3

estudantes 3, 17, 75, 160, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 184, 185, 186, 187

ética 6, 7, 9, 27, 34, 36, 37, 40, 41, 50, 51, 53, 56, 57, 66, 80, 81, 82, 83, 88, 114, 119, 133, 136, 138, 139, 143, 145, 147, 148, 152, 153, 154, 156, 157, 163, 186, 190, 191, 196, 201, 202, 206, 207, 214

extremos climáticos 2

F

família 4, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 69, 71, 75, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 103, 104, 108, 120, 139, 143, 166, 167, 170, 172, 174, 177, 184, 191, 192, 193, 194, 195, 207

fome 3, 3, 4, 7, 12, 20, 22, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 81, 82, 85, 88, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 140, 145, 190, 197

Fome de Água 3, 4, 7, 20, 22, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 34, 190

fragilidades 1, 2, 4, 16, 17, 18, 31, 32, 46, 77, 105, 106, 132, 160

futuro 2, 3, 4, 15, 22, 27, 36, 58, 63, 66, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 101, 121, 125, 140, 143, 145, 146, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 157, 191, 192, 195, 201, 203

G

globalização 81, 83, 84, 85, 91, 93, 139, 141

guerras 1, 2, 7, 32, 155, 160, 165, 178

I

infância 10, 11, 33, 63, 67, 72, 74, 98, 188, 189, 192, 194, 198, 199, 200, 203

interesses econômicos 3

Internet 10, 67, 72, 83, 101, 165, 170, 184, 185, 188, 189, 195, 198, 199, 200

J

Juventude 19, 30, 50, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 72, 161, 192, 193

L

legislação 21, 26, 38, 46, 152

LGBT 115, 118, 119

LGBTQIA+ 112, 113, 114, 115, 118, 119, 198

limitações 3, 6, 14, 61, 171, 196

M

Mapa Mental 16, 17, 31, 32, 46, 48, 77, 105, 106, 131, 162

mundo 2, 3, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 20, 22, 23, 25, 28, 30, 32, 35, 39, 40, 42, 52, 54, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 106, 110, 113, 125, 135, 137, 138, 140, 143, 145, 147, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 168, 175, 178, 181, 182, 186, 188, 190, 193, 201

mundo pós-pandêmico 2, 81, 83, 86, 87

N

natureza 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 19, 20, 22, 33, 36, 38, 41, 63, 67, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 89, 91, 92, 94, 105, 121, 131, 135, 138, 141, 143, 151, 152, 153, 155, 159, 162, 163, 167, 181, 188, 206, 208

nova cidadania 1, 2, 1, 2, 4, 7, 160, 197

O

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 3, 12, 66, 81, 82, 98, 112, 172, 174, 192, 194, 198, 200

ODS 3, 4, 7, 12, 26, 27, 35, 51, 58, 66, 83, 85, 94, 95, 98, 100, 112, 113, 128, 135, 136, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 165, 166, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 195, 203, 205

oficina 3, 15, 16, 19, 28, 31, 32, 34, 43, 44, 45, 46, 48, 74, 75, 77, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 159, 160, 161, 162, 163, 184, 186, 213

Organização das Nações Unidas 3, 12, 35, 85, 98, 113, 165, 167, 174, 177, 192, 194, 203

organizações não governamentais 3

P

pandemia 2, 2, 3, 4, 6, 13, 23, 32, 39, 58, 61, 84, 86, 87, 88, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 124, 125, 126, 127, 128, 135, 165, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 184, 185, 186, 191, 193, 196, 197, 200, 203, 204

pandemia Covid-19 2, 3, 4, 6, 23, 32, 39, 61, 173, 200

paternidade 52, 54, 55, 56, 191, 192

plano de parto 112, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 199

PNH 116, 117, 119, 198, 201

poluição 21, 32, 86

pós-pandemia 86, 87, 135, 172

Princípios 16, 18, 33, 106, 108

proteção 6, 7, 24, 30, 36, 58, 59, 65, 66, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 80, 86, 88, 90, 92, 98, 112, 114, 119, 128, 131, 141, 145, 153, 154, 157, 172, 176, 177, 180, 185,

186, 190, 192, 194, 195, 196, 198

R

risco 23, 46, 52, 53, 60, 61, 63, 68, 73, 75, 76, 86, 110, 125, 136, 155, 170, 194, 195

S

saúde 1, 2, 3, 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 19, 23, 36, 39, 40, 50, 51, 55, 56, 58, 63, 68, 71, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 94, 98, 101, 102, 103, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 139, 149, 159, 160, 165, 170, 174, 175, 177, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 213

saúde global 3, 6, 36, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 101, 103, 195, 196

saúde planetária 1, 2, 1, 2, 7, 160

Segurança alimentar 22, 29, 81, 82, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 197

senso-comum 3, 16, 18, 32

social 2, 3, 2, 4, 6, 9, 10, 13, 17, 22, 23, 24, 36, 37, 39, 41, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 118, 121, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 151, 153, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 184, 186, 187, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 213, 214

sociedade 2, 3, 4, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 20, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 43, 45, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 104, 105, 109, 114, 116, 119, 124, 128, 131, 132, 135, 136, 139, 140, 141, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 191, 199, 201, 205, 207, 213

sustentabilidade 3, 35, 36, 85, 90, 93, 153, 158, 163, 196

U

universidade 3, 6, 34, 35, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 75, 76, 80, 94, 102, 190, 191, 192, 193, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214

V

valores 3, 11, 14, 16, 18, 22, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 56, 58, 77, 81, 87, 88, 89, 90, 92, 105, 106, 108, 114, 115, 119, 120, 131, 132, 135, 140, 143, 150, 156, 169, 170, 172, 173, 178, 180, 186

Van Rensselaer Potter 80

violência 2, 3, 3, 41, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 112, 119, 121, 122, 123, 124, 136, 137, 148, 149, 151, 152, 165, 166, 167, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 186, 193, 194, 199, 204

violência sexual 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 176, 194

vulnerabilidade 6, 24, 25, 61, 63, 64, 68, 69, 83, 86, 95, 99, 108, 110, 114, 119, 126, 139, 140, 144, 160, 168, 170, 174, 177, 185, 196

O E-CAMINHO DO DIÁLOGO IV:

espaços deliberativos na busca de uma nova cidadania,
novas políticas públicas e saúde planetária

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br

 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

O E-CAMINHO DO DIÁLOGO IV:

espaços deliberativos na busca de uma nova cidadania,
novas políticas públicas e saúde planetária

 www.arenaeditora.com.br

 contato@arenaeditora.com.br

 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)

 www.facebook.com/arenaeditora.com.br